

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**POR UMA REBELDIA MUNDIAL?**

Formação e Ação Territorial da Via Campesina no Brasil

Mestrando: Leandro Nieves Ribeiro

Orientador: Carlos Alberto Feliciano

23 de fevereiro de 2016.

Presidente Prudente.

LEANDRO NIEVES RIBEIRO

## **POR UMA REBELDIA MUNDIAL?**

Formação e Ação Territorial da Via Campesina no Brasil

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de Mestre em Geografia sob o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

Presidente Prudente, SP.

2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

R369p Ribeiro, Leandro Nieves.  
Por uma rebeldia mundial? Formação e ação territorial da Via  
Campesina no Brasil / Leandro Nieves Ribeiro. - Presidente Prudente: [s.n],  
2016  
323 f.

Orientador: Carlos Alberto Feliciano  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de  
Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Movimento altermundialista. 2. Via Campesina. 3. Soberania  
alimentar. I. Ribeiro, Leandro Nieves. II. Feliciano, Carlos Alberto. III.  
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Por  
uma rebeldia mundial? Formação e ação territorial da Via Campesina no  
Brasil.

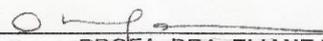
BANCA EXAMINADORA



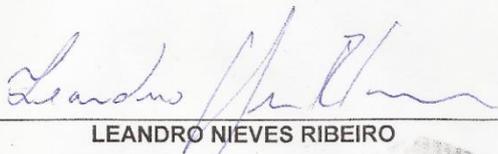
PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO  
ORIENTADOR



PROF. DR. RICARDO PIRES DE PAULA  
(FCT/UNESP)



PROFA. DRA. ELIANE TOMIASI PAULINO  
(UEL)



LEANDRO NIEVES RIBEIRO

Presidente Prudente (SP), 23 de fevereiro de 2016.

RESULTADO: APROVADO

...Mas então vamos lá,  
lutar por um ideal.  
Se viver é resistir,  
então será..  
(Dead Fish – Mulheres Negras)

*Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram, torceram e contribuíram, direta ou indiretamente, com esta pesquisa. E, principalmente, dedico aos milhares de camponeses rebeldes da Via Campesina.*

## **Agradecimentos**

Desde meu início na graduação, em 2009, e no mestrado, em 2013, no curso de Geografia pela Unesp convivi e aprendi com inúmeras pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a minha formação crítica e, naturalmente, para essa dissertação. Pretendo neste momento lembrar e agradecer estas pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta.

Sou grato ao Prof. Bernardo Mançano Fernandes por ter me aceitado no NERA em 2009, cujo local foi onde iniciei minha vida acadêmica. Neste local fortaleceu meu interesse pela Geografia, pelos estudos dos movimentos sociais e pela profissão acadêmica. Também agradeço aos colegas e professores do NERA, principalmente, aqueles que me ajudaram nos meus anos iniciais no grupo, em especial a Rubens, Israel, Nino, Elenira, Camila e Danilo. Também não posso deixar de agradecer ao Yuzo, Pedro, Edson, Rodolfo, Lorena e Hellen pelo trabalho de sistematização e envio dos dados do DATALUTA que foram fundamentais para essa pesquisa. Agradeço também aos professores Ricardo Pires de Paula e Eduardo Girardi do Departamento de Geografia da Unesp.

Reconheço também o fundamental apoio dos colegas do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Centro de Memória Sindical (Cemosi) e do Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS). Em especial ao Prof. Thomaz, Sidney, Diógenes, Heck, Jane, Gerson, Fran, João Bacarrin, Dayane, Robinzon, Yolima, Ana Lúcia, Thiago, Anna Paula e Larissa.

Aos colegas militantes do Cursinho Popular Rosa Luxemburgo, um projeto sem fins lucrativos e de base voluntária que almeja ingressar estudantes de baixa renda da escola pública na Universidade pública. A este projeto me dediquei desde 2010 e muito contribuiu com minha formação acadêmica e profissional.

Aos colegas da turma de pós-graduação em Geografia da Unesp de 2013, principalmente, aqueles que contribuíram para o debate da pesquisa ou da vida

acadêmica: Tássio, Guilherme, Valmir, Ana Lúcia, Helen, Sebastião, Estevan e João Vítor.

Aos professores e alunos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de João Pessoa, pela atenção concedida durante o meu intercâmbio realizado em maio de 2014. Em especial a Prof.<sup>a</sup> Maria Franco, o Prof. Mitidiero Júnior, a Prof.<sup>a</sup> Emília Rodat, aos “boys” Caio, Rodrigo Brito, Hugo, Kio, Raisal Aurelane, Jemeffer, Diego Pessoa, Flávia Silva, Verônica e Hellen.

Aos professores da *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC)/Conicet na Argentina e em especial ao Prof. Daniel Hocsman e a sua esposa Diana, David Vásquez, e aqueles que me receberam em sua casa como a Natalia Aguirre (e ao Felipe Ríncon) e Loli Verônica. Novamente agradeço ao Nino, por neste período, ter me acompanhado durante a viagem para Santiago Del Estero, Mendoza e Buenos Aires.

Aos militantes que me atenderam e conversaram comigo Kleiton (PJR/Paraíba), Adarlam (MST/Paraíba), Paulo Sergio (MST/Paraíba), Tânia (CPT, Paraíba) Marciano Silva (MPA), Rita Zanotto (VIA CAMPESINA), Luis Zarref (VIA CAMPESINA), Facundo (MNCI/ Argentina), Diego Monton (Via Campesina/Argentina), Douglas Fenner (FEAB/Cerro Largo) e Régis Piovesan (FEAB).

Ao meu orientador Prof. Carlos Alberto Feliciano pela sua confiança nesta pesquisa e na plena dedicação do seu trabalho. Sem a sua leitura e orientação este trabalho não teria a mesma qualidade.

Agradeço também aos professores que participaram e contribuíram na pesquisa com sua leitura, crítica e debate durante o exame de qualificação e na defesa de mestrado, a Prof.<sup>a</sup> Mirian Cláudia Lourenção Simmoneti (UNESP/Marília), novamente ao Prof. Ricardo Pires de Paula (UNESP/ Presidente Prudente) e, por fim, a Prof.<sup>a</sup> Eliane Tomiasi Paulino (UEL).

À CAPES pela bolsa concedida durante o mestrado, pelo qual, possibilitou o total esforço e dedicação nesta dissertação.

A Rafaela pelo seu apoio e companheirismo incondicional desde 2010, que pude compartilhar com ela momentos felizes, difíceis e distantes. Também agradeço a sua família Veiga/Carvalho/Vitori por me acolher na cidade de Presidente Prudente e de ser uma segunda família para mim.

Por fim, agradeço aos meus pais, Elvira e Paulino, pelo amor incondicional, carinho e dedicação e por me incentivarem e apoiarem nos meus estudos durante a minha formação. Meu eterno agradecimento.

## RESUMO

*La Vía Campesina* foi oficialmente criada em 1993, em Mons na Bélgica, e surgiu como resposta às políticas econômicas na agricultura que marginalizavam os camponeses. Sem uma representação oficial dos camponeses as decisões na agricultura desrespeitavam o interesse dos trabalhadores rurais. A partir disso, milhares de camponeses se reuniram e objetivaram criar um movimento mundial de camponeses. O objetivo do movimento é estabelecer uma articulação, comunicação e uma coordenação de atividades em comum na escala mundial e regional. Dessa forma, esse movimento internacional, articulador de outros movimentos camponeses, é sem dúvida, considerado como um processo novo e surpreendente nos levando a questionar as condições históricas que culminaram na organização e a forma de organização. Atualmente, *La Vía Campesina* é o principal movimento camponês no cenário internacional totalizando a articulação de 164 movimentos de 73 países, com um total de 200 milhões de camponeses, pequenos e médios produtores, povos sem-terras, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas. Suas ações e propostas confrontam os centros de decisão política na agricultura, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Banco Mundial, as empresas transnacionais do agronegócio (como Monsanto, Syngenta, etc.) e ONGs e movimentos não camponeses, como a Federação Internacional dos Produtores Agrícolas (IFAP). Seu tema principal envolve a política hegemônica da agricultura, tornando-se interlocutor de temas e reivindicações como reforma agrária, soberania alimentar, soberania energética, gênero, biodiversidade, direitos humanos e agricultura camponesa sustentável. Em escala nacional o movimento articulador é composto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). O objetivo desta pesquisa é compreender a formação da Via Campesina e articulação do movimento e de suas Ações Territoriais no Brasil.

**Palavras-chaves:** Movimento altermundialista; Via Campesina; Soberania alimentar; Ações Territoriais; Lutas camponesas.

## ABSTRACT

*La Vía Campesina* was officially established in 1993 in Mons in Belgium, and came as a response to economic policies in agriculture that marginalized peasants. Without an official representation of peasants the decisions in agriculture disregarded the interests of rural workers. From this, thousands of peasants gathered and aimed to create a global movement of peasants. The aim of the movement is to establish a joint communication and joint activities of coordination in global and regional scale. Thus, this international movement, articulator of other peasant movements, is undoubtedly considered as an amazing new process leading us to question the historical conditions that led to the organization and form of organization. Currently, *La Vía Campesina* is the main peasant movement in the international arena totaling articulation of 164 movements from 73 countries, with a total of 200 million peasants, small and medium-sized producers, landless people, indigenous people, migrants and agricultural workers. His actions and proposals confront the political decision-making centers in agriculture, such as the WTO, the Food and Agriculture Organization (FAO), the World Bank, transnational agribusiness companies (such as Monsanto, Syngenta, etc.) and NGOs and not peasants movements, such as the International Federation of Agricultural Producers (IFAP). His outstanding issues involving the hegemonic policy of agriculture, becoming party themes and claims as agrarian reform, food sovereignty, energy sovereignty, gender, biodiversity, human rights, sustainable peasant agriculture. On a national scale the members consists of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) and the Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). The objective of this research is to understand the formation of *Via Campesina* in Brazil and joint movement and its territorial Shares in Brazil.

**Keywords:** Global justice movement; *La Vía Campesina*; Food sovereignty; Territorial actions; Peasant struggles.

## RESUMEN

La Vía Campesina se estableció oficialmente en 1993 en Mons en Bélgica, y vino como respuesta a las políticas económicas en la agricultura que marginados agricultores. Sin una representación oficial de las decisiones de los campesinos en la agricultura hecho caso omiso de los intereses de los trabajadores rurales. A partir de esto, miles de campesinos se reunieron y dirigidas a crear un movimiento mundial de campesinos. El objetivo del movimiento es establecer una comunicación conjunta y las actividades conjuntas de coordinación en escala global y regional. Por lo tanto, este movimiento internacional, articulador de otros movimientos campesinos, es, sin duda considerado como un nuevo proceso increíble que nos lleva a cuestionar las condiciones históricas que llevaron a la organización y la forma de organización. En la actualidad, La Vía Campesina existe el movimiento campesino principal en el ámbito internacional por un total de articulación de 164 movimientos de 73 países, con un total de 200 millones de campesinos, pequeños y medianos productores, gente sin tierra, pueblos indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas. Sus acciones y propuestas se enfrentan los centros de toma de decisiones políticas en la agricultura, como la OMC, la Organización para la Agricultura y la Alimentación (FAO), el Banco Mundial, las empresas agroindustriales transnacionales (como Monsanto, Syngenta, etc.) y las organizaciones no gubernamentales y no campesinos movimientos, como la Federación Internacional de Productores Agrícolas (FIPA). Sus temas pendientes relacionados con la política hegemónica de la agricultura, convirtiéndose en una fiesta temática y reclamaciones como la reforma agraria, la soberanía alimentaria, la soberanía energética, el género, la biodiversidad, los derechos humanos, la agricultura campesina sostenible. En el ámbito nacional, el movimiento articulador consta de el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) y Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). El objetivo de esta investigación es comprender la formación de la Vía Campesina y el movimiento de las articulaciones y sus acciones territoriales en Brasil.

**Palabras clave:** Movimiento por la justicia global; La Vía Campesina; La soberanía alimentaria; Acciones territoriales; Luchas campesinas.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO MUNDIAL DA VIA CAMPESINA E SUA RESPECTIVA DIVISÃO....	98
FIGURA 2 – LINHA DO TEMPO COM EVOLUÇÃO DA VIA CAMPESINA ATRAVÉS DE SUAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS .....	112
FIGURA 3 - COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL DA FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL .....	194

## LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE MOVIMENTOS SOCIAIS QUE REALIZARAM OCUPAÇÃO DE TERRA DE 2000 A 2013 .....	69
GRÁFICO 2 - TIPOS DE AÇÕES TERRITORIAIS NO DIA DA LUTA DA MULHER CAMPONESA – 2000 A 2013 .....	124
GRÁFICO 3 - MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES ARTICULADAS DA VIA CAMPESINA - AÇÕES TERRITORIAIS NO DIA DA LUTA DA MULHER CAMPONESA – 2000 A 2013 .....	126
GRÁFICO 4 - AÇÕES TERRITORIAIS DO DIA DA LUTA DA MULHER CAMPONESA AO LONGO DO MÊS DE MARÇO ENTRE 2000 A 2013. ....	127
GRÁFICO 5 - MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES ARTICULADAS DA VIA CAMPESINA - AÇÕES TERRITORIAIS NO DIA INTERNACIONAL DA LUTA CAMPONESA – 2000 A 2013 .....	130
GRÁFICO 6 - TIPO DE AÇÕES TERRITORIAIS NO DIA INTERNACIONAL DA LUTA CAMPONESA NO MÊS DE ABRIL ENTRE 2000 A 2013.....	131
GRÁFICO 7 - AÇÕES TERRITORIAIS NO DIA INTERNACIONAL DA LUTA CAMPONESA NO MÊS DE ABRIL ENTRE 2000-2013.....	132
GRÁFICO 8 – VENDAS DE AGROTÓXICO EM TONELADAS.....	142
GRÁFICO 9 – ÁREA PLANTADA DE TRANSGÊNICOS, POR MILHÕES DE HECTARES. ....	143
GRÁFICO 10 - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL – 2000 A 2013 .....	189
GRÁFICO 11 - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – TIPO DE AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2000 A 2013.....	190

GRÁFICO 12 - FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL – TIPO DE AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2000 A 2008 .....	199
GRÁFICO 13 - FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL – 2000 A 2008 .....	200
GRÁFICO 14 - PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL – TIPO DE AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2007 A 2013.....	206
GRÁFICO 15 - PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL - NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL– 2000-2013 .....	207
GRÁFICO 16 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - – AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2000-2013.....	223
GRÁFICO 17 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - OCUPAÇÃO DE TERRA -2000 - 2013 .....	224
GRÁFICO 18 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL – 2000-2013 .....	225
GRÁFICO 19 - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2000 A 2013 .....	235
GRÁFICO 20 - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2000 A 2013 .....	236
GRÁFICO 21 – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2007 A 2013.....	251
GRÁFICO 22 – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS– NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL– 2007 A 2013.....	252
GRÁFICO 23 - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL– 2007 A 2013.....	263
GRÁFICO 24 – MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL– 2007 A 2013.....	264
GRÁFICO 25 - MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL– 2010 A 2013 .....	274

GRÁFICO 26 - MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS – AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2010 A 2013 .....	275
GRÁFICO 27 – COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2007 A 2011 .....	283
GRÁFICO 28 - COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL– 2007 A 2011 .....	284
GRÁFICO 29 - VIA CAMPESINA – AÇÃO TERRITORIAL E NÚMERO DE PESSOAS – 2003 A 2013 .....	295
GRÁFICO 30 – VIA CAMPESINA – NÚMERO DE AÇÃO TERRITORIAL– 2003 A 2013.....	296

### **Lista de Organogramas**

ORGANOGRAMA 1 – ESTRUTURA ORGANIZATIVA E FUNCIONAL DA VIA CAMPESINA.....	109
ORGANOGRAMA 2 – MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ARTICULADOS PELA VIA CAMPESINA NO BRASIL .....	164

### **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1 - MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ARTICULADOS COM A VIA CAMPESINA - 8 DE MARÇO - 2000 A 2013.....	123
MAPA 2 - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – AÇÃO TERRITORIAL - BRASIL - 2000 A 2013 .....	187
MAPA 3 - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL - BRASIL - 2000 A 2013.....	188
MAPA 4 – FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL – AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2000 A 2008.....	197
MAPA 5 - FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL – NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2000 A 2008 .....	198
MAPA 6 - PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL– AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2007 A 2013 .....	204

MAPA 7 - PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL – NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2007 A 2013.....	205
MAPA 8 – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2000 E 2013.....	220
MAPA 9 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2000 E 2013 .....	222
MAPA 10 – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2001 E 2013 .....	233
MAPA 11 – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2001 A 2013.....	233
MAPA 12 - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2007 A 2013.....	247
MAPA 13 – MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS– NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2007 A 2013.....	249
MAPA 14 - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2004 A 2013 .....	261
MAPA 15 – MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2007 A 2013.....	262
MAPA 16 – MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS – AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2010 A 2013.....	271
MAPA 17 – MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS – NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2010 A 2013.....	273
MAPA 18 – COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL – 2007 A 2011 .....	281
MAPA 19 – COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS – NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2007 A 2011.....	282
MAPA 20 – VIA CAMPESINA – AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2003 A 2013 .....	290

MAPA 21 – VIA CAMPESINA– NÚMERO DE PESSOAS POR AÇÃO TERRITORIAL – BRASIL - 2003 A 2013.....	291
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### **Lista de Tabela**

TABELA 1 – AÇÕES TERRITORIAIS DO MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS ENTRE 2010 A 2013.....	277
TABELA 2 - AÇÕES TERRITORIAIS DA COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR ORDEM TEMPORAL DE 2007 A 2011.....	287
TABELA 3 – AÇÃO TERRITORIAL DA VIA CAMPESINA E DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES ARTICULADOS – 2000 A 2013.....	289
TABELA 4 – AÇÕES CONJUNTAS DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES ARTICULADOS COM A VIA CAMPESINA – 2003 A 2013.....	294

## Lista de Siglas

ABEEF	Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
Acorjuve	Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
AIMTR	Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANAMURI	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Chile)
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
ANEL	Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre!
APMG	Associação Produtores de Grãos de Mineiros
APRBSF	Articulação Popular pela Revitalização da. Bacia do São Francisco
ASOCODE	Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericana para la Cooperación y el Desarrollo (Nicarágua)
CAA	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CCI	Comitê Coordenador Internacional
CEBs	Comunidades Eclesiais de base
CECQESCZ	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CI	Conferência Internacional
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLOC	Coordinadora Latino Americana de Organizaciones del Campo
CMA	Conferência Mundial da Alimentação
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPE	Coordenação Camponesa Europeia
CPP	Conselho Pastoral de Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional de Barragens
CSP	Central Sindical Popular
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra

ENEBio	Executiva Nacional dos Estudantes de Biologia
ENEV	Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ER	Escritórios Regionais
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FIAN	Food First Information & Action Network
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FIST	Frente Internacionalista dos Sem Teto
FM	Fórum Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNP	Federação Nacional dos Petroleiros
FOE	Frente de Oposição de Esquerda
FSDMMG	Federação Democrática dos Metalúrgicos d
FSM	Fórum Social Mundial
Funáguas	Fundação Águas
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GR	Grandes Regiões
IFAP	Federação Internacional de Agricultores Produtores
ISA	Instituto Socioambiental
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
KMP	<i>Kilusang Magbubukid ng Pilipinas</i> (Filipinas)
KRSS	<i>Karnataka Rajya Raitha Sangha</i> (Índia)
LIAN	Land Research and Action Network
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAST	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MASTER	Movimento de Agricultores Sem Terra
MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
MCP	Movimento da Constituinte da Pesca
MEB	Movimento de Educação de Base
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MMC	Movimentos das Mulheres Camponesas
MML	Movimento Mulheres em Luta

MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MOPEAR	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPL	Movimento Passe Livre
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento dos/das Trabalhadores Desempregados
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade.
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUP	Movimento Unidos pela Paz
MXVS	Movimento Xingu Vivo para Sempre
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária
NFU	<i>National Farmers Union (Canadá)</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PJ	Pastoral da Juventude
PJB	Pastoral da Juventude do Brasil
PJE	Pastoral da Juventude Estudantil
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PMP	<i>Peasant Movement of the Philippines</i>
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGeo	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Reapi	Rede Ambiental do Piauí.
Renap	Rede nacional de advogadas/os populares
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SOI	Secretaria Operativa Internacional

Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UGT	União Geral dos Trabalhadores
ULTAB	União de lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil
UNAG	<i>Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos</i> (Nicarágua)
UNC	<i>Universidad Nacional de Córdoba</i>
UNE	União Nacional do Estudantes
UPVF	Unidades de Produção e Vida Familiar

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 1. QUESTÃO AGRÁRIA, LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO.....</b>	<b>31</b>
<b>1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: UMA GEOGRAFIA DE LUTAS... 35</b>	
1.1.1 Antecedentes históricos na configuração de uma Geografia das lutas no campo.....	39
1.1.2 Luta e resistência camponesa na ditadura militar.....	61
1.1.3 A retomada dos movimentos sociais do campo na redemocratização do Brasil e no limiar do século XX.....	66
1.1.4 A luta pela reforma agrária no governo FHC e Lula .....	71
<b>1.2 O DESAFIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI .....</b>	<b>76</b>
1.2.1 A Revolução Verde e seu pacote tecnológico .....	77
1.2.2 Agronegócio.....	85
1.2.3 A produção de alimentos e o agrocombustível.....	92
1.2.4 Reforma Agrária de Mercado.....	94
<b>CAPÍTULO 2. POR UMA REBELDIA MUNDIAL: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA VIA CAMPESINA .....</b>	<b>97</b>
<b>2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA.....</b>	<b>100</b>
2.1.1 O processo de construção da Via Campesina e suas primeiras Ações Territoriais.....	103
2.1.2 A Via Campesina enquanto poder político e espacial do campesinato .....	105
<b>2.2 APRENDENDO E ENSINANDO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO CONTRA-HEGEMÔNICO .....</b>	<b>109</b>
2.2.1 Formas de organização e estrutura da Via Campesina.....	109
2.2.2 Ações Territoriais Programadas: uma agenda mundial de lutas.....	120
2.2.3 Campanha Global Pela Reforma Agrária .....	137
2.2.4 Campanha Global pelo Fim da Violência contra as Mulheres .....	139
2.2.5 Campanha contra os agrotóxicos e pela vida. ....	141

2.2.6 Cursos de formação político-profissional .....	144
2.2.7 Alianças, contradições e a questão da autonomia no processo de luta. ....	146
2.2.8 Elementos atuais para se pensar a diversidade do campo: Soberania alimentar, reforma agrária, agroecologia e bens comunais .....	151
<b>CAPÍTULO 3. A FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA NO BRASIL E SUAS AÇÕES TERRITORIAIS. ....</b>	<b>163</b>
<b>3.1 ARTICULAÇÃO E AÇÕES TERRITORIAIS DOS MOVIMENTOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÕES QUE COMPOEM A VIA CAMPESINA BRASIL .....</b>	<b>171</b>
<b>3.1.1 Organizações sociais convidadas .....</b>	<b>172</b>
Comissão Pastoral da Terra - CPT .....	173
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB .....	192
Pastoral da Juventude Rural - PJR .....	200
<b>3.1.2 Movimentos de base camponesa .....</b>	<b>208</b>
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST .....	208
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB .....	226
Movimento de Mulheres Camponesas - MMC .....	238
Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA .....	253
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP .....	265
Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Conaq .....	278
<b>3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIA CAMPESINA NO BRASIL E SUAS AÇÕES TERRITORIAIS: OS MOVIMENTOS CAMPONESES EM MOVIMENTO .....</b>	<b>288</b>
<b>3.3 POR UMA REBELDIA MUNDIAL? A VIA CAMPESINA NO BRASIL NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS ALTERMUNDIALISTAS .....</b>	<b>298</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>307</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>311</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a Via Campesina é um dos maiores movimentos camponeses, que ao todo, articula 163 movimentos de 73 países contando com mais de 200 milhões de membros sendo desde pequenos e médios produtores, povos sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas.

A ideia da criação de um movimento mundial de camponeses foi formulada em 1992, na cidade de Manágua em Nicarágua, quando ocorreu o congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG) com a participação de outros movimentos da América Latina, América do Norte e da Europa. Entretanto, a criação da Via Campesina não deve ser entendida como feita sem qualquer motivo. Na verdade, o que motivou a criação do movimento mundial foi, de forma geral, o processo do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo e do aumento da hegemonia das multinacionais no controle da produção de alimentos. Portanto, o movimento mundial é decorrente do processo histórico oriundo da desterritorialização do campesinato frente às políticas neoliberais e da acentuação da questão agrária. E ainda, deve-se relacionar a subordinação do campesinato com as regras das organizações multinacionais, como a obrigação dos camponeses em adquirir o pacote biotecnológico como o agrotóxico e a semente geneticamente modificada e entre outros.

A oficialização do movimento mundial somente foi consolidada em 1993 na cidade de Mons, na Bélgica, no encontro com 55 organizações de camponeses de 36 países, cujo momento serviu para definir as diretrizes políticas da *La Vía Campesina* e da forma estrutural de sua organização.

A existência da Via Campesina inaugura uma nova etapa da luta camponesa, tendo agora a ampliação da escala de ação para a escala mundial de organização camponesa. Com a mundialização os camponeses conseguiram desafiar as

organizações que ditavam as regras nas áreas rurais e no mercado mundial de alimentos.

Pela primeira vez na história, os camponeses se organizaram em escala mundial e procuram demonstrar sua força no cenário da agricultura. A Via Campesina tornou-se uma referência em diversos assuntos e reivindicações, tais como, soberania alimentar, questão agrária, questão de gênero.

Nesta pesquisa analisaremos a formação e organização da Via Campesina no Brasil através de suas Ações Territoriais no período entre 2000 e 2013. Sobre o recorte temporal da pesquisa vale destacar que, embora a Via Campesina Internacional tenha sido criada oficialmente em 1993, a base de dados sequenciais do DATALUTA somente permite uma análise das Ações Territoriais entre 2000 e 2013.

A finalidade da pesquisa é entender a relevância da organização mundial, suas contradições e seu funcionamento da articulação em escala no Brasil. A dificuldade da pesquisa para analisar a articulação da Via Campesina se deve pela sua extensa dimensão organizacional. Outro ponto que merece ser destacado, sobre a dificuldade da pesquisa, é que a Via Campesina ainda se encontra em construção. Logo, precisamos levar em conta que nossa análise poderá ser específica para esse momento e nossa análise no futuro poderá ser insuficiente.

Dessa forma, entendemos que precisaremos, em primeiro lugar, analisar a Via Campesina em escala mundial para compreender a formação do movimento, a sua organização e divisão, suas pautas de lutas e suas Ações Territoriais programadas. Em segundo lugar, analisaremos a articulação da Via Campesina em escala nacional e o contexto histórico de sua formação procurando articular outros movimentos nacionais desde sua trajetória, organização e de suas lutas.

A Via Campesina no Brasil apresenta três características sobre a sua composição. A primeira é que se constitui essencialmente por movimentos camponeses, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq). A segunda é a participação de organizações de base religiosa que apoiam e participam da luta da Via Campesina como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral de Juventude Rural (PJR). Por fim, a terceira característica é a participação de organização estudantil, como a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) cuja organização assessora tecnicamente os movimentos camponeses.

Este movimento articulador, com suas Ações Territoriais, se destaca no cenário mundial através de Ações Territoriais confrontando as organizações multilaterais e *think tanks*<sup>1</sup> como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, entre outros; e também, da ocupação de fazendas ligadas às empresas multinacionais, como a Monsanto, a *Syngenta Seeds*, Votorantim e outras. A nossa compreensão de Ação Territorial é feita pelo entendimento de que as ações coletivas são marcadas por Intencionalidade<sup>2</sup>, produzindo relações sociais materializadas e que marcam a sua existência no território.

A estrutura desta pesquisa foi elaborada com três capítulos. O primeiro capítulo fomenta o debate sobre a questão agrária no Brasil destacando quatro pontos. O primeiro ponto é o antecedente histórico que resultou nas lutas do campo, como a concentração da propriedade e da posse da terra, marginalização dos camponeses e a violência no campo. Neste ponto ainda destacamos as principais lutas pela terra ao longo da história do Brasil demonstrando os principais movimentos camponeses e suas formas de luta. O segundo destaca a luta e a resistência camponesa na ditadura militar,

---

<sup>1</sup> Think tanks são pensadores coletivos podendo ser as organizações que buscam determinar os rumos das políticas de desenvolvimento agrário, como o Banco Mundial e seus projetos de desenvolvimento como Cédula da Terra. De acordo com Ramos Filho (2008, p.332), os think tanks são “os especialistas que produzem conhecimento fundamentado na validade do fazer científico. Pode ser identificado, assim, um pesquisador, grupos de estudos, universidades, institutos de pesquisa, etc., desde que o conhecimento produzido tenha o objetivo de controlar um campo social e determinar uma compreensão da realidade”.

<sup>2</sup> A grafia de intencionalidade com o “I” maiúsculo é creditado a Searle que utiliza assim para desvincular o termo Intencionalidade do sentido de “intenção” (PEDON, 2010).

cujo momento é considerado como o refluxo das lutas pela terra, devido a repressão contra as lideranças e movimentos sociais. E ainda destacamos a relevância do papel das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) na articulação das lutas sociais. No terceiro destacamos a retomada da luta pela reforma agrária a partir dos movimentos sociais e destacamos o momento da luta pela terra na redemocratização brasileira. Por fim, o quarto destaca a luta pela terra nos governos de FHC e de Lula.

No caso brasileiro, os movimentos da Via Campesina estão intrinsecamente ligados com uma ordem contraditória da concentração de terras e da desterritorialização camponesa. Ainda neste capítulo, destacaremos os movimentos sociais no campo com expressão na luta camponesa e que contribuiu para a luta pela terra e por questionar a ordem da questão agrária. Nossa finalidade é demonstrar suas diferenças de escala e do tipo de luta e atuação, buscando, relacionar com o surgimento e aprendizado de suas experiências para a Via Campesina e fomentar o debate sobre a diversidade de sujeitos sociais como elemento chave desse processo de articulação. A intenção de recuperarmos o processo histórico de formação dos movimentos e das organizações articuladas pela Via Campesina no Brasil é de demonstrar as contradições aprofundadas pela questão agrária no Brasil. Entendemos, também, que os movimentos camponeses surgem em decorrência do processo dialético da questão agrária, cuja lógica advém do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo.

O segundo capítulo resgatará a trajetória da criação e desenvolvimento da Via Campesina na escala mundial demonstrando o momento da formação, as diretrizes da organização e seu projeto contra-hegemônico. Compreendemos a organização e as instâncias de decisão como essenciais para entendermos o desenvolvimento e a intencionalidade da Ação Territorial da Via Campesina e destacaremos as principais reivindicações e lutas do movimento em escala mundial.

No terceiro capítulo apresentamos a articulação da Via Campesina em escala nacional e o seu impacto para a luta camponesa brasileira. Em escala nacional a Via Campesina utiliza a estrutura organizacional dos movimentos e organizações

articulados para executar sua espacialização e territorialização. Portanto, a Via Campesina no Brasil utiliza a estrutura organizativa do MST, do MPA, MMC, MAB, MPP, Conaq, CPT, FEAB e PJR. Naturalmente, a Via Campesina tem a criação de sua própria articulação, como a secretaria da Via Campesina em Brasília. Contudo, entendemos que a essência da organização e articulação da Via Campesina no Brasil é através da estrutura dos movimentos e organizações nacionais.

As Ações Territoriais destes movimentos e organizações articulados em escala nacional são representadas, de forma direta ou indireta, pela Via Campesina Internacional. Em determinado momento, algumas ações são executadas especificamente pelos próprios movimentos ou organizações. Em outro momento, as ações estarão dentro da agenda programada da Via Campesina. Portanto, em certo momento, os movimentos e as organizações tem a autonomia em realizar sua ação dentro do contexto político local e em outros tem uma ação programada num contexto político mundial.

Por conta da relevância dos movimentos e organizações articulados nacionais, recuperamos a trajetória de criação e organização dos movimentos e organizações que compõem a Via Campesina no Brasil. A finalidade deste ponto é entender o sentido e a diferença de cada movimento ou organização em participar na Via Campesina e o impacto da articulação para a luta camponesa nacional. A análise sobre o impacto na luta camponesa e o funcionamento da articulação na prática em escala nacional será feita pelo estudo das Ações Territoriais.

Para atingir o objetivo proposto dessa pesquisa, realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico sobre os diversos temas que cercam o objeto de estudo. Entre estes, preocupamos nos em utilizar bibliografias que contribuíssem para o avanço teórico, e assim, que fornecesse os recorrentes e atuais problemas estruturais da questão agrária, dos movimentos camponeses e de sua organização e as mobilizações em escala nacional e mundial.

O segundo procedimento adotado na pesquisa foi utilizar os dados secundários do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), cujo banco é pertencente ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA). O objetivo deste banco é registrar e armazenar informações que estão no cerne da questão agrária brasileira como as ações de ocupações de terras, assentamento, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestação e estrangeirização de terras.

Deste banco utilizamos os dados de duas categorias, a saber: ocupação de terra e manifestação. A primeira categoria refere-se especificamente na ação dos movimentos camponeses em ocupar a terra para pressionar a desapropriação e assegurar o direito à moradia e, pelo qual, tornou-se a principal forma de acesso à terra (SIGAUD, 2005; FERNANDES, 2001). A base de ocupação de terra do DATALUTA nos permite analisar o tipo de propriedade em que foi realizada a ocupação, quais movimentos participantes, quantidade de famílias e se o imóvel é pertencente a uma empresa particular, ou, a algum latifundiário específico.

A segunda categoria do banco DATALUTA- manifestação - é mais abrangente e variada, tendo um conjunto de mobilizações, a saber: acampamentos, abraços, bloqueios, caminhadas, celebrações religiosas, cercos a construções, concentrações públicas, interdições, jejuns, marchas, ocupações de agências bancárias, privadas e públicas, romarias e vigílias (DATALUTA, 2015). Esta base de manifestação do DATALUTA nos permite identificar os tipos de manifestações, as características da ação e, por fim, as informações básicas de localização geográfica como o nome da área em que foi realizada a ação, a quantidade de famílias e das organizações envolvidas. Ambas as categorias são essenciais para entendermos a atualidade e o tipo de reivindicação de todos os movimentos camponeses nacionais.

Nesta pesquisa unimos as duas categorias (ocupação de terra e manifestação) e a definimos de Ação Territorial. Conforme explicaremos no terceiro capítulo, consideramos a Ação Territorial como qualquer ação coletiva embasada de intencionalidade que busca se territorializar (MITIDIERO JUNIOR, 2008). Portanto,

consideramos como Ação Territorial tanto a ocupação de terra como a manifestação. Nossa finalidade em estudar a Ação Territorial da Via Campesina é para entendermos as principais características da articulação nacional, das reivindicações e de como se caracteriza a luta camponesa pela Via Campesina.

# **CAPÍTULO 1**

## 1. QUESTÃO AGRÁRIA, LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO

Nosso ponto de partida nesta dissertação inicia com a questão agrária e seu impacto no desenvolvimento territorial que contribui para a emergência dos movimentos sociais ao longo do desdobramento da luta pela terra. O desdobramento e a atual conjuntura da questão agrária são essenciais para compreender os anseios da articulação do movimento camponês e da reconfiguração da luta camponesa como a ampliação da reivindicação, escala e estratégia de luta.

A Via Campesina é um movimento criado com a finalidade de articular 163 movimentos camponeses e organizações sociais de 73 países, a fim de, fomentar o debate sobre a emergência de um “modelo alternativo” de agricultura e de produção, assim como ser o porta-voz dos camponeses na escala mundial. Em suma, a Via Campesina nasce como produto do desdobramento da questão agrária, do desenvolvimento desigual e combinado e como produto da contradição do modo de produção do capital.

O sociólogo José de Souza Martins em “O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta” (1999, p.12-13) traz uma reflexão precisa e emblemática sobre a questão agrária. Segundo o autor: “[...] a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. No mesmo sentido, Fernandes (2008) afirma que a questão agrária sempre esteve presente no cotidiano da sociedade. Nas palavras do autor:

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto (p.176).

De acordo com Stedile (2012), para se estudar a questão agrária numa determinada sociedade devemos analisar a forma em que a sociedade organiza a produção dos bens agrícolas - ou seja, sua condição de uso, a posse de seu território e a propriedade da terra. Como buscamos analisar a questão agrária sob o aspecto da luta pela terra convém recorrer a origem dos conflitos sobre a posse e propriedade da terra.

Fernandes (2008) recuperando o processo de formação da questão agrária, afirma que teve início com o desenvolvimento do capitalismo no campo gerando simultaneamente a concentração de riqueza, pobreza e miséria. Seguindo o mesmo raciocínio, Ramos Filho (2014, p.81) categoriza a questão agrária como produto do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo no campo. Segundo o autor, o desenvolvimento do capitalismo no campo é desigual, porque, o seu desenvolvimento produz e reproduz, em menor escala, a riqueza e, simultaneamente, em maior escala, a pobreza e a miséria. Contraditório porque o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que destrói o campesinato e que pode recriá-lo, ainda pode garantir novas bases para garantir que sua reprodução seja ampliada. E combinado, porque, produz concomitantemente os dois processos anteriores (o desigual e o contraditório) (RAMOS FILHO, 2014).

De acordo com Fernandes (2008) a desigualdade social é um fator extremamente relativo para o desenvolvimento da questão agrária. Nas palavras do autor:

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital [...]. Nessa diferenciação, prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital. Na destruição do campesinato, por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar, através do arrendamento ou da compra da terra e, ainda, outra pequena parte é transformada em capitalista, pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento (p. 176-177).

Esse desenvolvimento da questão agrária implica principalmente na análise que compreende a destruição do campesinato, como pelo processo de expropriação ou tanto com uma minoria partindo para o assalariamento. Na medida em que se desenvolveu a questão agrária se estabeleceu uma disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio. Portanto, esta disputa territorial constitui outro elemento em consequência do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo e da questão agrária: a conflitualidade (RAMOS FILHO, 2014; FERNANDES, 2008).

A questão agrária brasileira desdobra-se em diversos elementos que intensificam seu problema e dificultam sua dissolução. Ramos Filho (2014) aponta a alta concentração fundiária como principal permanência da questão agrária. Além deste, o autor cita outros elementos como a permanência do caráter rentista da terra, a ausência de uma política efetiva de reforma agrária, a precarização, a degradação do trabalho, a grilagem de terras e entre outros (RAMOS FILHO, 2014).

A questão agrária brasileira tem origem do seu processo de formação territorial, desde o período colonial com a instalação do *plantation*<sup>3</sup> como forma de organização (PRADO JUNIOR, 1970). A partir da industrialização brasileira na década de 30, a agricultura foi modernizada gerando um discurso de que para os sujeitos do campo caberia o êxodo rural ou a busca de novas terras. Para Stedille (2012) entre os problemas agrários e de natureza econômica oriundos da atual questão agrária apresentam-se cinco. O primeiro problema é o elevado grau de concentração da propriedade de terra sendo que 1% dos proprietários controla 46% do total de terras. O segundo decorre do sentido de que 8% dos estabelecimentos produzem mais do que 80% da produção total, pelo qual, consiste no elevado índice de concentração da produção agrícola de *commodities*. E o terceiro é a atual mudança da função social da terra, totalizando 80% de todas as terras utilizadas para produzir *commodities* e

---

<sup>3</sup> Plantation é um modelo agrícola que predominou no Brasil Colônia com o uso combinado de grandes extensões de terra (latifúndio), monocultura de cana-de-açúcar, produção para o mercado externo e uso exclusivo do trabalho escravo (PRADO JUNIOR, 1970).

agrocombustível como a soja, milho e cana-de-açúcar, e também no uso da pecuária extensiva. O quarto problema é que a agricultura brasileira passa a depender da economia externa por conta do controle de mercado internacional, dos insumos e dos preços pelas empresas transnacionais. Por fim, o quinto problema é que a produção agrícola tornou-se subordinada ao capital financeiro, pois depende das “inversões do capital financeiro, que adianta[m] recursos, cobra[m] juros e divide[m] a renda gerada na agricultura” (STEDILE, 2012, p.645).

Compreender a configuração da questão agrária e o seu desenvolvimento é importante para identificarmos os atuais problemas no campo, as forças e contextos emergentes que surgem na história da luta e dos movimentos camponeses. Considerando o movimento social como o indicador mais expressivo sobre o funcionamento de uma sociedade e da tensão política econômica e social, demonstrando a insatisfação, contradição e a luta, e o mesmo como alavanca da mudança social (CASTELLS, 2013, SOARES DO BEM, 2006), buscamos recuperar a luta camponesa no Brasil, dos movimentos sociais ou organização da luta pela terra que questionavam a estrutura da questão agrária.

Castells (2013) ao analisar como um movimento social se origina, afirma o seguinte:

Geralmente [os movimentos sociais] se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e da crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas (p.157).

Em suma, Castells (2013) aponta que os movimentos sociais surgem quando instituições políticas não conseguem representar os interesses da sociedade e assim,

de forma autônoma, a sociedade, representada pelos movimentos sociais buscam garantir as diretrizes da democracia.

No mesmo sentido, Soares do Bem (2006), afirma que os movimentos sociais se revelam como um sismógrafo demonstrando a topografia das relações sociais.

[...] Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais. Tanto sua forma como seu conteúdo são condicionados pela específica constelação histórica, razão pela qual não se pode compreendê-los sem remissão direta às determinações históricas macroestruturais. Os movimentos sociais deixam entrever mais do que puras carências percebidas e demandas interpostas; eles permitem, de fato, o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam, cujas feridas se tornam, por intermédio deles, materialmente visíveis (p.1137).

Tais trechos nos possibilitam entender que ao compreendermos os movimentos sociais estaremos desmitificando as contradições de nossa sociedade, sendo, portanto, o que chama de topografia das relações sociais. Por fim, estas citações reforçam a necessidade de estudarmos os movimentos sociais como resultado da contradição do desenvolvimento desigual e combinado.

Nesta pesquisa analisaremos a Via Campesina no Brasil e seus movimentos articulados, e conseqüentemente, teremos uma análise das contradições do campo brasileiro.

## **1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: UMA GEOGRAFIA DE LUTAS**

Primeiramente, vale destacar que nossa consideração sobre a definição de movimento social é um grupo com uma estrutura bem definida e um projeto político e ideológico evidente. Outro ponto é que na história da luta camponesa no Brasil podemos

visualizar os pedaços, isso é, os fragmentos das lutas entre momentos do século passado e dos atuais, cuja diferença é elementar para compreendermos a (re)configuração e atualidade das lutas camponesas.

Ao longo do desenvolvimento da questão agrária, a história do campesinato e da luta pela reforma agrária difundiram inúmeros movimentos sociais ou revoltas no Brasil que originou diversos conflitos pela terra. Nesse momento, teve-se por um lado movimentos com organização e estrutura menos complexas, devido a serem movimentos com atuação local, e ainda, sem um projeto político e ideológico definido, com intenção apenas no acesso a um determinado local sem a noção da política de reforma agrária. Em outro momento, existiram lutas camponesas devidamente organizadas e estruturadas, atuando em escala nacional, e com um projeto político e ideológico definido que exigia uma política nacional de reforma agrária e não apenas a posse da terra.

No Brasil, as recorrentes lutas camponesas se limitavam a uma localidade muito específica e sua reivindicação consistia praticamente pelo acesso à terra, como o caso dos movimentos messiânicos e de outras revoltas populares tomada pelos posseiros<sup>4</sup>. A partir da década de 50, os camponeses organizados por meio dos sindicatos e movimentos sociais surgem fortemente e ampliam sua escala local para outras regiões, desempenhando um papel importante nas lutas sociais tornando a luta pela reforma agrária como uma pauta elementar em escala nacional. Na década 60, a luta camponesa sofreu um refluxo e nesse momento a igreja passou a exercer o principal papel na articulação das lutas sociais. A articulação foi responsável pela formação e criação de movimentos sociais na década de 80 e 90 e esses movimentos

---

<sup>4</sup> O que nos leva afirmar isso é nosso entendimento que o messianismo não teve um projeto claro de luta como a reforma agrária, ou seja, a luta dos messiânicos pela terra não era nacional e sim uma questão específica e local. Embora a luta dos movimentos messiânicos fosse mais do que uma luta pela terra local, a luta sim envolvia um questionamento nacional sobre a concentração de terras. Porém, sem a clareza do projeto de reforma agrária nacional a problemática ficou regionalizada.

reconfiguraram a luta camponesa tanto no sentido organizacional, como na escala, na inovação dos tipos de ações e a ampliação de suas pautas e reivindicações.

As atuais lutas camponesas apresentam diversas pautas e reivindicações, como principalmente a defesa por reforma agrária e a luta pela permanência na terra. Esta mudança, além de reconfigurar a estrutura, organização e reivindicação, remodificou totalmente a luta pela terra. Outro ponto é que os atuais movimentos saltaram de escala<sup>5</sup> (de regional para nacional e agora para a escala mundial), se espacializando no cenário nacional e internacional.

Com o surgimento da Via Campesina, os movimentos de diversos países vêm buscando caminhar e construir juntos um projeto organizado pela sociedade civil mundial. Novamente, a escala de atuação é ampliada, saltando da escala nacional para a internacional. Consequentemente, as reivindicações também se estenderam tendo em seu cerne uma luta sistêmica<sup>6</sup>.

Viola e Mainwaring (1987), ao distinguirem o que consideram como novo e velho movimento social<sup>7</sup>, alertam que não trata o velho no sentido negativo, ou seja, que tenha perdido sua importância ou que seja ultrapassado. Todavia, a relação feita pelos autores se deve pela diferença de proposta e do objetivo dos movimentos sociais que

---

<sup>5</sup> Saltar escalas é um conceito cunhado por Neil Smith (2000) que destaca a importância da escala como produto das relações sociais e de que são produzidas ativamente. Smith defende que a escala geográfica é o que “[...] define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado” (p.144). O autor exemplifica esse raciocínio comparando as escalas específicas como o corpo, a casa, a comunidade, o espaço urbano, a região, a nação e as fronteiras globais examinando-as em quatro aspectos: identidade ou características das escalas, diferenças internas, os limites com outras escalas e políticas de resistência para o “saltar escalas”. Alerta que não supõe uma separação hierárquica espacial, mas que essas devem ser entendidas como escalas encaixadas, tendo uma relação com a outra. E ainda, destaca que a escala global (fronteira global) é demarcada pela dinâmica interna do desenvolvimento econômico desigual do capitalismo. Nesta pesquisa, o termo saltar escalas é no sentido de circulação nas diversas escalas, tendo momentos uma escala local e em outro nacional ou internacional.

<sup>6</sup> Para entender as reivindicações da Via Campesina ler o capítulo 2, especificamente, quando tratamos sobre o projeto contra-hegemônico desta articulação. Para entender a luta sistêmica da Via Campesina ler o subcapítulo 3.3, quando tratamos do significado da luta da Via Campesina através do movimento altermundialista,

<sup>7</sup> No caso da comparação dos autores, os novos movimentos sociais são as Comunidades eclesiais de base (CEBs), o movimento feminista no Brasil nos anos 90, grupo de defesa dos direitos humanos na Argentina, associações de moradores e, por fim, associações ecológicas do Brasil e da Argentina (VIOLA E MAINWARING, 1987).

dão condição para a reconfiguração da luta camponesa. Outro fator pertinente é que há característica perceptível dos movimentos recorrentes nos atuais movimentos sociais:

A distinção entre movimentos novos e antigos é a existência entre tipos ideais. Todos os movimentos novos que se dedicam à mudança política combinam alguns elementos valorativos dos “novos” e “antigos” movimentos. Embora haja uma tendência à coerência nos conjuntos dos valores, qualquer movimento específico combinaria alguns valores característicos dos novos movimentos com outros que são característicos dos antigos. Além disso, um movimento particular pode modificar seus valores no decurso do tempo, no sentido de aproximar-se ao tipo ideal oposto (VIOLA; MAINWARING, 1987, p.110)

Corroboramos com Gohn e Bringel (2012, p.12) quando afirmam o seguinte:

Não se pode esquecer, contudo, que as “novidades” convivem com as “continuidades”, motivo pelo qual os movimentos podem ser entendidos como objeto/sujeito privilegiado de atores e práticas sociais que, assim, como as identidades, estão em contínua reinvenção. Não se trata mais de contrapor os “novos” movimentos sociais [...] aos “velhos” movimentos [...]

Esses elementos dos recorrentes movimentos identificado nos atuais nos motiva a compreender as reconfigurações das lutas sociais. Entendemos que estas lutas camponesas são elementos que moldam a resistência camponesa. Estes fragmentos nos revela a totalidade da história da resistência camponesa no Brasil. Por isso, objetivamos recuperar esses momentos de resistência e identificar os elementos pertinentes da reinvenção da luta camponesa. Conforme alerta Thompson (1987, apud, FERNANDES, MEDEIROS, PAULILO, 2009, p.23)

Toda periodização traz consigo sérios riscos de apagar o passado e inaugurar um novo tempo, no qual são ressaltadas as rupturas, e pouca importância acaba sendo dada às continuidades. Esse risco foi enfaticamente apontado pelo historiador inglês Edward Thompson, quando, na sua análise sobre a formação da classe operária inglesa na passagem do século XVIII para o XIX, afirma que [...] é muito frequente, visto que toda narrativa tem que começar em algum ponto, que vejamos apenas as coisas novas [...]

Não pretendemos aqui depreciar ou apagar o passado, ou menos, de inaugurar um novo tempo. Porém nossa intenção é demonstrar as continuidades das lutas camponesas. Ainda com os mesmos autores:

[...] é possível constatar, em nossa história, um forte elemento de continuidade em relação ao passado. [...] perpetuam-se aspirações, temores, tensões, mas que se revelam 'num novo contexto, com nova linguagem e argumentos e num equilíbrio de forças modificado' [...] (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p.23)

Portanto, trataremos aqui as lutas com elementos permanentes e as lutas com elementos atuais com a mesma relevância, contudo, reconhecemos a diversidade de movimentos e as mudanças de forma de organização, do tipo de ação e da escala.

A finalidade é diferenciá-las sobre os diferentes objetivos, estratégias e articulação, bem como afirma Fernandes (1999), Oliveira (1996, 2007) e Gohn (2004), as lutas camponesas estão presentes ao longo da história do Brasil e os conflitos sociais não se restringem somente ao nosso tempo.

Para recuperarmos as lutas camponesas no Brasil partimos do contexto histórico da luta camponesa. Em primeiro lugar recuperamos os antecedentes históricos das lutas do campo desde o processo de grilagem e constituição da propriedade privada no Brasil. Depois, analisaremos as lutas pela reforma agrária tendo como finalidade entender as pautas e organização dos movimentos do campo presente. Em seguida, relacionaremos estes períodos demonstrando os atuais movimentos camponeses e o entendimento da reforma agrária no Brasil, em cada período. O objetivo é demonstrar a diversidade de movimentos sociais presentes no campo brasileiro e a atualidade da luta pela reforma agrária.

### **1.1.1 Antecedentes históricos na configuração de uma Geografia das lutas no campo.**

O antecedente histórico da Geografia das lutas do campo deve ser lembrado a partir de 1850, cujo contexto econômico é dado pelo modelo agroexportador baseado no *plantation* - ou seja, extensas terras exclusivas para a produção de monocultura,

como cana-de-açúcar, e destinadas para o mercado externo e, também, a utilização da mão de obra escrava (STEDILLE, 2002; PRADO JUNIOR, 1970).

Segundo Medeiros (2003) e Stedille (2002) dois pontos modificariam a estrutura e o contexto desta época brasileiro: a pressão internacional pela liberdade dos escravos no Brasil<sup>8</sup> e, consecutivamente, a crise do modelo econômico brasileiro que visou modificar o contexto sem que a elite perdesse seu *status quo* (STEDILLE, 2002, p.234). Nas palavras de Medeiros (2002, p.10)

Quando em meados do século XIX, começaram a surgir dificuldades para a continuidade do uso da mão-de-obra escrava, uma vez que o tráfico negreiro passou a ser publicamente condenado e duramente perseguido no plano internacional, o debate sobre novas formas de trabalho para as grandes lavouras também passou a ser uma discussão sobre o uso da terra e as condições de sua apropriação (MEDEIROS, 2002, p.10).

Até a independência do Brasil em 1822, a única forma de posse era por meio da concessão da sesmaria. Depois da independência, a posse de terra foi somente firmada com o registro nas paróquias. Contudo, em 1850 é criada a Lei de Terras que regulamentou a situação de posse e propriedade de terra, o que gerou novamente a modificação na forma de apropriação de terras. Conforme explica Medeiros (2003) a Lei “[...] legitimava o direito de posse em terras ocupadas com culturas efetivas, recompensava o cultivo eficiente concedendo ao posseiro outro tanto do que possuísse, garantido, dessa forma as condições preexistentes à terra” (p.11). Portanto, até a data da promulgação da Lei, a terra sem ocupação foi declarada pública e o acesso se restringia por meio da compra. Segundo Girardi (2008) a intenção dessa mudança era impedir que os escravos libertos com a Abolição e os pobres imigrantes que chegavam

---

<sup>8</sup> A luta pela liberdade dos escravos no Brasil foi longa e conteve ao todo 4 leis em torno desta questão. A primeira Lei foi de 1850, chamada de Lei de Eusébio Queiroz, pelo qual extinguiu o tráfico negreiro, proibindo, portanto, somente a comercialização dos escravos. A segunda é de 1871, conhecida como Lei do Ventre-Livre, que livrava da escravidão os filhos de escravos que nascessem a partir da data da promulgação da Lei. A terceira é de 1885, que aprova a Lei “dos Sexagenários” que libertava os negros com mais de 65 anos da escravidão. E finalmente, em 1888 instaura a Lei Áurea, abolindo completamente a escravidão no Brasil (FAUSTO, 2010).

como mão-de-obra pudessem ter o acesso à terra. Conforme compara e elucida Feliciano (2007, p.49):

A partir da Lei de terras o Estado com a finalidade de tornar a terra também mercadoria, apresentou tentativas de regularizar propriedades que eram regidas por meio da posse. [...] O acordo criado pela elite agrária era de continuar com a monocultura agroexportadora no país. Para isso era necessário readequar o problema da mão-de-obra surgida com a extinção do tráfico negreiro. Convenientemente a Lei de Terras foi implantada no país no mesmo ano do fim do tráfico negreiro. Sua finalidade era em primeira instância incentivar a imigração espontânea. Esta Lei pretendia que as pessoas que tivessem com posses ou sesmarias regularizassem suas áreas, realizando seu registro. Com essa alteração, as terras passariam a domínios particulares, e conseqüentemente o Estado saberia que as terras que sobrassem seriam suas, ou seja, as terras devolutas. A partir daí essas terras em domínio do Estado seriam vendidas em pequenos lotes para imigrantes que desejassem se estabelecer no país como pequenos agricultores.

A principal consequência da Lei de Terras foi garantir a manutenção da concentração fundiária e da disponibilidade de mão-de-obra de imigrantes (MEDEIROS, 2003). Feliciano (2007) afirma que a criação da Lei implicou numa generalizada confusão dominial<sup>9</sup>, em virtude de os títulos de terras apresentarem caráter duvidoso devido a publicação de diversos documentos falsificados e de assinaturas falsas (FELICIANO, 2007). A este procedimento é denominado de grilagem, que é a falsificação de documentos de terras públicas que são posteriormente vendidas, tornando-se um dos agravantes da situação fundiária atual e da luta camponesa (FELICIANO, 2007; FERNDANDES, 2010, MEDEIROS, 2003; GIRARDI, 2008).

Com a Lei, a monocultura agroexportadora manteve-se como principal modelo econômico. A partir disto, Medeiros (2003, p.10-11) destaca o seguinte cenário nacional no início do século XX:

Concentração fundiária, abundância de mão de obra por meio de subsídios estatais à vinda de imigrantes e garantia de preços foram condições para manter o café como principal produto da pauta de exportações e carro-chefe da economia nacional. Em plano não tão importante figuravam outros produtos, como açúcar, algodão, borracha, predominando ora um, ora outro em diferentes tempos e

---

<sup>9</sup> Feliciano (2007) destaca como exemplo específico a região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo sudoeste paulista.

regiões, mas sempre voltados para o mercado externo e com o cultivo baseado em grandes unidades produtivas e intensa exploração de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, foi se fortalecendo uma pecuária extensiva, em terras não utilizadas pela agricultura de exportação.

Nesse período, marcado pela concentração fundiária, configurou uma corrente de luta camponesa caracterizada pelo messianismo que originou os dois exemplos dos maiores massacres de camponeses no século XX.

O primeiro exemplo é a Guerra de Canudos (1896-1897). A cidade de Canudos é localizada no sertão da Bahia e foi liderada pelo profeta Antônio Conselheiro que aglutinou devotos de várias partes do Brasil. Estes devotos apresentam como característica a extrema pobreza e eram totalmente excluídos da sociedade brasileira. O que motivou a peregrinação conduzida por Conselheiro foi a busca por um pedaço de terra comum para trabalhar e viver. Assim, os devotos construíram e se concentraram em Belo Monte, popularmente chamada de Canudos. O número total da população organizada em Canudos é impreciso, abrangendo uma média entre 20 a 30 mil habitantes. Segundo Fernandes (1999) este contingente populacional de Canudos era equivalente às maiores cidades da Bahia no período. Isto demonstra o quanto a questão da desigualdade social era acentuada e de que a miséria prevalecia (FAUSTO, 2010; MONTEIRO, 2009). Segundo Gohn (2011, p.48) em um primeiro momento Canudos simbolizava uma revolta de “matutos” – homens livres e pobres do campo e da cidade – contra a cobrança de impostos. Posteriormente, “[...] Canudos transformou-se num espaço geográfico totalmente distinto do território nacional, com costumes, religião, etc. Milhares de pessoas andavam centenas de quilômetros para juntar-se ao grupo do Conselheiro” (GOHN, 2011, p.48-49).

Para Fernandes (1999) a Guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa no Brasil, pois, o trabalho cooperado em Belo Monte e a ideia do direito à terra para todos, garantiram o desenvolvimento da produção familiar e deram condição de fazer de Canudos um espaço desejado. De acordo com o autor, em Canudos:

A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente [...] Acusados, falsamente, de defender a volta da monarquia, foram atacadas por expedições militares de quase todo o Brasil. Mais de cinco mil soldados combateram contra os sertanejos de Conselheiro. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos [...] Fechava-se o século XIX com a guerra mais trágica, mais violenta do Brasil. Esta guerra representou o desdobramento das disputas pelo poder, entre os coronéis e o governo. Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos, tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares (FERNANDES, 1999, p.20).

O segundo exemplo foi a Guerra de Contestado localizado numa área fronteira entre Paraná e Santa Catarina. Segundo Fernandes (1999) em 1908 o governo brasileiro concedeu à empresa norte-americana, *Brazil Railway Company*, o direito para construir uma ferrovia no trecho entre São Paulo e Rio Grande. À medida que a construção da ferrovia atravessava a área do trecho, os moradores locais eram expropriados e a biodiversidade era desmatada. Outro ponto é que com o fim da construção da ferrovia, milhares de trabalhadores ficaram desempregados e situados na miséria e, conseqüentemente, a marginalidade tornava-se algo comum, gerando saques e assassinatos na região. No ano de 1912 surge a Revolta de Contestado, em Campos Novos (SC), e liderado pelo monge José Maria totalizando mais de 20 mil pessoas. Conforme explica o autor, o conflito começa quando José Maria se envolve num conflito local para o acesso à terra ...

[...] depois de se envolver com a disputa política local, recebeu o apoio de um coronel o que proporcionou o conflito de interesses no sistema coronelista. O monge foi acusado de ter proclamado a monarquia e, perseguido, retirou-se para Irani, localizado na região contestada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. A chegada do monge e seus seguidores na região pretendida pelo Paraná foi interpretada como uma invasão dos catarinenses. Foram atacados pela Polícia Militar do Paraná, mesmo depois de terem proposto que partiriam daquela região. Foram atacados de madrugada e revidaram. O monge foi atingido mortalmente na batalha em que os seus seguidores derrotaram a tropa policial. No final do ano de 1913, na região de Taquaruçu, em Santa Catarina, ressurgiu o movimento messiânico. Unem-se os coronéis, a empresa *Brazil Railway* e o governo que

mobilizaram as tropas federais para enfrentar os camponeses. No primeiro ataque, a tropa foi derrotada e bateu em retirada, abandonando munição e armas. Em fevereiro de 1914, o movimento era composto por mais de 10 mil pessoas. O segundo ataque foi de surpresa, de madrugada, quando o arraial onde viviam os camponeses fora atacado com tiros de canhão e centenas de bombas. O lugar foi arrasado. Os sobreviventes fugiram para um novo reduto: o arraial de Garaguatá, no coração da região do Contestado. Neste reduto, passaram a viver cerca de 5 mil pessoas, onde não existia propriedade, já que a terra era um bem comum. Novamente, o governo da República, acusando-os de monarquistas, enviou tropas para atacar esse movimento insurgente, em 9 de março de 1914. De novo, as tropas foram rebeladas. Por causa de uma epidemia de tifo, os camponeses mudaram de lugar, formando pequenos núcleos. Outra vez, foram atacados e numa luta sangrenta, as tropas destruíram o principal núcleo de resistência. Então, da defensiva os camponeses passaram à ofensiva. Em setembro de 1914, eram mais de 15 mil pessoas. Acusando o governo de assassinar os trabalhadores e entregar as terras para empresas estrangeiras, passaram a atacar fazendas e cidades e controlaram partes da ferrovia. A guerra final aconteceu em dezembro, quando 7 mil homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques. Aviões foram utilizados para levantamento das localizações dos redutos camponeses. Foram encurralados e sem suprimentos começava o fim da resistência (FERNANDES, 1999, p.20-21).

Gohn (2011) critica que a historiografia brasileira tradicional sempre considerou os movimentos messiânicos como simples fenômeno caracterizados pelo fanatismo religioso. Contudo, como ressalta a autora, esses movimentos, mesmo não tendo claros projetos políticos ou ideológicos, foram lutas envolvendo a questão agrária e a resistência contra as oligarquias rurais. No mesmo sentido, Martins (1995, p.62) analisa Canudos e Contestado:

Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo.

O autor ainda afirma que o messianismo e o cangaço colocavam em crise o coronelismo. Fernandes (1999) defende que por mais que Canudos e Contestado fossem lutas e organização isoladas, a realidade era em escala nacional e a resistência desses, representou uma força política que desafiava a ordem instituída. Martins (1981, p.61) explica que a luta dos movimentos messiânicos somente era localizada porque

“[...] as grandes tendências do processo político se definiam nas localidades”. Por isso, devemos entender que os movimentos messiânicos, embora, sua localidade específica, na verdade, sua luta repercutiu nacionalmente.

Fernandes (1999) também destaca outras lutas sociais semelhantes, porém, como analisa o autor, sem características de uma organização afirmada como movimento social. Segundo o autor, o cangaço foi outra forma de organização dos camponeses, pois, surgiram por conta dos domínios dos coronéis, ou seja, dos latifundiários. Como explica o autor:

A reação é instintiva quando a morte faz parte do dia-a-dia. O limite é o desespero e ou a revolta, que geram desde a submissão até a insubordinação. Nas primeiras décadas do século XX, nas terras do Nordeste, onde a expulsão e a perseguição até a morte eram coisas comuns aos camponeses, surgiu uma forma de banditismo social que ficou conhecida como cangaço. Tornar-se cangaceiro era decorrência da ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família. Nas terras onde a lei não alcança o coronel porque ele é ou está acima da lei, restou bem pouco à resistência camponesa a não ser a rebelião [...] O cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Os grupos eram formados, principalmente, por camponeses em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis. Os cangaceiros replicavam, vingando-se em uma ou mais pessoas da família do fazendeiro. Os diferentes grupos cangaceiros desenvolviam suas ações por meio de saques nas fazendas e nas casas comerciais. Alguns, como foi o caso do bando de Lampião, não distinguiam o rico coronel do camponês. Essa forma de banditismo colocava em questão o próprio poder do coronelismo. (FERNANDES, 1999, p.21-22)

Dessa forma, os movimentos messiânicos junto com o cangaço representavam “os espaços políticos da revolta camponesa” nessa época, pois, eram consequências do “cerco à terra e à vida” (FERNANDES, 1999, p.21-22).

Os movimentos messiânicos equivalem à primeira experiência da luta camponesa. Embora a luta e a organização tenham permanecidas isoladas, a problemática da falta de terra era uma questão nacional. O objetivo desse movimento consistia principalmente em conseguir a acessibilidade da terra, cuja época o contexto desfavorável com o modelo agroexportador, a política da Lei de Terras e a grilagem restringiram as terras e impulsionaram diversos conflitos no campo. O massacre de

Canudos e Contestado demonstrou uma característica secular presente no campo: a violência contra os camponeses.

No período entre 1930 a 1950 surgem diversas *revoltas de posseiros* resistindo contra a desapropriação camponesa. O contexto dessa época tem como situação o crescimento da burguesia industrial e, de acordo com Stedille (2002, p.234) este período marca o crescimento da unidade camponesa.

Entre os diversos exemplos<sup>10</sup> citamos a Revolta de Porecatu (1940 e 1950), que ocorreu no extremo norte do Paraná. Essa revolta envolve a discussão sobre a figura do posseiro e a dificuldade do governo em resolver os conflitos a respeito da irregularidade da compra e venda de terra (FERNANDES, 1999). Fernandes (1999, p.27) explica como ocorreu essa Revolta:

Na região de Porecatu aconteceu um enfrentamento armado entre posseiros e a polícia. Desde meados da década de 40, os posseiros estavam em luta com um grande latifundiário, que recebia proteção do governador do Estado, envolvido em negócios irregulares com a compra e venda de terras. A polícia realizava violentos despejos e os posseiros se armaram para resistir. Em 1950, o Partido Comunista Brasileiro enviou alguns militantes para tomar parte da luta armada. Com o aumento dos conflitos e com a mudança de governo, as terras em questão foram declaradas públicas e destinadas à desapropriação. Os últimos resistentes foram desarmados e presos pela polícia.

Outro exemplo de conflito envolvendo a figura de posseiro é a Revolta de Trombas e Formoso (1953-1954). Segundo Fernandes (1999, p.26-27) a revolta aconteceu pelos seguintes elementos:

Em Goiás, no norte do Estado, com a construção da Transbrasiliana e por causa do projeto de colonização promovido pelos governos federal e estadual, as terras da região foram valorizadas. As terras devolutas, ocupadas por posseiros, passaram a ser griladas por fazendeiros. O processo de legalização fundiária foi feito por meio de documentos falsos. Forjada a situação, os grileiros passaram a intimidar os camponeses, propondo-lhes o pagamento das benfeitorias para que saíssem da terra. Os camponeses recusaram a proposta e foram ameaçados pelos jagunços dos grileiros. Com a resistência dos camponeses, os grileiros fizeram outra proposta: eles ficariam nas terras desde que formassem pastos para os fazendeiros. Diante de nova recusa, os camponeses foram atacados e tiveram suas casas e roças queimadas. Um dos camponeses atacados, José Porfírio, viria a

---

<sup>10</sup> Para conferir os diversos exemplos das revoltas de camponeses ver Fernandes (1999).

se tornar uma importante liderança do movimento de resistência camponesa de Trombas e Formoso.

A revolta de Porecatu e Trombas e Formosos, e entre outros, foram os exemplos, do que viria a ser disputa territorial no século XX: a dura repressão no campo e a resistência e flexibilização dos camponeses (SHANIN, 2005).

É nesse mesmo período de revoltas dos posseiros que surge a primeira proposta de lei sobre reforma agrária através da nova Constituição Federal de 1946. Segundo Oliveira (2007), o § 16 do artigo 141 e do artigo 147 da referida Constituição versava sobre fins de desapropriação por interesse social e uma distribuição justa da propriedade. *In verbis*:

Art. 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro [...].

[...]

Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

Para Oliveira (2007), a lei significou uma possível proposta de construção de reforma agrária para o campo brasileiro. Contudo, a pressão das elites fundiárias impediu que a lei tivesse continuidade e em quinze anos nenhum dos inúmeros projetos foram aprovados. Somente nos anos 60, com a pressão das lutas sociais e a luta para instituir a reforma agrária, que modificaria o rumo sobre a questão agrária e luta pela reforma agrária (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Medeiros (2003) a partir de 1954 é o momento em que a reforma agrária teria adesão de uma ampla participação da sociedade e teve como diferencial a aliança ideológica e política, contendo desde a participação de sindicato, associação, movimentos e a igreja. Nesse momento o modelo de industrialização decaía, e conforme contextualiza Stedille (2002, p.235), “[...] a sociedade começou a debater um outro

projeto nacional para reforçar uma industrialização autônoma, ou mesmo, para se libertar das garras do imperialismo”.

Conforme identifica Medeiros (2003), o tema da reforma agrária até a década de 50 se restringiu a intelectuais e políticos. Contudo, a partir da década de 50, a reforma agrária apresentou-se como uma demanda ampla e cuja proposta passou a ser disputada por variada força social, “transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país” (p.14). Com isso, a reforma agrária se tornou um dos principais temas dentro da reforma estrutural, tendo pela primeira vez, como nova característica sua discussão no espaço público. Como consequência dessa novidade, os conflitos passaram a ser mediados através de leis e a partir daí a luta camponesa buscou o cumprimento ou ampliação da lei. Nas palavras de Medeiros (2003, p.19):

Essas lutas trouxeram para os espaços públicos demandas que antes existiam de forma atomizada. Conflitos que eram resolvidos pelo poder dos patrões passaram a encontrar a mediação de concepções de direitos, das leis, gerando toda uma mobilização com o objetivo de fazer cumprir ou ampliar esses direitos.

Com a mediação dos conflitos da terra através das leis, a luta pela reforma agrária foi modificada tendo neste momento a participação da sociedade. De acordo com Stedille (2002) é possível destacar 4 correntes de organizações ou movimentos nesse período.

A primeira corrente é a sindical quando surge em 1954 a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sobre a participação do Partido, Fernandes (1999, p.23) aduz:

Com esta organização, o Partido Comunista pretendia criar as condições necessárias para formar uma aliança política entre os operários e os camponeses. Com raras exceções, os líderes da ULTAB eram camponeses. Eram outros trabalhadores indicados ou impostos pelo Partido.

Mesmo sem a participação ativa dos camponeses, a ULTAB foi relevante no cenário das lutas sociais. Conforme o autor, somente onde havia outros movimentos<sup>11</sup>, como em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, que a ULTAB não se vingou, e nas demais regiões a ULTAB foi ativa, tendo sua maior influência na região sudeste (FERNANDES, 1999; STEDILE; FERNANDES, 2005). Para Stedille (2002) a finalidade da ULTAB consistia em ser uma associação civil sem fins lucrativos disfarçando o caráter sindical, uma vez que na época não era permitido a criação de sindicatos no campo. Segundo Oliveira (2007) a ULTAB tinha a finalidade de coordenar as associações camponesas da época e funcionava como instrumento de articulação e organização do Partido, conduzindo e unificando a luta camponesa por meio da luta dos trabalhadores assalariados do país. A citada organização, atrelada estritamente ao Estado, permitiu que os sindicatos fossem subordinados ao governo, influenciando no enfraquecimento dos movimentos camponeses, principalmente, quando o movimento camponês foi reprimido (FERNANDES, 1999).

A impulsão da organização sindical adveio da regulamentação da sindicalização rural em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, tornando essa opção legal e como principal meio para a luta social. Contudo, a Lei apenas permitia uma única organização nacional e assim houve uma disputa pelo espaço entre os partidos e a Igreja (OLIVEIRA, 2007). Como expõe Fernandes (1999, p.24-25)

Em julho de 1963, em Natal, foi realizada a primeira Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais. Nesse evento, com a participação de sindicatos ligados à Igreja Católica, sendo a grande maioria do Nordeste, foi proposto a fundação de uma confederação sindical. No final deste ano, as federações cristãs do Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco apresentaram ao Ministério do Trabalho os documentos para a criação da confederação. Mas, como existiam outras 19 federações esperando a tramitação de seus documentos junto aos órgãos do governo, essa tentativa de fundar primeiro a confederação foi frustrada. A ULTAB reunia a maior parte das federações e derrubou a pretensão católica. Em dezembro, num acordo entre estas instituições, formou-se uma lista única, com candidatos das duas tendências e foi criada a Confederação Nacional - CONTAG.

---

<sup>11</sup> Respectivamente, conferir a segunda e terceira corrente de movimentos sociais nesta seção.

De acordo com Martins (1995) e Fernandes (1999) a ULTAB foi alterada para a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) em 1963. Como será apresentada posteriormente, a CONTAG na época da ditadura militar tornou-se um instrumento do governo como forma de controlar a pressão no campo, tendo lideranças escolhidas pelo governo militar.

A segunda corrente foi a Liga Camponesa, considerada como o principal movimento camponês na época. Primeiramente foi organizada no Nordeste, no Estado de Pernambuco, em seguida ampliou sua organização na Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, Goiás e em diversas regiões no Brasil.

De acordo com Julião (2009) antes de chamar Liga Camponesa o grupo era primeiramente denominado de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Conforme explica o autor sobre a origem e o objetivo do mesmo:

Em 1955, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde chamada de “Liga Camponesa da Galiléia”. Essa iniciativa coube aos próprios camponeses do Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, não muito longe do Recife. Queremos deixar bem claro, para esclarecer uma velha dúvida, que não interferimos sequer na fundação dessa sociedade, a liga-mãe ou inspiradora de dezenas e dezenas de outras que, hoje, se espalham pelo Nordeste e várias regiões do país. Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõesinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora. O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica. No Engenho Galiléia havia, como ainda hoje, 140 famílias camponesas, totalizando quase mil pessoas. As autoridades negavam-lhes o direito de ter uma professora, e o dono do latifúndio, um absenteísta, apesar de ter filhos diplomados, graças ao foro arrancado anualmente daquela pobre gente, também não cumpria o artigo da Constituição Federal que obriga todo estabelecimento agrícola com mais de cem trabalhadores a manter escola gratuita para eles e os filhos. Na sua humildade, os camponeses da Galiléia, depois de constituírem a diretoria da sociedade, com presidente, vice-presidente, tesoureiro e outros cargos, convidaram o próprio senhor de engenho para figurar como presidente de honra. Houve posse solene, saindo o dono da terra satisfeito porque era o único da região a receber essa homenagem dos foreiros explorados (p.276).

Oliveira (2007) apresenta um trecho da entrevista de Julião, publicada originalmente no Jornal o Pasquim, em 12 de janeiro de 1979, que destaca que fora os

jornais que criaram o termo Liga Camponesa como forma de deslegitimar o movimento, em relação ao termo camponês significar um sujeito como rebelde ou revolucionário. Contudo, a má intenção dos jornalistas em apelidar a Sociedade em Ligas Camponesas inverteu em benefícios para a organização, cujo ato deu mais força e resistência. A seguir transcrevemos o trecho que explica:

Quem batizou a Sociedade Agrícola e Pecuária com esse nome 'Liga', em 1955 foram os jornais do Recife para torná-la ilegal. A Liga Camponesa começou sendo crônica policial. Qualquer coisa relacionada com a Liga estava na página policial, porque consideravam que tudo o que acontecia no campo não era senão uma série de delitos cometidos pelos camponeses sob a orientação desse fulano de tal, esse senhor advogado e agora deputado que criava conflitos, tirando a paz do campo. Mas, como o nascimento da Liga coincidiu com a chegada de Juscelino ao poder, com o problema do desenvolvimentismo, havendo uma certa euforia na burguesia nacional para quebrar os latifúndios e criar indústrias de transformação, então essa coincidência nos favoreceu (Francisco Julião, 12/01/1979, apud, OLIVEIRA, 2007, p.108-109).

Segundo Fernandes (1999) as Ligas Camponesas inicialmente se constituíram como uma associação dos camponeses buscando melhorias para os trabalhadores rurais. Por exemplo, a principal luta foi contra o elevado aumento do foro, espécie de arrendamento (OLIVEIRA, 2007). O mesmo autor descreve que os membros da Liga Camponesa seriam como...

[...] foreiros que pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual (foro). Reagiram ao aumento da exploração e tentativa de expropriação pelo dono do engenho e buscaram apoio com o advogado e deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro, que passou a representá-los (FERNANDES, 1999, p.22-23).

Em suma, o movimento no início apresentou-se como uma luta corporativa. Posteriormente, o movimento tornou-se um símbolo da luta pela terra por questionar, acender e defender a necessidade da reforma agrária e colocá-la como pauta social elementar. Segundo Oliveira (2007)

A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte

desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil [PCB], fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação (p.104).

Em relação entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Liga Camponesa, Medeiros (2003) revela que a liderança de Francisco Julião, da Liga Camponesa de Galiléia, serviu como principal responsável para o fortalecimento do movimento e maior destaque nacional deste movimento em comparação ao PCB<sup>12</sup>. Para a autora, Julião teve uma concepção diferente da reforma agrária em relação ao entendimento do partido. A diferença deve-se que Julião entendia que era o campesinato quem deveria ser o ator político da reforma agrária<sup>13</sup>, diferente, por exemplo, do entendimento da ULTAB. Fernandes (1999) aduz

A atuação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. Por parte das instituições, ao contrário, tanto o PCB quanto a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos. Parte das ligas tentaram organizar grupos guerrilheiros, quando então ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersos pelo Exército. (FERNANDES, 1999, p.23)

Medeiros (2003) reconhece as Ligas Camponesas como a principal expressão política nos anos 60, não só pelo destaque nacional como pelos tipos de reivindicação do movimento e de ação inovadora. Para a autora, as Ligas Camponesas foram a...:

[...] expressão política de conflitos que se expandiram na zona da mata nordestina, em especial nas áreas próximas ao Agreste, no momento em que mudanças nas relações tradicionais começaram a evidenciar com os aumentos considerados abusivos ao foro (aluguel que os

<sup>12</sup> Segundo Medeiros (2003) o PCB apoiou e auxiliou a criação da Ligas Camponesas. No final dos anos 50, as Ligas romperam a relação com o PCB e a partir daí foi estabelecido a política de reforma agrária radical.

<sup>13</sup> De acordo com Medeiros (2003, p.18) Julião defendia que a reforma agrária deveria quebrar o poder dos latifundiários e o mesmo pensara o campesinato como ator político sem contar com apoio da burguesia ou de qualquer outro setor. Segundo a autora, a ideia de Julião corresponderia como propósito iniciar a revolução socialista.

trabalhadores pagavam aos proprietários pelo uso da terra) e o cada vez mais comum corte do “sítio” (área de terra a que alguns trabalhadores dos engenhos podiam ter acesso para plantio de alimentos) [...] As Ligas Camponesas ganharam destaque nacional pelas sucessivas mobilizações criando um fato político novo: os trabalhadores do campo nas ruas, realizando marchas, comícios, congressos. Reivindicavam a extinção do cambão (dias de trabalho gratuito para o dono da terra), do barracão (armazém no interior dos engenhos onde os trabalhadores se abasteciam, gerando uma dívida que dificilmente poderia ser paga), lutavam contra o aumento do foro. A essas reivindicações de caráter mais imediato somava-se a demanda por reforma agrária (p.17).

Oliveira (2007), ao analisar a relevância das Ligas Camponesas, afirma que o movimento não deve ser limitadamente entendido como um movimento local e o correto seria analisá-lo como um movimento em escala nacional, pois sua angústia representa a...:

[...] manifestação nacional de um Estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país (p.108)

Nesse sentido, as Ligas Camponesas fizeram a luta pela reforma agrária como uma luta nacional. Antes das Ligas Camponesas, a luta pela reforma agrária não ganhou esta relevância em cenário nacional sendo uma luta muito restrita aos movimentos messiânicos de posseiros<sup>14</sup>. Somente com as Ligas e com o PCB, a luta pela reforma agrária conseguiu pressionar a sociedade na luta pela reforma agrária. Este ponto demonstra a importância do movimento em saltar escala e se organizar em escala nacional, a fim de, conseguir articulação com outros pontos e ampliar suas lutas. De acordo com Oliveira (2007)

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 e 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas, foram organizando, principalmente, no Nordeste Brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos

<sup>14</sup> Não pretendemos aqui deslegitimar a luta pela terra dos movimentos messiânicos e posseiros em comparação a relevância das Ligas Camponesas. Mas, de fato, a reforma agrária somente demonstrou um poderio de pressão popular nacional com a atividade da Liga Camponesa (MEDEIROS, 2003; OLIVEIRA, 2007).

proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio (p.106).

Destarte, as Ligas Camponesas desempenharam um papel essencial na luta pela terra, reestruturando a forma de organização, reivindicação com um projeto político e ideológico mais conciso, no modo de ação e no saltar de escalas estimulando as lutas do campo, reconfigurando os tipos de luta e acedendo o debate sobre a necessidade da concretização da reforma agrária. O movimento lançou um lema instigante: “Reforma Agrária na Lei ou na marra”.

Em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, fazendo com que muitas Ligas transformassem em sindicatos rurais e criando a Superintendência de Política Agrária (Supra), cujo objetivo dessa última era prover medidas de reforma agrária no país. Em 1964 a Liga Camponesa foi transformada em Federação das Ligas Camponesas, articulando 40 organizações e 40 mil filiados em Pernambuco.

[...] o final da década de 50 e início da década de 60, foram marcados pelo processo de organização/reivindicação dos camponeses, sobretudo nordestinos, no país. Esse processo gerou a criação das Ligas Camponesas, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho no campo marcou de forma exemplar sua história. Como consequência da ampliação da luta pelas Ligas Camponesas, o governo João Goulart criou a SUPRA - Superintendência da Política Agrária, órgão do governo federal responsável pela implantação de uma política de reforma agrária (OLIVEIRA, 2010, p.6)

Oliveira (2007) destaca que o assassinato de diversas lideranças sociais era uma marca que sempre esteve presente na luta social e na Liga Camponesa. Com a ditadura militar, a repressão contra a Liga Camponesa intensificou e sua desarticulação foi considerada como inevitável (OLIVEIRA, 2007).

Entre os principais assassinatos, faz-se mister citar o caso de João Pedro Teixeira, fundador das Ligas Camponesas de Sapé. Segundo Novaes (2002) Teixeira foi brutalmente assassinado em 1962 numa emboscada a mando de usineiros<sup>15</sup>. Oliveira (2007) considera que esse caso repercutiu nacionalmente no cenário devido a Liga

---

<sup>15</sup> Para ver mais sobre o caso ver Targino, Moreira e Menezes (2011).

Camponesa de Sapé ter sido a maior do Nordeste, contando com 7 mil sócios. Ainda com o autor, durante a ditadura militar a perseguição e repressão contra as lideranças e as lutas camponesas levou o movimento a desarticulação.

Como exemplo da repressão da ditadura militar é importante citar o caso da Elizabeth Teixeira, esposa do João Pedro Teixeira - assassinado com 3 tiros de fuzil, a mando de usineiros (OLIVEIRA, 2007; NOVAES, 2002). Segundo Novaes (2002, p.217), com a morte de seu marido, Elizabeth assumiu as Ligas e esteve “à frente das Ligas Camponesas”<sup>16</sup>. Durante o regime militar, Elizabeth depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a violência no campo, contudo nada foi feito em relação ao assassinato ou mesmo contra a violência no campo. Elizabeth foi presa pelos militares e quando fugiu teve que viver clandestinamente no Rio Grande do Norte até o período de abertura. Isso aconteceu igualmente com outros líderes o que ocasionou a desarticulação do movimento (NOVAES, 2002; MEDEIROS, 2003; OLIVEIRA, 2007). Segundo Targino, Moreira e Menezes (2011, p.85) a repressão política da ditadura militar não se restringiu somente ao assassinato, à perseguição e à prisão de lideranças e base do movimento<sup>17</sup>. Para os autores, a maior repressão foi o que chama de “silenciamento da memória das Ligas Camponesas”:

A repressão política ao movimento das ligas camponesas se expressou em assassinatos, perseguições, prisões, mas também se difundiu em sentimentos de medo e imaginário de terror nas populações do campo e da cidade. Isso, a nosso ver, levou ao silenciamento da memória das ligas camponesas, seja pelos que participaram diretamente, seja por outros que vivenciaram a repercussão pública dos acontecimentos (TARGINO, MOREIRA, MENEZES, 2011, p.85).

---

<sup>16</sup> Para entender a importância da Elizabeth Teixeira cf. Novaes (2002) e Targino, Moreira e Menezes (2011).

<sup>17</sup> Targino, Moreira e Menezes (2011, p.113) afirmam que as principais lideranças presas na ditadura militar são: “[...] Assis Lemos, Elizabeth Teixeira, Pedro Fazendeiro, João Alfredo Dias, Ofélia Amorim, Antonio Fernandes (prefeito e dirigente da Liga de Rio Tinto) e tantos outros, que direta ou indiretamente estavam envolvidos com as ligas camponesas (LEMOS, 2008; RAMOS, 1989; BENEVIDES, 1985; MACHADO, 1991). À prisão, seguiram-se a cassação dos direitos políticos (Assis Lemos – deputado estadual, Antonio Fernandes – prefeito de Rio Tinto, Geraldo Camilo – prefeito de Mulungu), a fuga/clandestinidade (Elizabeth Teixeira, Ivan Figueiredo) e o assassinato (Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, cujos corpos carbonizados foram deixados na margem de uma estrada do atual município de Alcantil, logo depois de ter sido anunciada a saída deles da prisão).

Portanto, o silêncio e o esquecimento renderam a desmobilização da luta camponesa. Somente 20 anos depois, com a redemocratização política, que retornaria a nova mobilização da luta camponesa. Os autores concluem da seguinte forma:

[...] O silêncio imposto pelo medo não calou apenas as bocas. Esmaeceu a memória. Desmobilizou os braços. Desacreditou a esperança. Mas até quando? Foi preciso que o jugo extenuante do capital canavieiro, amparado e impulsionado pelo estado através do Pró-Álcool, impusesse a intensificação da exploração do trabalho, para que a indignação do campesinato voltasse a se manifestar sob a forma de resistências localizadas, sustentadas pela atuação das novas formas assumidas pelos movimentos sociais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (TARGINO, MOREIRA, MENEZES, 2011, p.114).

Continuando, a terceira corrente *que surge nessa época* foi o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), no ano de 1960, localizado especificamente no Rio Grande do Sul e criado com a influência direta do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>18</sup>. Segundo Eckert (2009) o movimento mobilizou mais de 100 mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem-Terra. Embora a curta duração do MASTER, desarticulado em 1964 devido a ditadura militar, o mesmo foi considerado importante para a luta camponesa na região sulina e para a experiência de construção de outros movimentos (ECKERT, 2009; CORONEL, ILHA, LEONARDI, 2009). Fernandes (1999) descreve que o movimento iniciou com a resistência de 300 famílias de posseiros, formado por diversos segmentos, desde assalariado da granja, parceiro, peão, pequenos proprietários, no município de Encruzilhada do Sul no Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul. Posteriormente, com o apoio do governador Leonel Brizola, o movimento se territorializou por todo o estado do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1999).

No ano de 1962, com o apoio da Lei Delegada nº 4 - que versava a autorização a União a intervir no domínio econômico e ainda, assegurava a desapropriação dos bens por interesse social -, o MASTER inovou o tipo de ação que seria sua característica

---

<sup>18</sup> O PTB foi criado por Getúlio Vargas em 1945 e exercia uma forte influência no Rio Grande do Sul (STEDILE; FERNANDES, 2005).

marcante: a organização de acampamentos<sup>19</sup> próximos ao latifúndio como estratégia para pressionar o poder público na desapropriação das terras. Essa ação tornou a luta camponesa como uma ameaça concreta para o interesse dos latifundiários e foi intensamente combatida<sup>20</sup> (OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 1999).

Comparando a Liga Camponesa e o MASTER podemos ressaltar dois pontos entre suas lutas<sup>21</sup>. O primeiro ponto é que a Liga Camponesa primeiramente se destacou numa luta que consistia em conseguir ou ampliar os direitos sociais dos camponeses, como a questão do aumento do foro dos trabalhadores. Por sua vez, o MASTER teria uma estratégia diferente da Liga, que seria por meio da organização de acampamentos, cuja finalidade objetivava primeiramente entrar na terra, no sentido de conseguir o acesso à terra (FERNANDES, 1999). O segundo ponto é que a Liga Camponesa possuía uma autonomia com o PCB, partido que apoiou sua criação, permitindo que o movimento independente tivesse uma maior resistência e força ao longo do tempo. Com o Master a condição era diferente, pois sua força dependia do PTB. Devido a aproximação partidária, o MASTER, foi enfraquecido com uma derrota eleitoral do PTB em 1962. Naturalmente, a derrota do partido levou o movimento a sofrer diversos ataques da oposição recém-eleita no poder. Entre os efeitos da disputa partidária, ocorreram despejos de diversos acampamentos e a forte contraposição de entidades e instituições conservadoras contra as ações do movimento. Conseqüentemente, o MASTER foi enfraquecido e agonizou até 1964 quando foi destruído (FERNANDES, 1999). Martins (1995, p.9) faz uma importante comparação sobre os movimentos camponeses e os partidos:

Fato político dos mais importantes na história brasileira do presente é o de que os movimentos e lutas populares sobretudo no campo,

---

<sup>19</sup> Para saber mais sobre os diversos acampamentos organizados pelo MASTER e a organização do movimento, indicamos o artigo de Eckert (2009) e Almeida (2006).

<sup>20</sup> O acampamento organizado pelo Master nos anos 60 constituía-se apenas como instrumentos provisórios de pressão junto ao governo para desapropriação de terras (ALMEIDA, 2006, p.156)

<sup>21</sup> Primeiramente, ressaltamos que estas diferenças não colocam que são movimentos diferentes, porém, tais características demonstram a diversificação dos movimentos sociais e de suas estratégias.

caminham mais depressa do que os partidos políticos, legais e clandestinos. Esse distanciamento, que ocorre também na maior parte dos países da América Latina, mostra-nos que os partidos estão tendo dificuldades práticas, teóricas e doutrinárias para acompanhar as tensões sociais e as reivindicações camponesas.

Com a dificuldade dos partidos, os mesmos perderam sua força nas lutas sociais, e os movimentos sociais passaram a principalmente buscar autonomia frente aos partidos, mesmo que ainda alguns partidos tenham influenciado a construção dos movimentos sociais, como o caso da Liga Camponesa e o PCB, do MASTER e do PTB e do MST com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Segundo Oliveira (2007) as próprias cisões e dissidências no PCB resultaram na divergência entre os movimentos e a ULTAB. Para o autor, o início da divergência veio com o 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil em 1961, em Belo Horizonte (MG). Essa cisão fez com que as Ligas Camponesas se distanciassem dos sindicatos.

Por fim, a quarta corrente advém das lutas organizadas pela Igreja Católica e que conteve duas vias, segundo Stedille (2002). A primeira via é a base *conservadora*, liderada pelo cardeal dom Eugênio Sales que buscava evitar a influência comunista nos sindicatos e era contra a reforma agrária. Para Bezerra (2014, p.38) é pertinente lembrar neste momento da luta anticomunista que é um ponto essencial para compreender o conservadorismo da Igreja. Nas palavras do autor:

Não se pode esquecer o papel que o comunismo exerceu nessa guinada da Igreja em favor dos necessitados. Em tempos de Guerra Fria, a ideologia comunista foi percebida por ela [a Igreja] como uma grande ameaça. Desse modo, ela se constituiu, ao lado das Forças Armadas, em uma das instituições que mais se empenharam no combate aos comunistas no Brasil. [...] Embora não se possa exagerar o peso que o imaginário anticomunista teve sobre as ações da Igreja no período, não há como ignorar que os bispos creditavam às reformas o poder de satisfazer às aspirações das massas e, por conseguinte, evitar a propagação do “perigo vermelho”. Mas, ainda que o mundo estivesse dividido de maneira bipolar, a Igreja não tinha um passado muito harmonioso com o capitalismo e, ainda menos, com o liberalismo. O que ela propunha tampouco era a inserção do Brasil no capitalismo internacional. Contrariamente, buscava uma ‘alternativa que afastasse a sociedade das experiências radicais vividas pelo socialismo e pelo capitalismo liberal’ (BEZERRA, 2014, p.38).

A base conservadora teve organização no Rio Grande do Norte pelo Serviço de Assistência Rural que fundou diversos sindicatos e congregou mais de 40 mil camponeses, e em Pernambuco pelo Serviço de Orientação Rural e a Frente Agrária Gaúcha, e objetivavam evitar a influência do debate da reforma agrária (STEDILLE, 2002; FERNANDES, 1999).

A segunda via era composta pela base *progressista* e liderada pelo cardeal dom Hélder Câmara, que presidia a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja instituição fora criada em 1952. De acordo com Bezerra (2014) a CNBB foi fruto do trabalho do cardeal e o objetivo era centralizar os poderes eclesiais, tornando-a como uma das primeiras conferências episcopais do mundo. Sobre o cardeal, Bezerra (2014, p.34), o descreve da seguinte forma em relação a seus feitos:

Apenas alguns meses antes da fundação da CNBB, dom Hélder havia se tornado bispo auxiliar do cardeal dom Jaime Câmara no Rio de Janeiro, cidade onde atuava desde 1936, quando chegou do seu estado de origem, o Ceará. Ele nasceu na cidade de Fortaleza, em 1909, e foi ordenado padre em 1931. Desde o início de sua carreira, envolveu-se com movimentos sociais, principalmente com a causa trabalhista. Fundou em 1931, a Legião Cearense do Trabalho e, dois anos depois, a Sindicalização Operária Católica Feminina. Também foi responsável pela Organização da JUC [Juventude Universitária Católica] naquele estado [...]

O autor ainda destaca que não se pode confundir a CNBB como sinônimo da Igreja. Na sua explicação, o autor, elucida que o intuito da Igreja era a necessidade de ter uma organização que pudesse responder aos desafios impostos na época e que, principalmente, tal organização estivesse próxima às classes populares. Para o autor:

A CNBB respondeu bem a essas demandas. [...] Em todo caso, é evidente a força que a preocupação com os problemas sociais tinha nos primeiros anos da CNBB. Por certo, a perspectiva de dom Hélder tinha um peso importante, mas é difícil afirmar que ele conseguiria impor seus interesses aos outros bispos se não houvesse algum consenso em torno de suas propostas. Vale lembrar a pressão exercida pelo episcopado sobre o Congresso Nacional em favor da implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. E, ainda, a criação, em 1961, do Movimento de Educação de Base (MEB), programa de educação básica financiado pelo Estado e executado pela Igreja, por meio de escolas radiofônicas,

nas regiões menos desenvolvidas do país<sup>22</sup>. Em suma, não há dúvida de que a CNBB, até 1964, foi conduzida de uma maneira bastante diferente da que seria nos anos seguintes, mesmo que em ambas as conjunturas o interesse final fosse ampliar o alcance de seu projeto teológico-político, apoiando-se no poder estatal (BEZERRA, 2014, p.36).

Essa via progressista, liderada por dom Hélder Câmara e pelo papel da CNBB, foi responsável por impulsionar as Ligas Camponesas e os sindicatos radicais (STEDILLE, 2002; FAVERO, 2010). Contudo, essa via, na mesma situação dos próprios movimentos e sindicatos, sofreu perseguição e foi duramente reprimida pelo governo. O principal papel da CNBB pós-1964 foi em denunciar os crimes e a perseguição da ditadura militar.

Em suma, podemos afirmar três pontos relevantes para a história da luta camponesa até o período da ditadura militar. O primeiro é o afloramento de diversos movimentos camponeses e organizações nessa época, tendo precisamente 4 correntes: a primeira com o sindicalismo da ULTAB, a segunda com as Ligas Camponesas, movimento de base camponesa, a terceira com o MASTER, diretamente ligado ao PTB e, por fim, a Igreja progressista que auxiliava os camponeses. O segundo ponto a ser destacado é a pauta da reforma agrária que foi fortalecida ao ser considerada uma política nacional elementar, tendo a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e a criação do Supra que deram condição para que as forças sociais pressionarem e se organizarem no cenário. O terceiro é a respeito da inovação nas lutas camponesas, com a especialização da luta camponesa em escala nacional e na inovação no modo e tipo de ação para pressionarem a opinião pública e o Estado, como as greves, marchas, bloqueios e acampamentos.

---

<sup>22</sup> Bezerra (2014) ainda argumenta que a Igreja desde sempre considerou importante usar a Educação como um instrumento na sua atuação na sociedade. O autor cita o interesse da Igreja no debate em 1961 em defesa na aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cuja discussão pautava a continuação do ensino religioso nas escolas públicas. Consideramos também que outro motivo era impedir o predomínio do ensino público no Brasil.

Com o ápice das lutas camponesas o tema da reforma agrária esteve em evidência no cenário político. São perceptíveis características desses movimentos nos atuais movimentos, por exemplo, o MST, conforme demonstraremos no capítulo 3.

Se por um lado, esse período representou a efervescência no campo com o afloramento das lutas camponesas, por outro lado, os avanços da luta construída a partir deste momento não conseguiram continuidade sendo duramente reprimidas e dissolvidas até 1964, com o início da ditadura militar.

### **1.1.2 Luta e resistência camponesa na ditadura militar.**

Em 1964 é deposto o governo de João Goulart pelas forças militares se inicia o período de maior repressão às lutas sociais com a ditadura militar. O contexto dessa época é marcado pelo rejuvenescimento do modelo de industrialização em aliança profunda com o capital estrangeiro (STEDILLE, 2002). Conforme destaca Stedille (2002) e Medeiros (2003), esse período foi marcado pela desnacionalização da indústria brasileira, pelo aumento da dívida externa, de empresas multinacionais e da industrialização da agricultura.

No período anterior à ditadura militar, o debate da reforma agrária estava em evidência no cenário nacional em decorrência da pressão popular. As Ligas Camponesas estavam articuladas no cenário nacional e seu modo de ação estava pressionando os setores conservadores. Assim como, o MASTER, articulado no Rio Grande do Sul<sup>23</sup>, e a Igreja progressista, estavam presentes na luta camponesa e aumentavam a pressão popular. Vale também destacar a instituição das Leis Delegadas. A Lei foi um instrumento de João Goulart para pressionar o Congresso na aplicação da reforma agrária. Contudo, os conservadores impediram a aplicação e João

---

<sup>23</sup> Como comentado no tópico anterior, nesse período o MASTER estava perdendo suas forças em vista da disputa eleitoral e perda do PTB.

Goulart apenas conseguiu a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 2 de março de 1963, que tornava lícita o sindicalismo rural. No mesmo ano, em 7 de outubro, o Congresso ao rejeitar a proposta de emenda, João Goulart, buscou o Decreto para viabilizar a desapropriação. Segundo Oliveira (2007) o decreto de João Goulart foi barrado por conta da legalidade executiva para normatizar a questão agrária que deveria ser tratada pelo Congresso Nacional.

[...] João Goulart havia encaminhado ao Congresso um projeto de lei que alterava o artigo da Constituição que previa indenização prévia em dinheiro para as desapropriações, passando a mesma a ser feita em títulos da dívida pública. O projeto previa também, a desapropriação das terras situadas às margens das rodovias e dos açudes públicos federais, ou seja, o governo procurava orientar-se pelo princípio de que "o uso da propriedade está condicionado ao bem-estar social, não sendo a ninguém lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade" (BANDEIRA, 1977, p. 164-165)

Contudo, com a instauração da ditadura militar, os avanços da luta camponesa construída até então se esvaeceram.

Medeiros (2003) ao analisar a diferença do debate da reforma agrária nos anos 50 até os anos 70, afirma que a reforma agrária nos 50 e 60 contava com o apoio de partidos políticos e intelectuais. Já no ano 1965, com a dissolução dos vários partidos, e a regulamentação do bipartidarismo e, portanto, a perda da influência dos partidos esquerda na luta social e a forte repressão política iniciada no ano de 1968 com o período conhecido por Anos de Chumbo, o debate da reforma agrária perdeu sua força. Porém, o tema da reforma agrária não foi totalmente esquecido graças à persistência dos poucos que resistiam. Todavia, essas lutas estavam dispersas e espacializadas no país, tendo uma luta desfragmentada e sem uma coesão perdendo, portanto, a força da reforma agrária, como uma demanda nacional, como nos anos 60. Conforme explica a autora, mesmo com a luta abafada, o tema da reforma agrária não deixou de se fazer presente [...]

[...] pois era alimentado pela persistência da luta por terra e dos conflitos que se davam de forma dispersa e atomizada, fomentados por um ideal camponês que se configurava no modelo familiar de

produção. Ele enraizava-se nas experiências dos trabalhadores, alimentando suas resistências cotidianas, mas tinha pouco espaço para se tornar visível, visto que era intensa a repressão às organizações populares e a censura aos meios de comunicação (MEDEIROS, 2003, p.27)

Segundo Novaes (2002), como consequência do controle da ditadura militar, o termo camponês foi proibido de ser usado e pronunciado na imprensa, em organismos de representação e de assistência técnica, e em substituição, utilizou-se outros termos, menos políticos e mais generalizado, como o termo de trabalhador rural.

Na ditadura militar foi criado mecanismo para acalmar e controlar o avanço da luta pela terra, como o Estatuto da Terra. De acordo com Fernandes (2010) e Medeiros (2003), o objetivo do governo em criar o Estatuto da Terra não era de aplicar a Lei, e sim de controlar os conflitos por terra. A seguir, uma análise de Medeiros (2003, p.24) sobre esse período:

Com o Estatuto da Terra, o Estado absorvia grande parte das reivindicações que afloraram na década anterior e disciplinava-as de forma a trazer a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender às exigências do que então era o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a legislação transformava a noção de direito à terra em um conjunto de normas que previa em que circunstâncias esse direito poderia se fazer valer, constituindo não só uma base legal para demandas como também um sistema de definições e enquadramentos. Em suas ambiguidades, ele instaurou as bases para uma disputa que se estende até os dias de hoje sobre as condições de obtenção de terras para a reforma agrária propriedades que podem ser desapropriadas e em que circunstâncias se constitui o direito à terra

De acordo com Feliciano (2009), os militares acreditavam que os problemas fundiários se resolveriam por meio do progresso econômico e dessa forma, o governo militar incentivou as grandes empresas e os latifúndios aumentaram a produção por meio de subsídios fiscais<sup>24</sup>. Outro ponto importante a se destacar, é que no Estatuto da Terra previa que os latifúndios que não cumprissem a função social da terra deveriam ser desapropriados para fins de reforma agrária. Entretanto, esse ponto foi colocado de

---

<sup>24</sup> Tal política vinculada é aquela oriunda da Revolução Verde, do GATT, FMI e Banco Mundial (OLIVEIRA, 2011).

lado e esquecido em favor da modernização tecnológica das grandes propriedades (MEDEIROS, 2003).

Outro ponto é que o regime militar buscou controlar as forças sociais no campo com os sindicatos rurais como no caso da CONTAG.

Segundo Medeiros (2003), a década de 70, portanto, simbolizou o refluxo das lutas contendo manifestações abafadas, perseguições às organizações de trabalhadores e censura política. Com isso, iniciou-se uma nova discussão sobre o desenvolvimento e o caminho do país, que implicou num novo rumo na questão agrária, através do incentivo da modernização da agricultura por meio da Revolução Verde e do avanço capital estrangeiro no Brasil.

Nessa década, o palco da luta no campo foi tomado majoritariamente pelos posseiros, principalmente, na região da Amazônia. Sobre a definição de posseiro, Martins (1995, p.103) compara o mesmo com outras figuras do campo e traz a seguinte definição que ajuda a entender a diversidade de sujeitos presentes:

[...] o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante de terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum. O posseiro não deve ser confundido com o agregado, figura que vai desaparecendo do nosso mundo rural: este é o homem que mora na propriedade de um grande fazendeiro, com direito de fazer sua roça e com a obrigação de prestar serviços ao proprietário, como trabalhador ou como capanga. Não deve também ser confundido com arrendatário ou com o parceiro: essas são pessoas que pagam renda em dinheiro ou espécie ao proprietário em troca do direito de fazer suas lavouras. Menos ainda deve ser confundido com o grileiro uma figura que se tornou muito comum na história rural brasileira nos últimos cem anos aproximadamente: esse é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários.

Segundo Medeiros (2003), as terras da região da Amazônia foram transferidas, por meio de políticas públicas, para proprietários particulares, sobretudo, para as empresas de grande capital industrial e financeiro. Além disso, nesse período instigou-se a executar projetos de colonização que visavam ocupar terras inabitadas e inóspitas

no Sul do país. De acordo com Fernandes (2010) os projetos de colonização foram tentativas inúteis de minimizar os conflitos por terra. Nas palavras de Martins (1995, p.136):

A problemática da Amazônia não é uma problemática estritamente econômica. Os militares desenvolveram uma doutrina de ocupação dessas regiões que é chamada 'doutrina de ocupação dos espaços vazios' e que eu pessoalmente chamo de doutrina de esvaziamento dos espaços ocupados, porque é uma doutrina de expulsão do homem para colocação do boi [...].

A luta dos posseiros da Amazônia tornou-se a principal luta pela terra no período da ditadura militar. Segundo Oliveira (2007, p.124-125) entre os diversos mecanismos criados para legitimar a ocupação na Amazônia, como o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) cuja política além de não respeitar o Estatuto da Terra com a desapropriação, não combatia os latifúndios.

Como se pode observar, o PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar. Ou seja, criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com "Títulos da Dívida Agrária". Entretanto, através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita "mediante prévia e justa indenização em dinheiro" (alínea "a" do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da "contra-reforma agrária", ou seja, uma reforma a favor dos latifundiários. [...] o PROTERRA era parte significativa da estratégia do governo no sentido de apresentar ao mundo financeiro capitalista e à própria sociedade brasileira que era possível fazer "reforma agrária" sem violência e sem a contrariedade dos latifundiários nordestinos.

Outra corrente relevante neste momento é da Igreja, mais especificamente, da Igreja vinculada com a Teologia da Libertação<sup>25</sup> - ou, como já afirmado anteriormente, é da igreja com base progressista liderada pelo dom Hélder Câmara.

Löwy (2000) considera a Igreja brasileira, embasada na Teologia da Libertação, como um caso excepcional na América Latina por ter sido a única no continente em

---

<sup>25</sup> Para compreender mais sobre a Teologia da Libertação indicamos a leitura do capítulo 3 na parte específica sobre a origem da Comissão Pastoral da Terra na obra de Mitidiero Junior (2008)..

conseguir influenciar decisivamente os conflitos sociais. O autor também ressalta que a Igreja Católica brasileira é a maior no mundo. Mitidiero Junior (2008) considera que a Igreja libertadora<sup>26</sup> nesse contexto específico, foi a principal via a influenciar o surgimento de sindicatos, partidos e movimentos sociais. Destacaremos mais sobre o significado a Teologia da Libertação no subitem específico sobre a criação e significado da Comissão Pastoral da Terra, cuja organização é decorrente da Teologia da Libertação.

As correntes citadas foram essenciais para o fortalecimento e a atual configuração da luta camponesa no Brasil.

### **1.1.3 A retomada dos movimentos sociais do campo na redemocratização do Brasil e no limiar do século XX**

No período da redemocratização brasileira surgem diversos movimentos camponeses e é retomado o debate da reforma agrária. Podemos ressaltar dois fatos que contribuíram para a retomada dos movimentos sociais e da fortificação da luta: o primeiro é em virtude da crise do modelo de industrialização e, o segundo, pela crise política e o processo da redemocratização que resultou na queda do regime militar (STEDILLE, 2002). Para Fernandes (2008), a década de 70, com o processo de expansão das monoculturas e da agroindústria marcou um dos períodos de crise da resistência do campesinato, cuja crise vem da consolidação desse modelo agroexportador e agroindustrial. Nas palavras do autor:

Na década de 1970, a intensificação da expansão das monoculturas e a ampliação da agroindústria, acompanhada da quase extinção dos movimentos camponeses pela repressão da ditadura militar, marcou uma das maiores crises da resistência do campesinato. Com a redemocratização do país na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial simultaneamente ao

---

<sup>26</sup> Mitidiero Junior (2008) chama de *Igreja libertadora* à igreja relacionada com a Teologia da Libertação.

processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária. Na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo [...]. Nesta década, corporações nacionais e transnacionais ampliam o modelo agroexportador em um amplo conjunto de sistemas que passou a ser denominado de agronegócio. Esse conjunto reúne, de formas diferenciadas, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico (FERNANDES, 2008, p.74-75).

Se por um lado, o modelo agroexportador se consolidou a partir de 1970, por outro lado, a luta camponesa em 1990 representou o ressurgimento dos movimentos sociais. Porém, o modelo de produção com característica agroexportadora tornou-se como modelo hegemônico. Gerando a desterritorialização dos camponeses e intensificação da luta camponesa.

Em 1980, com o início do processo de redemocratização e do fim da ditadura militar, diversos segmentos sociais e temas foram retomados. Neste momento foi criado um novo ciclo de lutas, conforme pontua Medeiros (2002, p.164):

[...] enquanto as categorias mais usuais nos 70 (posseiros, arrendatários, parceiros, assalariados) refletiam a referência à Lei, aquelas refletiam a nova dinâmica das lutas e expressavam identidades constituídas no próprio processo de crítica e enfrentamento das condições vigentes no meio rural. Essa nova dinâmica inovou no que se refere às formas de luta, priorizando os espaços públicos, a busca de visibilidade, mas também atualizou as referências legais, por vezes apoiando-se fortemente nelas, reivindicando a aplicação do Estatuto da Terra, por vezes constituindo novas interpretações da Lei, outras criando fatos políticos cujo reconhecimento provocou inovações nas leis vigentes e novos direitos.

Esse novo ciclo de luta camponesa está presente até hoje e conforme veremos no próximo item, diversos movimentos camponeses surgiram nesse período. Neste mesmo momento, a questão agrária, também se modificou, adquirindo uma nova característica com o crescimento do agronegócio (FERNANDES, 2006)<sup>27</sup>.

Grybowski (1991) ao buscar uma contextualização sobre os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo na década 1990, alerta que a luta

---

<sup>27</sup> Ver a próxima seção deste capítulo, principalmente o subcapítulo 1.2.2.

camponesa no cenário brasileiro se apresentava, por um lado, num cenário fragmentado e desordenado, e, por outro, aparece impositivo com o surgimento de diferentes sujeitos e ações ocorrendo ao mesmo tempo na cena da luta camponesa. Entre os primeiros movimentos que surgem neste período, destacamos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento de Mulheres Rurais (MMR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O MST é o movimento que tem se destacado no cenário da luta camponesa, tanto pelo caráter organizativo como pelo seu inovado repertório na luta pela terra e no capítulo 3 destacaremos a história de formação e luta dos movimentos camponeses que vieram a se articular com a Via Campesina.

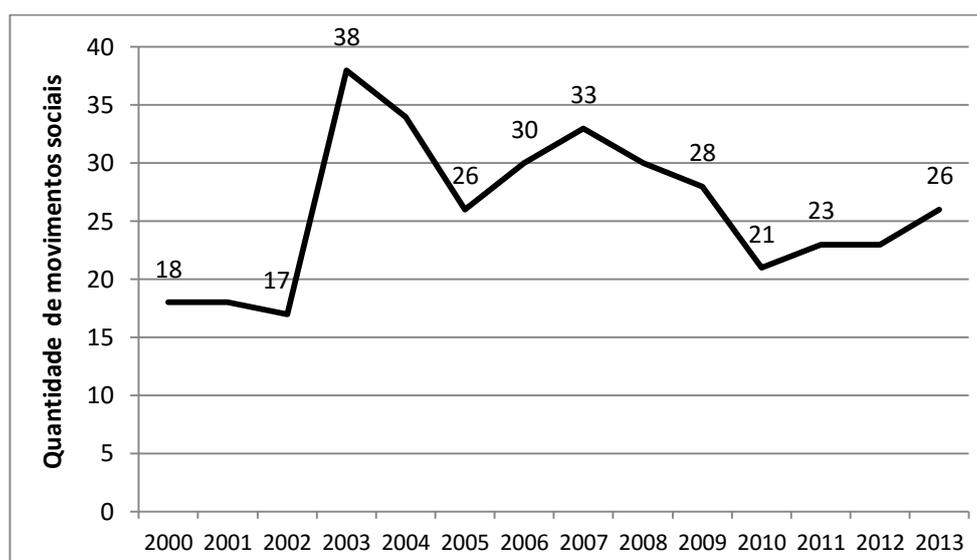
Outros movimentos camponeses surgem neste período aumentando a força de pressão e diversidade de lutas dos camponeses. Alguns movimentos surgem como dissidência do MST e de outros movimentos camponeses. Contudo, embora este período apresente uma diversidade de sujeitos e lutas, isto não significou que a reforma agrária tenha sido concretizada. Pelo contrário, o aumento de movimentos camponeses e, bem como, o aumento de sua Ação Territorial e resistência demonstra que a reforma agrária popular está longe de ser concretizada. Nos anos 90, o cenário das lutas sociais é configurado pela violência no campo e a criminalização dos movimentos camponeses. O seguinte trecho da música da banda *Dead Fish* reflete precisamente este período de luta dos movimentos camponeses pela reforma agrária: “Promessas eternas por cumprir e mortos demais a esperar. Sobre uma terra fértil à espera de mãos para plantar. Mas os punhos fechados e amargos dos proprietários do Terceiro Mundo beberam sangue demais para perdoar [...]”<sup>28</sup>. A promessa eterna pela concretização da reforma agrária e, da utopia de ser cumprida, resultou na principal característica da luta pela reforma agrária brasileira: altos índices de conflitos no campo contra latifundiários e assassinato.

---

<sup>28</sup> Esse trecho é da música intitulada de “Proprietários do Terceiro Mundo”, da banda capixaba *Dead Fish*, gravada no álbum *Afasia* do ano de 2001.

Em DATALUTA (2014) podemos identificar a diversidade de movimentos sociais que ocuparam terra, pelo qual, os designam de movimentos socioterritoriais<sup>29</sup>. Ao longo de 2000 a 2013 foi identificado 123 movimentos socioterritoriais que realizaram ações de terra no Brasil. No Gráfico 1 podemos entender a participação dos movimentos socioterritoriais nos anos de 2000 a 2013.

Gráfico 1 - Número de movimentos sociais que realizaram ocupação de terra de 2000 a 2013



Fonte: DATALUTA, 2015.  
Org.: Leandro Nieves Ribeiro

O ano de 2003 foi o período que teve o maior número de movimentos camponeses (38), tendo mais do que o dobro do que em 2002 (17), este último com o menor número entre o período analisado. Estes dados demonstram a existência de diversidade de movimentos camponeses no Brasil e de seu desempenho relevante na luta social nacional. Para comprovar a diversificação de movimentos sociais podemos citar inúmeros estudos sobre o tema, que em geral, apontam um aumento considerável de movimentos sociais a partir do processo de redemocratização. Tais estudos nós

<sup>29</sup> Para compreender o conceito de movimento socioterritorial ver Fernandes (2005), Pedon (2010), Ramos Filho (2013), DATALUTA (2014) e entre outros. Embora nessa pesquisa não seja nossa finalidade o estudo sobre os movimentos socioterritoriais, não podemos ocultar a relevância do conceito para com o estudo sobre os movimentos sociais no campo. Porém nesse trabalho não tomamos o conceito como parte fundamental para o estudo da Via Campesina.

podemos citar: Gohn (1997, 2010, 2011, 2012), Gohn e Bringel (2012), Grzybowski (1991), Scherer- Warren (1987), Amin e Houtart (2003) e Oliveira (2007).

Estes novos movimentos sociais, que proliferaram durante o século XXI, resignificaram os temas reivindicativos. Ou seja, estes movimentos sociais ampliaram seus temas de reivindicação. A ideia de soberania alimentar<sup>30</sup> da Via Campesina canaliza toda a luta sistêmica dos camponeses que visa combater a ideia de segurança alimentar. Dessa forma, a Via Campesina ergue uma bandeira contra o modo de produção capitalista.

Retornando a ideia de soberania alimentar, a mesma é colocada como indissociável com o tema da reforma agrária. Isso é, para a Via Campesina, sem a reforma agrária não será possível implantar a soberania alimentar. Todavia, a reforma agrária não é a única reivindicação elementar da soberania alimentar, ou seja, esta ideia agrupa outras reivindicações tornando a luta mais completa, ou melhor, sistêmica (modo de produção capitalista) (DESMARAIS, 2013; VIEIRA, 2011). Vieira (2011), por exemplo, denomina a ideia de soberania alimentar como guarda-chuva por relacionar outros conceitos, inclusive, de inserir no próprio conceito a ideia de segurança alimentar. Os outros temas que são elementares da soberania alimentar para a Via Campesina são: a discussão de gênero, agroecologia, biodiversidade, recursos genéticos e direitos humanos. Faz mister destacar que esta ideia de soberania alimentar foi formulada e fortalecida como crítica ao processo de mundialização da agricultura, responsável por alterar a lógica da produção de alimentos que fortaleceu o capital financeiro e o agronegócio (DESMARAIS, 2013; VIEIRA, 2011).

---

<sup>30</sup> Neste momento vale explicar que soberania alimentar é uma proposta de rompimento com a lógica neoliberal da produção e distribuição de alimentos em poucas empresas que padronizaram a produção e além de uma produção monocultora e voltada principalmente para a exportação. Para entender a ideia de soberania alimentar ver o capítulo 2, no item específico “2.2.8”.

#### 1.1.4 A luta pela reforma agrária no governo FHC e Lula

Em 1985, com a abertura política e redemocratização brasileira, e ainda com a sombra dos militares no governo, é retomado o debate da reforma agrária. No governo de Sarney (1985-1989) foi estabelecido o I Plano Nacional de Reforma Agrária. De acordo com Oliveira (2011, p.126):

Em 1985, a “Nova República” assumiu o governo para realizar a “Transição Democrática” da ditadura. Assim, fez novas alianças no seio do poder do Estado com a anuência militar. Mas, aparentemente de forma contraditória, colocou como um de seus projetos prioritários a Reforma Agrária, prometida por Tancredo Neves ao Papa, antes de morrer. E ela, foi anunciada durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília pela CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Foram, feitas articulações para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em 1985, segundo o Estatuto da Terra de 1964. Seus autores, foram em termos os idealizadores do Estatuto. O I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como por exemplo, o artigo (artigo 2º, § 29, do Decreto nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas. Dessa forma, o I PNRA já apareceu trazendo distorções em relação ao Estatuto da Terra. A primeira previsão para assentamento entre 1985 e 1989 apresentava em termos totais para o Brasil 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. Na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha; na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-Oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.000 ha; e na região Sul seriam 140.000 famílias em 2.180.000 há.

Embora a contradição do I PNRA como argumenta Oliveira (2011), este plano foi extremamente importante para o avanço do ideário da luta pela terra. Contudo, com o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, o plano de reforma agrária foi emperrado pela forte pressão dos ruralistas (OLIVEIRA, 2011). Assim, o I PNRA conseguiu assentar apenas 6,4% da meta de famílias que planejava, conforme explica o autor:

Os resultados do I PNRA mostraram que haviam sido assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão. A distribuição regional dos resultados foi a seguinte: a região Norte, como queria a

UDR, foi contemplada com a maior parte dos assentamentos com 41.792 famílias (46,5% do total assentado no País); em segundo lugar ficou a região Nordeste com 24.385 famílias (27,1%); em seguida veio o Centro-Oeste com 12.775 famílias (14,2%); e por fim, no Sudeste e no Sul, foram assentadas 10.998 famílias (12,2%). Menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo I PNRA, chegaram à terra, ficava provada, portanto, demagogia populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários (OLIVEIRA, 2011, p.129).

Com a lógica inversa da ideia da reforma agrária, o governo contemplou a maior parte de assentamentos na região Norte. Mostrando a força dos ruralistas e do governo atrelado a eles.

No Governo de Fernando de Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), segundo Oliveira (2011), a proposta de reforma agrária tinha apenas 35% da meta do que propôs. E ainda, durante os dois governos mencionados acima foi cumprido apenas 50 mil famílias assentadas.

Na década de 90, assumiu o governo, Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito diretamente, depois do golpe militar de 64. A composição de seu ministério revelou, desde o começo, que as metas estabelecidas em seu programa de governo também não seriam cumpridas: assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994. A proposta do governo Collor para a reforma agrária, era apenas 35% do que propusera e não cumprira José Sarney. Era uma redução expressiva das metas para a reforma agrária, e, além disso o Ministério da Agricultura foi ocupado por Antonio Cabrera, oriundo de família de latifundiários e, sabidamente, ligado à UDR. Passados os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando assim também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil. Com a cassação/renúncia de Collor de Melo, assumiu o vice Itamar Franco. Seu governo, produto de uma ampla articulação política, segundo os dados divulgados pelo INCRA, menos de 50 mil famílias tinham sido assentadas entre 1990 e 94. A reforma agrária alcançava assim, a metade do número de assentados em relação ao governo anterior. Durante o governo Itamar Franco foram aprovadas pelo Congresso Nacional a Lei nº8.629, de 25/02/93, e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, que passaram a estabelecer, respectivamente, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2011, p.130).

O governo seguinte foi de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo dois mandados, o primeiro de 1995 até 1998 e o segundo de 1999 até 2002. De acordo com Medeiros (2003) o debate da reforma agrária no primeiro governo do FHC (1995-1998)

nunca fora prioridade<sup>31</sup>. Aliás, quando o tema avançou no governo de FHC, a questão agrária foi interpretada equivocadamente, segundo Medeiros (2003) e Fernandes (2010). Para o governo FHC, no Brasil não havia latifúndio e nem família sem-terra e por assim, bastaria assentar as famílias acampadas que o problema agrário se resolveria (MEDEIROS, 2003; FERNANDES, 2010). De acordo com Fernandes (2008) por causa desse entendimento os movimentos camponeses realizaram diversas ocupações de terra como forma de viabilizar o acesso à terra, sendo considerado o momento com o maior número de assentados<sup>32</sup>. Contudo, a questão agrária ainda prevaleceu justamente por constituir-se como uma problemática estrutural da concentração fundiária e não somente na condição de distribuir assentamentos (FERNANDES, 2008).

Para Medeiros (2003) o debate da questão agrária no governo do FHC somente foi retomado por conta de dois fatores. Primeiro, deve-se aos casos de extrema violência que aconteceu em dois períodos como o episódio do Massacre de Corumbiara, em agosto de 1995 no estado da Rondônia, em que houve uma violenta ação de despejo da polícia num acampamento na Fazenda Santa Elina. O outro é conhecido como o Massacre de Eldorados dos Carajás em abril de 1996, no estado do Pará, quando houve uma manifestação de sem-terra que bloqueava uma estrada e os policiais cercaram os manifestantes e iniciaram um confronto a fim de desbloqueá-la, resultando na morte de 19 manifestantes e 60 feridos. Esse massacre foi divulgado e repudiado amplamente pela mídia internacional e eternizado na memória dos camponeses da Via Campesina conforme explicaremos no capítulo 2.

O segundo fator é o destaque das inúmeras ocupações de terras feitas nesta época tanto pelo MST e pelos outros movimentos. Estes fatores demonstraram que o

---

<sup>31</sup> Lembrando que no primeiro governo do FHC (1995-1998) o principal debate consistia em combater a alta inflação que assolava o país e, bem como, a discussão sobre o Plano Real, medida que visava resolver a inflação (OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2008).

<sup>32</sup> Segundo Fernandes (2008), no período entre 1989 e 2006, os dois governos do FHC juntos representaram 55% (3.923 assentamentos) da criação dos assentamentos, tendo no mesmo período 389.959 assentados (50% entre 1989 e 2006).

problema agrário no Brasil era mais complexo do que previa o governo FHC. Em resposta à violência no campo, o MST intensificou e inovou seus tipos de Ações Territoriais como, por exemplo, a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” e o “Grito da Terra” (MEDEIROS, 2003).

Embora estas críticas ao governo de FHC, devemos afirmar que no seu governo que teve maior número de assentamentos criados (DATA LUTA, 2014; FERNANDES, 2008, OLIVEIRA, 2011).

Para Fernandes (2008), o governo Lula no seu primeiro mandato representou um momento de esperança para a concretização da reforma agrária. Contudo, como argumenta o autor, o governo atrelado fortemente com o agronegócio impediu a realização da reforma agrária popular:

A primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses. Esta tem sido uma característica marcante deste governo. Contudo, também criou uma nova política agrária que, paradoxalmente, fez avançar e refluir a luta pela terra e a reforma agrária.

Segundo Fernandes (2008) em 2003 foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, nesta época estava em alta a política de reforma agrária de mercado que viria a modificar a relação de acesso à terra (somente pela compra), evitando o conflito. Nas palavras do autor,

A eleição da primeira gestão do governo Lula (2003-2006) teve o apoio do MST. Havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da reforma agrária, considerando que esta era uma promessa de Lula. Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) [...] Neste princípio do século XXI, a reforma agrária encontra como principal opositor o agronegócio, que defende o acesso à terra sob o seu controle, ou seja, “sem luta de classe e sem conflitos” (Bruno, 2008). A reforma agrária de mercado, em todas as denominações que esta política recebeu, representa uma forma de controle territorial por meio da comoditização [...], ou seja, a mercantilização da terra, retirando a reforma agrária do território da política e transferindo-a para o território da economia capitalista (RAMOS FILHO, 2008, p.77-78).

Para Fernandes (2013), a reforma agrária dos dois mandatos do governo Lula, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010, atingiu apenas 37% do que o II PNRA previa para o primeiro mandato. Observa o autor que o governo também não combateu o problema da alta concentração fundiária e da subalternidade do campesinato. Ao contrário, o governo buscou integrar o campesinato o que fortalece a sua dependência na agricultura do modo capitalista de produção. Nas palavras do autor:

A proposta adotada foi o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA): paz, produção e qualidade de vida no meio rural, elaborada pela equipe do ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rosseto. O II PNRA apresentava como meta assentar 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003 a 2006. No total, 1 milhão e 30 mil famílias conseguiriam suas terras, por meio da desapropriação da propriedade capitalista, da compra ou da regularização fundiária. Apesar de tímido, o II PNRA tentou seguir as metas da proposta elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, mas indicava que não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a “integração” do campesinato no capitalismo. Tanto o plano governamental quanto a proposta utilizaram como referências de demandantes de reforma agrária as famílias acampadas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o Censo Agropecuário, o Censo Demográfico e o Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra/Incra). As estimativas de ambos eram em torno de 5 milhões de famílias, indicando que uma política de reforma agrária não seria realizada somente por um governo. A reforma agrária de Lula, em seus dois mandatos, resultou em torno de 37% da meta do II PNRA para o primeiro mandato [...] (FERNANDES, 2013, p.195).

É neste cenário, com a não realização das políticas afirmadas nos Planos Nacionais de Reforma Agrária que as lutas sociais camponesas ainda resistem. Por um lado, o governo brasileiro apoia as políticas neoliberais e o agronegócio. Por outro lado, os movimentos camponeses continuam a lutar e articular ações para reivindicar seus direitos.

## 1.2 O DESAFIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

Conforme discutido anteriormente, a questão agrária não envolve apenas a relação entre a concentração da propriedade da terra e a luta pela terra. Nos anos 90, novos elementos agregaram-se à questão agrária aumentando a sua complexidade para a luta pela terra e para os movimentos camponeses. Entre estes novos elementos, apontamos como responsável por esta mudança, o período da Revolução Verde. Neste momento foi impulsionado a inserção do modelo do agronegócio de tal forma que se tornou o modelo hegemônico. Tal processo foi responsável pelo aumento da conflitualidade com os camponeses, além de propagar a revolução biotecnológica com os avanços tecnológicos na produção alimentar acarretando a produção de sementes geneticamente modificadas, o uso do agrotóxico e da produção de agrocombustível. Estes são apenas umas das consequências da Revolução Verde e pelo qual buscaremos demonstrar como desafio que os movimentos sociais têm que enfrentar na configuração da luta camponesa.

Nosso objetivo não é recuperar todas as discussões sobre os temas possíveis do desafio da luta camponesa. Ao contrário, nosso objetivo é trazer elementos que demonstram a alteração e a agudização da questão agrária. Para isso, recorreremos a um breve desenvolvimento do processo de Revolução Verde no Brasil e de suas consequências, pois entendemos que o agronegócio, o agrocombustível e a revolução biotecnológica são produtos deste período. Nossa intenção é compreender a mudança de postura sobre a produção de alimentos, que transformou-se numa mercadoria. Posteriormente, traçaremos uma breve perspectiva do agronegócio, do agrocombustível e da reforma agrária de mercado.

### 1.2.1 A Revolução Verde e seu pacote tecnológico

Neste item trataremos da Revolução Verde, cujo período oriundo da pós-segunda guerra mundial marca um novo período: a mundialização da agricultura (OLIVEIRA, 2012). O principal processo da mundialização da agricultura é a integralização do capital na agricultura em escala internacional que veio a modificar a política e lógica da produção de alimentos. Este tema é relevante para compreendermos os agentes e os desdobramentos das políticas neoliberais que influenciam na produção de alimentos que aumentam a conflitualidade com os camponeses.

Até a década de 1950 a agricultura mundial no campo encontrava-se atrasada tecnologicamente e a baixa produção alimentar fizera com que instituições e organizações tomasse a fome mundial como a principal preocupação<sup>33</sup>. No Brasil, nos anos 50, a economia brasileira consistia em três segmentos: extensas lavouras para mercado externo (café, cacau, cana-de-açúcar e pecuária bovina); criação extensiva de bovinos (para consumo interno, exportação e charque no Rio Grande do Sul); e a produção dita colonial de consumo interno (feijão, milho, mandioca, batatinha, arroz e entre outros) (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014).

A partir da década de 1950 inicia-se o processo de modernização no campo, cujo objetivo consistia em aumentar a produção alimentar por meio da melhoria tecnológica e acabar com a fome no mundo - ou melhor, usando o termo chave lançado nessa época, o ideário era combater a insegurança alimentar - que assolava os países pobres, sobretudo, da África. Portanto, como medida paliativa proporcionaram incentivos ao investimento e a melhoria tecnológica visando aumentar a produção agrícola. Se, por um lado, devemos reconhecer que houve o aumento de produtividade alimentar, por outro, inúmeras consequências negativas ambientais, sociais e de saúde surgiram, tais como a homogeneização e controle da produção de alimentos para

---

<sup>33</sup> Este receio será confirmado nas reuniões da Conferência Mundial de Alimentação

corporações transnacionais. Este é o paradoxo da Revolução verde, no sentido de que, embora, os avanços tecnológicos tenham contribuído para o aumento da produção alimentar, a qualidade dos alimentos sofreu uma perda dos seus nutrientes. Conforme explica Pereira M (2012, p.687)

A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção. Com base nessa lógica, Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura.

De acordo com Machado e Machado Filho (2014) e Londres (2011) a Revolução Verde é consequência da conjuntura geopolítica neoliberal. Explicam os autores, que as organizações supranacionais, tais como o Banco Mundial, o FMI e a FAO<sup>34</sup>, foram criadas para impulsionar e propagandear a Revolução Verde, e por conta deste motivo, compõem o principal empecilho para os movimentos altermundialistas. Vale a pena destacarmos um pouco sobre essas organizações para entendermos a finalidade de cada e de como se propagou a ideia da Revolução Verde.

O Banco Mundial foi criado em 1944 com o apoio dos Estados Unidos e foi acordo de Bretton Woods. Em seu site oficial, o Banco Mundial afirma que seu objetivo é ser uma fonte de assistência financeira e técnica aos países em desenvolvimento ao redor do mundo. “Nós não somos um banco no sentido comum, mas uma parceria única para reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, página única).

---

<sup>34</sup> Diversas organizações ou instituições foram responsáveis por este feito e não podemos deixar de citar a relevância da Fundação Rockefeller na inclusão da Revolução Verde no México e da Fundação Ford que deu amparo tecnológico em outros países (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014).

Ainda em referência a seu site oficial, coloca como meta para o mundo alcançar até 2030 o fim da pobreza extrema e promover a prosperidade com o crescimento da renda do fundo de 40% para todos os países<sup>35</sup>. Atualmente, o Banco Mundial consiste numa associação de cinco instituições de desenvolvimento, a saber: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AIC), a Corporação Internacional de Finanças (IFC), a Agência Multilateral de Garantia (AMG) e do Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID). Entre estes, Oliveira (2009) destaca que o BIRD é o mais importante por articular ações supranacionais e impor os interesses do capital multinacional e das elites capitalistas.

O FMI, instituição criada oficialmente em 1945, também por meio do acordo de *Bretton Woods* e dos Estados Unidos, objetiva controlar as economias nacionais e implementar política neoliberal por meio do endividamento externo como instrumento de dependência e pressão política sobre os países pobres e, preferencialmente, os países do Terceiro Mundo como o Brasil. Com o endividamento e a pressão internacional, a organização força os governos nacionais a aumentar as políticas de exportação de seus recursos naturais (OLIVEIRA, 2009). O papel destas duas instituições consistiu em fornecer suporte e facilidade nos empréstimos para financiar e regular o avanço tecnológico internacional (OLIVEIRA, 2012).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) foi criada em 1945 e sua finalidade é atuar como fórum de discussão para acordar propostas, debater políticas e estimular estratégias para concretizar suas propostas. Em seu site oficial<sup>36</sup>, a FAO insere que seu objetivo é ajudar os países a “[...] aperfeiçoar e modernizar suas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, para assegurar uma boa nutrição a todos e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável”

---

<sup>35</sup> No Brasil, o Banco Mundial busca a controlar os conflitos por terra com a política de reforma agrária de mercado conforme demonstraremos em outra seção (RAMOS FILHO, 2014).

<sup>36</sup> Disponível em:< <http://nacoesunidas.org/agencia/fao/>>

(FAO, não paginado). Possui ao todo 191 países membros, além do grupo da União Europeia. Seu papel na propagação da revolução verde vem dos espaços de discussão como a Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA), cujo espaço foi essencial para debater a questão da fome mundial e impulsionar estratégias e metas para combatê-la. Conforme demonstraremos no capítulo posterior, o espaço da CMA foi responsável por impulsionar a ideia de segurança alimentar<sup>37</sup> e da ideia da modernização agrícola como forma de aumentar a produção (DESMARAIS, 2013).

No Brasil, a Revolução Verde ganhou fortes estímulos a partir de 64, sendo veemente defendida pela ditadura militar, cujo governo tornou a modernização no campo como política agrícola oficial (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Conforme destaca Machado e Machado Filho (2014, p.55-56) o financiamento funcionou da seguinte forma

Em 1964 o Brasil vivia uma inflação de 60% ao ano. Os financiamentos concedidos pelos bancos para os programas da “modernização conservadora”<sup>38</sup> eram em capital constante, isto é, sem correção monetária do salvo devedor. Os juros desses financiamentos variavam de 5% a 12% ao ano, segundo a finalidade do empréstimo e a região do país. Ademais, havia um “período de carência”, variável segundo o objetivo do financiamento, em que o mutuário pagava apenas o juro, sem a amortização do principal. Por exemplo, um financiamento por um milhão de reais (exemplificando com a moeda atual; na época vigia o cruzeiro) para construir benfeitorias, formar pastagens e comprar animais. Os financiamentos deviam prever, obrigatoriamente, “insumos modernos” – agrotóxicos, fertilizantes e sementes certificadas.

Com o total apoio do governo, a modernização no campo se tornou hegemônica na agricultura brasileira. Sua hegemonia acentuou a desigualdade e superioridade entre o modo capitalista de produção e o modo de produção não-capitalista. Entre outros apoios pela modernização da agricultura, devemos destacar a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973, um

---

<sup>37</sup> Demonstraremos a relevância da CMA na propulsão da segurança alimentar no capítulo 2 quando abordaremos a diferença entre o conceito de segurança alimentar e o conceito de soberania alimentar, pelo qual, é a principal bandeira da Via Campesina.

<sup>38</sup> A modernização conservadora trata-se o termo que os autores usam para descrever a Revolução Verde e a modernização da agricultura (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

centro de estudos e pesquisa sobre recursos genéticos e biotecnologia (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014).

É durante o governo militar que houve o crescimento das multinacionais e do capital financeiro que vieram a concentrar e controlar o mercado da nova agricultura. Machado e Machado Filho (2014, p.54) assim definem e problematizam a conjuntura da revolução verde

A essência da “revolução verde”, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém as patentes das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controladas pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio, ou agricultura industrial. Os danos ambientais logo apareceram. Com a redução do talo da altura das plantas destinada à produção de mais grãos, se reduz a MO do solo, se incrementa o teor de CO<sub>2</sub> na atmosfera, agravando-se a contaminação ambiental porque, cada grama de MO incorporada ao solo sequestra 3,67g de CO<sub>2</sub> ambiente, já que a MO é o principal reservatório de carbono na superfície terrestre.

Portanto, além da hegemonia financeira das multinacionais que afeta os camponeses na produção alimentar, é grave a consequência ambiental.

Para Pereira M (2012) o processo de modernização no campo provocou tantas transformações que considera este novo processo com uma ruptura no modo de conceber a agricultura. Ainda com a autora, com esta ruptura é possível considerar a Revolução Verde como um novo paradigma<sup>39</sup> em relação à Primeira Revolução Agrícola, datada a partir do século XVIII. A autora explica a comparação entre as duas revoluções:

A Primeira Revolução Agrícola ocorreu [...] quando a integração entre atividades agrícolas e pecuárias na agricultura permitiu o plantio de forragens em sistemas de rotação com outras culturas, levando a grande melhoria da fertilidade dos solos, com a integração dos ciclos ecológicos e, sobretudo, a valorização das variedades locais e da autonomia do agricultor. Em meados do século XIX, a formulação de

---

<sup>39</sup>A respeito do paradigma da Revolução Verde, explica a autora, que a chave deste é o que chama de Variedade de alto rendimento, que consistiu na busca por sementes com rendimento superior do que os cultivos tradicionais (PEREIRA, M, 2012).

teorias científicas com base em experimentos levou aos adubos químicos e à seleção de características genéticas nas plantas, como resultado dos trabalhos do químico Justus von Liebig – que criou o laboratório de química e descobriu que as plantas alimentícias cresciam melhor e tinham maior valor nutritivo quando eram adicionados ao seu cultivo elementos químicos – e dos experimentos com ervilhas feitos por Gregor Mendel com o objetivo de entender as características hereditárias dos seres vivos. Assim, o cultivo da terra pelos agricultores com base na fertilização do solo pela matéria orgânica realizado por milênios foi sendo substituído pela utilização de substâncias químicas, orientada por técnicos e vendedores, levando à adubação química industrial. A seleção de variedades vegetais, realizadas desde o início da agricultura, passou a ser controlada em laboratórios, com a seleção de linhagens vegetais que passaram a ser chamada de variedades “melhoradas”. Também ocorreram transformações da matriz energética de produção, com a introdução do motor de combustão interna, no lugar da tração animal, fonte de energia de base renovável da agricultura tradicional camponesa. Foram modificações radicais e que transformaram a base da agricultura: o conhecimento milenar prático do próprio agricultor foi substituído pelo conhecimento científico; os ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos, foram substituídos por insumos exógenos industriais; o trabalho que era realizado em convivência com a natureza foi fragmentado em partes – agricultura, pecuária, natureza, sociedade –, e cada esfera passou a ser considerada em separado, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza (PEREIRA M, 2012, p.687-688).

Os sistemas diversificados rotacionais inclusos na Primeira Revolução Agrária modificaram-se por sistemas especializados em monoculturas. Machado e Machado Filho (2014) afirma que o sistema de monoculturas gera uma modificação geral desequilibrando o agroecossistema que acarreta a destruição da biodiversidade. Os autores chamam esse desequilíbrio como erosão genética, uma vez que, diversas espécies são extintas com o uso da monocultura<sup>40</sup>.

Outra modificação que Pereira M (2012) inclui no pacote da revolução verde é o uso de insumos industriais como os adubos químicos, agrotóxicos, etc. O agrotóxico é a principal preocupação dos camponeses, ambientalistas e da sociedade quanto a qualidade dos alimentos. Através da lei nº 7.802/1989, regulamentada pelo decreto nº 4.074/2002, traz a definição de agrotóxico como...

---

<sup>40</sup> Segundo informações de Machado e Machado Filho (2014), citando a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, sigla em Inglês), em meados do século 20 uma espécie extinguiria a cada 13 anos e atualmente, a extinção acelerou e agora, a cada ano, 5 mil espécies se extinguem.

...produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção de florestas nativas ou implantadas, e em outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais; cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São considerados, também, como agrotóxicos, substâncias e produtos como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento (Brasil, 2002)

A origem do agrotóxico é identificada após a Primeira Guerra Mundial, cujo momento possuía altíssimo estoque de nitrato, que era usado para fabricação de explosivos. Para Machado e Machado Filho (2014) a indústria química pós-Primeira Guerra Mundial transformou o nitrato em pesticida, pelo qual, contribuiu para o desenvolvimento do agrotóxico.

A indústria química os reciclou e introduziu na agricultura, que, assim, foi a “lata de lixo” da indústria da guerra. Como frutos da guerra, os nitratos foram criados para matar o homem e destruir suas plantações e não para beneficiar à humanidade (Gomez, 2012). Os agrotóxicos, igualmente, foram desenvolvidos para a guerra e não para a agricultura! O DDT, criado por Paul Müller, na Suíça em 1939, foi inicialmente usado na guerra: lançado como inseticida para “limpar” as áreas de combate das tropas norte-americanas, primeiro na Itália, onde havia uma epidemia de tifo, e depois na Indonésia para combater o impaludismo. O mesmo se deu com o “agente laranja”, empregado pelos norte-americanos nas guerras contra o Japão e o Vietnã. Esse veneno, que tem a dioxina como princípio ativo, foi responsável pela destruição de dezenas de milhares de quilômetros quadrados de florestas e plantações nesses países, além das mortes humanas e das sequelas deixadas nas populações sobreviventes. Mas, à vezes, o “feitiço volta-se contra o feiticeiro”, veteranos norte-americanos da Guerra do Vietnã contraíram o mal de Parkinson, o que lhes deu direito à indenização, por ter sido provocado pelo “agente laranja” que tem em sua composição o agrotóxico 2,4D. A ONU que há 50 anos recomendou a implantação da “revolução verde” para mitigar a fome no mundo, curva-se às evidências e recomenda a avaliação de seus efeitos, para então sanar os males por ela fomentados com a aplicação massiva de agrotóxicos e outros venenos (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p. 92-93).

No Brasil, o uso do agrotóxico cresce exponencialmente assim como a preocupação de diversos autores, entidades e movimentos sociais, quanto ao demasiado uso e sua relação à saúde, demonstram que sem uma legislação mais rígida para controlar seu uso as consequências serão caóticas (DESMARAI, 2013;

BOMBARDI, 2011; LONDRES, 2011; RIGOTTO; ROSA, 2012; MACHADO, MACHADO FILHO, 2014)

Em consequência da Revolução Verde, a agricultura no Brasil apresenta as seguintes configurações: a modernização no campo, o crescimento do agronegócio, a concentração da produção de alimentos em poucas empresas, a padronização da produção, monocultura, produção voltada para a exportação.

No Brasil, desde a década de 1960, houve um aumento da população urbana em comparação a população rural, cujo processo é proveniente do êxodo rural e tendo nesse momento um maior grau de desterritorialização dos camponeses. Outra consequência, é que a agricultura tornou-se dependente da ciência e da indústria, assim como, o agricultor passou a ser subordinado por essa lógica e, portanto, a depender do desenvolvimento tecnológico na agricultura. Conforme aponta Pereira M (2012) as sementes geneticamente modificadas somente são produtivas quando utilizadas seu pacote tecnológico completo. Quando não se utiliza os insumos adicionais na semente, o seu desempenho é considerado inferior, portanto, obriga o produtor ao uso completo do pacote (PEREIRA M, 2012).

De acordo com Machado e Machado Filho (2014), a consequência do desenvolvimento tecnológico nas sementes e a dependência da agricultura com a ciência não resolveu o objetivo primordial da Revolução Verde: isto é, acabar com a fome mundial ou insegurança alimentar. Conforme explicam os autores,

Com a “revolução verde”, os monopólios internacionais passaram a controlar o mercado de insumos e máquinas agrícolas; a segunda fase desta “revolução” está em pleno andamento, com a expansão dessas multinacionais no controle da produção e do comércio de sementes, e quem controla as sementes controla todo o sistema alimentar e, conseqüentemente, o sistema político. O mecanismo de dependência é simples e fácil de entender: as multinacionais controlam a produção e comércio de sementes que são “melhoradas”, visando à uniformidade fenotípica com altas produções. Essas uniformidades eliminam as resistências naturais e aumentam a vulnerabilidade das culturas, criando-se a dependência dos agrotóxicos<sup>41</sup>. As multinacionais que

---

<sup>41</sup> Um ótimo documentário, que demonstra a dependência dos agricultores com a indústria de agrotóxicos e sobre as modificações e controle da semente, é o “Mundo segundo a Monsanto” de autoria da Marie-Monique Robin e lançado em 2008.

fabricam agrotóxicos são as mesmas que controlam o “melhoramento”, a produção e a comercialização de sementes. A uniformidade genética leva à perda de variedades e torna as plantas vulneráveis às pragas e doenças. (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p.59).

Por fim, a Revolução Verde fezera com que houvesse uma invasão cultural e que o alimento tornasse uma mercadoria e sua produção rendesse majoritariamente à apropriação das agroindústrias capitalistas. Ou seja, os camponeses ficaram cada vez mais dependentes das empresas transnacionais, levando a subordinação do território camponês para expansão do capital, materializado no agronegócio.

A Via Campesina tem como principal pauta de discussão o progresso tecnológico da Revolução Verde e seus efeitos na agricultura para a questão da perda de qualidade dos alimentos - do uso de sementes geneticamente modificadas com a biotecnologia e a questão de agrotóxico - e para os camponeses, com a marginalização destes na produção de alimentos e de sua exclusão na sociedade.

### **1.2.2 Agronegócio**

Primeiramente, faz-se mister buscarmos o significado do termo agronegócio para entendermos sua complexidade. O termo agronegócio foi formulado por Davis e Goldberg no livro “*A concept of agribusiness*” (1957), que ao analisar as modificações que a agricultura passou, com a incorporação tecnológica e de maquinaria, os autores perceberam que o conceito de agricultura estava superado com a modernização da agricultura e, assim, criaram o termo “*agribusiness*” (agronegócio). Explicam os autores, que a nova agricultura se transformou em um complexo estágio de produção, juntando o setor primário e secundário, resultando na verticalização da produção, como a compra e distribuição de suprimentos agrícolas, a produção, o armazenamento, o processamento e a comercialização. Portanto, o termo agronegócio demonstra perfeitamente a superação da agricultura tradicional para uma característica mais industrial. Segundo Oliveira (2007) a transformação da agricultura está inserida no

processo da agricultura mundializada desde o século XX e final do século XXI (DAVIS; GOLDBERG, 1957; ARAUJO, 2007; DESMARAIS, 2013; LEITE; MEDEIROS, 2012).

Continuando a busca por compreender o complexo do agronegócio, citamos Ramos Filho (2014, p.84-85) que define o agronegócio como um modelo de desenvolvimento territorial...

[...] que produz um território marcado pela concentração, padronização e artificialização da natureza, voltando para a atividade agrícola (altamente mecanizada), informatizado e globalizado. [...] Ao mesmo tempo em que o agronegócio apresenta as relações econômicas produtivas modernas, mantém relações sociais atrasadas, típicas do latifundialismo colonial. Latifúndio, agricultura capitalista, agricultura patronal ou agronegócio não são novos, nem estão desarticulados. Latifúndio é o nome da forma de produção em larga escala, praticada durante o capitalismo comercial no Brasil: na atualidade, pressupõe grandes propriedades rurais subutilizadas. Agronegócio ou agricultura patronal dizem respeito às formas contemporâneas de produção agropecuária em larga escala, de modo que são apenas eufemismos para o conceito de agricultura capitalista.

Outra definição, que vem no mesmo sentido, é de Fernandes (2006) que afirma que o agronegócio vem do modelo arcaico de produção colonial e em sua concepção, afirma que a imagem do agronegócio é uma tentativa de alterar a associação latifúndio e agricultura capitalista:

Agronegócio, de fato, é apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista implantada desde a década de 1950. Observando, atentamente, compreende-se que esse modelo não é novo: sua origem está no sistema de *plantation*, ou agroexportador, em que grandes propriedades eram utilizadas na produção para exportação. Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, esse modelo passou por modificações e adaptações, intensificando a exploração da natureza e do campesinato. O agronegócio representa a mais recente fase do capitalismo na agropecuária, marcada pelo controle estratégico do conhecimento, da produção e do mercado, com o uso de tecnologia de ponta. Na América latina, a noção de agronegócio difundiu-se na década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundiária da agricultura capitalista (FERNANDES, 2006, p.54).

Se por um lado o agronegócio seja personificado como símbolo da modernidade por apresentar combinações de uso avançado de tecnologia e biotecnologia, por outro lado, o seu modelo de produção, baseado no arcaico modelo

de plantation e mercado agroexportador, reduziu o número de cultivos destruindo a biodiversidade e além de diminuir a qualidade dos alimentos.

Como se não bastasse, o modelo de produção do agronegócio, totalmente vinculado com a agricultura capitalista, é totalmente diferente da agricultura camponesa. Conforme distingue Welch e Fernandes (2008) o sistema agrícola do agronegócio é organizado pela produção em larga escala, a monocultura, o trabalho assalariado. Enquanto, o sistema agrícola camponês consiste na reprodução do modo de vida do camponês<sup>42</sup>, na biodiversidade, no trabalho familiar e na produção em pequena escala. Assim, para os autores, existe uma relevância em entender essa diferença que permite perceber a conflitualidade presente entre os dois modelos:

Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio. No entanto, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas, os camponeses estão subalternos a sua hegemonia. O campesinato pode produzir, a partir do sistema agrícola do agronegócio, desde que o faça dentro dos limites próprios das propriedades camponesas, no que se refere à área e à escala de produção. Evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital (WELCH, FERNANDES, 2008 p.166).

Leite e Medeiros (2012) ao observarem o perfil do agronegócio percebem duas tendências. A primeira é a intenção de controlar terras e novas áreas cada vez mais extensas. Citam como exemplo, que até o ano de 1995, somente a Cargill destacava-se como uma das maiores empresas de soja no Brasil. Contudo, após dois anos, outras corporações passaram a ter controle como o caso da ADM, Bunge e Dreyfus-Coinbraa (LEITE, MEDEIROS, 2012).

Além disso, Thomaz Junior (2010) demonstra que o agronegócio vem buscando também controlar e/ou ter acesso a terras próximas à nascente de água ou em aquíferos, denominando estas corporações de agrohídronegócio, assim:

Se superficial, se represada, se disponível em aquíferos, a água tem ocupado importância no âmbito das políticas públicas que incidem

---

<sup>42</sup> Para entender o que seria o modo de vida camponês indicamos a leitura de Shanin (2005).

sobre transposição – também denominada politicamente por integração de bacias, no caso do rio São Francisco, por meio dos Eixos Norte e Leste -, perenização de rios, construção de açudes, canais e dutos, manutenção de sistemas de bombeamento para irrigação etc. Outra face desse processo é a ação dos capitais privados que também investem em suas estruturas próprias, a fim de garantirem acesso e controle sobre água, mas fundamentalmente usufruem e mantêm privilégios à base dos investimentos públicos (THOMAZ JUNIOR, 2010, p.93).

A água tem sido o principal empreendimento capitalista e contribui para o avanço das empresas do agrohidronegócio no Brasil. Segundo Malvezzi (2012) a água como mercadoria ou negócio é tão variável quanto o seu próprio uso no Brasil. Entre algumas de suas utilidades destacamos as seguintes. A energia hídrica é a principal forma de energia e que beneficia as empreiteiras e corporações relacionadas com a construção de hidrelétrica e produção de energia. O uso da água doce na irrigação da cana para a produção de álcool e açúcar. Independentemente do tipo de utilidade da água, todos os seus usos envolvem o interesse do capital financeiro e das multinacionais.

Thomaz Junior (2010) ainda destaca que estas corporações têm elementos disponíveis para o que chama de marcha expansionista dos seus negócios, que vem do mercado. Para o autor, um fator que contribui para a marcha expansionista é o favorecimento das políticas públicas e propriamente pelo potencial do capital privado (THOMAZ JUNIOR, 2010).

A segunda tendência apresentada por Leite e Medeiros (2012) é a concentração de empresas de capital internacional. Por exemplo, Bombardi (2011) baseada no Anuário do Agronegócio 2010, revela que do total da receita líquida de 15 bilhões de reais, oriunda do setor de agrotóxicos, 92% da receita são controladas por empresas de capital estrangeiro, a saber: *Syngenta* e *Novartis* da Suíça, a *Dupont* e *Dow Chemical* dos Estados Unidos, *Bayer* e *Basf* da Alemanha e *Milenia* da Holanda e

Israel<sup>43</sup>. Carvalho (2013) chama esta tendência de desnacionalização da economia brasileira, uma vez que, as empresas de capital estrangeiro vêm dominando o capital nacional. Segundo o autor no primeiro semestre de 2012, 167 empresas nacionais foram adquiridas por corporações estrangeiras no primeiro semestre de 2012. Outro fator que merece destaque sobre o controle das corporações no capital nacional, embora já citado anteriormente, é a prática de oligopólios, feita por meio de fusões e aquisições de empresas de diversos setores agrícolas, como do agroquímico, de sementes e de biotecnologia vegetal (LEITE; MEDEIROS, 2012; DESMARAIS, 2013; BOMBARDI, 2011).

Frente ao exposto, concordamos com Carvalho (2013) ao questionar que a lucratividade do complexo agroindustrial é dominada pelas grandes empresas transnacionais e cuja superioridade enaltece e subordina cada vez mais a produção agrícola brasileira aos interesses do capital financeiro estrangeiro.

Desmarais (2013) coloca, como exemplo que *Bayer*, *Syngenta* e *Basf* controlam cerca da metade do mercado agroquímico mundial. Ainda segundo autora, as dez maiores empresas responsáveis pelas sementes controlam praticamente a metade do mercado:

As sementes da Monsanto representam 88% da área total do mundo cultivada com culturas geneticamente modificadas em 2004. A transnacional obteve um domínio de 91% da área semeada mundial com soja transgênica, 97% de milho transgênico, 63,5% dos cultivos de algodão geneticamente modificado e 59% da área plantada com canola (p.76).

Este controle e monopólio aumentam ainda mais o poder econômico e contribuem significativamente com o aumento da desigualdade socioespacial entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os capitalistas e os camponeses.

---

<sup>43</sup> Bombardi (2011) salienta que os dados citados podem ser exponencialmente maiores, já que, a Monsanto, considerada como a maior empresa produtora de agrotóxicos, não foi contabilizada nestes dados.

Para Welch e Fernandes (2008) por conta desse controle exclusivo das corporações, as empresas tem uma superioridade e poder de manipulação, através da detenção da tecnologia nos processos de produção.

Por assim, concordamos com Fernandes (2008) ao considerar o agronegócio como um novo tipo de latifúndio. Segundo o autor, o agronegócio não apenas concentra e domina a terra, mas também, o seu controle alcança a tecnologia produtiva. Ou seja, o agronegócio não controla apenas a terra (a propriedade), agora ele, domina a tecnologia de produção. Ao dominar a tecnologia, o agronegócio se sobressai e cria uma relação de subordinação dos camponeses, que passa a depender da tecnologia das corporações. Outro ponto elementar, é que o agronegócio está à frente das políticas de desenvolvimento, no sentido de ser preferencial destas, pois são auxiliados com políticas públicas tendo a aliança entre capital e agronegócio, formando o que Martins (1999) chama de aliança do atraso.

Por assim, o estabelecimento do agronegócio proporciona um aumento e uma variação da conflitualidade, “[...] ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais” (FERNANDES, 2008, p.38). No entanto, tal conflitualidade é considerada por Fernandes (2008) como invisível, não por não ser perceptível, mas por quererem ocultá-la. De acordo com o autor, a imagem do agronegócio é construída ocultando os seus verdadeiros interesses capitalistas com a produção de alimentos, que é lucro, e tanto a mídia, como as empresas e o Estado buscam fazer apologia benéfica ao agronegócio criando uma espécie de blindagem com o propósito de esconder sua conflitualidade. Para o autor, a imagem construída sobre o agronegócio é a produtividade e o progresso, tornando-o sagrado e inviolável (FERNANDES, 2008).

Com o agronegócio, o conflito territorial tornou-se mais intenso e as ocupações de terras, tornaram-se alvo de suas preocupações assim, buscaram medidas para tentar despolitizar e desmobilizar a luta pela terra. Segundo Fernandes (2010) a medida tomada foi a criminalização da luta pela terra, que fez com que o Estado não realizasse

a reforma agrária. Explica o autor que as ocupações de terras dos camponeses ferem a lógica capitalista de dominação do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente a lógica de dominação do agronegócio e, por essa razão, seus protetores têm investido fortemente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a extensão da luta popular. A mercantilização da reforma agrária visa a controlar o território disponível à agropecuária e limitar as formas de acesso à terra. Na lógica do grande capital, o que realmente interessa é que a forma de acesso à terra seja por meio das relações de mercado, ou seja, de compra e venda. A terra, na óptica do agronegócio, deve estar disponível para servir a seu interesse de maximizar o lucro (p?).

Ainda com o autor, o agronegócio instituiu meios de “demonizar” as ocupações de terras com influências nos meios de comunicação e no poder judiciário. Medeiros (2003) assevera também o poder da bancada ruralista, que exerce forte pressão no congresso para que as medidas políticas favoreçam e assegurem exclusivamente o interesse do agronegócio<sup>44</sup>.

Fernandes (2010) aduz que o agronegócio modificou as demandas pela reforma agrária. No início da década de 90, a questão agrária trouxe novos elementos, tornando o latifúndio como um problema secundário. Segundo o autor, o obstáculo para realizar a reforma agrária não se deve mais aos latifúndios e agora, é atrasada também pelo agronegócio. Nas palavras do autor:

Para combater as lutas por terra, os defensores do agronegócio criaram uma política de ‘reforma agrária de mercado’. Essa iniciativa fez parte de uma tentativa de despolitizar e desmobilizar a luta popular, jogando-a no âmbito do mercado, em que impera o poder do agronegócio e do latifúndio (FERNANDES, 2010, p.187- 188).

Esta nova configuração da questão agrária demonstra a atual conflitualidade no Brasil. Por um lado, o agronegócio simbolizando a produtividade e o progresso, e por outro, os camponeses, buscando o acesso a terra e a produção camponesa. E que por

---

<sup>44</sup> Para entender sobre a bancada ruralista no Congresso Nacional, cf.: POLESE (2014); RURALISTA (2015).

sua vez envolve a reforma agrária de mercado (FERNANDES, 2010; RAMOS FILHO, 2014).

A territorialização do agronegócio significa a desterritorialização do campesinato ou de sua subordinação às empresas.

A conflitualidade presente entre o agronegócio e o campesinato nos revela a disputa territorial entre os dois modos de produção (FERNANDES, 2008). A Via Campesina nasce dessa conflitualidade decorrente da territorialização do agronegócio e das corporações transnacionais. Da mesma forma que a agricultura mundializou, o movimento também saltou escalas e se mundializou. Este movimento camponês internacional vem organizando e realizando Ações Territoriais contra-hegemônicas para enfrentar o agronegócio e seus agentes defensores.

### **1.2.3 A produção de alimentos e o agrocombustível**

Compreender a configuração da política mundial de produção de alimentos é essencial para entendermos o contexto da conflitualidade presente entre a agricultura capitalista e agricultura camponesa. Consideramos este ponto como parte da atualidade do desenvolvimento desigual do capitalismo mundializado, que acrescenta a complexidade na questão agrária e que impede a recriação camponesa.

A nossa principal referência nessa pesquisa sobre a produção de alimentos é Oliveira (2011). O autor compara a mudança na lógica da produção de alimentos na época da revolução verde e no auge do processo de mundialização da agricultura e do capital. Como explica o autor

[...] depois da criação da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - e do advento da revolução verde, o mundo capitalista adotou um mecanismo de controle da produção de alimentos baseado no sistema de estoques. Esta sistemática tinha por objetivo garantir excedentes agrícolas alimentares que permitisse simultaneamente, garantir a oferta de alimentos diante do fantasma da fome, e a regulação de seus preços contra as ações especulativas dos

*players* capitalistas (jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores). Com o neoliberalismo, depois da criação da OMC – Organização Mundial do Comércio, o sistema adotado foi aquele da colocação dos estoques no mercado e do império absoluto do livre comércio. Ou seja, o mercado através da disponibilidade dos estoques seria o regulador da oferta da produção de alimentos. Essa mudança revela na atualidade sua consequência: a crise (OLIVEIRA, 2011, p. 169).

Ainda com Oliveira (2011), as políticas desta época contribuíram para a mudança na produção de alimentos. Consequentemente, houve o aumento das multinacionais, e estas passaram a controlar o mercado e tornaram a comida como uma mercadoria. Tal controle das multinacionais modificou a produção alimentar e criou uma nova ordem mundial:

Consolidou-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da multinacional não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está localizado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas multinacionais estão. Esta sim passou ser a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista que por sua vez gestou uma nova divisão internacional do trabalho e redesenhou uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. Agora, o centro está onde for possível conectar interesses nacionais, internacionalizando-os. O centro passou a estar portanto, em Nova Iorque, Tóquio, Bangcoc, Joanesburgo, Frankfurt, Paris, Londres, Moscou, Adelaide e porque não na cidade do México, Buenos Aires, São Paulo, Curitiba, etc. A luta de classes ganhou uma dimensão simultaneamente, internacional (OLIVEIRA, 2011, p.165).

Oliveira (2011, p.168) destaca que com a crise de alimentos de 2008 provocou uma mudança em relação a produção e estoque, com intuito de regular a oferta da produção de alimentos:

Iniciada no ano de 2008, a crise dos alimentos, portanto, tem vários fundamentos. Deriva pois das políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos. São elas, portanto, responsáveis pela crise que se abateu sobre os alimentos na atualidade. Ela é em síntese, o resultado da total incapacidade do mercado para construir uma política mundial de segurança ou de soberania alimentar. (p.168).

Dessa forma o mercado de alimentos torna-se atrativo para a produção de agrocombustível tendo, portanto, o aumento acentuado do mesmo. Tal aumento, conforme, explica o autor,

Embora o objetivo dessa dissertação não seja o foco sobre o agrocombustível, consideramos este assunto como elementar para entender a da conjuntura da produção de alimentos e da crise de alimentos. Esta crise desempenha um ponto fundamental no contexto sobre a atual produção de alimentos.

#### **1.2.4 Reforma Agrária de Mercado**

Borras Junior (2008) destaca que um dos maiores problemas sobre a luta pela terra é a respeito do programa de reforma agrária de mercado. Segundo o autor o programa foi inserido no Brasil em 1997 pelo Projeto Cédula da Terra, tendo em 1996 um programa piloto no Ceará. Este projeto ganhou destaque por defender a ordem vigente da concentração da estrutura fundiária e amenizar a luta pela terra, através da compra da terra, dificultando o acesso para os camponeses. Como bem argumenta Ramos Filho (2014, p.29, grifo do autor), “[...] o capital e o mercado de terras assumem a condição de protagonista na promoção da redistribuição deste bem ao eliminar aqueles ociosos por *produtores mais eficientes*”. O Banco Mundial é o principal difusor dessa política e assim como outras imposições, como a Revolução Verde, a reforma agrária de mercado avançou em diversos países, principalmente, na América Latina (RAMOS FILHO, 2014).

Para Borras Junior (2008) os movimentos sociais camponeses responderam urgentemente com a criação do Fórum Nacional de Reforma Agrária, que conteve a participação de MST, Contag e Fetraf<sup>45</sup>. Como resposta, o fórum buscou uma investigação do pacote no Painel de Inspeção do Banco Mundial, contudo, o pedido foi

---

<sup>45</sup> Fetraf é a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

negado duas vezes e o programa continuou a crescer (BORRAS JUNIOR, 2008). Conforme coloca Borrás Junior (2008, p.263, tradução nossa), a reforma agrária de mercado tornou-se a “[...] ameaça mais real aos olhos do MST e outros membros da Via Campesina no Brasil, e ajudando a empurrar uma externalização rápida da questão brasileira no cenário internacional”. Assim, a Via Campesina e outros movimentos camponeses colocam como pauta fundamental discutir a reforma agrária de mercado.

Como mostramos na seção anterior, a reforma agrária de mercado foi o que impediu a concretização do II PNRA e tem sido o maior obstáculo da atual luta pela terra.

## **CAPÍTULO 2**

## 2. POR UMA REBELDIA MUNDIAL: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA VIA CAMPESINA

*La Vía Campesina*<sup>46</sup> é um movimento internacional que articula 163 movimentos de 73 países e se considera como um “movimento autônomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outro tipo” (VIA CAMPESINA, 2011, não paginado)<sup>47</sup>.

A composição do movimento é variada e consiste na participação desde cultivadores de arroz na Indonésia, de pequenos produtores familiares no Canadá, de agricultores de subsistência em Moçambique, dos trabalhadores agrícolas em Andaluzia, dos cocaleiros na Bolívia e do sem-terra no Brasil (BORRAS JUNIOR, 2005). Além da Via Campesina ser um dos maiores em quantidade de movimentos ou organizações membros é, também, um dos maiores movimentos por conta de sua diversidade de sujeitos e tipos de camponeses que representa. Pelo quadro 1 podemos visualizar a quantidade de membros da Via Campesina divididos por região.

Divisões	Quantidade de movimentos membros
África 1	7
África 2	8
América Central	26
América do Norte	7
América do Sul	40
Ásia meridional	21
Caribe	13
Europa	27
Sudeste Asiático e Ásia oriental	14
<b>Total</b>	<b>163</b>

Quadro 1 – Divisões da Via Campesina e quantidade de movimentos membros

Fonte: Via Campesina (2011)

Org.: Leandro Nieves Ribeiro, nov. de 2015.

<sup>46</sup> Primeiramente, vale explicar que o nome completo do movimento em questão é *La Vía Campesina*. Contudo, conforme explicaremos ainda neste capítulo (no 2.1.2, a expressão *Via Campesina* é a comumente utilizada. Dessa forma, usaremos nessa pesquisa tanto o nome completo quanto a expressão reduzida.

<sup>47</sup> No site oficial da Via Campesina ([www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)) é informado a quantidade de 164 movimentos membros de 73 países. Contudo, na lista de membros, do mesmo site, contabilizamos a existência ao todo de 163 movimentos de 73 países.

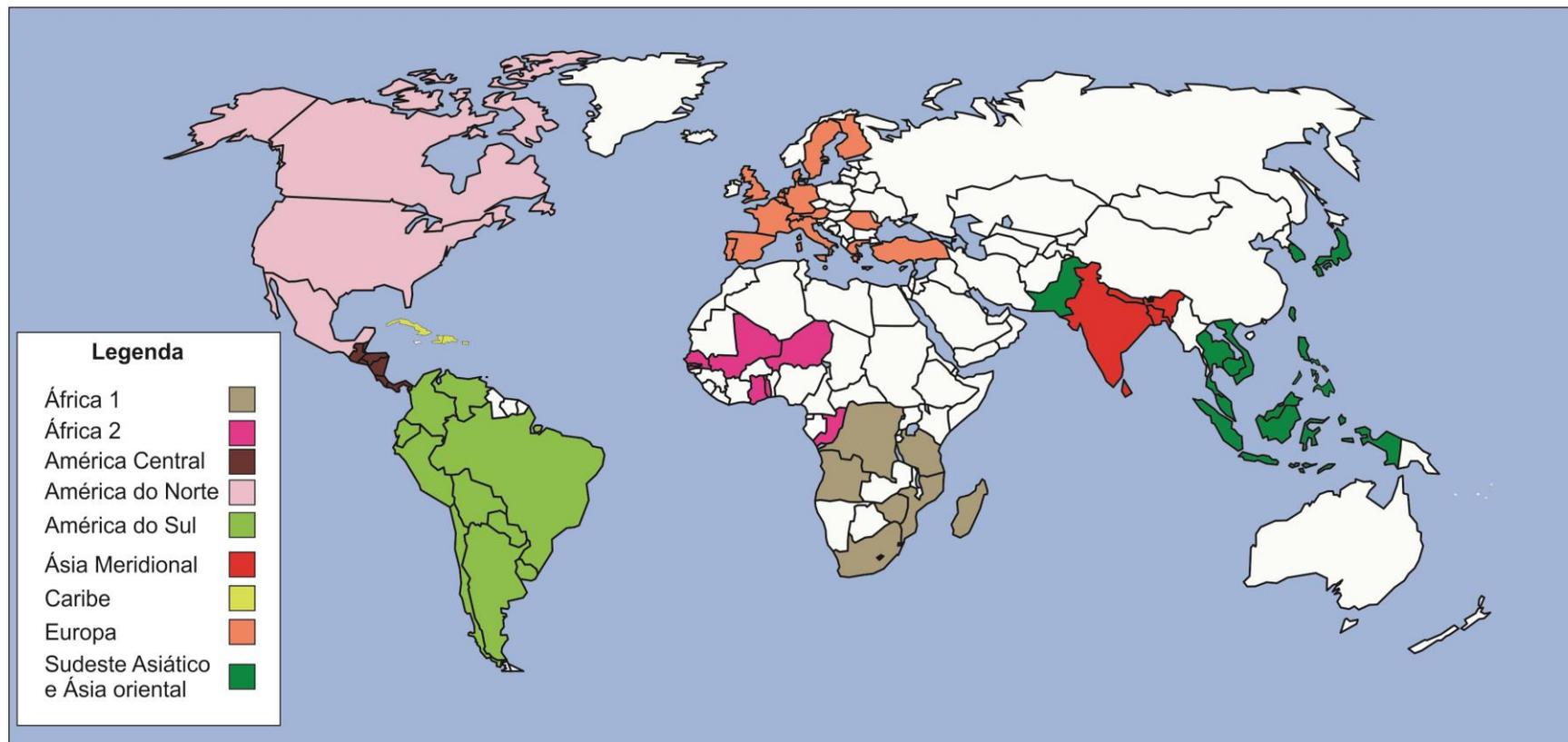


Figura 1 – Representação mundial da Via Campesina e sua respectiva divisão

Fonte: Via Campesina (2011).

Org.: Leandro Nieves Ribeiro.  
 novembro de 2015.

Vale destacar a relevância da América do Sul que sozinha corresponde a 25% dos membros oficiais da Via Campesina, com 40 membros. Na lista oficial da Via Campesina, o Brasil é representado por 7 membros, a saber: Coordenação Nacional das comunidades quilombolas (Conaq), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Contudo, conforme demonstraremos ao longo do texto, outras organizações brasileiras são consideradas como membros da Via Campesina, tais como a CPT e a FEAB<sup>48</sup>.

O objetivo da *La Via Campesina* é estabelecer uma articulação, comunicação e uma coordenação de atividades em comum em escala mundial e regional. Dessa forma, esse movimento internacional, articulador de outros movimentos camponeses, é sem dúvida, considerado como um *processo novo e surpreendente* nos levando a questionar as condições históricas que culminaram na organização e na forma de organização (VIEIRA, 2011; DESMARAIS, 2013).

Para demonstrar o quanto novo e diferente é a organização e proposta da Via Campesina traremos a seguir as características desta articulação. Partiremos primeiramente do processo de formação da Via Campesina Internacional quando se acordou em criar um movimento que representasse a escala internacional os camponeses. Em segundo lugar o foco será sobre a organização do movimento em escala mundial, destacando a organicidade e o calendário permanente de lutas do movimento. No terceiro, apresentaremos o projeto contra-hegemônico da Via Campesina, como a proposta da soberania alimentar que se contrapõem com a proposta de segurança alimentar e propõem uma mudança no sistema de produção alimentar. Além desta, apresentaremos os outros temas centrais defendidos pelo

---

<sup>48</sup> Pelos nossos estudos percebemos que a Via Campesina no Brasil tem a aliança com outros movimentos sociais e organizações, podendo ter uma dimensão maior do que do esperado nesse trabalho.

movimento, a saber: reforma agrária, recursos naturais e genéticos, biodiversidade, gênero, direitos humanos, migração e trabalhadores rurais, agricultura camponesa sustentável e êxodos de jovens no campo.

## **2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA**

Desmarais (2013), Borrás Junior (2004), Martínez-Torres e Rosset (2010) e Vieira (2011) destacam que o contexto que antecede a criação da Via Campesina demonstra o significado desta articulação internacional. Para os autores, entre os anos 80 e 92 diversas situações propiciaram a criação da Via Campesina como a situação política de dominação do capital e desterritorialização dos camponeses na América Latina. O mundo rural encontrava-se num período de mercantilização e da mundialização da agricultura (DESMARAI, 2013, OLIVEIRA, 2014).

Dessa forma, como coloca Desmarais (2013) e Vieira (2011), a produção de alimentos passou a ter um sistema de concentração de produção<sup>49</sup> em poucas empresas multinacionais e, assim como, a distribuição<sup>50</sup> dos produtos também se concentrou. Salaria Vieira (2011) que estes processos desdobraram-se em homogeneização do consumo de alimentos dessas poucas empresas. Conforme destaca a autora, com a intensificação da industrialização da agricultura – caracterizada como a produção em larga escala e agroexportadora, a padronização mundial dos produtos e a concentração da produção nas empresas multinacionais – as consequências das políticas capitalistas cresceram incorporando e subordinando todas

---

<sup>49</sup> Vieira (2011) afirma que a produção de alimentos é gerada por duas formas: uma pela própria empresa e a outra pela subcontratação de agricultores levando os a integrar ao mesmo sistema e levando os pequenos agricultores a total subordinação.

<sup>50</sup> Além dos desdobramentos no modo de produção, tais mudanças afetariam também a circulação e o consumo de alimentos no mundo (VIEIRA, 2011).

as regiões, (VIEIRA, 2011). Outro desdobramento é o desencadeamento da concentração de terras, o êxodo rural, o empobrecimento dos camponeses e a total dependência destes com as multinacionais (VIEIRA, 2011, p.173). No entanto, no final do século XX, a lógica passou a incorporar novos processos, sobretudo, “[...] a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético” (VIEIRA, 2011, p.179). Deste modo, como consequência e resposta ao avanço das estratégias perversas de subordinação e desarticulação do campesinato, ocorre o “[...] ressurgimento dos movimentos em vários países e regiões do mundo” e a partir da própria possibilidade de articulação, contato e intercâmbio desenvolveu-se uma organização em escala global: a Via Campesina (VIEIRA, 2011, p.174).

Segundo Fernandes (2012) a proposta de criar a Via Campesina surgiu quando os líderes de movimentos camponeses de diversas regiões reuniram-se no II Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG) de Nicarágua, no ano de 1992 na cidade de Manágua (Nicarágua). Nesse congresso houve a intenção de criar um projeto coletivo para confrontar o neoliberalismo e a OMC (FERNANDES, 2012, DESMARAIS, 2013). De acordo com Desmarais (2013) nesse encontro, foi produzido um documento nomeado de Declaração de Manágua, e neste documento é possível identificar a vontade de organizar os camponeses em escala internacional para que as vozes e propostas dos camponeses fossem ouvidas. Desmarais (2013, p.108) cita um trecho da Declaração que demonstra a consciência de formar uma luta conjunta:

Pela nossa unidade, encontraremos os meios para que a nossa voz e as nossas proposições sejam ouvidas por aqueles que usurpam o nosso direito de cultivarmos a terra e assegurarmos a ‘dignidade’ de nossas famílias.

A Via Campesina surge, portanto, frente a dificuldade dos camponeses em conseguir que sua voz, opinião, desejo e anseio seja respeitada por outras instituições

ou organizações que ditam o comércio e a agricultura e atropelam o interesse dos camponeses.

Em outro trecho da carta é possível perceber a causa da criação do movimento e de suas reivindicações, que são devidas às políticas neoliberais que afetaram diretamente os camponeses e que ditam o mercado global (OLIVEIRA, 2011). Através de Desmarais (2013), segue o trecho da carta:

As políticas neoliberais representam uma restrição dramática para os agricultores em todo o mundo, trazendo-nos à beira da extinção irremediável e agravando o dano irreparável que foi causado nos nossos arredores rurais [...] Notamos que o GATT<sup>51</sup> afeta agricultores em países pobres e também empobrece os agricultores dos países ricos para beneficiar os monopólios e as corporações transnacionais. O comércio e o intercâmbio internacional devem ter como objetivo fundamental a justiça e a cooperação em vez da competição e sobrevivência do mais forte. Nós, como produtores, precisamos da garantia de um rendimento suficiente para cobrir, no mínimo, os nossos custos de produção. Isso até a data, não tem sido uma preocupação dos negociadores do GATT. Nós rejeitamos as políticas que promovem baixos preços, mercados liberalizados, exportação de excedentes e subsídios de exportação. A produção agrícola sustentável é fundamental e estratégica para a vida social e não pode ser reduzida a uma simples questão do comércio. Agricultores exigem uma participação direta nas negociações do GATT (DESMARAI, 2013, p.108-109, apud, DECLARAÇÃO DE MANÁGUA, 1992, p.1-2).

No trecho da carta percebemos que a Via Campesina surge como forma de desafiar as organizações multilaterais e da utilidade de seus instrumentos para induzir seus interesses. Percebemos no trecho a posição política e ideológica da Via Campesina, tendo como crítica às políticas comerciais da agricultura.

No entanto, vale salientar, que a oficialização da Via Campesina ocorre somente um ano depois da reunião em Manágua, isto é, em 1993, na realização de um novo encontro na cidade de Mons, na Bélgica, com 46 líderes. De acordo com a autora, nesta reunião os líderes dos movimentos objetivaram fortalecer as organizações para formar o movimento internacional de camponeses. Para isso, as lideranças elegeram um movimento para representar as cinco regiões. Por exemplo: a América do Sul foi

---

<sup>51</sup> A sigla em inglês GATT traduzida significa Acordo de Geral de Tarifa e Comércio.

representada pelo MST, a “América Central, Caribe e América do Norte” pela *Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericana para la Cooperación y el Desarrollo* (ASOCODE), na Ásia pela *Kilusang Magbubukid ng Pilipinas*<sup>52</sup> (KMP), na Europa Ocidental foi a Coordenação Camponesa Europeia (CPE) e na Europa Oriental pela *Peasant Solidarnosc da Polônia* (DESMARAIS, 2013). Estes movimentos formaram a Comissão Coordenadora e assim iniciou a articulação da Via Campesina.

Portanto, como coloca Desmarais (2013), a Via Campesina “não apareceu do nada”, ou seja, a Via Campesina surgiu num contexto histórico de desterritorialização dos camponeses que implicou na articulação dos camponeses, após, diversos protestos que questionavam a Nova Ordem Mundial e a condição de sua subordinação ao capital financeiro e monopolista. Martinez-Torres e Rosset (2010, p.156) defende que a Via Campesina nasceu como uma onda de insatisfação de camponeses e, tal movimento, foi consolidando-se através do contexto político e social.

Entre as Ações Territoriais originadas pela Via Campesina destacamos as campanhas contra as organizações dominantes como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, também, contra as empresas multinacionais como, o *McDonalds*, a *Monsanto* e entre outras defensoras do modo de vida neoliberal (VIEIRA, 2011, p. 179).

### **2.1.1 O processo de construção da Via Campesina e suas primeiras Ações Territoriais**

A primeira Ação Territorial da Via Campesina ocorreu na cidade de Quebec no Canadá, na realização do 50º aniversário da FAO através da Assembleia Mundial sobre Segurança Alimentar da ONU em 1995. Vale mencionar, que os movimentos nesta época tampouco tinham espaço para participar das reuniões da própria ONU, mas que

---

<sup>52</sup> A tradução significa “Movimento Camponês das Filipinas” (DESMARAIS, 2013).

a partir dessa ação, a participação dos camponeses mudou. O único movimento camponês participante desta assembleia foi o *National Farmers Union* (NFU) do Canadá. Este movimento contribuiu para a participação da Via Campesina no evento ao buscar que os militantes da Via Campesina participassem como expositores nos grupos de discussão e plenárias para debater a perspectiva e a experiência dos produtores de alimentos (DESMARAIS, 2013). Tal participação foi extremamente importante, pois uma liderança após outra denunciou a péssima situação de cada região e de como o avanço do capitalismo no campo prejudicava os camponeses.

[...] em Quebec, as vozes camponesas e agricultoras foram ouvidas em alto e bom som conforme os líderes agricultores, um após o outro, tomaram o microfone e explicaram como as coisas realmente aconteciam no campo. A maioria começou suas intervenções declarando com orgulho a sua lealdade para com a Via Campesina. Pela primeira vez, em uma arena internacional dominada pelas ONGs, os líderes agrícolas atuaram de maneira coordenada e coletiva para falar sobre as suas próprias realidades com suas próprias vozes e refletindo as suas análises (DESMARAIS, 2013 p.144).

Este ato de denunciar a realidade dos camponeses numa reunião da ONU demonstrou uma questão que incomodava os camponeses. Antes da criação da Via Campesina, não havia nenhum movimento ou organização que representasse a vontade dos camponeses. Como ressalta Desmarais (2013), a única instituição presente era a Federação Internacional de Agricultores Produtores (IFAP)<sup>53</sup>, cujo movimento representava somente os grandes fazendeiros. Segundo a autora:

Quando a Rodada do Uruguai começou em *Punta del Este*, em 1986, a voz internacional dos camponeses era dominada pela principal organização internacional de agricultores existentes na época – a *International Federation of Agricultural Producers* (Ifap). Fundada em 1946, Ifap foi estabelecida inicialmente para ajudar a evitar a escassez de alimentos como as que ocorreram durante a Depressão de 1930 e a Segunda Guerra Mundial. De acordo com sua constituição, a Ifap visa: assegurar a mais plena cooperação entre as organizações de produtores agrícolas primários para o cumprimento das necessidades nutricionais e de consumo [...] e melhorar a condição social e econômica de todos aqueles que vivem da e na terra (DESMARAIS, 2013, p.122-123).

---

<sup>53</sup> Para saber mais sobre a Ifap, cf.: Borrás Junior, Eldeman e Kay (2008).

A Ifap afirmava ser o representante dos agricultores do mundo e objetivava participar do espaço de decisão. Conforme explica a autora, a Ifap promovia-se como a organização representante dos agricultores do mundo, o que permitia um espaço aberto em diversas instituições como no Conselho Econômico e Social da ONU na qualidade de consultivo geral, no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), na Organização Internacional do Trabalho (OIT), na FAO, na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e no Banco Mundial<sup>54</sup>.

É neste espaço internacional que a Via Campesina objetiva questionar, interferir e mudar os rumos das políticas. Para Desmarais (2013), com a criação da Via Campesina os gritos dos camponeses começaram a ser ouvidos.

Neste sentido, de acordo com Vieira (2011), a Via Campesina procurou formular propostas para modificar os rumos da política econômica e agrária e, de seu objetivo geral, que é influenciar os “[...] centros de poder e de tomada de decisão dentro dos governos e nas instituições multilaterais” (VIEIRA, 2011, p.200).

### **2.1.2 A Via Campesina enquanto poder político e espacial do campesinato**

*A expressão La Vía Campesina* significa literalmente “o caminho camponês” ou “a rota camponesa” e tal nome, “camponês”, carrega uma simbologia política histórica que remete a resistência à subordinação do capital<sup>55</sup> imposto pelo modelo dominante na agricultura e massificada pela Revolução Verde<sup>56</sup>. Além disto, vale destacar que, embora tal organização seja composta por diversos movimentos do campo de diferentes

---

<sup>54</sup> Além destas, a Ifap também participava do extinto Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que atualmente é a Organização Mundial do Comércio (OMC) (DESMARAI, 2013; RÉGO, 1996).

<sup>55</sup> Deve-se entender o conceito de Metabolismo Social do Capital de Mézaros (2007) que afirma o poder destrutivo do capital e da sua perversidade.

<sup>56</sup> As inúmeras consequências da Revolução Verde são: a modernização no campo, o crescimento do agronegócio, a concentração da produção de alimentos em poucas empresas, a padronização da produção, monocultura, produção voltada para a exportação. Com isso, os camponeses ficaram cada vez mais dependentes das empresas transnacionais, levando a subordinação do território camponês para expansão do capital, materializado no agronegócio.

países, o motivo da escolha do nome em castelhano deve-se pela importância das lutas da América Latina, entendendo que a construção do movimento seja uma continuidade das lutas dessa região entre os anos 60 e 80 (VIEIRA, 2011). Sobre a opção da grafia do nome do movimento Vieira (2011, p.143) explica:

Em todo o mundo o nome *La Vía Campesina* não é traduzido. Às vezes usa-se a expressão precedida do artigo, em outras vezes apenas a expressão, mas sempre o nome em espanhol. As versões sobre os motivos desta opção são variadas, mas em geral indica-se que ela reflete a congregação das forças que criaram a Via Campesina em Mons e que, até hoje, são os movimentos mais fortes dentro da articulação, ou seja: latino-americanos e europeus do sul.

A grafia e a preferência em não traduzir o nome castelhano demonstra a força dos movimentos latino-americanos frente aos diversos movimentos sociais. Outro ponto a destacar é que o sentido de intitular o nome do movimento como o “caminho camponês” representa a própria ideia do movimento em conduzir uma alternativa ao modelo defendido pelas organizações hegemônicas, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e a Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Estas diversas organizações impõe o interesse das empresas transnacionais e determina as relações econômicas com outros países, ditando praticamente o que produzir e mantêm a ordem hegemônica da cadeia de produção alimentar.

Por conta da criação da Via Campesina, isto é, do caminho camponês, Desmarais (2013) questiona “para onde foram os camponeses depois de tanto tempo?”. Este questionamento feito pela autora é afirmada através da teoria do possível desaparecimento da figura camponesa frente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que não teria mais a necessidade do camponês. Sobre esta teoria faremos uma breve discussão que virá a esclarecer “o poder político” do camponês.

Autores da literatura clássica como Lênin e Kaustky apontaram para o desaparecimento do camponês em virtude do desenvolvimento do capitalismo no campo. No Brasil, nos anos 90, Abramovay (2007) em “Paradigmas do Capitalismo

Agrário”, em consonância com a tese dos autores clássicos, defende que o campesinato seria transformado em agricultor familiar ao se integrar à lógica capitalista. Esta ideia foi amplamente difundida no Brasil pelo governo.

Em contrapartida com a referida ideia, autores como Shanin (2005), Marques (2008a; 2008b), Fabrini (2008), Fernandes (2009; 2008) e entre outros, destacam o camponês como um sujeito político e, ao contrário do pensamento de Abramovay, o camponês mesmo subordinado ao capital não tende a desaparecer. Nas palavras de Marques (2008b, p.57),

[...] a transformação capitalista da agricultura não leva apenas à diferenciação e polarização social nos moldes previstos por Lênin, mas resulta fundamentalmente nos processos de diferenciação, pauperização e marginalização, cuja ocorrência depende do tipo de relação estabelecida entre o campesinato e o capitalismo em cada formação territorial.

Desta forma, entende-se que os camponeses não se entregam e relutam contra a expropriação, buscando a sua territorialização como coloca Fernandes (2008; 2009) e ou, como coloca Marques (2008a) a recriação camponesa<sup>57</sup>. Para Marques (2008b), o camponês, por não ter condições de impor os preços de seus produtos, se subordina às decisões do mercado, cuja situação somente se modificará com a organização política dos camponeses. Neste caso, os movimentos camponeses como o MST e entre outros, inclusive a Via Campesina, são exemplos dessa resistência.

Marques (2008b, p.60) ao buscar entender que tipo de campesinato tem no Brasil, afirma que o mesmo foi “criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” e é totalmente diferente do camponês europeu, oriundo da Idade Média. Conforme colocou Shanin (2008), o camponês deve ser entendido como uma combinação de elementos, e não, tratado como algo sólido e fixo. Ainda com Shanin (2008), caso buscarmos uma generalização para o campesinato

---

<sup>57</sup>Existem três formas de recriação camponesa: a primeira é com o arrendamento; a segunda é pela compra da terra; e terceiro, pela ocupação da terra (FERNANDES, SILVA e GIRARDI, 2011)

jamais encontraremos algum, ainda mais, se compararmos com a concepção europeia. Marques (2008, p.65), ao analisar a composição do campesinato no Brasil, a partir da transformação nas relações de produção no campo, no mesmo sentido do que Shanin (2008) afirma que a realidade é bem mais complexa tornando difícil encontrar uma figura sólida e fixa como o campesinato. Mesmo sem generalizar, Shanin (2008, p.24-25) traça os seguintes elementos que afirma estar presente no campesinato:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua, encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

Portanto, o campesinato que nos referimos nesta pesquisa, bem como, o sentido de camponês para a Via Campesina, é baseado nesta forma de reproduzir o seu modo de vida e da multiplicidade de soluções encontradas para resolver seus problemas, baseado fundamentalmente em relações de produção não-capitalista. Estas características podem ser vistas nas reivindicações e propostas do movimento.

Para o movimento, o uso do termo camponês em seu nome foi muito significativo. De acordo com Desmarais (2013), em entrevista com um militante do movimento sobre o processo que culminou na escolha do nome, destaca que o termo de “agricultor” não condizia com o propósito do movimento de apresentar uma alternativa ao desenvolvimento capitalista no campo, uma vez que, tal termo seja associado como consequência do pacote da Revolução Verde. Para a autora, ao utilizar o termo camponês, a Via Campesina sistematiza as demandas e propostas e espacializa as vozes camponesas. Além disso, Desmarais (2013) afirma que a própria ideia de criar um movimento internacional era algo inacreditável, em vista, da diversidade de lutas, culturas e pensamentos espalhados mundialmente e divididos em regiões. A criação e consolidação da Via Campesina desafiou a todos (DESMARAI, 2013; VIEIRA, 2011).

Dessa forma, os camponeses após longo tempo ressurgem no espaço e comprovam a falácia da teoria do desaparecimento da camponesinato. E ainda, os camponeses, agora articulados mundialmente e com suas impactantes Ações Territoriais, demonstram sua força contra as organizações hegemônicas.

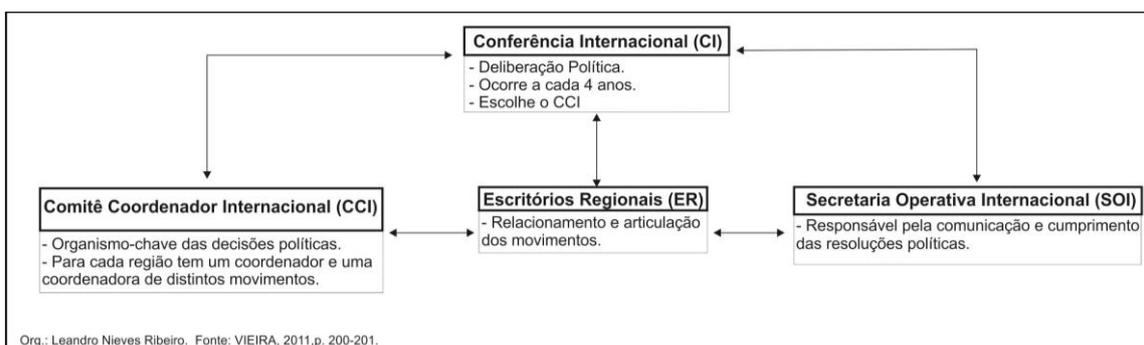
## 2.2 APRENDENDO E ENSINANDO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO CONTRA-HEGEMÔNICO

A organização do movimento será demonstrada em duas partes. A primeira evidenciará a estrutura interna e seu modo de funcionamento para trazeremos uma reflexão da estrutura da Via Campesina. A segunda parte focará no calendário fixo de lutas do movimento, por considerarmos que nessa agenda permanente consolida-se uma ação anual como forma de fortalecer a identidade e a organização.

### 2.2.1 Formas de organização e estrutura da Via Campesina

A estrutura interna da Via Campesina é organizada em 4 grupos, conforme o organograma 1: a Conferência Internacional (CI), o Comitê Coordenador Internacional (CCI), os Escritórios Regionais (ER) e a Secretaria Operativa Internacional (SOI).

Organograma 1 – Estrutura organizativa e funcional da Via Campesina



De acordo com Fernandes (2012) a Conferência Internacional (CI) é o principal órgão da Via Campesina por ser nessa que se delibera as políticas e estratégias do movimento, reunindo-se a cada 4 anos em lugares diferentes a fim de atingir todas as regiões. O movimento realizou ao todo seis CIs sendo a última em Jacarta na Indonésia em junho de 2013.

O Comitê Coordenador Internacional (CCI) é escolhido a cada CI, sendo as 8 regiões representadas por um coordenador e uma coordenadora, de distintos movimento com intuito de dividir as responsabilidades, totalizando 16 membros. O comitê reúne-se duas vezes por ano. Em caso de problema e necessitar consultar demais membros da Via Campesina, buscam-se primeiramente contatar os membros da CCI e depois a coordenação regional. De acordo com Desmarais (2013)

Fora da Conferência Internacional, a CCI é o órgão coordenador e decisório principal da Via Campesina. Todas as decisões mais importantes feitas através de consulta aos seus dezesseis membros. Em se tratando de problemas fundamentais, o processo de consulta vai além da CCI, porque cada coordenador regional deve refletir as necessidades, preocupações e decisões das organizações da sua região. É somente por meio de processos de consulta e comunicação intensos que os coordenadores regionais obtêm um mandato regional para apresentar posições e resoluções para a CCI (p.36)

Já os Escritórios Regionais (ER) possibilitam as relações e as articulações em cada região, denominado de “trabalho central” da Via Campesina. E por fim, a Secretaria Operativa Internacional (SOI) é responsável pela comunicação e pelo cumprimento das resoluções políticas. Dentro dessa estrutura ligam-se os movimentos de bases camponesas na organização. Por sua vez, estes proporcionam a forma necessária para engrenar a Via Campesina. A secretaria operativa é rotativa e, portanto, o movimento não possui de uma sede fixa. Por exemplo, na II Conferência da Via Campesina, em 1996 a *Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la*

*Cooperación y el Desarrollo* (ASOCODE)<sup>58</sup>, de Honduras, foi estabelecida como a secretaria operativa, pois segundo Vieira (2011), deve-se pela sua experiência regional na articulação<sup>59</sup>. Como dirigente foi escolhido Rafael Alegria que participou durante 8 anos na Via Campesina. Em 2004, na IV Conferência a secretaria operativa foi alterada para Jacarta na Indonésia, tendo uma mudança de secretaria da América para a Ásia<sup>60</sup>. O objetivo dessa mudança era iniciar uma participação dos movimentos e organizações da África e para conseguir aproximá-los da Via Campesina.

---

<sup>58</sup> Segundo Vieira (2011) e Eldeman (2003) a *Asocode* existiu entre 1991 e 2001 e foi uma das principais articulações camponesas da América Central, tanto que tornou-se sozinha a Via Campesina Centroamérica.

<sup>59</sup> Batista (2013) aponta que antes da criação da Secretaria Operativa Internacional a Via Campesina teve como sede de secretaria a *Bizkaia* da Organização EHNE - *Euskal Herriko Nekazarien Elkartasuna*.

<sup>60</sup> Desmarais (2013) explica que não houve uma rotatividade da Secretaria Operativa, na III Conferência, por conta de uma possível divergência interna do movimento candidato da Índia, a *Karnataka Rajya Raitha Sangha* (KRSS).

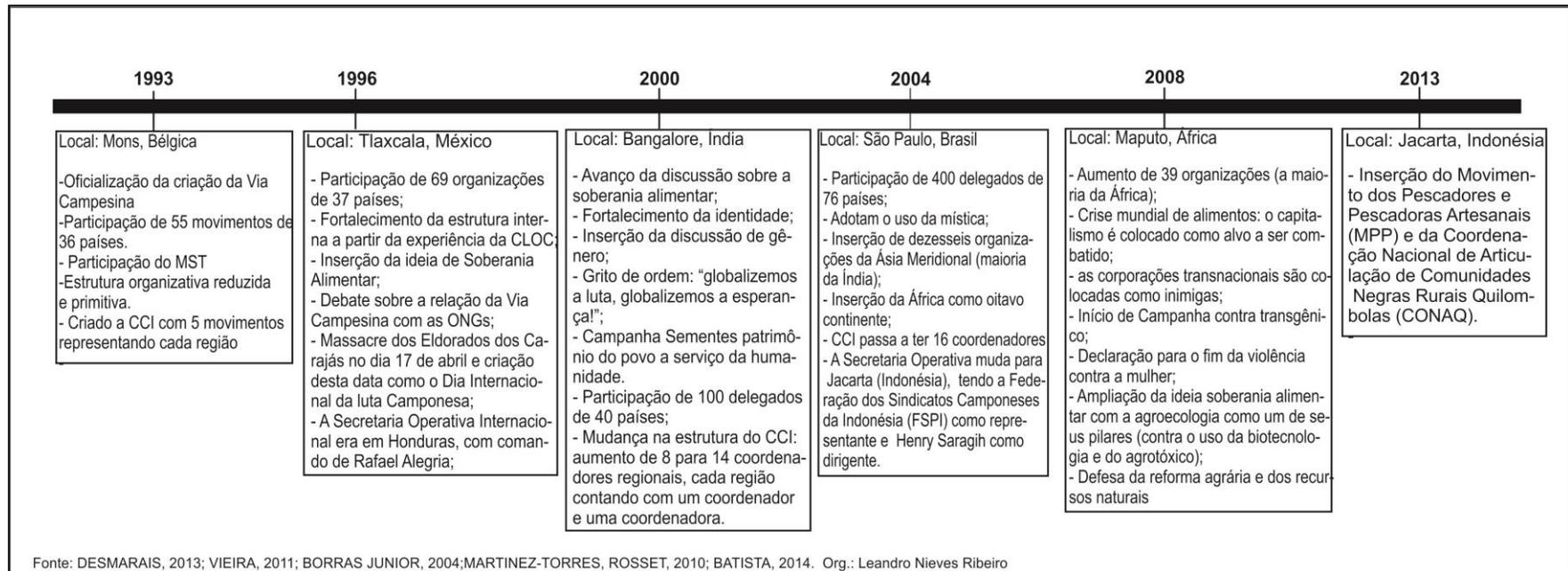


Figura 2 – Linha do tempo com evolução da Via Campesina através de suas Conferências Internacionais

Buscando compreender a evolução de organização e estrutura da Via Campesina com a finalidade de vermos as diferenças e mudanças ao longo do tempo, recorreremos a Martinez-Torres e Rosset (2010). Os autores sistematizam 5 estágios sobre a formação e evolução da Via Campesina. Nestes estágios, os autores marcam um momento anterior a criação da Via Campesina em 1993 até o período de 2010.

Martinez-Torres e Rosset (2010) entendem que o início do estágio da formação da Via Campesina está entre 1980 a 1990, quando a ideia de criação do movimento passa a se diferenciar das ONG's. O segundo estágio é 1993-1999 que marca a oficialização da Via Campesina e participação nos debates internacionais. No terceiro estágio de 2000-2003, apresenta a Via Campesina disputando o cenário internacional pela representação dos camponeses para assumir um papel de liderança nas lutas globais. No quarto estágio de 2004-2008, a Via Campesina fortalece a estrutura interna, ou seja, fortalece as relações locais. No quinto estágio, de 2008 a 2010, a Via Campesina insere em sua luta a questão de gênero e neste momento define mais claramente ser oposta e combater às corporações transnacionais.

A partir de 1996 a Via Campesina amplia suas organizações membros para 69, sendo estas de 27 países diferentes. Neste momento a Via Campesina apresenta uma estrutura mais definida com o fortalecimento interno com a CLOC (*Coordinadora Latino Americana de Organizaciones del Campo*). Este período ainda marca o debate sobre as ONGs, que foi um importante espaço para confirmar a relação conflituosa entre o movimento e as organizações sociais. Outro ponto marcante é a inserção da ideia de soberania alimentar, pelo qual, se tornou a principal bandeira do movimento camponês.

Entre 2000 a 2003 ocorre o ápice da Via Campesina ao se destacar no cenário internacional e desafiar as organizações internacionais. A Via Campesina passou a participar de inúmeras manifestações e da organização e participação de várias edições do Fórum Social Mundial (FSM) cujo momento foi decisivo para a Via Campesina ser reconhecida em escala mundial (MARTINEZ-TORREZ; ROSSET, 2010; VIEIRA, 2011).

No período de 2004 a 2008, o movimento fortalece internamente com uma reformulação em sua organização, conforme apresentaremos na próxima seção. O IV congresso do movimento realizado no Brasil na cidade de Itaipava, em São Paulo, foi um momento para reavaliar a estrutura e a organização interna do movimento. De acordo com Martinez-Torrez e Rosset (2010, p.164, tradução nossa)

La Vía Campesina percebe que o espaço político externo que tem ocupado a nível internacional é desproporcionalmente grande em comparação com o seu próprio grau de desenvolvimento político e de organização interna, que, em certo sentido, tem sido mais bem sucedido do que o esperado, e ficou à frente de si mesmo. Assim, a decisão é feita para se concentrar em aproximar-se internamente, dando um esforço extra para formação interna para as organizações membros, no fortalecimento de mecanismos operacionais e na construção de secretarias regionais para garantir o envolvimento regional e local sustentado. Este é um desafio fundamental, assim como algumas organizações são muito mais fracas do que outras.

Como reconhecem os autores, a organização internacional da Via Campesina foi maior do que a organização interna do movimento. Assim, o movimento buscou fortalecer a formação do movimento, nos mecanismos operacionais e na articulação de contatos. Neste ponto vemos uma consideração da Via Campesina com sua ação e organização em escala local e regional que embora o cerne do movimento seja atuar em escala internacional, tem-se o reconhecimento de fortalecer seus pontos, ou seja, suas escalas – local, nacional e internacional.

Dentro das mudanças da organização do movimento destaca-se o fortalecimento do CCI, a rotação da secretaria do movimento a cada 4 anos para alterar seu local de funcionamento, a utilização da mística dentro dos movimentos internos e a busca da formação de lideranças em escola de formação.

Nesta época foi criada uma série de comissões temáticas tendo o homem e a mulher com um representante de cada uma das nove regiões. Segundo Martinez-Torres e Rosset (2010, p.166, tradução nossa) as comissões formadas eram as seguintes:

(i) Reforma Agrária, (ii) a Soberania Alimentar e Comércio, (iii) Biodiversidade e Recursos Genéticos, (iv) Mudança do Clima e Agricultura Camponesa, (v) os Direitos Humanos, (vi) Sustentável

Agricultura Camponesa, (vii) Migração e Trabalhadores rurais, (viii) Mulheres e Gênero Paridade, (ix) Educação e Formação, e (x) Juventude.

De acordo com Vieira (2011) cada organização deve participar de pelo menos uma comissão temática, contudo, sua inserção deve ser dentro de sua área de atuação. Para Geraldo Fontes (apud Vieira, 2008, p.150) o MST participa da comissão de reforma agrária e o MPA na Soberania Alimentar<sup>61</sup>.

Outro ponto é a criação das campanhas globais que o movimento passou a participar como a “Campanha Global pela Reforma Agrária”, “Sementes: Patrimônio do Povo Rural a Serviço da Humanidade”, a “Campanha para acabar com todas as formas de violência contra as Mulheres”, e a “Campanha para uma Carta Internacional de Direitos dos camponeses”. Estes pontos serão reforçados em outro momento quando discutirmos as Campanhas Mundiais da Via Campesina.

A partir de 2008, o movimento amplia e renova suas ações com a incorporação de outros temas como a questão de gênero, capitalismo e corporação transnacional. Para Martinez Torres e Rosset (2010) neste ano ocorreu a V Conferência da Via Campesina em Maputo próximo a Moçambique na África, cujo momento permitiu a aproximação dos movimentos desta região para tornarem-se membros da Via Campesina. Neste momento, viveu-se numa crise de alimentos o que levou a questionar-se na Conferência os reais problemas que originaram a crise e, como consequência, definiu que o capitalismo seria o problema central<sup>62</sup>. Outro ponto acordado nesse espaço foi que as corporações transnacionais são o principal inimigo dos camponeses e, em consequência, criou-se uma comissão específica para fazer uma campanha contra as corporações transnacionais. De acordo com Batista (2013) no mesmo momento da Conferência ocorreu a III Assembleia de Mulheres e a II

---

<sup>61</sup> Não é comentado por Vieira (2011), e por nenhum outro pesquisador ou nem no próprio site da Via Campesina e dos movimentos articulados, a participação dos demais movimentos ou organização nas comissões. Contudo, podemos especular que a o MMC participa da comissão de gênero, a PJR da juventude e o MAB nos direitos humanos.

<sup>62</sup> Nesta época a ideia de soberania alimentar foi ampliada buscando enfatizar o capitalismo como problema central, conforme apresentaremos posteriormente.

Assembleia da Juventude da Via Campesina e no final dos eventos foi elaborado uma carta declarando o apoio do movimento contra a opressão contra a mulher e lançaram a Campanha “Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”. A seguir um trecho da Declaração de Maputo<sup>63</sup> que destaca a importância deste tema:

Um tema ficou muito claro em nossa V Conferência: que todas as formas de violência que enfrentam as mulheres em nossas sociedades – entre elas a violência física, a econômica, a social, a machista, a de diferenças de poder, e cultural – estão também presentes nas comunidades rurais e por fim em nossas organizações. [...] Por isso, na V Conferência tomamos a decisão de romper o silêncio e lançamos a Campanha da Via Campesina “Pelo Fim da Violência Contra As Mulheres” (não paginado).

A temática da questão de gênero já vinha sendo discutida no movimento desde 1996 (VIEIRA, 2008) e a campanha foi uma forma de conscientizar a sociedade e realizar ações fixas sobre o assunto. Ainda neste capítulo traremos a abordagem sobre a temática de gênero e da campanha sobre as mulheres.

A Via Campesina afirma que sua estrutura é organizada de forma horizontal, ou seja, sem hierarquias internas, a fim de garantir a participação de todos os movimentos articulados nas deliberações políticas.

A estrutura organizativa [...] demonstra alguns aspectos de seus princípios de coletividade e horizontalidade, onde se tenta evitar as hierarquias internas. Segundo uma entrevista realizada com Egídio Brunetto, Vieira (2011), houve inicialmente algumas disputas internas para se que sua estrutura organizativa fosse vertical, como uma Federação Internacional. Entretanto houve uma compreensão comum de todas as regiões que compõem a VCI que esta estrutura organizativa deveria ser altamente coletiva. “Ela tem que ser coletiva, participativa e democrática. (Entrevista com Egídio Brunetto em 23/mar/2007)” (VIEIRA, 2011, p. 202). As experiências concretas dos movimentos servem de base para a construção da articulação internacional, desde os países e para além dos países e da luta corporativa local (BATISTA, p.90).

---

<sup>63</sup> Disponível em: < <http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/5-maputo-2008-mainmenu-68/declarations-mainmenu-70>>

A estrutura em escala global da Via Campesina foi essencialmente baseada na estrutura da CLOC, com a CCI e a coordenação regional por cada região (MARTINEZ-TORRES; ROSSET, 2010, p.157). A saber, a CLOC (200?, não paginado) é :

[...] é uma instância de articulação continental com 16 anos de compromisso constante com a luta social e que representa os movimentos camponeses, os trabalhadores e trabalhadores, indígenas e afro-descendentes de toda a América Latina. Atualmente, contamos com 84 organizações de 18 países da América Latina e do Caribe que constituem uma força social de mobilização presente em todos os espaços que ofereçam propostas alternativas a nível do nosso continente.

A criação da CLOC foi oficializada em 1994 e esta organização foi responsável por ajudar a consolidar a organização da Via Campesina, cujo momento aconteceu em 1996. Ou seja, mesmo que a Via Campesina tenha sido oficializada no ano anterior da criação da CLOC, ou seja, em 1993, a sua estrutura somente foi solidificada em 1996 com a experiência da CLOC (DESMARAI, 2013; MARTINEZ, TORREZ, ROSSET, 2010). De acordo com a Desmarais, (2013) a CLOC foi formulada após a realização de diversos intercâmbios entre os movimentos camponeses da América do Sul na região e para outros lugares, trocando experiências e enrijecendo seus contatos. Outro fato relevante, é que a experiência da estrutura da CLOC para a Via Campesina demonstra a forte relação com a América Latina. Podemos afirmar que a Via Campesina sem os movimentos e organizações da América Latina, certamente, não teriam a mesma pertinência e desempenho no cenário mundial e nas lutas sociais. Atualmente, a função da CLOC na Via Campesina é de coordená-la em escala continental.

A estrutura da Via Campesina é extremamente ampla podendo nos momentos importantes de decisão sofrer com a extensa e sinuosa composição para resolver a questão rapidamente. Para Paul Nicholson, ex-coordenador da Via Campesina e membro da Coordenação Camponesa Europeia (CPE), a saída para este problema foi determinar a consulta e responsabilização por coordenadores, “[...] facilitadas pela estrutura bem definida e por processos de representação e decisão democráticos” (DESMARAI, 2013, p.36). Isto é, os coordenadores possuem uma autonomia em

algumas situações para não precisar esperar a organização dos espaços de decisão como Encontros, Assembleia ou Congresso. A consulta facilita a rapidez de decisão entre os coordenadores que buscam de forma ágil decidir algumas situações. Um movimento mundial como a Via Campesina, extremamente diversificada em relação a quantidade de movimentos e de pessoas, têm como dificuldade em manter o funcionamento e a eficiência de suas estruturas administrativas. Desmarais (2013, p.36) reconhecendo esta dificuldade na organização do movimento, afirma o seguinte:

Em se tratando de problemas fundamentais, o processo de consulta vai além da CCI, porque cada coordenador regional deve refletir as necessidades, preocupações e decisões das organizações da sua região. É somente por meio de processos de consulta e comunicação intensos que os coordenadores regionais obtêm um mandato regional para apresentar posições e resoluções para a CCI. Para as organizações da Via Campesina, as regiões são pontos cruciais de intersecção entre as comunidades e as lutas nacionais e internacionais (p.36).

Assim, o movimento vem intensamente preparando os militantes nos congressos, encontros, oficinas e entre outros buscando sempre fortalecer a identidade e o sistema de comunicação construindo uma unidade na diversidade de lutas (DESMARAIS, 2013).

Por isto, a Via Campesina argumenta que a principal forma de garantir o funcionamento da organização é com o fortalecimento da escala regional e local das organizações. Não obstante que o movimento tenha em seu cerne a internacionalização, a escala local é extremamente importante conforme comprovaremos com o caso da Via Campesina no Brasil.

Outra citação que demonstra a importância da regionalidade na Via Campesina é destacada por Martinez-Torres e Rosset (2010, p.164, tradução nossa):

La Vía Campesina percebe que o espaço político externo que tem ocupado a nível internacional é desproporcionalmente grande em comparação com o seu próprio grau de desenvolvimento político e de organização interna, que, em certo sentido, tem sido mais bem sucedido do que o esperado, e ficou à frente de si mesmo. Assim, a decisão é feita para se concentrar em aproximar-se internamente, dando um esforço extra para formação interna para as organizações

membros, no fortalecimento de mecanismos operacionais e na construção de secretarias regionais para garantir o envolvimento regional e local sustentado. Este é um desafio fundamental, assim como algumas organizações são muito mais fracas do que outras. Na Quarta Conferência realizada em Itaici, perto de São Paulo, Brasil, em junho de 2004, a ênfase adicional foi colocada a trabalhar nos mecanismos internos do movimento, e no fortalecimento de suas organizações membros. Muitos novos membros foram adicionados, especialmente da Ásia, mas também nomeadamente da África. O Comitê Internacional de Coordenação já existente é ainda mais consolidado, a decisão feita é para rodar a Secretaria Operacional Internacional de Honduras para a Indonésia, um salto qualitativo foi tomado com o papel da mística [...] como uma espécie de cola social dentro da La Vía Campesina, e a decisão é tomada para enfatizar a política interna e treinamento de liderança para fortalecer as organizações membros.

Para os autores, a rotação dos coordenadores mostra a força do movimento a partir da coletividade e funciona para reduzir o individualismo, a personificação das lideranças e até de um clientelismo dos líderes do movimento com alguma empresa, presidente ou partido político que possam desvirtuar ou comprometer a luta do movimento. Conforme relatam os autores, esses aspectos eram comuns nas antigas gerações dos movimentos camponeses e a criação da Via Campesina buscou exatamente evitá-la, favorecendo então a coletividade.

Borras Junior (2005) ao analisar a estrutura organizativa da Via Campesina reflete o seguinte:

As estruturas organizacionais são mecanismos importantes para promover (ou não) a representatividade e responsabilidade dentro de um movimento, e assim como entre um movimento e outras partes interessadas. Neste sentido, a Via Campesina identifica sua assembleia geral com o organismo superior responsável pela formulação de políticas, com o poder de delinear os princípios e campanhas da Via Campesina, assim como de decidir sobre a admissão de novos membros. Entre as assembleias, o poder depende do Comitê de Coordenação Internacional (CCI), composto por representantes das sete<sup>64</sup> regiões abrangidas pela Via Campesina. Recentemente, Via Campesina decidiram duplicar o número de membros do ICC e solicitou que cada região participe nela com duas pessoas (um homem e uma mulher), como parte da política interna da Via Campesina de gênero. Abaixo da ICC, estão os vários grupos de coordenação regional. Então, Via Campesina atribui importância à

---

<sup>64</sup> O texto de Borras Junior (2004) foi publicado em 2004 e nesta época a Via Campesina estava apenas em 7 continentes. O continente da África ingressou na Via Campesina na V Conferência, em Maputo, no ano de 2007. Totalizando a espacialização da Via Campesina em 8 continentes como mencionado anteriormente.

natureza das estruturas organizacionais [...] (BORRAS JUNIOR, 2005, p.25)

Este trecho comprova que a Via Campesina considera relevante as estruturas organizacionais. Com esse trecho de Borrás Junior (2005) demonstra que a estrutura organizativa da Via Campesina é usada pela própria estrutura dos movimentos articulados, portanto, a dependência das articulações nacionais é responsável por dar força e sustentação na organização da Via Campesina Internacional.

### **2.2.2 Ações Territoriais Programadas: uma agenda mundial de lutas**

A Via Campesina, como forma de fortalecer sua identidade e organização, construiu uma agenda comum que estabelece Ações Territoriais coletivas a partir de uma jornada permanente de lutas do movimento que proporcionam a organização de diversos tipos de ações em vários lugares e/ou até ações simultâneas. Esta agenda fixa permite que a cada ano preservem a memória de atos de impunidade ou momentos relevantes para luta social, a fim de, pressionarem os governos, a mídia, o empresariado e a sociedade sobre as injustiças no campo. De acordo com Via Campesina (2001) o calendário programado de lutas se firma em três datas: o 8 de março, o 17 de abril e 11 de setembro. Estas datas pertencem a agenda mundial da Via Campesina.

A primeira data é o 8 de março, cuja data já é considerada como símbolo da luta social para as mulheres da cidade e do campo. No caso da Via Campesina esta data se finca especificamente como o Dia da Luta da Mulher Camponesa, cuja data é o diferencial da articulação mundial, por consistir na defesa da pauta das mulheres. Buscando entender o motivo do porquê desta data em ser adicionada na agenda fixa do movimento recorreremos em Desmarais (2013) e Vieira (2011). Para as autoras a justificativa da data é por existir uma relevância do papel das mulheres para a Via Campesina e, que o tema, é um dos focos de mobilização do movimento. A questão de gênero debatida pela Via Campesina possibilitou a característica diferencial deste

movimento camponês. No documento chamado de Declaração de Maputo a Via Campesina afirma o seguinte: “O avanço das mulheres é o avanço da Via Campesina”. Se observarmos somente as fotos das mobilizações da Via Campesina nos jornais, veremos um alto número da participação das mulheres nos atos. Devido a relevância das temáticas da igualdade de gênero as mulheres da Via Campesina passaram a organizar uma Assembleia Internacional das Mulheres que visa discutir suas problemáticas (DESMARAIS, 2013). Assim, podemos perceber a massificação da participação das mulheres e da relevância da temática na Via Campesina, demonstrando, portanto, o impacto que tem causado a defesa e luta pelas mulheres.

Outro ponto, é a atual relevância da questão de gênero na maioria das lutas sociais, como afirmam Gohn (2012) e Charlier e Ryckmans (2003). De acordo com os mesmos autores, a participação da mulher no movimento foi impulsionada após a II Conferência de Tlaxcala (México) em 1996, com a organização de fóruns de discussões específicos<sup>65</sup> sobre a questão de gênero. Além disso, ao se avaliar a extrema relevância da temática de gênero na II Conferência foi criada uma Comissão Temática específica sobre o tema. De acordo com a Via Campesina, a data de 8 de março é destinada para:

[...] comemorar a luta e honrar a memória das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade e das feministas que lutam contra o capitalismo e contra o fim da violência capitalista e patriarcal. [...] A data é fundamental para a conquista dos nossos direitos e é com muita força que lutamos por uma sociedade com novas relações sociais e de poder, onde as mulheres e os homens tenham oportunidades, direitos e deveres iguais (VIA CAMPESINA, 2001, apud ADITAL, 2013, não paginado).

Nessa mesma perspectiva, Vieira (2011) destaca um trecho de uma entrevista com Francisca Rodríguez<sup>66</sup> que relata a relevância das mulheres na construção da Via Campesina e cujo tema se distingue de outros movimentos camponeses. Assim:

---

<sup>65</sup> De acordo com Vieira (2011) ocorreu três assembleias internacionais das mulheres, a saber: a primeira foi no ano de 2000, a segunda em 2004, que antecedeu as conferências de Bangalore (Índia) e de São Paulo (Brasil), e por fim, a terceira foi realizada no ano de 2006, em Santiago de Compostela (Espanha).

<sup>66</sup>Dirigente da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI).

Se não fôssemos nós, as mulheres, esta organização, seria um movimento de lutas econômicas e reivindicativas, e não um movimento que hoje reivindica a identidade, reivindica a cultura, reivindica os territórios, reivindica o direito a respirar. Então, isso é o que faz a riqueza da Via Campesina. Nós somos as porta-vozes do movimento [...]. (entrevista com Rodríguez, Francisca, 19/03/07, apud, VIEIRA, 2011, p.212).

Este papel das mulheres camponesas da Via Campesina é extremamente diferente de outros movimentos sociais de lutas feministas (GOHN, 2012).

No Brasil, de acordo com os dados do DATALUTA, identificamos 101 Ações Territoriais da Via Campesina no Brasil no dia 8 de março, com o total de 217.840 pessoas participantes, entre o período de 2000 e 2013<sup>67</sup>. Através do mesmo banco, percebemos que a maioria dos temas da jornada nacional consiste em denunciar o agronegócio, o capital estrangeiro, a violência no campo e a violência contra mulher.

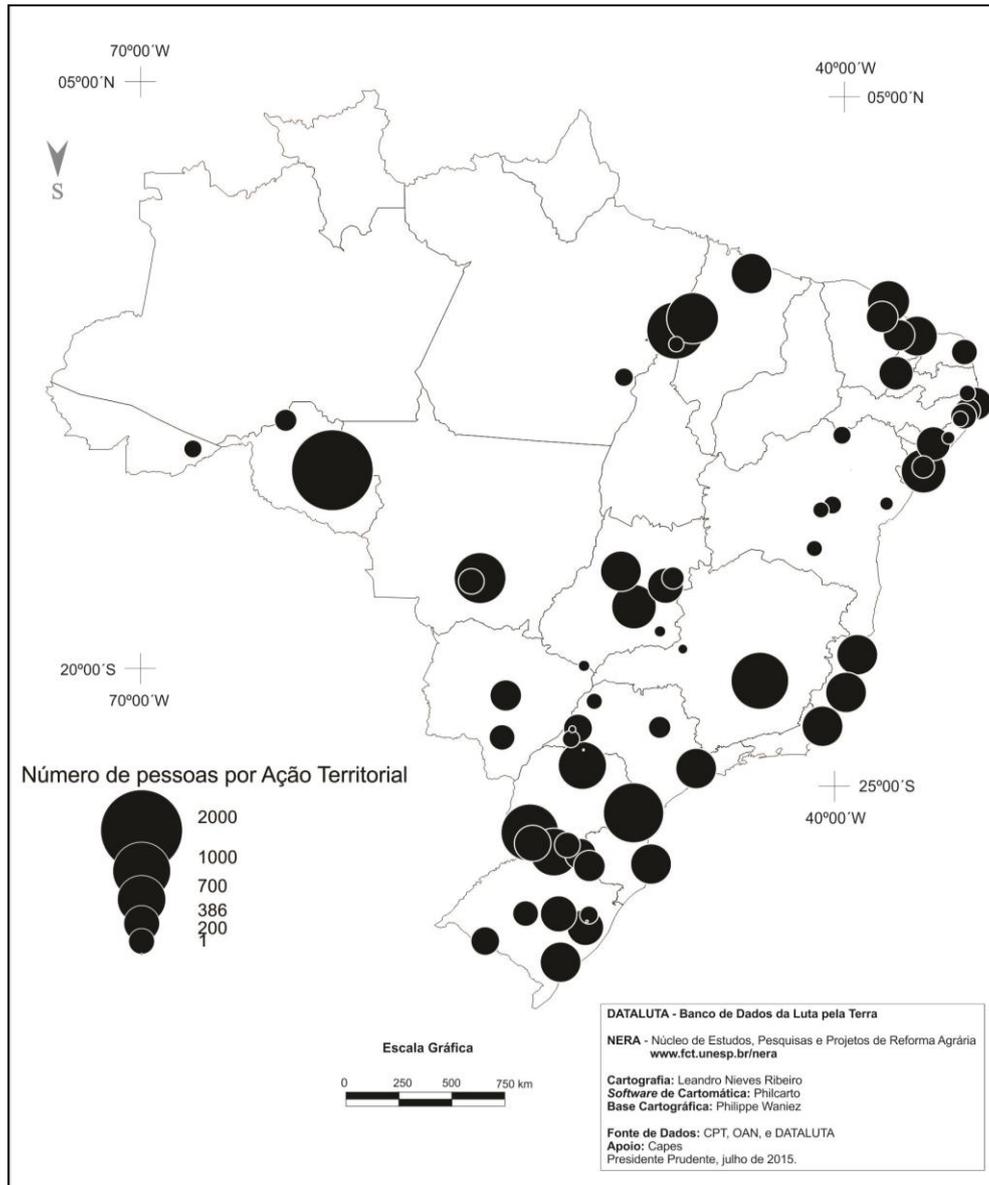
A Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2013, que relembra o 8 de março, tem como objetivo DENUNCIAR o capital estrangeiro na agricultura através das empresas transnacionais e quer chamar a atenção da sociedade do modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente e ameaça à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres. Com o lema Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos, as mulheres do MST abrem a jornada de lutas do ano. As ações fazem enfrentamento contra o retrocesso das conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em especial a reforma agrária. A Jornada Nacional de Luta das Mulheres também se coloca como desafio para a divulgação e a construção de formas de viver e produzir que contribuam para a soberania alimentar do país e a preservação da biodiversidade [...] A violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher. O agronegócio, enquanto implementa a concentração de terras e riquezas em poder de alguns, expulsa milhares de famílias de suas terras, destruindo sua cultura e gerando vazios e isolamentos no interior. Nesses casos, as mulheres são as primeiras a arcarem com as consequências, não tendo onde trabalhar, sendo obrigadas a permanecerem no espaço doméstico, com seu trabalho invisibilizado e não reconhecido (MST, 2013, não paginado).

No Mapa 1, representamos a espacialização da Ação Territorial por família participante em 8 de março de 2000-2013.

---

<sup>67</sup> Esta contagem consta os movimentos e as organizações sociais articuladas pela Via Campesina somente no dia 8 de março no período de 2000 e 2013.

Mapa 1 - Movimentos e organizações sociais articulados com a Via Campesina - 8 de março - 2000 a 2013

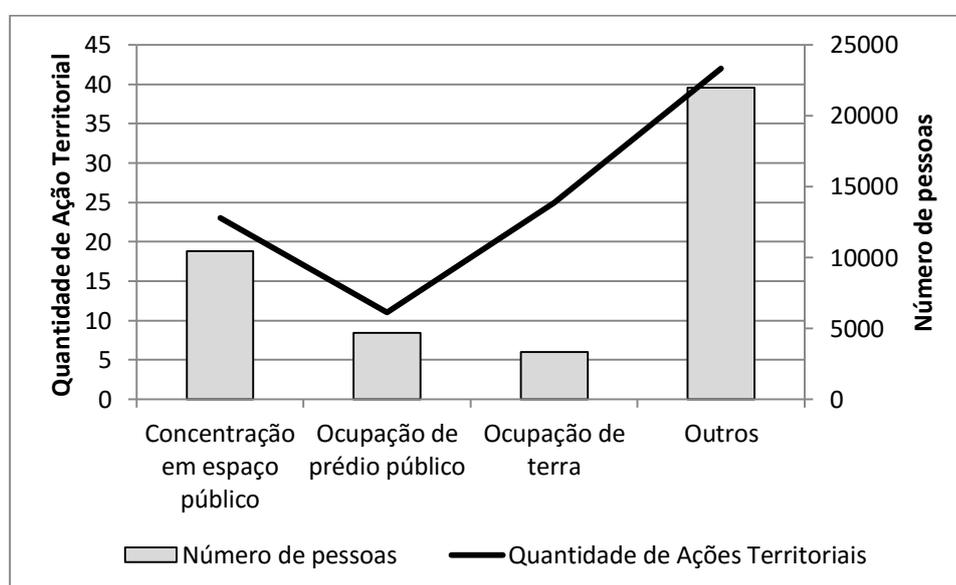


A região Nordeste concentra 41,6% das Ações Territoriais, sendo Pernambuco e Alagoas com maior número de ações, respectivamente 10% e 7% sobre o total de ações do dia 8 de março. A região Sudeste concentra 22,8% das ações, enquanto a região Sul concentra 18,8%. Portanto, a região Sudeste apresentou a maior espacialização das lutas no dia 8 de março com 7.738 pessoas por Ação Territorial, sendo seguida a região Nordeste com 15.150 pessoas por Ações Territoriais e em terceiro a região Sul com 11.050 pessoas por Ações Territoriais. Devemos considerar

que dessa quantidade de pessoas informadas que participaram das ações, a organização e mobilização das ações devem ser feitas majoritariamente pelas mulheres, portanto, demonstrando a alta relevância das mulheres na Via Campesina e nas ações do dia 8 de março.

Sobre a participação em cada ação, da Via Campesina no Brasil, temos a representação do MST em 52 ações, a Via Campesina<sup>68</sup> 36; o MMC 13; o MPA 8; MAB 4; a CPT 2; a PJR 1 e FEAB 1<sup>69</sup>. Somente o MPP e a Conaq não aparecem em ações no banco<sup>70</sup>

Gráfico 2 - Tipos de Ações Territoriais no Dia da Luta da Mulher Camponesa – 2000 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

No Gráfico 2 representamos o tipo de Ações Territoriais no dia 8 de março, 25 (24,7%) são do tipo ocupação de terra, 23 (22,7%) de concentração de espaço público

<sup>68</sup> Conforme explicaremos no capítulo 3, quando tratarmos sobre as ações territoriais da Via Campesina, a articulação é feita através da estrutura dos movimentos sociais e organizações de cada região. Portanto, nós consideramos ações dos movimentos e organizações articulados, e ainda consideramos ações identificadas como organizada pela Via Campesina.

<sup>69</sup> Esses dados são sobre a participação de cada movimento na ação do 8 de março, cujas ações foram feitas ora individualmente ora em conjunto com outros movimentos e ou organizações. Ou seja, a contabilização feita é a respeito da quantidade de vezes que o movimento ou organização foi participante do total das 101 ações mencionadas do dia 8 de março. Portanto, pelos dados informados, o MST foi quem mais participou das ações do dia 8 de março (participou de 52 ações).

<sup>70</sup> Talvez tal fato seja justificado por serem movimentos novos, conforme explicaremos no capítulo 3 na seção específica sobre a formação de cada movimento.

e 11 (10,8%) de ocupação de prédio público. A característica predominante dessa data é do ato simbólico e de denúncia contra a violência contra a mulher e ao agronegócio (VIEIRA, 2011). Em 2006, em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul, 400 mulheres da Via Campesina numa ocupação de terra na Aracruz Celulose destruíram mudas de eucalipto dos laboratórios. Conforme analisam a ação Cintrão e Siliprandi (2011, p.221), a mobilização foi realizada como questionamento contra a expansão da monocultura de eucalipto no estado do Rio Grande do Sul, cuja atividade transformou a região no que chama de deserto verde e que desterritorializou os camponeses e indígenas (GLASS, 2006).

A mobilização tinha o objetivo de denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos e outras espécies florestais, e a expulsão violenta de indígenas e camponeses de terras reivindicadas pela Aracruz, ocorrida no início daquele ano, no estado do Espírito Santo (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p.221).

Ainda com as autoras, nos dias posteriores ao dia 8 de março, o movimento organizou outras ações com o intuito de atentar a sociedade para a necessidade de uma produção alimentar saudável sem o uso de transgênicos e agrotóxicos e da produção baseada na soberania alimentar.

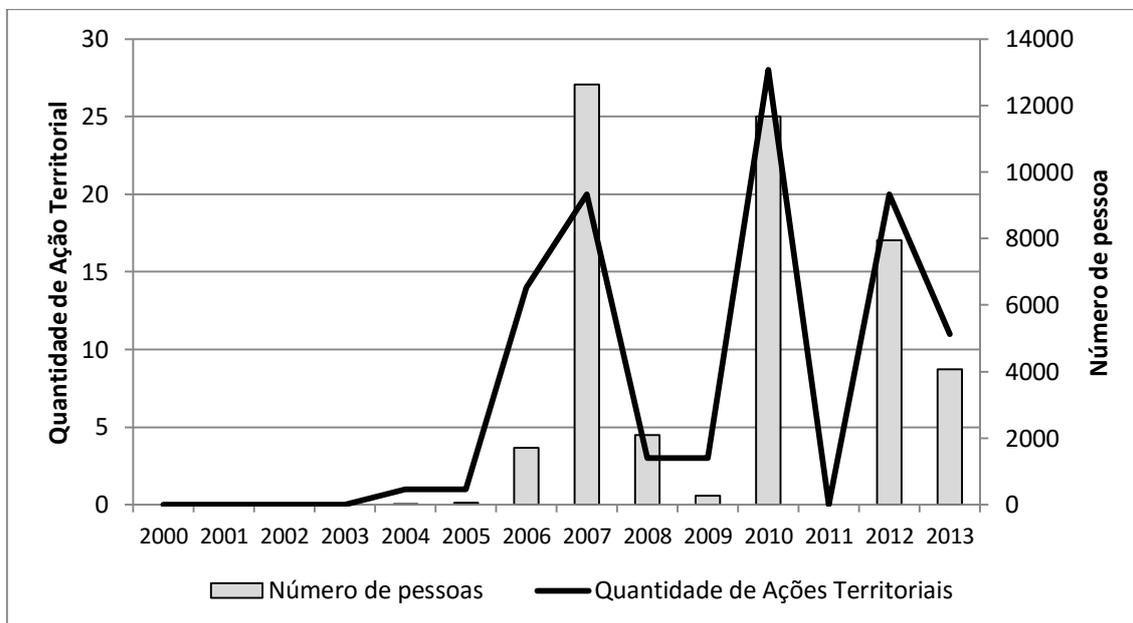
Nos anos seguintes, nessa mesma época do ano, foram promovidas ocupações de fazendas, prédios públicos, sedes de laboratórios e de multinacionais produtoras de sementes e agrotóxicos, e redes de fast-food, chamando a atenção para a necessidade de se construir um sistema agro-alimentar saudável, que respeitasse a biodiversidade e o modo camponês de produzir (CINTRÃO, 2011).

Em 2013, 200 mulheres do MMC/Via Campesina realizaram uma ação de concentração pública no centro de Vitória (ES) para denunciar a violação cometida contra as mulheres, como os diversos casos de homicídio feminino em Espírito Santo, e a ausência do Estado em confrontar a situação:

Destaca-se que o Estado do Espírito Santo, ocupa a primeira posição nos números de homicídios femininos, sendo 9,8% para cada 100 mil mulheres. Desta forma, o foco do protesto também visou denunciar o

Governo do Estado na ausência de políticas públicas que garantam a punição dos agressores e o combate a violência contra as mulheres (MMC, 2013, não paginado).

Gráfico 3 - Movimentos e organizações articuladas da Via Campesina - Ações Territoriais no Dia da Luta da Mulher Camponesa – 2000 a 2013



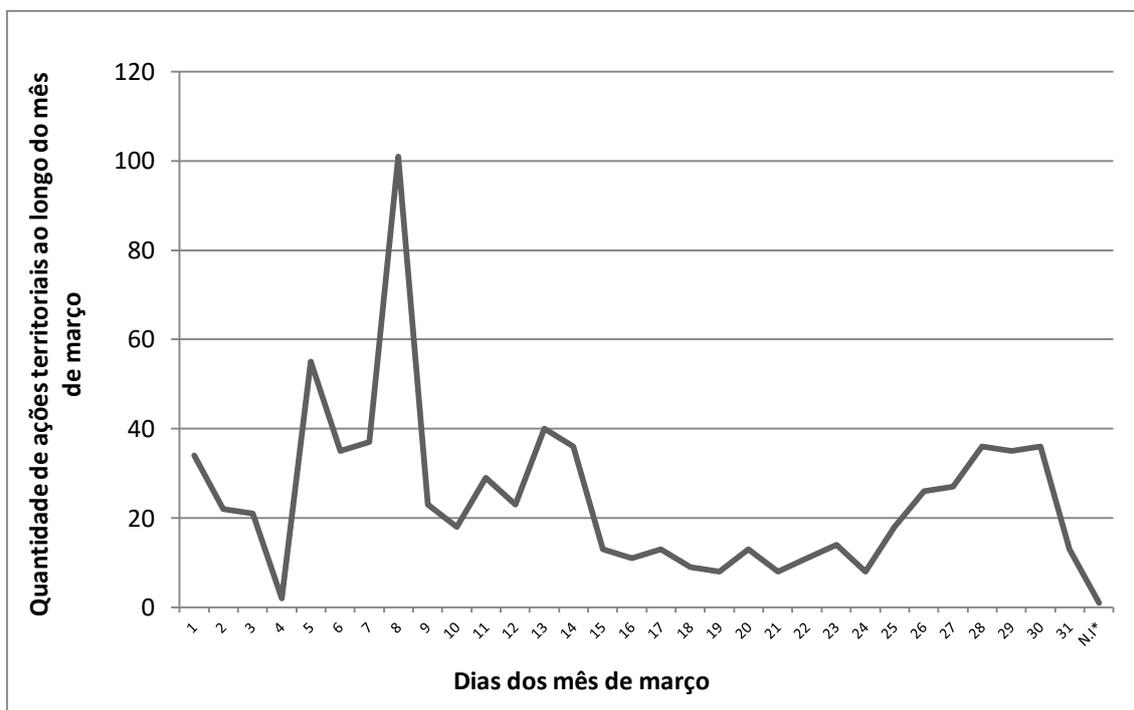
Org. Leandro Nieves Ribeiro

Fonte: DATALUTA, 2015.

No Gráfico 3 representamos as Ações Territoriais no mês de março entre 2000 até 2013, correspondente as ações temáticas do Dia da Luta da Mulher Camponesa. Ou seja, este gráfico demonstra o desenvolvimento das ações do mês de março ao longo de 2000 e 2013. Assim, somente no dia 8 de março ocorreu 101 Ações Territoriais no período de 2000 até 2013. O segundo dia mais recorrente sobre a ação é o dia 5 de março que marcou 55 Ações Territoriais entre 2000 e 2013.

Notamos que as ações temáticas como do dia 8 de março não são feitas exclusivamente apenas no dia 8 de março. Estas ações são também feitas ao longo do mês de março como no dia 5. Possivelmente esta mudança se deve pela estratégia do movimento em dificultar o impedimento de ações pela justiça. Contudo, o dia 8 de março é ainda a data mais escolhida para ação da temática, correspondendo a 13% das ações totais do mês de março.

Gráfico 4 - Ações Territoriais do Dia da Luta da Mulher Camponesa ao longo do mês de março entre 2000 a 2013.



Ainda com o gráfico 4, podemos afirmar que os dias mais próximos ao 8 de março são os escolhidos para a ação, como entre os dias 5 e 14. Ou seja, a ação do Dia da Luta da Mulher Camponesa é intensificada no período próximo ao 8 de março, destacando o potencial da data para a Via Campesina como luta para as mulheres.

A segunda data é o “17 de abril” que marca o Dia Internacional da Luta Camponesa. No dia 17 de abril de 1996 - um dia antes da inauguração da II Conferência Internacional da Via Campesina, em Tlaxcala (México) - ocorreu no Brasil o Massacre do Eldorado dos Carajás (Pará) com o assassinato de 19 camponeses do MST e mais de 60 feridos pela Polícia Militar, numa ação que buscava desbloquear a rodovia PA-150 no Sudeste do Pará. Feliciano (2009) descreve sobre o fato

O massacre aconteceu quando, após um ano de acampamento, as famílias de trabalhadores rurais sem-terra organizaram uma caminhada de Curionópolis a Belém para pressionar a desapropriação da Fazenda Macaxeira. No dia 15 de abril de 1996, a marcha dos trabalhadores chega a Eldorado dos Carajás e os camponeses interditam a rodovia PA 150 (principal rodovia que liga o sul do estado

a Belém). Com isso, o governo enviou duzentos PMs ao local e ordenou a retirada imediata dos sem-terra. A tropa do 10ª CIPM/Cipoma de Paraupabas, a comandada pelo Major Oliveira, chegou ao local interditado posicionando-se a aproximadamente oitocentos metros dos sem-terra. Em uma estratégia de bloqueio, chegou outra tropa, oriunda de Marabá, sob o comando do coronel Pantoja [...] No conflito ocorrido em Eldorado dos Carajás, além dos 19 camponeses mortos, 77 foram feridos, sendo 66 civis e 11 policiais militares. As mortes dos camponeses não resultaram apenas do confronto em si. Segundo a perícia técnica inicial, ocorreu uma desmedida execução sumária revelada por tiros de precisão, à queima roupa, por corpos retalhados a golpes de instrumentos cortantes (foices e facões dos próprios sem-terra) com esmagamento de crânios e mutilações (p.52-53).

Outro ponto destacado pelo autor é a respeito da impunidade da chacina. Somente em 2002, ou seja, seis anos depois do massacre, que fora realizado o julgamento de 142 policiais indiciados pelo crime agravante, contudo, apenas houve duas condenações, dos dois coronéis (Oliveira e Pantoja). Ainda perduraram mais longos 10 anos, até esgotar todos os recursos jurídicos, para que realmente concretizassem a prisão e, talvez, que desse início para o raro momento, de um leve sentimento de justiça, em comparação ao maior episódio sangrento da história camponesa.

O contexto antecedente ao Massacre de Eldorado dos Carajás é descrito por Cubas (2009) como um período de transição política com a eleição de Fernando Henrique Cardoso na presidência em 1994 e início dos discursos “pró-Reforma Agrária” que culminaram no descontentamento do MST para pressionar o governo pela Reforma Agrária<sup>71</sup>.

Segundo Desmarais (2013) o massacre foi amplamente repercutindo pela mídia mundial e também na própria Conferência da Via Campesina. De acordo com a autora, a Via Campesina teve um papel fundamental para pressionar o governo brasileiro para que investigasse o caso (MST, 2015).

---

<sup>71</sup> Como consequência desse massacre, o MST criou no ano seguinte, em 1997, a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que partiria de três pontos diferentes e a marcha duraria dois meses de caminhada com destino final em Brasília. Essa marcha tornou-se relevante nas ações territoriais do MST, tendo em outros anos diversas manifestações com a mesma temática.

Os representantes da Via Campesina, de mais de 69 organizações agrícolas de 33 países que haviam se reunido para a conferência no México foram rápidas na resposta. Eles marcharam até a Embaixada do Brasil na Cidade do México denunciando os assassinatos e exigindo que o governo brasileiro conduzisse uma investigação profunda para garantir que aqueles que perpetraram a chacina fossem julgados. Mais adiante, líderes da Via Campesina reuniram-se com o embaixador brasileiro, que concordou com uma futura reunião com o presidente do Brasil. Vários meses depois, a Via Campesina enviou uma delegação para reunir-se com autoridades do governo e o presidente para discutir a situação da investigação (p.232).

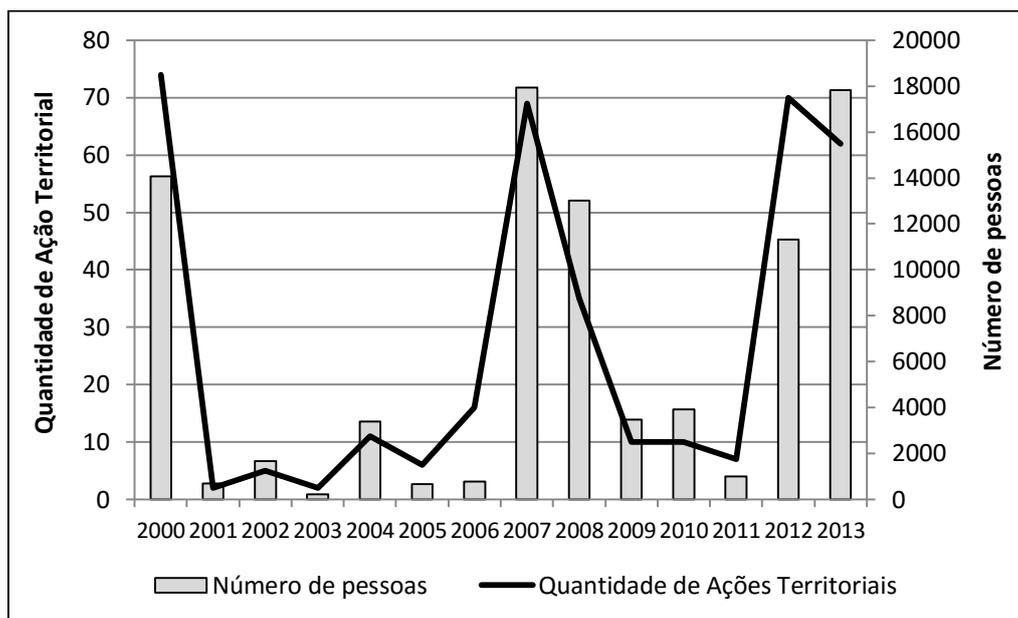
Embora o esforço da Via Campesina, a injustiça prevaleceu para os camponeses e o Massacre mais sangrento da luta camponesa foi praticamente ignorado. Outra vez na história da luta camponesa prevaleceria à violência no campo e a injustiça, que se silenciava com a impunidade (MST, 2015).

Assim, a Via Campesina, de certa forma, condena permanente o Massacre,<sup>72</sup> e durante a conferência, estipulou a data de 17 de abril como o Dia Internacional da Luta Camponesa, marcando esta data para realizar diversas Ações Territoriais em vários países. No Brasil, em memória ao massacre ocorreram diversas ações do movimento que vieram a ganhar destaque jornalístico. Sua repercussão é tão intensa que esse período foi denominado pela mídia brasileira como período de “Abril Vermelho”. De acordo com o DATALUTA, no período entre 2000 e 2013 ocorreram 379 Ações Territoriais e o total de 90.026 pessoas participantes no dia 17 de abril, que é chamado mundialmente de Dia da Luta Camponesa e, nacionalmente, de Massacre do Eldorado dos Carajás.

---

<sup>72</sup> O que nos faz afirmar este argumento é por considerar que a Via Campesina sempre relembra o episódio a partir da consideração

Gráfico 5 - Movimentos e organizações articuladas da Via Campesina - Ações Territoriais no Dia Internacional da Luta Camponesa – 2000 a 2013



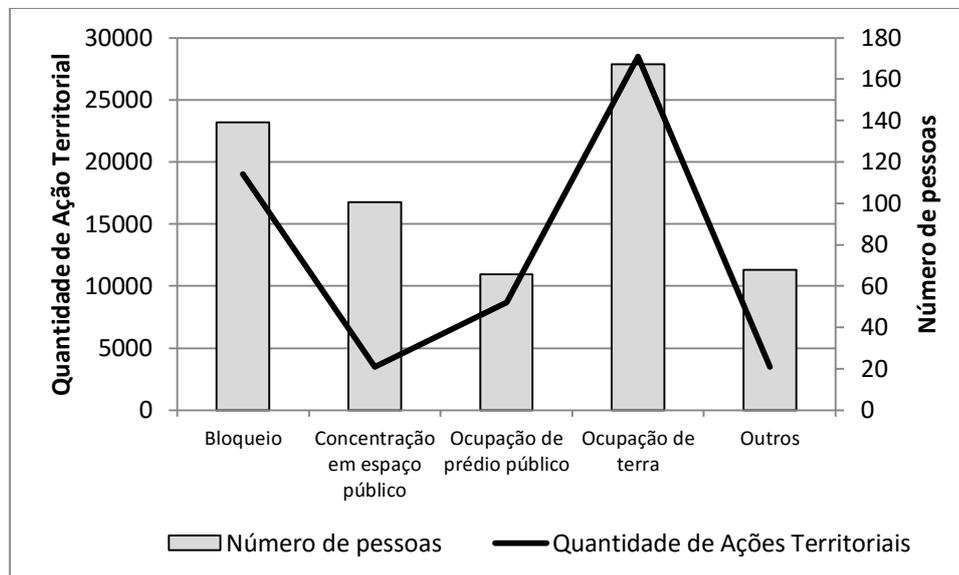
Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

No Gráfico 5 representamos as Ações Territoriais no Dia Internacional da Luta Camponesa entre 2000 a 2013. O ano de 2000 foi o que mais registrou ações, sendo 74. Em seguida o ano de maior registro foi 2012 e 2007, respectivamente, 70 e 69 ações. O ano com maior participação de pessoas foi 2007, 2013 e 2000, respectivamente, 17.942, 17.817 e 14.079 pessoas por Ação Territorial.

Esta data, o Dia Internacional da Luta Camponesa, serve para os movimentos camponeses nacionais como mais um momento de pressionar o poder público para a realização da Reforma Agrária, de contestar e reivindicar a impunidade dos atos de violência contra os militantes. Como coloca o MST (2015, página única) o “objetivo das ações [do 17 de abril], que também lembra e ressalta a impunidade no caso de Carajás, se dá dentro de um contexto de estagnação da Reforma Agrária”. Em cada ano, no mês de abril, são realizadas marchas e caminhada, ocupações de terra, bloqueio de rodovias, ocupação de prédio público como no INCRA. Pelo gráfico 3, podemos ver que o tipo de ação mais recorrente nesse período de abril vermelho é a ocupação de terra

(59%) seguida do bloqueio (13%) e da ocupação de prédio público (11%). O Gráfico 6 apresenta o tipo de Ação Territorial mais recorrente no dia 17 de abril.

Gráfico 6 - Tipo de Ações Territoriais no Dia Internacional da Luta Camponesa no mês de abril entre 2000 a 2013.

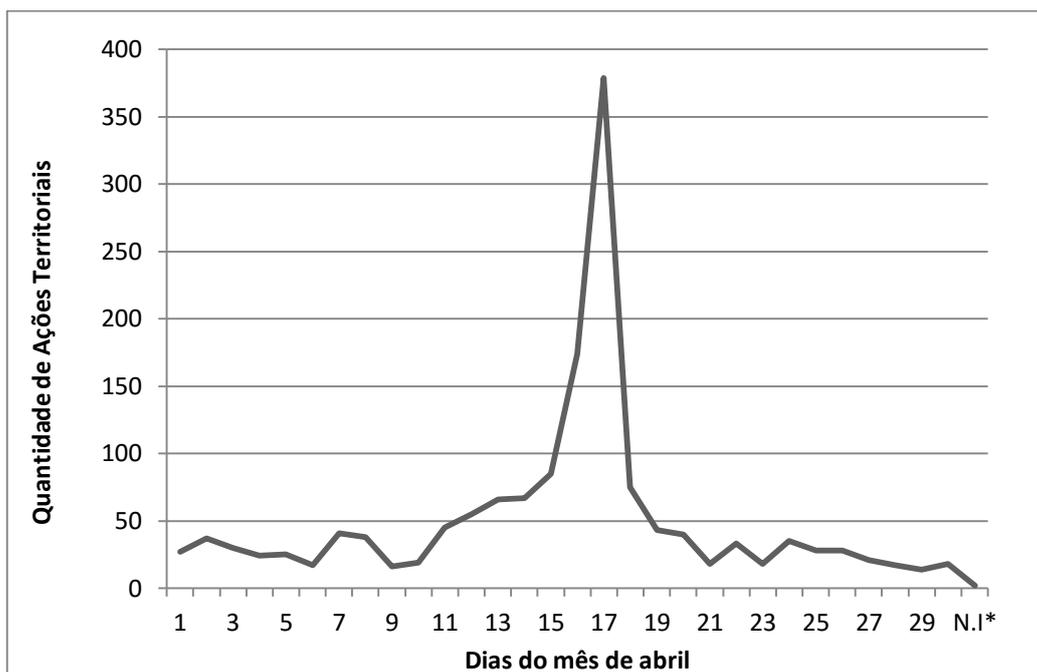


Org.: Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

A ocupação de terra é a estratégia mais utilizada e com maior participação de pessoas nesta Ação Territorial Programada, sendo 171 ações e 27.856 pessoas. Outra ação mais recorrente é o bloqueio de rodovias com 114 ações e 23.180 pessoas.

No gráfico 7 representamos a quantidade de Ações Territoriais realizadas no período de 2000 a 2013 ao longo do mês de abril entre 2000 e 2013. Neste gráfico demonstramos que as Ações Territoriais sobre o Dia Internacional da Luta, ou, da Memória do Massacre de Eldorados dos Carajás, não são exclusivas da data de 17 de abril, sendo estendida para outros dias de abril. Mesmo que o dia 17 seja o mais específico

Gráfico 7 - Ações territoriais no Dia Internacional da Luta Camponesa no mês de abril entre 2000-2013.



Org. e sist. Leandro Nieves Ribeiro.

Fonte: DATALUTA.

\*N.I – nenhuma informação sobre o dia.

Entre os movimentos camponeses organizadores destas ações nós identificamos o MST como principal organizador e a participação de outros movimentos como o MAB, MPA, Via Campesina; e ainda a participação de organizações sociais como a CPT, PJR; sindical – Central Única dos Trabalhadores (CUT); ONGs - Greenpeace, Cáritas; quilombolas<sup>73</sup> e indígenas.

Portanto, o Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará foi identificado na memória coletiva como o Dia Internacional da Luta Camponesa para a Via Campesina. Os movimentos camponeses buscam lembrar permanentemente do episódio realizando Ações Territoriais em escala mundial e local. No Brasil, a data histórica é uma clara demonstração da força dos movimentos camponeses nacionais executando milhares de ações ao longo do mês de abril e também a demonstração da violência no campo e da impunidade nesses crimes.

<sup>73</sup> Não é mencionado se os quilombolas em questão é o Conaq ou outro movimento quilombola específico. No DATALUTA os movimentos quilombolas são mencionado de forma genérica.

A terceira data é 10 de setembro que marca o Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo. O significado dessa data deve-se pelo suicídio do camponês coreano Lee Kyung Hae que ocorreu durante a mobilização da Via Campesina na Conferência Ministerial da OMC na cidade de Cancún no México em 2003. Segundo Martinez-Torres e Rosset (2010): “Em 10 de setembro de 2003, Lee Kyung Hae subiu em cima das barricadas policiais em torno do local das negociações da OMC com uma placa com o [...] slogan ‘A OMC mata os agricultores’” (p.163). O suicídio foi presenciado pela mídia que acompanhava a manifestação e teve uma repercussão mundial (DESMARAIS, 2013; MARTINES-TORRES e ROSSET, 2012; VIEIRA, 2011).

Os mesmos autores descrevem o sul-coreano como diferente de outros camponeses, pois entre suas diversas atividades: fundou uma cooperativa e uma associação de fazendeiros, foi deputado estadual e até reconhecido pelo governo e pelas Nações Unidas como um brilhante fazendeiro. Mesmo com essas qualidades, Lee Kyung Hae e outros sul-coreanos perderam sua terra após o governo assinar com o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) em 1992. Este acordo acarretou a abertura do comércio coreano levando ao barateamento do preço da comida importada, cortando o fundo de mercado para os camponeses coreanos, e como consequência resultou no endividamento dos mesmos pelos empréstimos agrícolas. Esse acordo levou Hae a perder a fazenda herdada de seus ancestrais e que não poderia viver com essa desonra (MARTINEZ-TORRES; ROSSET, 2010).

Essa influência do GATT sobre os camponeses, segundo os autores, é um dos maiores problemas enfrentado pelos camponeses nos anos 80 e 90, pois a imposição gerou um rápido declínio dos preços agrícolas e da pecuária. Segundo Oliveira (2009), o GATT pretende abolir todas as políticas protecionistas nacionais, a fim de, criar um mercado livre único. Outro ponto extremamente relevante é que o GATT foi substituído pela Organização Mundial de Comércio (OMC), no final da Rodada do Uruguai em 1995. De acordo com Rêgo (1996) o OMC não foi apenas uma transformação ou

ampliação de suas ações, e teve diferenças relevantes para os acordos multilaterais.

Para o autor, as diferenças são as seguintes:

A OMC não é apenas um Gatt ampliado. Este era um acordo multilateral, de caráter provisório e sem base institucional, com uma pequena secretaria associada. Desde a sua criação, o Gatt contribuiu efetivamente para a remoção das barreiras comerciais mundiais, mas nunca teve poder suficiente para impedir que alguns de seus signatários se desviassem por caminhos protecionistas. Isso se deveu, em parte, à fragilidade de seus mecanismos de solução de controvérsias comerciais, extremamente suscetíveis a bloqueios. Já a OMC, ao contrário, é uma organização permanente, com personalidade jurídica própria e com o mesmo status do Banco Mundial e do FMI. Os compromissos sob seus auspícios são absolutos e permanentes, e o seu sistema de solução de controvérsias é mais efetivo e menos sujeito a bloqueios. Os signatários dos acordos do Gatt eram chamados de partes contratantes, enquanto os da OMC são denominados membros. As normas do Gatt restringiam-se ao intercâmbio de mercadorias, ao passo que as da OMC cobrem também o de serviços e o de direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio. O Gatt possuía muitos acordos de caráter plurilateral (os chamados “códigos”), dado que muitas das regras negociadas nos anos 70 (Rodada Tóquio) não foram subscritas por todos os países. Já os acordos da OMC são praticamente todos multilaterais, ou seja, subscritos integralmente pelos membros. As únicas exceções ficam por conta dos acordos sobre carne bovina, produtos lácteos, aeronaves civis e contratação pública, que são denominados plurilaterais e cuja adesão é voluntária (RÊGO, 1996, p.10-11).

Portanto, com a criação da OMC as políticas comerciais mundiais tornaram-se mais liberais e mais intensas e perversas. Em consequência, a Via Campesina se firmou contra a organização exigindo principalmente que a mesma retire a agricultura como pauta de sua discussão (DESMARAI, 2013).

Retornando sobre a data de luta, a Coreia do Sul não foi o único país a se desestruturar com estes acordos, tendo outros exemplos de camponeses de outros países com o mesmo destino fatídico de Lee Kyung Hae. Nas palavras de Martinez-Torres e Rosset (2010):

Sr. Lee era um líder camponês da Coreia do Sul que veio para Cancun marchar lado a lado com os camponeses mexicanos protestando contra os impactos devastadores da liberalização do comércio. Ele fez o sacrifício supremo daquele dia, dando a sua vida em protesto quando ele se esfaqueou com uma faca no seu coração [...]. Sr. Lee fundou uma cooperativa e uma associação de fazendeiros na Coreia, tinha sido um deputado estadual, e que tinha sido reconhecido pelo governo da Coreia e pela Organização das Nações Unidas como um excelente agricultor. Ainda assim, ele perdeu sua terra, como milhões de outros

agricultores coreanos, depois que seu governo assinou o GATT, em 1992, que mais tarde tornou-se a OMC. Este acordo de liberalização comercial abriu o mercado coreano a uma enxurrada de preços muito mais baratos de comida importada, que cortou para fora do mercado os agricultores coreanos. Suas rendas caíram, e muitos cometeram suicídio quando eles perceberam que, devido aos preços baixos das culturas que não poderia cobrir os pagamentos em seus empréstimos de culturas, eles seriam os primeiros em sua história familiar de perder a fazenda herdada de seus ancestrais à falência. Eles não poderiam viver com essa vergonha. Coreia não é o único país a ser confrontado com uma epidemia de suicídios de agricultores, pelo qual, têm de fato, atingido proporções epidêmicas nos últimos anos entre os camponeses e camponesas de todo o mundo, desde Iowa para a Índia e México (p.163, tradução nossa).

Por isso, essa data do suicídio do coreano para a Via Campesina fortalece uma identidade do movimento, buscando em todos os anos memorizar as mazelas da falta de subsídio ao pequeno agricultor/campesinato e apoio ao capital internacional. No Brasil não identificamos ações específicas sobre o Dia Internacional da Luta Contra a OMC e o Neoliberalismo no banco DATALUTA. No período de setembro entre 2004<sup>74</sup> até 2013 encontramos Ações Territoriais sobre diversos temas, porém não encontramos nenhuma referência direta no DATALUTA sobre o Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo. Embora, a luta contra a OMC e a política neoliberal esteja na pauta de luta da Via Campesina e dos demais movimentos camponeses, esta data não tem, por enquanto, uma articulação nacional para a Ação Territorial programada em escala global.

Contudo, Ações Territoriais do Dia Internacional da Luta contra a OMC é identificado em outros países. Através de um comunicado interno da Via Campesina (2009) identificamos estas ações em outros países.

Este ano, para a Via Campesina, a comemoração da memória de Lee começou no dia 3 de Setembro, com um encontro organizado contra a iniciativa do governo indiano, que pretende relançar a Ronda Doha. Mais de 50 000 manifestantes reuniram-se nas ruas de Nova Deli. Fortalecidos por esta mobilização, vamos manter este espírito de luta nos próximos meses (VIA CAMPESINA, 2009, p.1).

---

<sup>74</sup> O período específico deve-se porque a ação do suicídio de Lee Kyung Hae ocorreu em 2003, por isso, selecionamos o ano de 2004 como possível momento que iniciou desta data.

Em Mansur (2010) percebemos ainda que as ações em outros países sobre o Dia da Luta Contra OMC e o Neoliberalismo da Via Campesina contém a participação dos movimentos nacionais como o MAB e o MST. Conforme notícia:

Movimentos sociais de todo o mundo ocuparam as ruas da cidade de Cancún, México, na manhã de domingo (5) para exigir da COP 16 – conferência sobre mudanças climáticas da ONU – verdadeiros compromissos a fim de combater o aquecimento global. De acordo com o hondurenho Rafael Alegria, representante da Via Campesina – organização que convocou a marcha – os objetivos do protesto eram denunciar as propostas de países e empresas que buscam apenas lucrar com a crise climática, defender as propostas tiradas pela Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas, realizada em abril deste ano em Cochabamba, Bolívia, e também homenagear Lee Kyung Hae [...] Os cerca de 5 mil marchantes se dirigiram até o marco zero da cidade de Cancún, local onde Lee suicidou-se, para prestar a homenagem. Depois, a marcha seguiu para a prefeitura local, para a realização de um ato com falas de dirigentes sociais. O Brasil esteve representado na marcha pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Estas Ações Territoriais programadas permitem uma agenda fixa de lutas da Via Campesina promovendo que o movimento organize ações coletivas para reafirmar sua identidade. E ainda, esta ação amplia sua escala de pressão e seu impacto com ações em escala mundial, tomando com que casos específicos sejam demonstrados em outras regiões através de ações conjuntas globais. Por exemplo, a Via Campesina justifica o estabelecimento das datas na agenda do movimento como forma de globalizar a luta contra o que considera uma injustiça e contra o neoliberalismo em todo o mundo (VIA CAMPESINA, 2011). Evidente que a luta pelo direito das mulheres simbolizada no 8 de março, a violência no campo e luta pela reforma agrária como o 17 de abril e a liberalização do comércio como no caso do 11 de setembro, são exemplos que acontecem em diversas regiões. O que esta agenda fez foi criar uma data fixa para mobilização coletiva ou jornada de lutas, a fim de, demonstrar que estes problemas são comuns para a sociedade civil e que o movimento não se esqueceu disso.

Semelhante às Ações Territoriais Programadas, a Via Campesina organiza campanhas globais que atuam ora em escala mundial, ora local. Apresentaremos a

seguir algumas dessas campanhas identificadas no Brasil e, que também, possui suas mobilizações em escala mundial.

### 2.2.3 Campanha Global Pela Reforma Agrária

A Campanha Global Pela Reforma Agrária foi criada em 12 de outubro de 1999 e foi formulada como uma resposta direta contra a política neoliberal da reforma agrária de mercado do Banco Mundial que avançava nas regiões como no Brasil, África do Sul, Colômbia, na América Central, nas Filipinas e na Namíbia (DESMARAIS, 2013; BORRAS JUNIOR, 2008). Para Borrás Junior (2008), a campanha ganhou sua importância mundial estimulando e fortalecendo a Via Campesina com outras alianças com outros movimentos transnacionais como a *Food First Information & Action Network* (FIAN) e a *Land Research and Action Network* (LRAN). A primeira aliança<sup>75</sup> é uma rede de indivíduos e grupos de direitos humanos em 50 países e criada em 1986. No entendimento da Fian, segundo Borrás Junior (2008) sobre a terra é que deva ser colocada como direito humano e voltada para produzir alimentos<sup>76</sup>. O mesmo autor destaca que antes da FIAN forjar a aliança com a Via Campesina, entre 1999-2000, a organização de direitos humanos não incluía ampla repercussão mundial e assim, a aliança com a Via Campesina foi relevante para aumentar a sua força e disseminar globalmente seus propósitos. Para Borrás, a Via Campesina e sua articulação com a FIAN também foi benéfica, pois, garantiu a discussão da reforma agrária como “direito a fala” e esta estratégia, de acordo com o autor, foi como uma das respostas mais importantes contra a ideia da reforma agrária de mercado (BORRAS JUNIOR, 2008).

---

<sup>75</sup> E ainda é importante destacar que a FIAN é uma organização sem fins lucrativos sem relação a nenhuma religião ou filiação política e tem o status de consultor das Nações Unidas. Para saber mais conferir.: <<http://www.fian.org>>.

<sup>76</sup> Conforme coloca Borrás Junior (2008, p.265): “For FIAN, the ‘right to land’ is a necessary prerequisite to the right to food”

A segunda aliança é a LРАН<sup>77</sup>, uma rede global formada por camponeses e pesquisadores que debatem temas sobre a questão do acesso à terra, da política de alimento, da agroecologia e do comércio. Segundo o autor, a aliança foi tanto benéfica para a Via Campesina como para a Campanha, no sentido da Via Campesina aproveitar os contatos da LРАН nos programas globais das agências de financiamento não-governamentais (BORRAS JUNIOR, 2008).

Com estas duas alianças, a Via Campesina conseguiu ampliar a atuação da Campanha Global pela Reforma Agrária. E ainda, de acordo com Suzane Duraesde (2007), o sucesso da campanha sobre a reforma agrária avançou na África no ano de 2007 no Fórum Social Mundial em Nairobi (África), sendo chamado de “Campanha Global pela Reforma Agrária na África”.

Em 2000, no documento da Declaração de Bangalore é colocada a ideia de criar uma campanha sobre o controle das sementes e do uso de sementes geneticamente modificadas (CAMARGO, 2013). Segundo Via Campesina Brasil (2003) durante a realização da Conferência Mundial da FAO, em Roma, Itália, em junho de 2002 a Via Campesina Internacional decidiu implantar a campanha “sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade”, cuja campanha, somente foi lançada em janeiro de 2003 na realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), no Brasil. No Brasil, o MPA lançou uma cartilha sobre as sementes e a Via Campesina no Brasil lançou o livro, “Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade”<sup>78</sup>, organizado pelo professor Horácio Martins de Carvalho e publicado no ano de 2003, contendo diversos artigos científicos, tanto de pesquisadores como de militantes, referentes sobre o tema central da campanha.

A Campanha Global Pela Reforma Agrária tornou-se a principal campanha da Via Campesina e seu êxito ajudou a construir laços com outros movimentos e organizações, dando uma reputação respeitosa para a Via Campesina em outros

---

<sup>77</sup> Segundo Borrás Junior (2008) a LРАН pertencia a FIAN e depois que se tornou autônoma.

<sup>78</sup> Ver Carvalho (2003)

países. O tema da reforma agrária é o tema que une diversos movimentos e organizações e centraliza sua ação e ideais no projeto contra-hegemonia da Via Campesina.

#### **2.2.4 Campanha Global pelo Fim da Violência contra as Mulheres**

No ano de 2008 foi lançada a “Campanha Global pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. De acordo com Batista (2013) a campanha objetiva discutir e colocar em evidência a violência contra as mulheres e a busca por políticas públicas para combater os tipos de violências sofridas e garantir direitos para as mulheres. A definição de violência contra mulher é de acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano de 1994, que assim define:

A violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais [...] violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. (VIA CAMPESINA, 2012, p. 8).

Portanto, a violência contra a mulher é qualquer violação aos direitos humanos e as liberdades, podendo ser uma violência moral, física, psicológica, podendo ou não causar a morte. Segundo a Via Campesina (2012, p.12), os motivos para combater a violência contra mulher são alertados mundialmente pelos seguintes fatos:

- Pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante sua vida.
- a violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade e mata mais do que câncer e acidentes de trânsito.
- cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos ou companheiros.
- a violência contra a mulher atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias, religiões e culturas.
- a violência contra a mulher produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis, e impactos graves sobre a sua saúde física, mental, sexual e reprodutiva.
- mais de 40% das ações violentas resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

- a violência ou mesmo o medo da violência aumenta a vulnerabilidade da mulher à infecção pelo vírus HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. O temor de sofrer violência pode, por exemplo, fazer com que a mulher se submeta a relações sexuais desprotegida.

A Via Campesina e os movimentos articulados atribuem a violência contra mulher como impregnado pela cultura machista na sociedade e bem como ao capitalismo e ao patriarcalismo. Conforme explica Via Campesina (2012, p.10-11):

A violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas não nos sentimentos e no afeto, mas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher. E, é isto que, em vias de regra, garante ao homem o poder de violentar uma mulher, uma vez que a considera sua propriedade. A violência por parte do sistema capitalista patriarcal e a modernidade se expressam em todas as esferas da vida das mulheres e acaba se reproduzindo no cotidiano como algo natural. Esta naturalização traz consigo o domínio do homem sobre todos os aspectos da vida da mulher e sobre seu corpo, que passa a ser encarado como um objeto que tem que servir e obedecer aos homens.

De acordo com Batista (2013), a campanha do fim da violência contra a mulher foi responsável por fortalecer as organizações sociais específicas da luta pela emancipação feminina (VIA CAMPESINA, 2012). No Brasil, não apenas o MMC mas outros movimentos camponeses discutem estes pontos da campanha tendo a questão de gênero e a violência contra a mulher como pauta de discussão. De acordo com o MAB (20011):

O MAB vem tratando desse assunto com bastante destaque este ano, a partir do Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens, realizado em abril em Brasília. O Movimento também publicou uma cartilha sobre as violações dos direitos humanos das mulheres na construção de barragens, comprovando que elas são as mais prejudicadas por esses projetos. Além disso, diversos estados estão organizando encontros estaduais de mulheres para discutir o tema da campanha, entre outros assuntos.

Além do MAB, outros movimentos como o MST e o MPA inserem essa discussão em sua luta.

Através dos encontros e de ações, a campanha contra a violência contra a mulher desempenha uma forma de discutir e buscar soluções sobre o assunto. De

acordo com MMC (2011, página única), percebemos como é fundamental a organização das mulheres:

A militante do MMC destaca a importância das mulheres se unirem para combater esse problema: “É fundamental a organização entre as mulheres. Se você não tem com quem conversar, em quem se apoiar, acha que não tem saída. Organizadas nós nos ajudamos, encaramos os problemas e conseguimos lutar por mudanças”, explica.

Dessa forma, a Campanha pelo fim da Violência da mulher é uma Ação Territorial programada com o objetivo de conscientizar e lutar contra o machismo impregnado na cultura dos países. O capitalismo e o patriarcalismo também são colocados como alvos da campanha contra a violência com a mulher.

### **2.2.5 Campanha contra os agrotóxicos e pela vida.**

Em 2010 foi lançada a “Campanha contra os agrotóxicos e pela vida” no Brasil<sup>79</sup>. Segundo o site oficial da campanha<sup>80</sup>, a campanha tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira sobre os riscos dos alimentos com uso do agrotóxico e propor uma produção alimentar baseada na agroecologia que substituirá o uso dos agrotóxicos e dos transgênicos. De acordo com o site:

Hoje já existem provas concretas dos males causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo, milhares de agricultores pelo Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população.

---

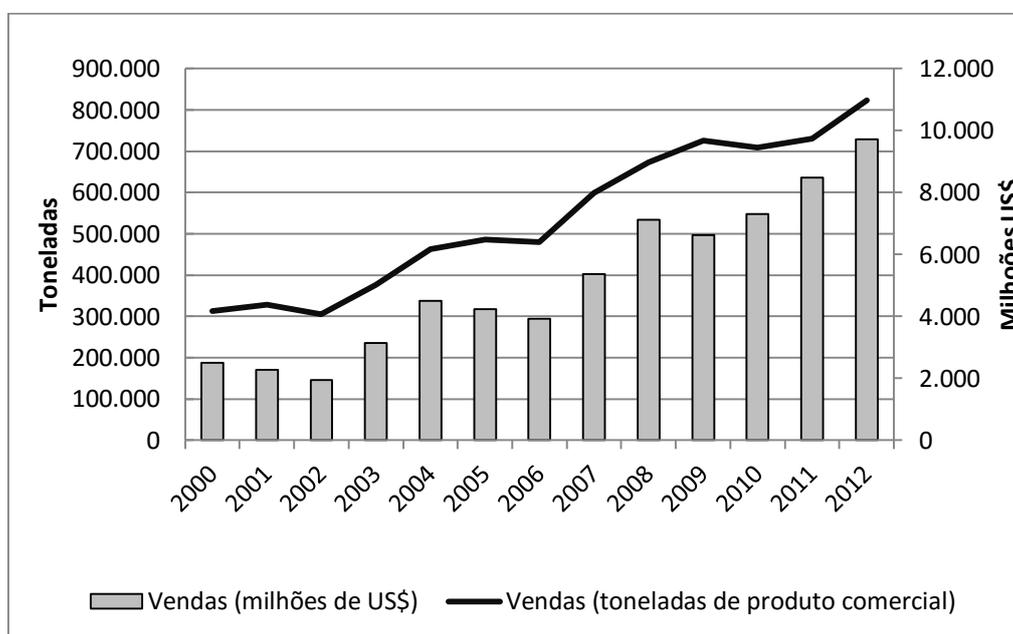
<sup>79</sup> Embora esta campanha tenha se localizado apenas no Brasil, o tema de agrotóxico e da qualidade de alimentos é um tema de preocupação da Via Campesina em escala mundial. A questão é que outros países já proibiram o uso de agrotóxico (ou, por menos o país tenha proibido algumas substâncias consideradas como veneno). Para ver mais informações, ver o site da campanha oficial, na próxima nota de rodapé e Caoli (2015).

<sup>80</sup> O site oficial da Campanha contra os agrotóxicos é o seguinte: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>

De acordo com Caoli (2015) a quantidade de agrotóxico entregue ao consumidor final dobrou entre 2000 e 2012, segundo informações da 6ª edição dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil (IDS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2002, quando houve o menor uso no período, a comercialização do produto era de 2,7 quilos por hectare. Em 2012, esse número chegou a 6,9kg/ha.

No gráfico 4, podemos identificar a venda de agrotóxico no Brasil entre 2000 e 2012, sendo uma variável sobre a toneladas e a outra sobre o preço.

Gráfico 8 – Vendas de agrotóxico em toneladas (2000-2012)



Fonte: SINDAG.

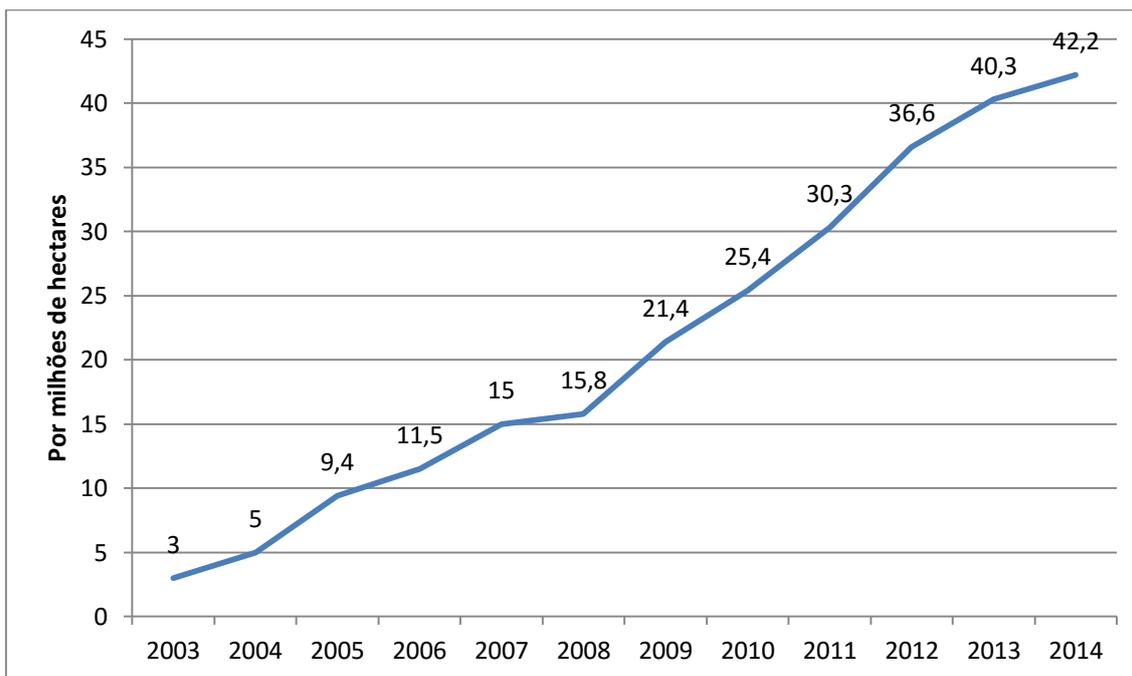
Sistematização: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Organização: Leandro Nieves Ribeiro

Em 2000 a venda por toneladas alcançou 313.824 toneladas de agrotóxico e faturou 2,500 milhões de US\$. Em 2012 a venda alcançou 823.226 toneladas de agrotóxico e faturou 9,710 milhões de US\$, tendo um aumento de 162,9% de toneladas e um aumento de 288% no faturamento. Estes dados comprovam o aumento da venda de agrotóxico e da rentabilidade do produto no mercado, mesmo com algumas quedas da venda.

Outro dado disponível no site oficial da campanha relevante é o aumento da área plantada de transgênicos entre o período de 2000 e 2014 representado no gráfico 5. Neste gráfico demonstra o aumento de área plantada de transgênico entre 2000 e 2014 tendo o aumento de 1307% de milhões de hectares.

Gráfico 9 – Área Plantada de Transgênicos, por milhões de hectares (2003-2014).



Fonte: SINDAG. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida  
Org.: Leandro Nieves Ribeiro

As campanhas são responsáveis em articular e promover ações conjuntas dos movimentos e organizações consistindo numa jornada de ações das lutas camponesas. A seguir demonstraremos outro espaço de discussão da Via Campesina que é curso de formação político-profissional. Este curso, organizado pelos próprios militantes com apoio de intelectuais e instituições de ensino, visa fortalecer o senso crítico dos militantes e, bem como, de alertar a sociedade da necessidade em apoiar as lutas camponesas.

## 2.2.6 Cursos de formação político-profissional

De acordo com Batista (2013) nos espaços de discussão da Via Campesina Internacional colocou-se como relevante e necessário o processo de formação político-profissional, ou, formação de quadros, cuja finalidade seria de ampliar a capacidade de militantes e dirigentes de leitura e análise sobre a realidade no campo. Não é nosso objetivo recuperar todos os cursos de formação organizados pela Via Campesina. Por certo, buscaremos apenas explicar sobre os objetivos e fundamentos e a significado do curso.

Segundo a autora o marco histórico para estimular as discussões sobre a política de formação foi o “I Seminário sobre Formação Política da Via Campesina Internacional”, que evento ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do MST, na cidade de Guararema (SP), nos dias 5 a 7 de junho de 2007. Neste seminário participaram membros da Via Campesina de diversos países da América Latina, África e Europa. E ainda sobre o evento, foi esquematizado um esboço para um programa de formação política do movimento.

Na preocupação em finalizar o evento com um primeiro esboço de um programa de formação política foram sintetizadas algumas questões debatidas em trabalhos de grupo por grandes regiões. Estas questões estavam relacionadas às necessidades/ demandas emergentes da formação, ao perfil dos participantes destas atividades, ao método pedagógico, e aos desafios que se conseguiam visualizar coletivamente. Com relação às necessidades ou demandas, se elencaram: construir espaços de socialização de experiências de formação política e luta de classes nos aspectos histórico-filosóficos, políticos e organizativos; buscar metodologias de estudo com a base onde fosse possível um debate permanente dos temas mais emergentes aos mais complexos; considerar a importância de formar educadores e quadros para acompanhar os diferentes níveis de formação (da base à formação de quadros); e por último, mas não secundário que a formação pudesse potencializar o enfrentamento ideológico ao imperialismo e suas consequências para os trabalhadores. Essas demandas estavam alçadas na necessidade de projetar militantes e quadros organizadores, com clareza política e ideológica, que fossem bons comunicadores, e que cultivassem valores como a solidariedade, estudo constante, internacionalismo entre outros (BATISTA, 2013, p.100).

Em suma, a formação política se posicionou como elemento triunfante para o fortalecimento dos movimentos e organizações articuladas pela Via Campesina e tornou-se parte da organicidade do movimento (BASTISTA, 2013).

A autora ao sistematizar os diversos cursos de formação política e profissional organizados pela Via Campesina Sudamérica<sup>81</sup> identificou os seguintes tipos: curso livre ou informal relativo a atividade de formação política e ou cursos que envolvessem ao mesmo tempo a formação política e profissional; o terceiro tipo é o curso de formação em agroecologia, não apenas no sentido da prática e das técnicas como também na busca pela formação político-profissional relacionando com a utilização da agroecologia.

Portanto estes cursos promovem por um lado o intercâmbio de experiências, de concepções, princípios, métodos e, por outro lado, aprofunda o conhecimento teórico, de formação política, profissional e ou da agroecologia. E ainda, busca sempre vincular teoricamente as lutas políticas com os temas específicos da Via Campesina como a agroecologia e a soberania alimentar.

Entre as experiências vale apenas destacarmos a já citada Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema (SP) do MST. Esta escola foi construída<sup>82</sup> entre 2000 e 2005 de forma coletiva, cuja construção envolveu o trabalho de 1.000 militantes voluntários, homens e mulheres, oriundos de 20 estados, totalizando 12 mil horas trabalhadas (BATISTA, 2013). Sua finalidade consiste primeiramente na formação de quadros do MST com a realização de diversos cursos, seminários e encontros. Batista (2013) destaca que na escola existe a organização de um núcleo específico de estudos latino-americanos voltados exclusivamente para a Via Campesina Internacional e outro de curso formal, este organizado em parcerias com instituições universitárias,

---

<sup>81</sup> A pesquisa de Batista (2013) consiste em estudar os cursos de formação da Via Campesina da América do Sul, no território sul-americano, ou conforme utiliza a expressão e terminologia de Via Campesina da região Sudamérica ou Via Campesina Sudamérica.

<sup>82</sup> Embora a escola tenha sido construída entre 2000 e 2005, a ideia de construí-la vem desde 1998. A escola funcionava como um Curso Nacional de Formação de Militantes do MST no município de Chapecó (SC), e posteriormente foi transferida para Guararema (SP). Conforme ressalta Batista (2013) a ideia para construir a sede para a ENFF inicia em 1998 com a campanha da construção da escola que desde o início teve um sentido de fortalecer a dimensão coletiva do MST e que tornar-se-ia um local de formação de quadros do MST.

instituições de pesquisa e científica, cujo público alvo são os representantes dos movimentos sociais articulados na Via Campesina Internacional (BATISTA, 2013). Somente estas duas experiências já demonstram a pertinência em formação de quadros da Via Campesina.

Em Stedile e Fernandes (2005) é afirmado que o MST sempre teve uma preocupação permanente com a formação de quadros e com a cultura. A preocupação é tanta que a formação de quadros foi estabelecida como princípio, ou seja, uma regra. Ainda com os autores, a formação de quadros para o MST é essencial para que a organização se renove e busque a formação de políticos, técnicos, organizadores e profissionais que se somarão ao movimento e fortalecerão a luta camponesa. Semelhante ao MST, a Via Campesina também tem essa preocupação, ou até mesmo como doutrina, e a formação de quadros e os cursos de formação constituem-se como essência da organização<sup>83</sup>.

### **2.2.7 Alianças, contradições e a questão da autonomia no processo de luta.**

Desde a oficialização da Via Campesina em 1993 o movimento articulador teve relações conflituosas com ONGs que desrespeitavam o papel da Via Campesina. Segundo Desmarais (2013) foram necessários longos anos para construir uma relação de confiança e respeito com as ONGs. Atualmente, a Via Campesina restringe sua aliança com determinadas ONGs. Sobre este ponto a Via Campesina reconhece suas limitações ao não se articular com outras ONGs e a necessidade de convergência de suas ações conjuntas com as organizações.

A primeira tensão entre ONGs e a Via Campesina aconteceu quando a Via Campesina realizou sua primeira Ação Territorial em Quebec, no ano de 1995, na

---

<sup>83</sup> Este argumento é feito através da análise sobre os diversos cursos de formação político-profissional e da pauta sobre formação de quadros em escala mundial da Via Campesina. Para ver sobre os diversos cursos ver Batista (2015).

reunião do 50º aniversário da FAO<sup>84</sup>. Devido ao impacto positivo e crítico dos discursos dos membros da Via Campesina causado na reunião diversas ONGs demonstraram interesse em participar dos trabalhos com a Via Campesina. Assim, o movimento articulador buscou estreitar os vínculos com as ONGs e então combinou a organização de um evento para colocar em prática a relação entre ambas. Este evento foi chamado de “Fórum Paralelos de ONGs” e realizado, simultaneamente, enquanto, acontecia a II Conferência Internacional em Tlaxcala no México em 1996. De acordo com Desmarais (2013, p.144) “o Fórum Paralelo de ONGs foi planejado para dar às organizações não governamentais uma chance de fazerem as suas próprias discussões bem como participarem (como observadoras) nas várias partes da conferência da Via Campesina”. Contudo, conforme explica a autora, um conjunto de fatores contribuiu para a pouca participação das ONGs. Conseqüentemente, a Via Campesina estabeleceu um número limite de ONGs que pudesse participar do Fórum e nessa época com a organização da Conferência Internacional, a Via Campesina não deu atenção suficiente para a organização do evento com as ONGs e não conseguiram fundos financeiros suficientes para a sua realização. Por conta da desorganização, diversas ONGs não sabiam se realmente aconteceria o evento ou se seria cancelado. Ao todo, apenas 10 organizações participaram, mas mesmo assim, a pequena quantidade não prejudicou o momento e contribuiu em esfriar as tensões, tendo os seguintes avanços<sup>85</sup>: foi combinado que as ONGs cederiam espaço para a participação da Via Campesina e de outras organizações populares; as ONGs somente ajudariam as organizações populares no momento em que fossem requisitadas e, por fim, estabeleceram em criar mais poder e oportunidades para as organizações populares (DESMARAI, 2013).

A segunda tensão ocorreu no evento Fórum das ONGs sobre Segurança Alimentar em 1996, evento alternativo e paralelo da Cúpula Mundial sobre Alimentação

---

<sup>84</sup> No início deste capítulo apresentamos o que aconteceu nessa primeira Ação Territorial da Via Campesina.

<sup>85</sup> Conforme destaca Desmarais (2013), a conclusão do Fórum Paralelo de ONGs foi influenciada por uma apresentação de Eduardo Tadem (1996)

das Nações Unidas, em Roma (Itália). Conforme explica Desmarais (2013), a tensão aconteceu porque a Via Campesina se recusou a assinar a Declaração das ONGs alegando que o texto não incluía corretamente as preocupações e interesses dos camponeses. Nesse momento, a Via Campesina apresentava o conceito de Soberania Alimentar<sup>86</sup> e, embora, as ONGs aderissem a priori o conceito, utilizando até mesmo o termo soberania alimentar no título da Declaração das ONGs, o texto nem sequer explicar o conceito e nem as formas em que a realizariam.

Para Desmarais (2013) a Via Campesina ao não assinar a declaração, exigiu respeito no cenário internacional, que era dominado pelas ONGs, e através deste momento, resultou numa mudança na postura, tanto para a articulação, que reconheceu seus limites reformulou seus pontos comuns, como para a relação com as ONGs, que mostrou que articulação estava para ser a própria voz dos camponeses e que não poderiam mais ser representado por outras organizações. Nas palavras da autora:

De vários modos a rejeição impositiva da declaração das ONGs pela Via Campesina na Cúpula Mundial sobre Alimentação foi um ponto de transição para as relações entre o movimento camponês emergente e as ONGs. Por meio da Via Campesina, os líderes agrícolas haviam conquistados um espaço e o estavam preenchendo com as vozes dos agricultores e camponeses, articulando sua própria agenda. A Via Campesina estava demandando respeito para esse espaço recém-inaugurado e precisava urgentemente de tempo para que os agricultores do mundo todo pudessem se encontrar, se engajar em análises coletivas e definir posições comuns. Somente então a nova organização poderia avançar para uma ação conjunta com as ONGs. Ao fazê-lo a Via Campesina desafiaria as ONGs a respeitarem as maneiras diferentes de trabalhar dos movimentos sociais de base. Ela estava enviando uma mensagem clara e direta para as ONGs que há muito tempo dominavam a arena internacional: as ONGs não poderiam mais 'falar em nome de' ou como representantes dos camponeses e agricultores. Igualmente importante, ela desafiava não apenas quem falaria e em nome de quem, mas também o que seria dito e como chegar a uma posição coletiva (p.148-149).

O fruto dessa mudança apareceu sete meses depois da Cúpula, numa reunião da Via Campesina com diversas ONGs, com maioria europeia, com o intuito de debater questões não resolvidas no Fórum Paralelo das ONGs em 1996, bem como, dos

---

<sup>86</sup> Este conceito será apresentado ainda neste capítulo quando discutiremos as principais bandeiras da Via Campesina.

resultados das propostas da CMA. Desmarais (2013) explica que este encontro ofereceu um passo importante na aliança da Via Campesina com as ONGs porque permitiu...

[...] que os líderes agrícolas e as ONGs discutissem em profundidade alguns dos piores gargalos do trabalho em conjunto. Eles se esforçaram para entender as limitações uns dos outros e identificarem questões e áreas nas quais eram possíveis ações comuns. A reunião levantou três pontos principais: primeiro, que as ONGs precisavam respeitar que a Via Campesina estava em um estágio de fortalecimento interno que limitava a sua capacidade de responder exigências externas; segundo, que era necessário reconhecer os mandatos diferentes das organizações agrícolas e das ONGs trabalhando internacionalmente; e terceiro, que a Via Campesina não queria que as suas relações com as ONGs fossem fundadas exclusivamente em possibilidades de financiamento (p.149)

Na reunião combinou-se a necessidade de criar um Código de Princípios entre as ONGs e a Via Campesina, para garantir e firmar de vez a relação harmoniosa entre as partes. Embora o código não tenha legitimado, a Via Campesina definiu em documento na III Conferência Internacional a posição do movimento sobre e as alianças estratégicas, os princípios e os termos de compromisso (DESMARAIS, 2013).

A aliança com as ONGs que convergem com os ideais da Via Campesina resultou em uma forte articulação e rendeu frutos nos interesses camponeses e das organizações. Desmarais (2013) cita que somente após a conferência ministerial da OMC na cidade de Seattle, em 1996, que a aliança com as ONGS realmente engrenou com o apoio a Via Campesina nas campanhas coordenadas pelas ONGs, ou melhor: “[...] a Via não apenas ajudaria a legitimar campanhas de ONGs, como lhes proveria conteúdo e direção” (DESMARAIS, 2013, p.183).

A campanha organizada carregava o seguinte título: “O mundo não está à venda: OMC encolha-se ou recolha-se”. Esta campanha, portanto desafiava a OMC e demonstrava que a Via Campesina e as ONGs buscavam mudanças. Para Desmarais (2013) a OMC até reconheceu a necessidade de dialogar e abrir espaço com as organizações e movimentos populares, contudo, a autora afirma, que a OMC ignorou e as demandas. Com isso, a aliança da Via Campesina com as ONGs deu continuidade

com a campanha e publicou um documento com 11 demandas questionando o poder e o alcance da OMC. A saber, as 11 demandas são:

1. Não à expansão da OMC:
2. Proteger os direitos sociais básicos e a sustentabilidade ambiental
3. Proteger os serviços sociais básicos e [...] a capacidade dos governos e do povo de regular a fim de proteger o meio ambiente, saúde, segurança e outros interesses públicos.
4. Deter o protecionismo corporativo de patentes: sementes e remédios são necessidades humanas, não *commodities*.
5. Não às patentes sobre a vida.
6. Alimentação é um direito humano básico [...] proteger a soberania alimentar genuína.
7. Não ao investimento em liberalização: o Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionados ao Comércio deve ser eliminado.
8. Comércio justo: [...] direitos especiais e diferenciados para os países do Terceiro Mundo.
9. Priorizar os direitos sociais e ambientais.
10. Democratizar a tomada de decisão.
11. Disputar o mecanismo de resolução de conflitos (DESMARAIS, 2013, p. 186-187).

Desmarais (2013) coloca que a Via Campesina e as ONGs se tornaram os raros sujeitos a publicamente desafiar a OMC, principalmente, a respeito da falta de transparência e do modelo antidemocrático como na Rodada de Doha.

Os momentos de tensão com as ONGs demonstrou que estas organizações estavam dispostas a manter o *status quo* no cenário internacional, colocando a articulação da Via Campesina num papel secundário. Todavia, a Via Campesina manteve seus princípios e conseguiu conquistar espaço e respeito no cenário internacional como porta-voz oficial dos camponeses. Isto sem dúvida possibilitou que a Via Campesina desempenhasse um impacto e tornasse atualmente o principal movimento camponês. Desmarais analisa o seguinte sobre a relação entre a Via Campesina e as ONGs:

Desde a sua fundação, a Via Campesina buscava estabelecer os termos e as condições de colaboração e cooperação com ONGs e outras instituições. Em uma série de ocasiões e em diferentes estágios, a Via engajou-se em tentativas constantes de trabalhar com essas organizações e fez esforços concertados para redefinir as relações entre elas e os movimentos agrícolas. Ao fazê-lo, ela desafiou abertamente os pressupostos e o “lugar” das ONGs no cenário

internacional e as maneiras nas quais elas trabalham com as organizações camponesas (p.150).

Portanto, foi neste momento que a Via Campesina buscou questionar as ONGs e demonstrou o potencial e o objetivo da articulação: ser um movimento autônomo com a finalidade de ecoar as vozes dos milhares de camponeses que antes eram desrespeitados e dependentes das organizações. Após a ruptura a Via Campesina se destacou na escala mundial.

### **2.2.8 Elementos atuais para se pensar a diversidade do campo: Soberania alimentar, reforma agrária, agroecologia e bens comunais**

A Via Campesina não é apenas uma articulação corporativista para receber seus direitos. A articulação promove discussões sobre assuntos que podem modificar a estrutura desigual da produção de alimentos e da agricultura. Neste item destacaremos as ideias centrais da Via Campesina com prioridade para soberania alimentar e agroecologia, uma vez que, promove debate essenciais para entender a problemática da subordinação dos camponeses e do imperialismo das transnacionais.

A Via Campesina, como forma de pensar em novos rumos e ações da política econômica e agrária, articula e promove estratégias e ações combativas e propositivas em relação a sua luta. De acordo com o site oficial do movimento, a Via Campesina aborda os seguintes temas: soberania alimentar e comércio, reforma agrária e água, biodiversidade e recursos genéticos, gênero, direitos humanos, migração e trabalhadores rurais, agricultura campesina sustentável e êxodos de jovens no campo. Todos os temas são coordenados por uma Comissão Técnica, representados por um movimento articulados em pelo menos uma das comissões. De acordo com Vieira (2011, p.200), o MST compõe a comissão da reforma agrária, enquanto o MPA encontra-se na de soberania alimentar.

Destacaremos em seguida o tema de soberania alimentar que contempla outros ideários do movimento e que é considerado como a bandeira mais importante pelo movimento e pelos demais estudiosos da Via Campesina, como Desmarais (2013), Vieira (2011), Martínez-Torres e Rosset (2010).

Dentre os temas destacados, a proposta de soberania alimentar é a que tem marcado a construção e, propriamente, a Via Campesina. Nas palavras de Vieira (2011, p.244), o tema marcou tanto a identidade interna como externa do movimento.

De acordo com a Via Campesina (2011) o movimento aderiu a soberania alimentar em 1996 na Cúpula da Fome e rapidamente a ideia foi fortalecida no movimento, contando com o apoio de diversos movimentos, organizações, instituições e até de governos. Ainda com Via Campesina (2011, p.2):

la idea [de soberania alimentar] fue creciendo y actualmente forma un movimiento popular global promovido por una gran variedad de sectores sociales tales como pobres urbanos, grupos medioambientales, grupos de consumidores, asociaciones de mujeres, pescadores, pastores y otros muchos. Además, cuenta con el reconocimiento de numerosas instituciones y gobiernos.

A importância dessa proposta para os camponeses deve-se por contrapor com a ideia de “segurança alimentar”. Esta última ideia é defendida por diversas organizações, tais como a FAO, OMC, Banco Mundial e entre outros (DESMARAI, 2007; VIEIRA, 2011, 2008). Para entendermos a diferença entre a ideia de segurança alimentar e de soberania alimentar é elementar compararmos a definição e as divergências de cada proposta.

Em novembro de 1996, a FAO e CMA, na Carta de Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e no Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação destacou a seguinte preocupação mundial o que nos permite entender a ideia de segurança alimentar:

Nós, Chefes de Estado e de Governo, ou nossos representantes, reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação a convite da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO),

**reafirmamos o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome.** Comprometemo-nos a consagrar a nossa vontade política e o nosso compromisso comum e nacional a fim de atingir uma segurança alimentar para todos e à realização de um esforço permanente para erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir, até metade do seu nível atual, o número de pessoas subalimentadas até, ao mais tardar, o ano 2015. Consideramos intolerável o fato que mais de 800 milhões de pessoas, a nível mundial, e, particularmente, dos países em desenvolvimento, não tenham alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades nutricionais básicas. Esta situação é inaceitável. A produção alimentar aumentou substancialmente, contudo, dificuldades no acesso aos alimentos a, insuficiência de rendimento a nível familiar e nacional para a compra de alimentos, a instabilidade na oferta e procura, assim como as catástrofes naturais ou as causadas pelo homem, têm impedido a satisfação das necessidades alimentares básicas. Os problemas da fome e da insegurança alimentar têm uma dimensão global e são problemas que tendem a persistir e mesmo a aumentar dramaticamente em algumas regiões, a não ser que, se tomem medidas urgentes, tendo em conta o crescimento da população e a pressão exercida sobre os recursos naturais. [...] A pobreza é a maior causa de insegurança alimentar. Um desenvolvimento sustentável, capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o acesso aos alimentos. Esforços para aumentar a produção de alimentos, incluindo os alimentos de base, devem ser feitos. [...] Enfatizamos a necessidade urgente de agir já, a fim de assumir as nossas responsabilidades para alcançar uma segurança alimentar que esteja ao alcance das gerações presentes e futuras. Atingir a verdadeira segurança alimentar é uma tarefa complexa, cuja responsabilidade cabe principalmente aos nossos Governos. Estes devem criar um ambiente propício e aplicar políticas que garantam a paz, assim como a estabilidade social, política e econômica, e a igualdade entre os sexos (FAO, 1996).

Este trecho permite entendermos a noção do que seria a ideia de segurança alimentar: incentivar o aumento da produção de alimentos. Pelo trecho podemos perceber que a CMA discute a problemática da fome mundial e como solução compromete-se em assegurar o direito de todas as pessoas em se alimentar através de esforços para aumentar a produção de alimentos. Ou seja, independente do modo de esforço em solucionar a problemática da fome, a ideia de segurança alimentar prioriza o aumento da produção de alimentos. E ainda, a FAO (1997, não paginado, grifo nosso) definiu a segurança alimentar da seguinte forma:

O direito das pessoas **em se alimentar** em todos os momentos, ter uma alimentação que seja suficiente, segura e que atenda a necessidades nutricionais e preferências alimentares de modo a propiciar vida ativa e saudável.

Para a Via Campesina, a FAO trata o alimento em apenas dois pontos: como fonte de nutrição, sem levar em conta a qualidade dos alimentos produzidos, e como comércio, atribuindo o alimento como commodities. Atualmente, a FAO tem uma mudança no seu pensamento sobre o conceito de segurança alimentar. De certa forma, o debate entre os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar, rendeu uma transformação na concepção de segurança alimentar da FAO, agregando alguns pontos da soberania alimentar na nova concepção de segurança alimentar. Contudo, o que destacamos aqui é o embate e a diferença entre os conceitos defendidos pela FAO e pela Via Campesina em 1997 (DESMARAIS, 2013; VIEIRA, 2011).

Para entendermos a essência da ideia de segurança alimentar e de suas consequências para a agricultura, é mister recuperarmos o momento de criação da proposta de segurança alimentar e seus desdobramentos. Segundo Desmarais (2013) a proposta de segurança alimentar foi iniciada na Conferência Mundial da Alimentação (CMA) em Roma (Itália) em 1974 num evento organizado pela ONU. Tal evento discutiu a necessidade de acabar com a fome e a subnutrição no mundo por meio do aumento da produção de alimentos. Nas palavras da autora:

Nessa época, os preços mundiais dos grãos estavam altos e os observadores expressavam cada vez mais preocupação a respeito da iminente escassez de alimentos. A conferência de 1974 declarou que o fim da fome e da subnutrição era um direito fundamental e que em dez anos 'nenhum criança irá para cama faminta [e] nenhuma família temerá pelo pão do dia seguinte' (FAO, 1974). Para alcançar esse objetivo, os governos firmaram um acordo a respeito de uma série de estratégias, incluindo um aumento da produção por meio da intensificação da Revolução Verde, apoio do desenvolvimento agrícola pelo investimento na infraestrutura rural e criação de leis justas da propriedade da terra, crédito e sistemas de comercialização; e a abolição de obstáculos ao comércio, bem como sua liberalização (DESMARAIS, 2013, p.52).

Conforme explica a autora, outras reuniões da Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) foram realizadas, como no ano de 1996 e em 2002. Em 1996, avaliou-se na forma de lidar com os níveis crescentes de insegurança alimentar. Contudo, como afirma a autora, as mesmas estratégias da última CMA foram adotadas, tendo como

objetivo aumentar a produção de alimentos por meio de uma segunda Revolução Verde com o uso da biotecnologia. Um ponto interessante que a autora destaca é que nessa reunião, discutiu-se sobre a necessidade de igualar o acesso e distribuição de recursos, assim como da relevância da liberalização do comércio e do incentivo ao comércio como fundamental para a segurança alimentar. Porém, estes pontos não foram levados adiante e apenas colocaram como ponto apoiar os avanços da biotecnologia.

Em 2002, uma nova reunião é realizada com o título de CMA Cinco Anos Depois (CMA+5) com o objetivo de avaliar o progresso da última reunião, em 1996. Conforme analisa Desmarais (2013, p.53) sobre a avaliação:

Pouco ou nenhum avanço fora obtido para resolver a fome e a pobreza mundiais. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 2001, mais de 815 milhões de pessoas estavam subnutridas e, “na maioria dos países em desenvolvimento, o número de famintos havia aumentado” na década anterior. Nos meses que antecederam à CMA+5, Jacques Diouf, diretor-geral da FAO (2001a, 2001b), apelou desesperadamente por uma mudança de ação política, afirmando que o “escândalo” e a “tragédia” da fome não podiam mais ser tolerados. Todavia, a CMA+5 não questionou ou revisitou os fundamentos e pressupostos básicos das decisões tomadas cinco anos antes. Em vez disso, reiterou os compromissos de intensificar a produção e aumentar o comércio, enquanto dava menos ênfase à desigualdade das estruturas sociais.

Este trecho fortifica a ideia de que segurança alimentar exclui os camponeses de sua produção e incentiva o aumento da produção e do agronegócio. Conforme explicaremos posteriormente, o trecho ainda acentua a diferença entre as ideias e justifica o motivo da Via Campesina de empunhar a bandeira da soberania alimentar como um projeto contra-hegemonia. Retornando a definição, a ideia de soberania alimentar é apresentada como:

O direito dos povos, comunidades, e países de **definir suas próprias políticas** sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui **o direito a se alimentar e produzir seu alimento**, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002, grifo nosso).

Em suma, a ideia de soberania alimentar configura-se como uma proposta de rompimento com a lógica neoliberal da produção e distribuição de alimentos em poucas empresas que padronizaram a produção e além de uma produção monocultoura e voltada principalmente para a exportação. Segundo Desmarais (2013), a proposta de soberania alimentar da Via Campesina é bem mais ampla do que a proposta de segurança, pois questiona a concentração de terras que inviabiliza a produção de alimentos. Portanto, a soberania alimentar defende uma mudança no sistema agrícola, com a distribuição de terras que favoreça a pequena agricultura, a fim de, prover o aumento da produção de alimentos. Vieira (2011) considera esta ideia como parte de um projeto contra-hegemônico, :

Por trás da ideia de soberania alimentar está, então, um conflito de modelos de agricultura (e de mundo) que alguns autores têm identificado como de “contra-hegemonia”. Esta é uma construção bastante sofisticada, pois apesar de muitos movimentos antiglobalização proclamarem a luta por “um outro mundo”, a maioria de suas pautas diz respeito às reformas do modelo dominante sem a proposição de um projeto alternativo claro (p.171).

Portanto, o projeto contra-hegemônico busca desafiar as políticas hegemônicas na agricultura que desterritorializam os camponeses. Por trás do entendimento deste projeto as ideias abordadas representam a principal bandeira da Via Campesina. Vieira (2011) sobre o projeto trouxe novos significados, trazendo uma re-significação para a luta:

O projeto de contra-hegemonia da Via Campesina, concretizado no conceito de soberania alimentar, envolve diferentes elementos. Por um lado, representa uma resignificação da própria ideia de soberania, a qual passa a ser baseada nos povos e não nos Estados nacionais e contempla novas relações norte-sul no que diz respeito à produção e à comercialização dos produtos agrícolas no mundo. Este novo significado amplia também a noção de segurança alimentar, passando a englobar não apenas a quantidade de alimentos, mas o tipo, a forma e a escala de produção dos mesmos. Por outro lado, a soberania alimentar representa a re-significação do tema da reforma agrária, não apenas compreendida como acesso à terra e modernização do campo, mas como democratização da terra – bem comum e patrimônio da humanidade – que não pode ser apropriado privadamente. Junto a isso, questiona-se também a propriedade de outros bens naturais como a água, os recursos genéticos e, em especial, as sementes.

Esta ideia ainda está em construção e por isso é debatida para fortalecê-la e conseguir colocá-la em prática. Os debates ocorrem nos eventos e fóruns de discussões promovidas pelo movimento. Por exemplo, Thomaz Junior (2006) ao analisar a realização dos Fóruns de soberania alimentar pela Via Campesina, cita como eventos o Fórum Mundial de Soberania Alimentar em Cuba (2001), o Fórum Mundial de Reforma Agrária realizado em Valência (2004), e as versões dos Fóruns Sociais Mundiais. Entre estes, o autor, exalta o Fórum Mundial de Soberania Alimentar de Nyéléni<sup>87</sup> de Selingue, em Mali, no continente africano, realizado no ano de 2007. Ainda com o autor, nesse fórum discutiu-se os direitos de acesso à terra e dos territórios pertencentes aos pescadores artesanais, camponeses do acesso à água, das sementes, da biodiversidade e entre outros recursos que devem ser assegurados para os aqueles que produzem alimentos. A Via Campesina ainda aproveitou para declarar que a proposta da soberania deve ser reformulada internamente e divulgada mundialmente, atingindo outras regiões. Outro ponto importante é que nesse fórum foi tirado como objetivo futuro de incorporar a proposta na carta dos Direitos Humanos das Nações Unidas como forma de incentivar a produção camponesa pelos governos (VIEIRA, 2011).

Outro momento de discussão sobre o projeto contra-hegemonia é feito nos cursos de formação político-profissional da Via Campesina conforme apresenta Batista (2014) e cujo assunto já foi tratado neste capítulo. Nestes cursos é perceptível o quanto o movimento busca fortalecer a ideia do projeto contra-hegemonia que é unificado na ideia de soberania alimentar.

Retornando a ideia de soberania alimentar. Rosset e Martinez-Torres (2013) consideram que o pilar para a construção da soberania alimentar é através da

---

<sup>87</sup> Segundo Vieira (2011) “O próprio nome do Fórum já carregava uma forte marca feminina, pois Nyéléni é uma figura feminina lendária no meio rural do Mali. Segundo as tradições locais, ela foi uma camponesa cuja família sofreu muitos preconceitos por não ter filhos homens e que assim, todos achavam que morreriam de fome. Nyéléni, entretanto, alimentou sua família e sua comunidade com seu próprio trabalho na agricultura durante toda a vida. Durante o evento havia uma estátua de Nyéléni, feita em madeira de uma árvore local, na praça central do acampamento que recebeu os militantes do mundo todo, e onde ocorriam as místicas do encontro, todos os dias” (p.170).

agroecologia<sup>88</sup>, por esta ser um modelo de produção, uma preocupação com a produção alimentar saudável e o respeito à biodiversidade (MACHADO; MACHADO FILHO, 2013).

Para entendermos o sentido da agroecologia ser o pilar da soberania alimentar é necessário recuperarmos a definição de agroecologia e sua diferença de modo de produção com o agronegócio.

Segundo Siliprandi (2013), o termo de Agroecologia passou a ser conhecido no Brasil no final da década de 80, através da contribuição do agrônomo norte-americano, Miguel Altieri. Altieri (2004) definiu a agroecologia como uma nova abordagem que une os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos (ALTIERI, 2004). Machado e Machado Filho (2014, p.36) definem a agroecologia e seu potencial da seguinte forma:

[...] entendemos a agroecologia como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhe os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (p.36).

É nessa perspectiva da agroecologia que a Via Campesina vem defendendo (DESMARAIS, 2013; VIEIRA, 2011; VIA CAMPESINA, 2003, 2011, 2012) . Por isso, a agroecologia tornou-se como principal base da construção da soberania alimentar, ao buscar uma harmonia com a produção alimentar limpa. Na agroecologia não é utilizado agrotóxico e nem semente modificada geneticamente, consideradas como símbolo do agronegócio. Assim, a agroecologia é considerada como uma alternativa ao problema gerado pelo modelo da Revolução Verde e do Agronegócio (FINNATO; CORREA, 2009; CAMPOS C; CAMPOS R, 2007; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). A seguir,

---

<sup>88</sup> A agroecologia é considerada tanto uma ciência como um movimento social, pois é baseada no conhecimento científico comprovando as técnicas utilizadas e seus benefícios e, também, um pensamento coletivo e alternativo ao modelo hegemônico de produção do Agronegócio.

expomos o quadro síntese com algumas das diferenças centrais entre os modelos de produção:

Quadro 1 - Agronegócio versus Agroecologia

<b>Agronegócio</b>	<b>Agroecologia</b>
Monocultura	Biodiversidade
Alto custo de investimento	Baixo custo de investimento
Exportação	Mercado interno
Agrotóxicos	Fertilizantes Orgânicos
Transgênicos	Sementes crioulas
Latifúndio	Pequena, média e grande propriedade
Segurança Alimentar	Segurança alimentar e soberania alimentar
Tempo do Capital	Tempo da Natureza

Org.: Leandro Nieves Ribeiro, novembro de 2015.

**Fonte:** MACHADO; MACHADO FILHO (2014), MPA (2013); ALTIERI (2004) e SILIPRANDI (2013), BOMBARDI (2011).

Pelo quadro podemos perceber claramente a diferença entre os dois modelos de produção alimentar. Por um lado, o agronegócio, influenciado pelas políticas neoliberais e hegemônicas, trata a comida como mercadoria, exigindo da produção de alimentos que adapte ao tempo do capital modificando geneticamente as sementes e utilizando demasiadamente o agrotóxico (BOMBARDI, 2011; VALERIO, 2011). Do outro lado, a agroecologia, fundamentada por povos tradicionais do campo e atualmente por cientistas e agrônomos, que busca a produção do alimento saudável para seu consumo e/ou sua comercialização, respeitando o tempo da natureza (BOMBARDI, 2011; VALERIO, 2011).

A agroecologia é de suma relevância para construção da permanência camponesa e da soberania alimentar, permitindo condições de inserir os camponeses na produção de alimentos. Ao contrário das consequências provocadas pelo

agronegócio, que segundo Thomaz Junior (2002), cita o desterroamento causando a expulsão de milhares de camponeses e índios rumos aos centros urbanos, levando-os aos diferentes tipos de trabalho precarizado, por exemplo, a informalidade.

Ainda, a agroecologia reformula a divisão sexual do trabalho no campo, inserindo a participação das mulheres, pois não necessita somente da força bruta na produção em larga escala, e sim, de combinações de técnicas como a diversificação dos cultivos, a cultura de hortaliças, as atividades produtivas do alimento do lote<sup>89</sup> e a venda nas feiras. Henn (2013, p.86) afirma que a transformação de posição não aconteceu somente entre as mulheres e o homem também teve mudança:

Alguns homens também se reconhecem nessas mudanças, inclusive avaliando o percurso que fizeram para chegar a ocupar outros espaços e redimensionar o tempo em seus planejamentos, como as relações no grupo familiar (homens assumem trabalhos no âmbito da casa, assim como as mulheres fazem gestão da UPVF [Unidades de Produção e Vida Familiar] e comercializam produtos), e até mesmo na posição que defendem em relação à forma de viver o *projeto de vida*.

De modo geral, o trabalho familiar é contemplado com a inserção da agroecologia. Com o trabalho familiar é possível manter a permanência dos jovens em assentamentos, evitando o êxodo rural de jovens que trocam a vida do campo para a cidade (JALIL, 2009; HENN, 2013; BENINCA et al 2012). Portanto, para Henn (2013, p.86) a agroecologia na prática exerce um projeto de vida:

A agroecologia aparece tanto nos relatos dos/das interlocutores/as quanto nas experiências dos grupos familiares como um *projeto de vida* que inclui a *participação* de todas as pessoas do grupo familiar. Inclusive as crianças são estimuladas, tanto que seus gostos, sonhos, opiniões e posições também são considerados neste *projeto*. [...] há ainda uma convicção de que os pais necessitam estimular os/as filhos/as, desde crianças, a se inserirem em atividades e a pensarem quais delas mais gostam como forma de incentivo à sua permanência na agricultura. A participação das mulheres constitui, na agroecologia, a possibilidade do redimensionamento dos espaços nos quais elas circulam ou das relações em que elas se engajam. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do campo agroecológico contribui para a transformação das condições e de posições de ambos, mulheres e homens, e das interações e formas de sociabilidade, a exemplo das questões de gênero, de geração e de produção, entre outras. Portanto,

---

<sup>89</sup> Como a fabricação de pães, geleias, bolachas, doce de leite e entre outros exemplos. Cf. Henn (2013).

o debate sobre relações de gênero que se articula ao da agricultura ecológica toma como pressuposto a necessidade de transformações sociais nas relações entre homens e mulheres vinculados à agricultura, ecológica em especial.

Dessa forma, Henn (2013) considera que a agroecologia é ao mesmo tempo um projeto político e um projeto de vida. No primeiro caso é porque a agroecologia faz parte da alternativa encontrada da Via Campesina, do aumento da produção alimentar e da qualidade, contra o símbolo da mercantilização da comida e do processo que envolve a desterritorialização dos camponeses, demonstrando o interesse do agronegócio. No segundo caso é porque o modelo de produção agroecológica insere a participação de todas as pessoas do grupo familiar. Em suma, a agroecologia permite a recriação dos camponeses e por isso sua ideia é empunhada com pulsos firmes pelos camponeses, fortalecendo seu caráter político.

O chamado *projeto contra-hegemônico* da Via Campesina corresponde ao eixo central do movimento e, por sua vez, os movimentos articulados buscam se aprimorar e fortalecer essas discussões. O movimento é construído de dentro para fora, no sentido de que, os movimentos regionais têm a importância de fortalecer a imagem externa da Via Campesina. Portanto, as Ações Territoriais da Via Campesina no Brasil e, de seus movimentos articulados, direcionam-se para esse projeto contra-hegemônico. Estas afirmações serão fortalecidas no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3**

### 3. A FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA NO BRASIL E SUAS AÇÕES TERRITORIAIS.

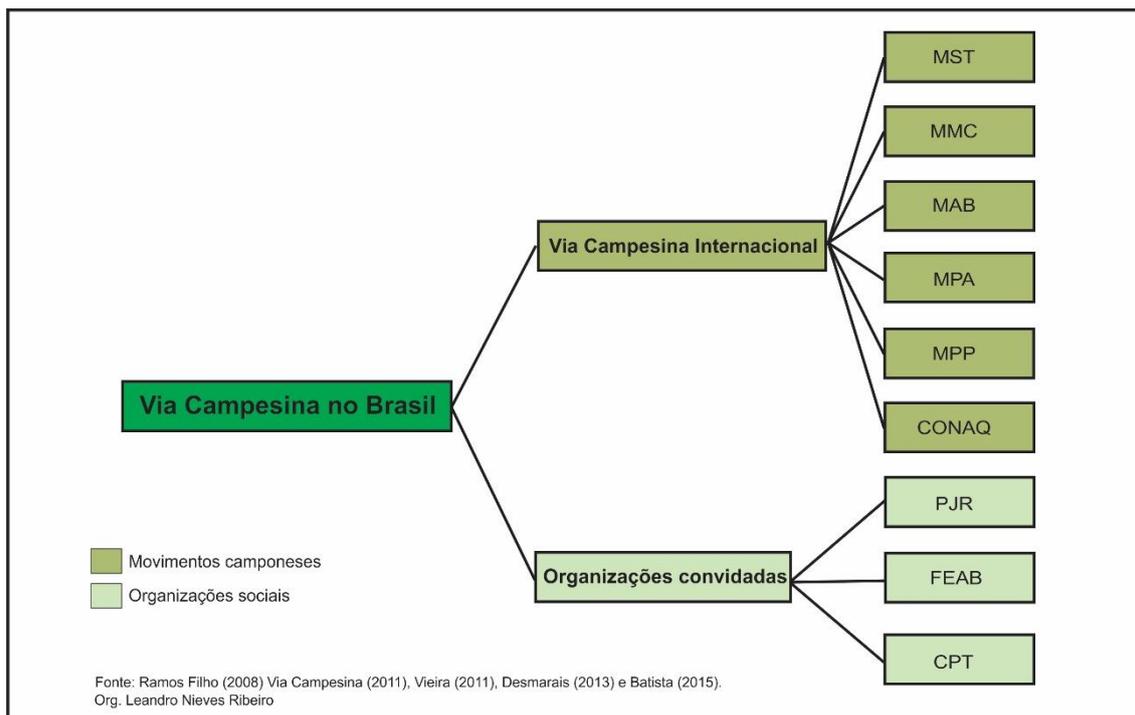
A Via Campesina articula diversos movimentos sociais e ou organizações sociais em ações, reivindicações e propostas, que ultrapassam as fronteiras nacionais, territórios e escalas. A organização da Via Campesina no Brasil é feita através da própria estrutura dos movimentos sociais de cada região. Não só a estrutura, mas a Via Campesina busca fortalecer os movimentos locais e, em alguns momentos, de realizar ações em escala mundial e, em outros, privilegiar ações em escala local. Por isso, demonstraremos a trajetória de criação e organização dos movimentos e de suas Ações Territoriais no Brasil.

A Via Campesina no Brasil é formada pelos seguintes movimentos: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq) (RAMOS FILHO, 2008; VIEIRA, 2011; VIA CAMPESINA, 2006).

Os movimentos camponeses como o MST, o MMC, o MAB e o MPA, Conaq, MPP compõem a *Via Campesina Internacional*. E os demais, quando unidos com os movimentos camponeses, compõem, a *Via Campesina no Brasil*, como a CPT e a PJR, de base religiosa, e a FEAB, de base estudantil. Estes três últimos, por não possuírem uma base camponesa, não participam da esfera da organização da Via Campesina Internacional e são caracterizados como *organizações convidadas ou organizações não-membros* (VIEIRA, 2011; RAMOS FILHO, 2008), e sua atuação é especificamente nas ações com os movimentos brasileiros que compõem a Via Campesina Internacional.

Outra diferença, é que somente os movimentos da Via Campesina Internacional que participam das instâncias de decisões em escala internacional, como a Conferência, que é o ponto máximo de deliberar os rumos da Via Campesina. Portanto, estas organizações convidadas tem um espaço limitado na construção da Via Campesina em escala mundial.

Organograma 2 – Movimentos e organizações sociais articulados pela Via Campesina no Brasil



A inclusão de um novo movimento na Via Campesina Internacional é feita por meio da aceitação dos movimentos articulados e exige destes que contemplem a luta pela reforma agrária. Explica Vieira (2011) que caso uma organização brasileira se candidate a integrar a Via Campesina Internacional, os movimentos articulados pela Via Campesina no Brasil, ou até da América do Sul (Via Campesina Sudamerica), devem aprovar a entrada do movimento candidato brasileiro. Para a autora a pendência da aprovação por parte dos movimentos nacionais é uma forma de evitar divergências e disputas tanto na escala local, como na regional e nacional (VIEIRA, 2011, p.203). Para aprovar a entrada do movimento candidato, os movimentos da Via Campesina levam

em conta o objetivo do movimento candidato e se sua postura ideológica converge com o pensamento da articulação.

Para Borrás Junior (2004) a tarefa chave da Via Campesina é de ampliar constantemente sua representatividade, sendo o mais inclusivo possível de outros movimentos e ou organizações sociais. Quanto mais o movimento mundial estiver representado pelos movimentos camponeses e organizações, mais inclusivo e amplo se tornará o movimento. Por isso, o movimento vem buscando agrupar outros movimentos. No Brasil temos diversos movimentos articulados com variadas pautas reivindicativas e estratégias de lutas.

Egídio Bruneto<sup>90</sup> em entrevista com Batista (2013, p.98)

A Via Campesina em seus debates, achamos que para responder os grandes desafios [...] na luta internacional – na luta em defesa das sementes, da água, da biodiversidade..., temos que aumentar nossa capacidade de análise, nossa capacidade de trabalhar com a natureza. [...] desafiar-nos a construir uma luta internacional dos camponeses. Queremos formar do jeito da Via Campesina e cada organização vai formar de seu jeito. Temos que fazer um esforço coletivo de vermos que jeito, que forma, vamos fazer em cada realidade.

Mesmo com esta diferença entre os movimentos da *Via Campesina no Brasil*, consideramos essencial analisar ambos os grupos, considerando, portanto, a relevância dos movimentos de base estudantil e religiosa em sua participação nas ações e na organização da *Via Campesina no Brasil*. É importante atentar que ao cunharmos o termo *Via Campesina no Brasil*, nós não estamos separando ou distinguindo-o da Via Campesina Internacional. Ou seja, não se trata de outro movimento com outra intencionalidade e de organização. A Via Campesina no Brasil é a junção dos dois grupos - Via Campesina Internacional e Via Campesina Brasil - e isto, é apenas uma divisão interna do movimento, em que o primeiro tem uma construção ativa em escala mundial e o segundo contém os movimentos e as organizações que em escala nacional

---

<sup>90</sup> Egídio Brunetto, dirigente do MST do Mato Grosso do Sul. Faleceu em 21 de novembro de 2011.

territorializa as ações e deliberações da Via Campesina. Esta articulação fortalece de dentro para fora, as lutas camponesas mundiais e no Brasil.

No sentido de permitir que os movimentos locais tenham sua própria autonomia de ação e sua própria agenda fazendo que o movimento a escala mundial se fortaleça. Deve-se recordar que a Via Campesina considera-se, e age, como um movimento de articulação. O movimento articulador coloca-se numa *estrutura descentralizada*. Em escala mundial, os movimentos convergem suas agendas e discussões e, em escala local, cada organização busca agir conjuntamente ou separado, para realizar suas ações. A ideia de articulação da Via Campesina serve para organizar os movimentos em ações específicas e construir um movimento geral que tenha uma mesma direção de luta e ação.

Todos os movimentos articulados pela Via Campesina possuem militantes que participam na relação com a Via Campesina. Geralmente, os militantes são os responsáveis pela representação nacional e/ou estadual de cada movimento articulado e são responsáveis para articular a organização dos movimentos para ações coletivas, relacionadas com a Via Campesina. São realizadas reuniões entre os movimentos articulados em cada região, demonstrando que embora o movimento tenha sua importância de ação mundialmente, as ações locais têm a mesma relevância. Conforme exposto no capítulo 2, é possível ver que a própria Via Campesina se organiza através da estrutura de cada movimento. Nas palavras de Vieira (2011, p.151)

[...] desde os primeiros momentos afirmou-se que era preciso construir uma articulação que estivesse enraizada nos movimentos de base e evitasse a burocratização de lideranças ou mesmo a consolidação de grandes estruturas materiais. No entendimento da Via Campesina, as experiências concretas dos movimentos é que devem servir de base para a construção da articulação internacional.

É impossível mapear a dimensão da rede de movimentos, pois, seus pontos estão espacializados de diversas formas tornando a rede extremamente extensa e complexa.

A respeito do período que inicia à formação Via Campesina no Brasil, entendemos que a mesma foi originada na II Conferência Internacional da Via Campesina em Tlaxcala (México) em 1996, cujo momento decidiu uma divisão do movimento em cada região com uma comissão de coordenação. E vale mencionar que essa conferência é marcada pela presença ativa de diversos movimentos, inclusive pela participação de movimentos brasileiros como: o MST, o MAB, a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR – Sul)<sup>91</sup> e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Encontramos na literatura sobre os movimentos nacionais o ano de 1996 como ponto de partida da mundialização de certos movimentos. Por exemplo, em Fernandes (2010) é considerado o referido ano como início de uma nova etapa na luta do MST ao ampliar sua escala de atuação, saltando da escala nacional para a internacional em virtude de sua articulação com a Via Campesina. Do mesmo modo, Zen e Ferreira (2012) consideram o mesmo ano a mundialização do MAB.

Antes de entrarmos na análise das ações, faz-se mister destacarmos o nosso entendimento sobre a Ação Territorial, que é uma expressão utilizada por Mitidiero Junior (2008), quando propôs estudar a CPT através de suas ações coletivas em busca da sua territorialização, considerada como Ação Territorial. Conforme explica o autor,

Em tese, qualquer ato com finalidade constituiu uma ação no território, qualquer empresa humana na natureza impõe-se como Ação Territorial, a construção de uma casa ou uma simples machadada numa árvore explicita a ação social no território, mas, embora a existência humana seja necessariamente territorializadora, **a noção de Ação Territorial aqui defendida está ligada a ações coletivas de parte da sociedade que, imbuída por ideologias, sentimentos, utopias e estratégias, visa transformar as estruturas injustas e perversas da organização sócio-territorial capitalista.** Então, a noção de Ação Territorial contém, de forma bem remarcada proposições em prol da justiça social com a consequente repercussão na forma de organização territorial da sociedade em questão (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p.69-70, grifo nosso).

---

<sup>91</sup> Posteriormente, a AIMTR formou o MMC com outra articulação.

Portanto, consideramos a Ação Territorial da Via Campesina como qualquer ação coletiva contendo Intencionalidade para modificar as estruturas injustas e perversas da organização socioterritorial capitalista, ou melhor, ações que manifestam a “[...] insatisfação ou inoperância do órgão e da urgência da situação” (COMERFORD, 1999, p. 132). De tal modo, consideramos a Ação Territorial em concordância com a metodologia do DATALUTA e do Caderno de Conflitos no Campo da CPT em relação a sua definição de manifestação, a saber: acampamento, bloqueio, caminhada, celebração religiosa, cerco a construção, concentração pública, interdição, jejum, marcha, ocupação de agência bancária, ocupação de prédio privado e público, ocupação de terra, romaria e vigília.

Se por um lado encontramos na literatura acadêmica um interminável número de pesquisas sobre a história das lutas camponesas e dos movimentos sociais, por outro lado, encontramos poucas pesquisas teóricas sobre os trunfos dos movimentos sociais e da estratégia de luta e significado dos tipos de mobilizações (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008). Neste pequeno grupo podemos destacar os estudos de Fernandes (2001), Lygia Sigaud (2005), Feliciano (2009), Pereira D (2012) e do DATALUTA e o Caderno de Conflito no Campo. Torna-se pertinente apresentarmos os pontos mais relevantes em torno desse tema.

A ocupação de terra é uma das atuais estratégias usada pelos movimentos camponeses da luta **pela** terra e sua principal função é questionar, pressionar e acelerar o processo de reforma agrária. Sigaud (2005) e Sigaud, Rosa e Macedo (2008) destacam que embora a ocupação de terra não seja uma prática precisamente nova das atuais lutas camponesas a sua dimensão agora tem uma diferença. Sigaud (2005) cita como exemplo da diferença da simbologia da ocupação de terra antes de 1964 e após a redemocratização no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, a seguir destacamos sua afirmação.

Esse tipo de ocupação constitui fato novo na história brasileira. As ocorridas no período anterior a 1964, como as do Rio Grande do Sul e

do estado do Rio de Janeiro, não tinham as mesmas características e amplitude das que se generalizaram nos últimos vinte anos, nem se tornaram a forma adequada de demandar desapropriação de terras. Havia outras maneiras de fazê-lo, notadamente as mobilizações pela mudança na Constituição. Com o golpe militar de 1964, tornou-se impossível promover ocupações. As terras assim obtidas foram devolvidas aos seus proprietários e os militantes das organizações de trabalhadores rurais tornaram-se alvo da repressão policial e militar (SIGAUD, 2005, p.155).

Ou como afirma Sigaud, Rosa e Macedo (2008, p.110)

Por outro lado, os registros disponíveis relativos às mobilizações por terra indicavam a ocorrência de ocupações de terra com acampamentos no período anterior a 1964, em pelo menos dois estados: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Tudo, portanto, levava a supor, por um lado, que a ideia de ocupar e acampar não havia nascido na Macali<sup>92</sup>; por outro, que a ocupação como modo de demandar terras ao Estado não era tão nova quanto assinalado por alguns autores, como Medeiros (1997:90)

Almeida (2006, p.159) no mesmo sentido destaca a relevância da ocupação de terras e o sentido da ação para o MST:

Principalmente a partir de 1985, data da criação do MST no Brasil, o acampamento passa a ser para o movimento o resultado da ocupação e da luta de resistência. Ocorre então uma mudança de conteúdo em relação ao período anterior representado pelo Master. Desse modo, a ocupação de terras, num contexto de enfrentamento de classes e recuperação do espaço de diálogo pós-ditadura, é o diferenciador. Logo, a forma-conteúdo acampamento cumpre para o MST o objetivo primeiro de desafiar o poder das cercas e expor à sociedade o conflito de classes. Num segundo momento, ela assume outros significados [...], mas que são basicamente de construção daquilo que o movimento designa como “identidade sem terra”

Fernandes (2001) aduz a ocupação de terra como uma ação de luta que simboliza a resistência contra a “exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra” (p.2), sendo, portanto, a materialização da luta de classes. Para o autor, a ocupação de terra também consiste numa ferramenta para pressionar o Estado na concretização da reforma agrária. Conforme Fernandes (2001), com a não realização da reforma agrária no Brasil, a ocupação tornou-se a principal forma de

---

<sup>92</sup> Trata-se da Fazenda Macali em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, local palco das primeiras ocupações de terra em 1979 (SIGAUD, ROSA, MACEDO, 2008).

acesso à terra e, portanto, de exprimir a resistência contra a expropriação capitalista. Outra interpretação da simbologia da ocupação de terra é feita por Feliciano (2009, p.103) que define a ocupação de terra como “forma de luta da classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e liberdade”. Conforme demonstraremos posteriormente, pensamos que esta ação tenha adquirido outro significado com a Via Campesina.

Por sua vez, a categoria manifestação compõe o quadro de luta primordialmente na concepção da luta na terra, embora, tenha em momentos uma lógica de luta pela terra, e sua função é expressar a insatisfação quanto a realidade vivida no campo, e a temática da ação é em sua maioria, voltada para melhoria do assentamento, como a falta de acesso à água, à saúde, à educação e de políticas públicas que viabilizem a permanência camponesa e recrie o camponês. Para Pereira D (2012, p.12-13), as manifestações são “[...] ações que refletem conteúdos estruturais, são organizadas no sentido de evidenciar situações que deveriam ser de interesse social, mas que frequentemente são mascaradas pelo discurso dominante”. Outra concepção é de Fernandes (2001, p.10), que define que as manifestações...:

[...] intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Iguamente expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade.

Por fim, a ocupação de terra e manifestação representam ações que buscam modificar as estruturas capitalistas. Nesta pesquisa ambas as mobilizações são consideradas como Ação Territorial.

No próximo tópico destacaremos a articulação da Via Campesina no Brasil, tendo como foco a gestão e organização dos movimentos camponeses e organizações sociais e bem como as Ações Territoriais no Brasil.

### 3.1 ARTICULAÇÃO E AÇÕES TERRITORIAIS DOS MOVIMENTOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÕES QUE COMPOEM A VIA CAMPESINA BRASIL

Neste tópico, objetivamos compreender cada movimento articulado da Via Campesina no Brasil; tanto os de base camponesa como os outros, a fim de, entendermos o potencial destes movimentos e suas Ações Territoriais no Brasil.

Para isso, recorreremos à trajetória de organização e a forma de organização dos movimentos articulados e de seu repertório. Consideramos que a trajetória de criação dos movimentos nos leva a entender o potencial dos específicos movimentos e, conseqüentemente, da Via Campesina no Brasil. Grzybowski (1991, p.17-18) ressalta uma análise bem pertinente sobre a diversidade dos movimentos sociais e de como os mesmos são originados:

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes segmentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária. Na origem dos movimentos, portanto, é necessário ver a “variedade de formas assumidas pelas contradições do capital...” [...]. Mas as estruturas precisam ser fecundadas pela vontade para gerarem movimentos. A percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de e na oposição com outros interesses, de outros agentes sociais, a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. são um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações vira movimento.

Nesse sentido buscaremos demonstrar a diversidade de movimentos camponeses e das suas contradições, do *modo de viver e enfrentamento*. Outro ponto que pretendemos demonstrar é a organização dos movimentos já que sua estrutura é tomada pelos próprios movimentos articulados, para assim, visualizarmos a forma de organização da Via Campesina no Brasil. Posteriormente, analisaremos as ações da Via Campesina no Brasil e de seus movimentos, a fim de, entender o impacto da luta na construção pela reforma agrária e “por uma outra globalização” (SANTOS, 2011).

Para entendermos a organização dos movimentos da Via Campesina, realizamos um levantamento bibliográfico sobre os movimentos sociais, buscando entender, primeiramente, o processo histórico e a trajetória política de gestação que culminou criação dos movimentos. Num segundo momento, analisamos a organização interna e as instâncias de decisão, com a finalidade de entender a lógica de ação e organização de cada movimento com foco propriamente sobre a influência na organização da Via Campesina encontram-se nesses pontos. E por fim, (1) analisaremos as principais lutas de cada movimento articulado, chamadas aqui de Ações Territoriais, com o objetivo de entender o significado de cada movimento na Via Campesina, (2) identificar a função diferenciada de cada movimento e (3) entender a finalidade de cada movimento e organização em estar articulado com a Via Campesina<sup>93</sup>. Após o entendimento da finalidade de cada movimento e ou organização, bem como, de cada estrutura organizativa, nosso objetivo será traçar considerações sobre a articulação geral da Via Campesina no Brasil.

A divisão dessa seção será feita primeiramente pelas organizações convidadas (CPT, FEAB e PJR) e posteriormente, pelos movimentos camponeses (MST, MAB, MMC, MPA, MPP e Conaq).

### **3.1.1 Organizações sociais convidadas**

Nesta seção destacaremos as organizações que fazem parte da Via Campesina. Como afirmado no início deste capítulo, os movimentos de base camponesa articulados pela Via Campesina no Brasil têm distinção das organizações não camponesa, principalmente, quanto a sua participação nas decisões da Via

---

<sup>93</sup> Tentamos utilizar entrevistas com lideranças dos movimentos e organizações com a finalidade de verificar as informações e entender o funcionamento e articulação de cada movimento na Via Campesina.

Campesina Internacional. As organizações sociais, por exemplo, não participam das tomadas de decisão da Via Campesina Internacional.

As organizações sociais convidadas que compõem a Via Campesina são a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Destas organizações, apenas a PJR está oficializada como membro no site oficial da Via Campesina. Embora a CPT e a FEAB não sejam citadas oficialmente como membros da Via Campesina, encontramos referências sobre sua participação na Via Campesina como em Vieira (2011) e Ramos Filho (2008).

### **Comissão Pastoral da Terra - CPT**

A Comissão Pastoral de Terra (CPT) foi criada em junho de 1975 e sua missão é desempenhar uma “presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo” (CPT, 2010, não paginado). Além disso, defende o caráter pastoral e estimula o trabalho de base aos camponeses, buscando a “[...] convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria” (CPT, 2010, não paginado). A CPT faz parte da Via Campesina na qualidade de movimento convidado, ou seja, assessora o movimento e apoia suas ações (CANUTO, 2012).

Em primeiro lugar, faz-se mister elucidar o sentido de pastoral defendido pela CPT. Numa entrevista de Dom Tomas Balduino para Mitidiero Junior (2008, p.155-156), o sacerdote nos revela e reflete sobre o sentido e significado de pastoral para a CPT.

Ela é uma pastoral. É uma instituição no sentido pastoral, inclusive, pastoral é o conceito básico para defini-la. Como pastoral, ela tem uma conotação profundamente religiosa ligada na instituição que é uma instituição eclesial e com feições próprias e específicas. Então ela parte da fé, ela se liga à palavra de Deus, se liga muito aos trabalhadores no elemento de fé, no elemento religioso que neles é muito visível e muito palpável, tão forte quanto nós agentes de pastoral. Seja católico seja não católico, o elemento que une se situa no universo bíblico, da Bíblia

continuada hoje. Como dizia um lavrador: tem o antigo testamento, tem o novo testamento e tem o novíssimo que somos nós [...] (Entrevista de Tomas Balduino, apud, MITIDIERO JUNIOR, 2005, p.155).

O caráter da CPT é no sentido estrito de pastoral, ou seja, de pegureiro, de guardador de pastor e, portanto, o objetivo é de apoiar as lutas sociais. Outro ponto que destaca Tomás Balduino é a comparação e distinção entre a CPT e a Igreja:

[...] E, outra coisa, com relação ao conjunto da Igreja, é marginal, a pastoral é fronteira, é onde se estica ou onde pode se esticar mais o pastoral, esse universo um pouco nebuloso, nebuloso porque os conteúdos não são bem precisos, por exemplo, como são a pastoral de liturgia, de catequese, de casamento, agora pastoral da terra e das águas, ahhhh?. E sobretudo, envolve uma sobrevivência com um povo de luta e essa definição muitas vezes é: sou eu que sou protagonista ou é ele que é agente de pastoral? Na diocese de Goiás, onde se deu origem da CPT havia um movimento de trabalhadores que, a certa altura, queria ser CPT, na forma de encampar a CPT, quer dizer, a Igreja é a mãe, a CPT é a filha; eles queriam casar com a filha e ir embora (Entrevista de Tomas Balduino, apud, MITIDIERO JUNIOR, 2005, p.155).

O trabalho da CPT envolve a todos os trabalhadores no campo, sendo desde pequenos proprietários, agricultores familiares, sem-terra, assalariados, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, e especialmente para aqueles com condições análogas ao trabalho escravo (CANUTO, 2012).

É relevante recuperar a trajetória de criação da pastoral que é datada durante o período da ditadura militar, tendo, o seu início num cenário cujas lutas sociais haviam sido abafadas e duramente reprimidas. No primeiro capítulo demonstramos que o período de 1954 a 1964 foi marcado pelo auge das lutas camponesas e o momento foi interrompido com a instalação da ditadura militar no Brasil, em 1964. Todos os movimentos foram duramente reprimidos e suas lideranças foram perseguidas e torturadas, contendo a luta camponesa. A CPT nasce nessa época em que as lutas foram abafadas e surgiu como uma “[...] resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia” (CPT, 2010, não paginado).

A repressão nessa época atingia a todos que atentavam a se envolver nas lutas sociais, tais como, lideranças sindicais e agentes das pastorais. Contudo, a instituição

eclesial estava livre de qualquer repressão. Para Bezerra (2009, p.9) a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seus bispos obtiveram um papel fundamental nesta época, pois,

[...] constituíam um dos poucos grupos que podiam lutar com alguma liberdade contra o regime. Eles se apoiavam na relação histórica entre a Igreja e o Estado e no suposto privilégio que daí poderia advir e com quais outros setores sociais não contavam. Ainda assim foram bastante perseguidos por todas as esferas do aparato repressivo.

Por esse motivo, a relação do movimento Pastoral e a Igreja permitiram o movimento realizar ações sem serem perseguidos pela ditadura. Esta abertura facilitou o trabalho do movimento em organizar futuramente os camponeses e possibilitar a criação de comunidades de discussão e formação política. De acordo com o site da pastoral, a CPT:

[...] nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. Na verdade, a instituição eclesiástica não havia sido molestada (CPT, 2010, não paginado).

Nesse sentido, Stedile e Fernandes (2005) analisam sobre a relevância da CPT em plena época da ditadura militar:

O surgimento da CPT teve, inicialmente, uma motivação regional. Mesmo assim essa articulação de bispos e de padres ligados à luta pela terra representou, do ponto de vista ideológico, um avanço muito importante. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo (p.20).

Canuto (2012) explicita este contexto:

O regime militar estabeleceu como uma das suas metas de desenvolvimento a ocupação da Amazônia, com a palavra de ordem 'levar os homens sem terra para uma terra sem homens'. A fim de tornar viável esse objetivo, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Por meio da Sudam, foram

oferecidos incentivos fiscais às empresas que se dispusessem a investir no desenvolvimento da Amazônia. Dessa forma, grandes bancos e empresas dos mais diferentes ramos, para terem acesso aos recursos dos incentivos fiscais, adquiriram extensas áreas de terra, onde iriam concretizar seus projetos. Consideravam como inabitadas as áreas adquiridas, mesmo se nelas houvesse aldeias indígenas e vilarejos de sertanejos, a maior parte constituída de posseiros (CANUTO, 2012, p.130 -131).

Ainda com o autor, a ocupação da Amazônia desencadeou duas consequências. A primeira é a invasão dos territórios indígenas e expulsão de camponeses. A segunda é o incentivo à migração de mão-de-obra de diversos lugares para derrubar as matas na Amazônia. Essas duas ações intensificaram a concentração fundiária na região e, conforme analisa Canuto (2012), estas consequências desdobraram-se consecutivamente com um período intenso e longo de conflitos marcados pela violência no campo. Os trabalhadores, sem organização na Amazônia, foram acudados e a Igreja, única instituição presente na região, passou a defendê-los (CANUTO, 2012). Na época, o único objetivo da CPT era auxiliar a população camponesa frente à crueldade do governo, cuja conjuntura política, demonstrava somente o favorecimento das terras e dos recursos naturais para os capitalistas e não para os pobres e camponeses (CPT, 2010).

Outro ponto a ser destacado é sobre o entendimento do movimento sobre o papel da Igreja, que é feita pela doutrina da Teologia da Libertação. Segundo Mitidiero Junior (2008; 2011), devemos entender a Teologia da Libertação da seguinte forma:

**A teologia libertadora e os clérigos libertadores elegeram os pobres não como objetos de sua caridade, mas, sim, como portadores das transformações sociais lidas no Evangelho e por ele inspiradas.** A missão dos religiosos passou a ser a de transformar a ação dos pobres em uma missão cristã de luta por libertação. Libertação entendida como o fim da opressão econômica e política que atinge o povo, esse entendido como as classes subalternas, exploradas e miseráveis (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p.3, grifo nosso).

Continuando com Mitidiero Junior (2011), a Teologia da Libertação é uma doutrina criada na década de 70 e trouxe uma nova *interpretação da fé* que alterou o entendimento do Evangelho para “[...] um projeto ou um sinal revolucionário das

condições sociais existentes” (MITIDIÉRO JUNIOR, 2011, p.3). Dessa forma, com a Teologia da Libertação...

[...] ‘a Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra’[...] (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.20)

A Igreja com a pretensão de se aproximar da população nos anos 60, criaram as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) que serviram para articular e mobilizar as lutas sociais dos camponeses. Mesmo com a intensa repressão da ditadura militar com os movimentos camponeses e entre as outras lutas, as CEBs conseguiram evitar a retaliação do governo.

Conforme destaca Fernandes (1999), a luta das CEBs não se limitou a um determinado local, avançando para outras regiões, e inclusive, não restringiu no campo, ampliando para a cidade suas ações. Assim:

No começo dos anos 60, nasceram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Em meados dos anos 70, elas existiam em todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. (FERNANDES, 1999, p.7-8).

Viola e Mainwaring (1987) explicam que a atividade da CEBs nas áreas rurais se dava pela preocupação dos sacerdotes de não poderem presenciar todos os cultos pelas diversas comunidades e, assim, começaram a “[...] encorajar seus paroquianos a reunir-se para atividades religiosas em grupos comunitários” (p.137). Tal atividade consistia em realizar leituras da bíblia e debater sobre a realidade de cada comunidade, alimentando o senso crítico e organizacional (VIOLA; MAINWARING, 1987). Para os autores, as CEBs desempenharam uma importante participação nas lutas sociais e afirmam:

[...] numa sociedade que tradicionalmente marginalizou os setores populares, as CEBs representam um novo espaço, em termos de práticas democráticas participativas. As CEBs foram no início parte do esforço da Igreja para criar comunidades e encorajar a responsabilidade dos leigos. Somente quando a repressão política tornou-se maior (1968-1974), fechando outros canais de mobilização popular, é que as CEBs começaram a assumir significado político (VIOLA; MAINWARING, 1987, p.138).

No mesmo sentido, Fernandes (1994, p.63) afirma que as CEBs consistiam em espaço de liberdade e explica:

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, onde a participação praticamente inexistia e os cidadãos estavam tentando se organizar para lutar pelo direito de ter direito, as CEBs propiciavam um espaço comunicativo. Ali, as pessoas se reuniam para aprender através do método ver, julgar e agir. As CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante desta congregação era o espírito da igualdade: todos eram povo de Deus. Esse sentido de igualdade e valorização das pessoas motivava a participação de forma que a timidez e a insegurança eram superadas pelo fato de estarem entre iguais. Conforme a representação feita por Leonardo Boff, podemos ver as diferenças nas hierarquias da(s) igreja(s) conservadora e progressista. Obviamente que o que está em questão é uma relação política e, portanto, de poder, subordinação e democracia.

Portanto, é a partir desse espaço de liberdade organizado pelas CEBs que a CPT foi desenvolvida (FERNANDES 2001; 1999). Para Mitidiero Junior (2008), outra instituição que teve importante participação na criação da CPT, foi o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Conforme explica o autor, ao analisar as instituições eclesiais presentes no campo, é perceptível semelhanças de organização e ação entre a CIMI e a CPT:

Diante destas instituições<sup>94</sup> certamente foi o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fundado em 1972, o órgão que mais influenciou na formação da CPT. Este conselho, que trabalhou e trabalha na articulação dos povos indígenas, surgiu com dois objetivos muito sólidos: garantir a alteridade dos povos indígenas e fornecer subsídios para que os próprios indígenas formassem grupos/organizações/movimentos que protagonizassem sua luta contra os diversos tipos de opressão das quais eram vítimas. Caracteriza-se, também, pela ação no campo jurídico com a intenção

<sup>94</sup> As instituições que Mitidiero Junior (2008, p. 150) refere são: a Juventude Agrária Católica (JAC), o Movimento de Educação de Base (MEB), pertencente à CNBB, e outra é a Pastoral Rural. De acordo com o autor, no momento de criação da CPT, a JAC estava desarticulada e, assim como, o MEB sofria repressão dos militares. No caso da Pastoral Rural, o objetivo do movimento, segundo o autor, era somente o *apoio evangelizador* e, estava longe, de apoiá-los politicamente.

de garantir os direitos dos índios, principalmente o direito a terra, e pela sua vinculação à instituição eclesial via [...] CNBB. O protagonismo dos sujeitos sociais, a luta pela terra e direitos, e mesmo o aval dado pela CNBB, foram elementos incentivadores para a formação de uma comissão que atuasse junto aos camponeses. dom Tomás Balduino, o principal clérigo que atuou na formação do CIMI, afirmou que 'a CPT é filha do CIMI' (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p.150).

Canuto (2012) apresenta três acontecimentos que contribuíram para a trajetória de criação da CPT. O primeiro acontecimento é datado em 1971, com a elaboração de uma carta pastoral nomeada pelo dom Pedro Casaldáliga<sup>95</sup>, com o título de "Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social", cujo conteúdo, denunciava a realidade "dura e violenta" que encontrava-se as comunidades indígenas e dos camponeses na Amazônia (CANUTO, 2012). Segundo Mitidiero Junior (2008, p.148), a carta "fez muito barulho internamente à Igreja e em outras instituições sociais, inclusive no Estado, ao explicitar a assustadora e perversa face do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro".

O segundo acontecimento ocorreu em 1972, com a organização de um Encontro regional de bispos da Amazônia em Santarém (PA), que resultou na formulação da diretriz básica de colocar a Igreja na realidade do povo. Como explica o autor:

O encontro foi um marco histórico da caminhada da Igreja na região, ao definir 'Linhas prioritárias da pastoral da Amazônia'. Essas linhas prioritárias tinham como uma de suas diretrizes básicas a encarnação da Igreja na realidade do povo; entre suas prioridades estavam a Pastoral Indigenista e a ação diante da abertura de estradas e de outras frentes pioneiras (p.131).

O terceiro momento é em 1975, com a realização do Encontro de Pastoral da Amazônia em Goiânia (GO) organizado pela "Comissão Brasileira de Justiça e Paz"

---

<sup>95</sup> Bezerra (2009) considera dom Pedro Casaldáliga como um dos membros do episcopado que mais causou incômodo dos militares. De acordo com o autor, Casaldáliga envolveu-se diretamente na defesa dos índios e posseiros do Mato Grosso do Sul e sofreu diversas tentativas de expulsão do Brasil e de assassinato. Outro membro que causou incômodo na época da ditadura militar foi, segundo Gomes (2014, p.66), o dom Hélder Câmara, que se destacou em denunciar a tortura e perseguição para a imprensa mundial. Segundo o autor, "dom Helder foi o bispo que fez o melhor uso dessa brecha para pressionar o governo brasileiro, e sua trajetória foi bastante marcada por essa característica" (p.66).

pertencente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (CPT, 2010). O objetivo da reunião visava trocar experiências sobre os problemas da região e mobilizar a Igreja. Assim, desta reunião culminou na criação da Comissão Pastoral da Terra. Segundo Canuto (2012, p.131)

O encontro terminou com algumas propostas, entre elas a de se constituir uma comissão de terras que interligasse, assessorasse e dinamizasse os que trabalhavam em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais. Em reuniões subsequentes para dar corpo à comissão, acabou-se por nomeá-la Comissão Pastoral da Terra.

Mitidiero Junior (2008) destaca que a criação da CPT não surge do nada e denomina o momento da criação como circunstancial, pois, entende que a intensa violência no campo foi a condição motivadora.

Com a criação da CPT, o segundo passo foi expandir suas ações e articular-se em outros lugares chegando a se espacializar em quase todo território nacional. Como demonstraremos posteriormente em outros tópicos desta seção, a CPT foi a responsável por articular e organizar a luta camponesa e também na criação dos principais movimentos da atualidade, como o MST, MAB e MPA (CANUTO, 2012; MITIDIERO JUNIOR, 2008).

A organização do movimento se direciona pelo poder de decisão e organização do movimento. A primeira é composta pela instância Assembleia Nacional e Congresso Nacional. A Assembleia Nacional é realizada anualmente e é o ponto máximo de decisão. Participam desta, os membros da Coordenação Nacional, os 3 membros de cada regional<sup>96</sup> - sendo dois agentes pastorais e um trabalhador -, além dos bispos e pastores, um representante da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, representantes das igrejas cristãs aliadas a Comissão e de seus membros fundadores (CPT, 2010).

---

<sup>96</sup> São 21 regionais, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Araguaia/Tocantins, Bahia, Ceará, Espírito Santo/Rio De Janeiro, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Minas Gerais, Nordeste II, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande Do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

O Congresso é realizado a cada quatro anos, participando os trabalhadores e agentes da CPT, cuja função é definir os eixos de ação da CPT. Com a participação dos trabalhadores no Congresso, a Comissão identifica os pontos que precisam ser revistos ou reivindicados e planejam-se atividades de mobilização. É importante entender que os eixos definidos no Congresso determinam as temáticas que o movimento trabalhará até a realização de outro congresso. Por isso, o Congresso define os rumos do movimento.

Atualmente, a CPT contém três eixos de ação, a saber: terra, água e direitos humanos. Sobre o primeiro eixo, o movimento deixa claro sua posição em defender a terra para o trabalho, ou melhor, a terra para produção desde que seja acompanhado da defesa do meio ambiente (CPT, 2010). Outro ponto que defende é a luta pela permanência na terra e desenvolve ações nesse sentido propondo uma alternativa para os camponeses.

O segundo eixo foi adicionado pela CPT após a realização da Assembleia Nacional da CPT em 1999, tornando a problemática da água como principal discussão do movimento. Antes da Assembleia, os esforços se dirigiam para as famílias desalojadas pelas construções de barragens como a de Itaparica, no Rio São Francisco, e Itaipu, no Rio Paraná e, também, voltavam-se para os ribeirinhos na Amazônia. Após a Assembleia, a questão ampliou-se e integrou outros como os problemas referentes à seca no Nordeste, a poluição e o assoreamento dos cursos d'água, o esgotamento do lençol freático e a legislação dos recursos hídricos (CPT, 2010). Por fim, a CPT definiu a problemática da água como linha permanente de trabalho em seu I Congresso, realizado em 2001. No ano de 2004, a CPT lançou uma campanha nacional sobre o problema da água. No site do movimento, a CPT demonstra preocupação com o futuro da água e destaca o desafio do movimento:

[...] há ainda muito desconhecimento da política sobre a água, sobre os impactos do agronegócio, do drama da água destruída, privatizada no cerrado, da destruição de nascentes, da poluição e desertificação

geradas. O desafio para a CPT é o de popularizar todas estas questões, de colocar na agenda do Brasil que a água é um bem público, para todos, não apropriável por interesses econômicos (CPT, 2010, página única).

Esta questão da água também tem relação com os temas discutidos pela Via Campesina. Com a recente questão do agrohidronegócio, o tema vem ganhando preocupação para os movimentos sociais.

O terceiro eixo é sobre os direitos humanos que apresenta dois pontos. O primeiro ponto é garantir e defender os direitos básicos como a questão da terra e da água. Uma das ações da pastoral é realizar cursos e palestras sobre os direitos humanos para os trabalhadores do campo e da forma que podem reivindicá-los. O segundo ponto é o combate ao trabalho escravo, pelo qual, criou uma campanha nacional para denunciar os trabalhos análogos a escravidão. Atualmente, a CPT vem ampliando a questão dos direitos humanos no sentido do direito econômico, social, cultural e ambiental (CPT, 2010).

Ao todo a CPT realizou três congressos, a saber: O I Congresso “Terra, Água, Direitos: Eis o Tempo Jubilar” em 2001, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Neste congresso a pastoral identificou a necessidade e proposta da organização de agir como pastoral, tendo o caráter de assessoria aos movimentos sociais e retificando o apoio a luta camponesa. O II Congresso foi realizado em Vila Boa de Goiás no ano de 2005, e reafirmou a fidelidade da CPT aos povos da terra. O III Congresso, intitulado de “Biomassas, Territórios e Diversidade Camponesa” na cidade de Montes Claros (Minas Gerais) em 2010. Em julho de 2015, a CPT realizou o IV Congresso na cidade de Porto Velho na Amazônia (CPT, 2010; MITIDIERO JUNIOR, 2008; CANUTO, 2012).

A organização interna do movimento é composta por uma Coordenação Nacional, regional, equipe local, secretaria nacional e as articulações. A Coordenação é composta por seis membros por um período de três anos e são eleitos na Assembleia. As regionais são formadas por uma coordenação e também são eleitas em Assembleia.

A organização da regional é baseada, primeiramente, pela unidade federativa. E por conta da dificuldade de organização, a CPT agrupa outras áreas de articulação, como: a *regional Nordeste*, que representa os estados de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas e do Rio Grande do Norte; a regional Bahia, que integra Sergipe e Espírito Santo/Rio de Janeiro; e regional Goiás, que abrange o Distrito Federal e Araguaia/Tocantins, este último cobre o Estado do Tocantins e a região Norte Araguaia do Mato Grosso (CPT, 2010, não paginado). Além destas apresentadas, as regionais se organizam em outros grupos, em virtude, do que o movimento considera como problema comum enfrentado e pela proximidade geográfica (CPT, 2010) em Grandes Regiões (GR), organizando-se da seguinte forma:

- *GR Noroeste* formada pelas Regionais de Amazonas, de Roraima, do Acre e da Rondônia;
- *GR Norte* formada pelas Regionais do Pará, do Amapá, do Maranhão e do Araguaia/Tocantins;
- *GR Nordeste* formada pela Regional *Nordeste* (Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte) e *mais* Ceará, do Piauí e da Bahia/Sergipe;
- *GR Sudeste* formada pelas Regionais de Minas Gerais e de Espírito Santo/Rio de Janeiro;
- a *GR Sul* formada pelas Regionais de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul;
- e por fim, a GR Centro-Oeste formada pelas Regionais de Goiás, de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Diferente de outros movimentos ou organizações, a pastoral se organiza pela e na igreja e, isto, faz com que sua abrangência seja extrema e incalculável, que ao contrário dos movimentos sociais e semelhantes que precisam usar uma base ou secretaria e, portanto, possui de certa forma menos presença do que uma igreja.

A equipe local é formada por agentes voluntários e por outras equipes eclesiais e corresponde ao pilar da organização e trabalho da CPT, cuja função da equipe é acompanhar e apoiar os grupos de trabalhadores.

A Secretaria Nacional, com sede em Goiânia (GO), realiza os serviços administrativos, comunicativos, documentação e articulação das atividades de Formação.

Por fim, a CPT (2010) destaca como parte da *organicidade* do movimento as articulações do qual participa, cuja aliança é feita com três tipos de organização, a saber: eclesial, movimento social e internacional. O primeiro tipo é realizado com as demais pastorais e organismos sociais pertencentes à CNBB, a Pastoral Popular Luterana (PPL) e a Igreja Metodista. Podemos verificar que a própria estrutura da CPT se amplia com a CNBB, que possui uma estrutura mais consolidada, tornando, portanto, a presença da CPT extremamente ativa e ampliada. O segundo tipo de articulação é feito com o que consideram como movimento social, cuja articulação, é com o “Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo”, do qual a CPT integra a organização, e participa do “Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar”, por fim, declara participar da Via Campesina Brasileira. No terceiro tipo, o movimento destaca ser membro da *Pax Christi International*<sup>97</sup> e participar da FIAN Internacional<sup>98</sup>. As duas organizações possuem um ativo papel no cenário internacional, sendo o primeiro uma organização católica que busca estabelecer a paz, o respeito por direitos humanos, justiça e reconciliação em áreas que sofrem com conflito. Já o segundo é uma ONG, que de acordo com o seu *slogan*<sup>99</sup>, define-se em busca da defesa pelo direito a uma comida adequada e se preocupa com a escala de insegurança alimentar em escala mundial.

---

<sup>97</sup> No site oficial da CPT, o movimento destaca que a CPT é única ligação no Brasil com a *Pax Christi International*.

<sup>98</sup> Segundo o site oficial da CPT, o movimento possui um convênio de intercâmbio com a organização e possui um agente da CPT na sede da FIAN, localizada na Alemanha. Para saber mais sobre a organização: <http://www.fian.org>

<sup>99</sup> O *slogan* do movimento é “*For the right to adequate food*”.

Canuto (2012) e Mitidiero Junior (2008) salientam que a CPT possui uma diferença de atuação em cada região. Deve-se ressaltar que tal diferença não é vista como negativa, e pelo contrário, entende-se que seja normal, uma vez que, a finalidade da CPT é claramente auxiliar os trabalhadores rurais que vem de várias realidades e problemas. Nas palavras de Canuto (2012, p.131):

Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é que define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico (p.131).

E ainda com o autor, esta postura da CPT permite que o movimento entenda e respeite que os trabalhadores rurais comportem-se como protagonistas. É de extrema relevância esse ponto, pois os agentes eclesiais colocando os trabalhadores rurais como protagonistas significa colocar em primeiro plano a realidade daqueles que mais sofrem na pauta das lutas sociais do movimento. Talvez seja por isso que a CPT represente um valioso papel nas lutas camponesas.

Um ponto interessante a destacar é que a pastoral atualmente tem outra estratégia de ação em comparação ao início da CPT, sendo que anteriormente participava e organizava as ocupações de terra. Para Stedille (2002), a diferenciação da ação da pastoral é entendida devido à criação de outros movimentos camponeses, e que agora, a pastoral vem retornando ao seu objetivo inicial, ou seja, auxiliar os movimentos camponeses. Embora a CPT tenha modificado suas ações, a postura da pastoral continua a ser a mesma, tendo uma enorme significância para a luta camponesa. Nas palavras do autor:

[...] No início a CPT tinha uma participação mais ativa nas ocupações de terra, porque os lavradores não tinham ainda suas organizações. A partir de 1984, surgiram outros movimentos [...]. A CPT refluíu um pouco mais para o seu trabalho específico, o trabalho pastoral. Do ponto de vista doutrinário e de apoio à reforma agrária, e da

contundência de suas posições, a CPT sempre teve um papel muito importante ao lado dos trabalhadores, nunca se deixou esmorecer e nunca se deixou envolver pelas posições do governo, sempre foi contra a falsa propaganda do governo de que estaria fazendo a reforma agrária no Brasil (STEDILLE, 2002, p.87-88).

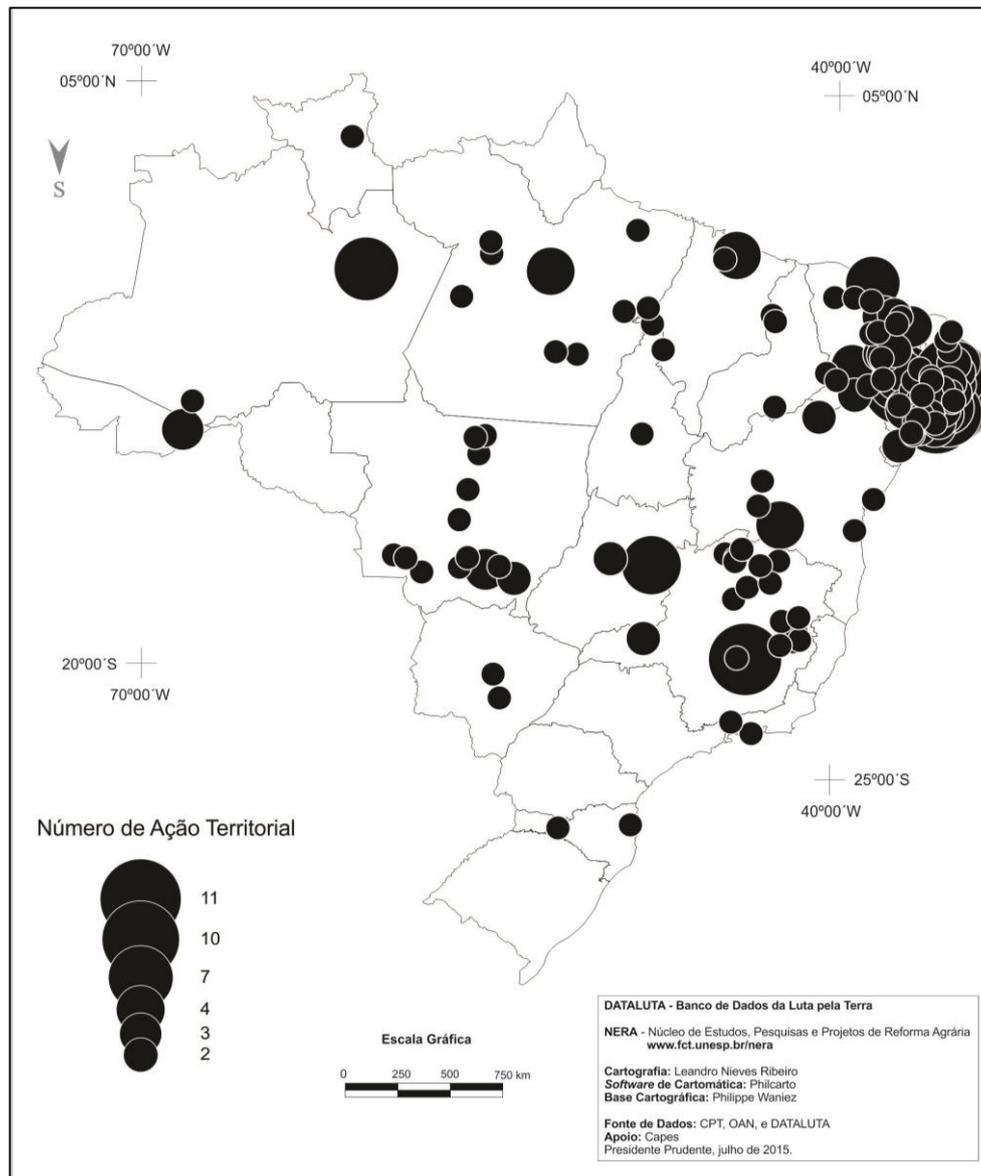
Ou como afirma Canuto (2012, p.132)

O que a Comissão Pastoral da Terra nunca esqueceu é que ela existe como um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras e como um suporte para a sua organização. É o trabalhador que define os rumos que deseja seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. E desde o começo tinha clareza de que os protagonistas dessa história são eles, os trabalhadores e as trabalhadoras.

A partir do exposto buscaremos analisar as Ações Territoriais da CPT buscando entender qual tipo de ações realizam e se confirmam as afirmações de Canuto (2012) e Stedille (2002). Buscaremos também demonstrar a importância da CPT na parceria e participação com os outros movimentos sociais, tanto nas ocupações de terra, como nas variadas mobilizações sociais.

No tocante às Ações Territoriais da CPT, identificamos o total de 306 Ações Territoriais com participação de 120.622 pessoas (média de 394 pessoas por ação). No Mapa 2 representamos as Ações Territoriais da CPT entre 2000 e 2013.

Mapa 2 - Comissão Pastoral da Terra – Ação Territorial - Brasil - 2000 a 2013

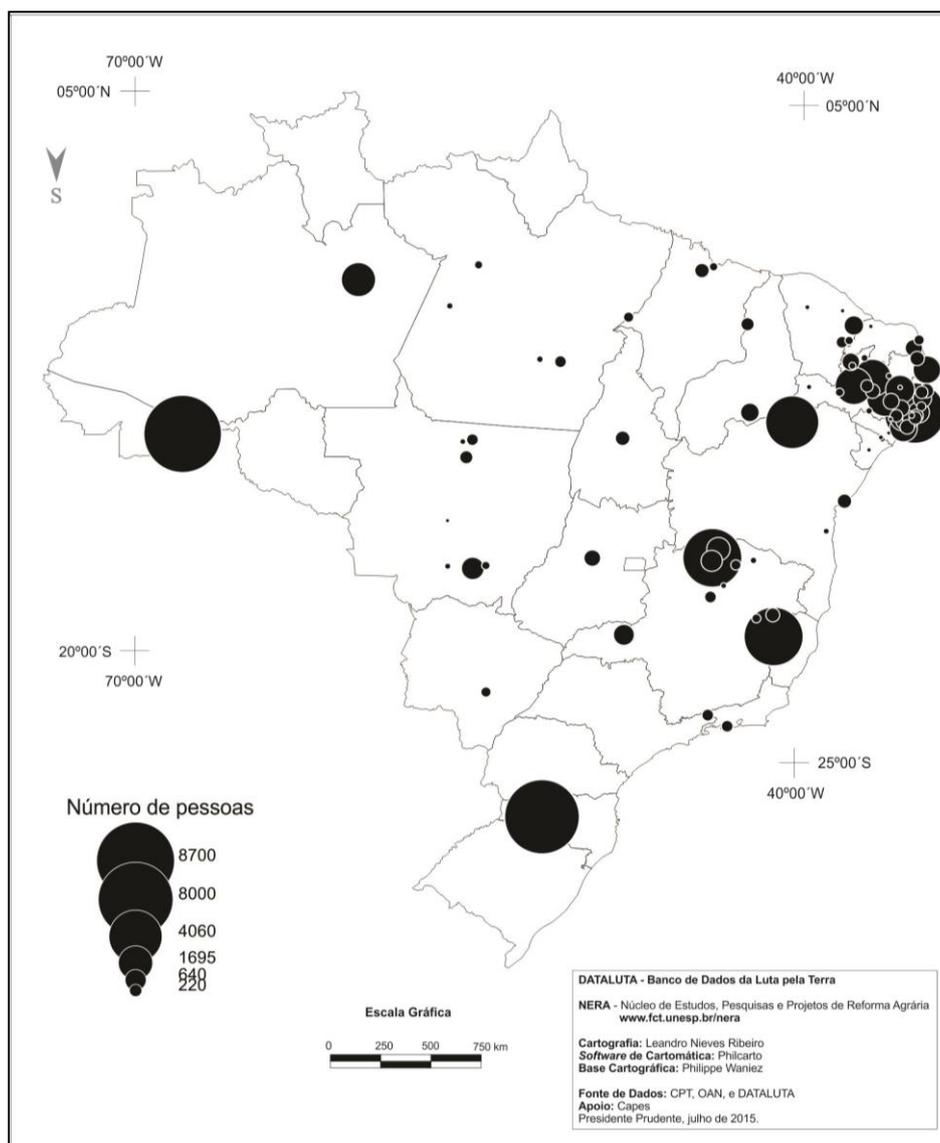


A região com destaque de ação da CPT é o Nordeste com 223 ações (72,8%), e a soma de 64.238 de pessoas. A segunda região é o Sudeste com 31 ações (10,1%) e total de 29.164 pessoas. A terceira região com destaque é Centro-Oeste e Norte com 25 cada (8,16%) e respectivamente, 6.100 pessoas e 64.238 pessoas.

No Mapa 3 representamos o total de pessoas por Ação Territorial da CPT. As três regiões com maiores médias de pessoas por Ação Territorial são por causa da ação tipo Romaria. A principal região, com maior média de pessoas, foi em Irani em Santa Catarina na ação da 22ª Romaria da Terra e da Água, no dia 11 de setembro de 2011, contando com média de 8.000 pessoas. A segunda região foi Januária, em Minas

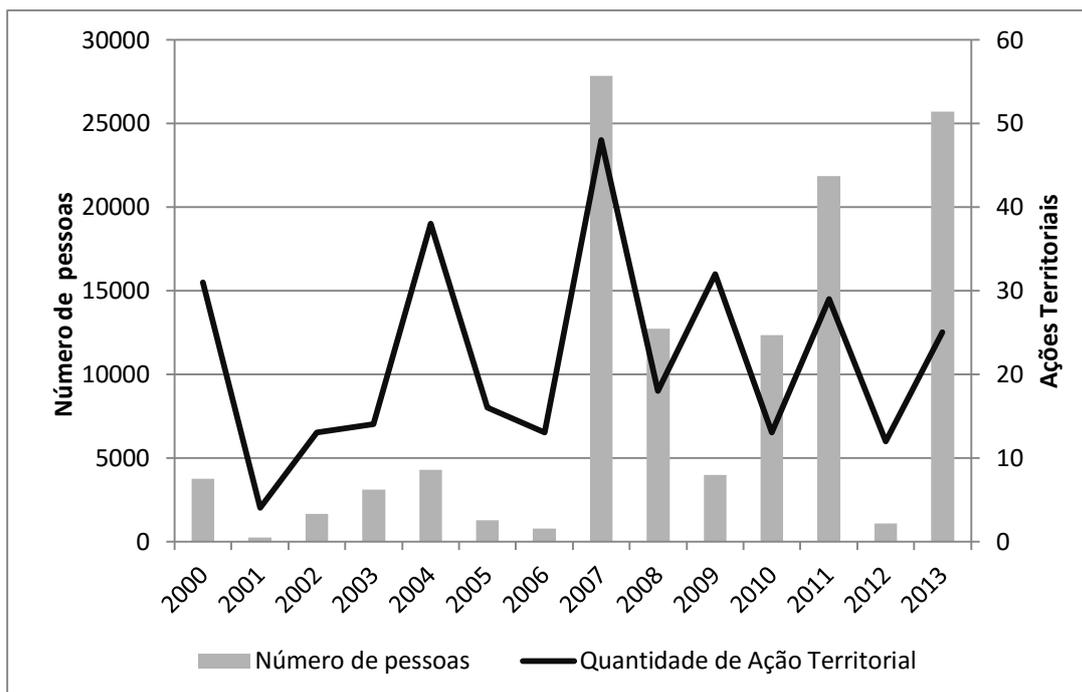
Gerais, com uma média de 5.000 pessoas na 14ª Romaria das Águas e da Terra. E por fim, a 3ª Romaria das Águas e da Terra em 9 de junho de 2013 na cidade Tumiritinga, em Minas Gerais, com média de 5.000 pessoas.

Mapa 3 - Comissão Pastoral da Terra - Número de pessoas por Ação Territorial - Brasil - 2000 a 2013.



Em seguida, apresentamos o Gráfico 10 que representa as Ações Territoriais da CPT por ano, possibilitando entender a variação de Ação Territorial ao longo de 2000 a 2013.

Gráfico 10 - Comissão Pastoral da Terra – Número de Ação Territorial – 2000 a 2013

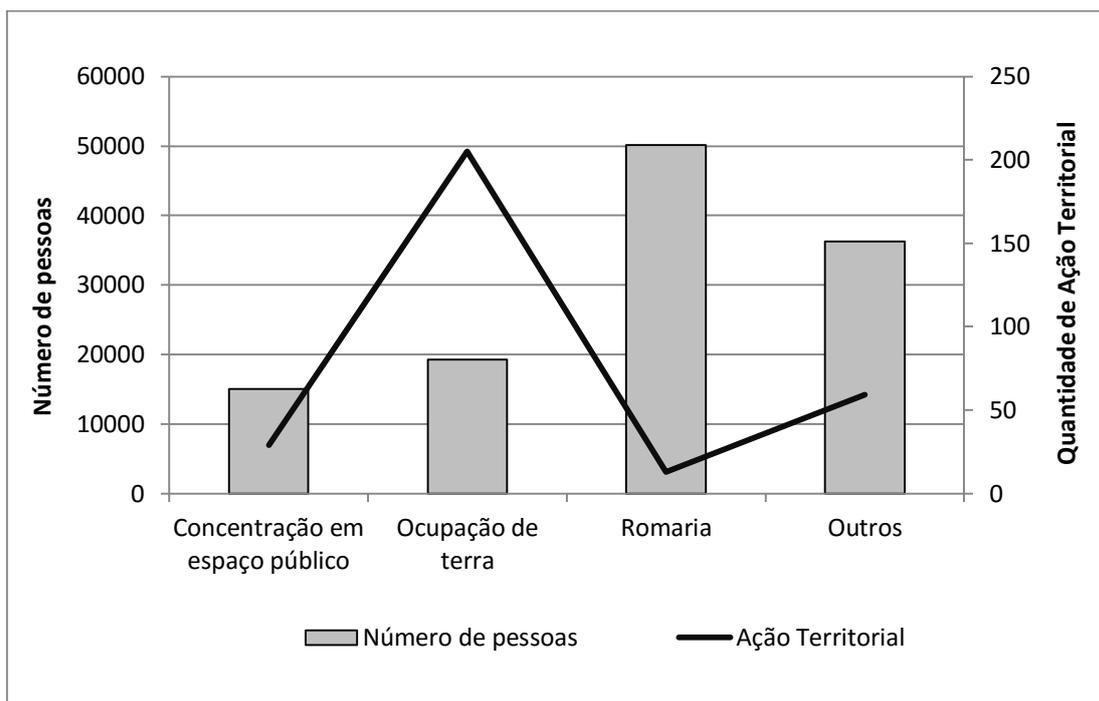


Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

Os três maiores períodos com ação da CPT foram 2007, 2004 e 2009, respectivamente, 48 (15,6%), 38 (12,4%) e 32 (10,4%). Em relação à média de pessoas, o ano de 2007 teve 618 (29.664 pessoas), 2004 com 122 (4.636) e 2009 com 128 (4.096). O ano de 2007 aparecerá como o ano de maior atuação de movimentos e organização como no caso da CPT, do MST, MAB, MMC, MPA, MPP e Conaq.

No ano de 2000 e 2004 a CPT obteve um aumento das Ações Territoriais, cujo período é marcado pelo início do primeiro mandato do governo Lula (2003 até 2006), pelo qual, possibilitou diálogo do governo com os movimentos sociais, embora (RAMOS FILHO, 2008; CUBAS, 2010).

Gráfico 11 - Comissão Pastoral da Terra – Tipo de Ação Territorial e número de pessoas – 2000 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

No Gráfico 11 representamos os três tipos de Ações Territoriais mais recorrentes da CPT, a saber: a ocupação de terra com 205 (66%), concentração pública com 29 (9,4%) e romaria com 13 (4,2%).

A primeira ação demonstra a força da CPT e nos faz refletir sobre o papel comissão. Embora, a Pastoral afirme não substituir o povo no seu protagonismo de luta e sim de apenas ajudá-lo, a CPT desenvolve uma das principais armas dos camponeses: a ocupação de terra e a pressão para a desapropriação de terras.

A segunda ação é a mais recorrente dos movimentos camponeses e conforme analisa Pereira D (2012), há uma generalização quanto ao tipo de ação, podendo a mesma ser um “Protesto”, “Ato”, “Ato público”, “Manifestação”, “Manifesto” num determinado espaço ou local público, como uma praça, rua ou parque. Esse tipo de ação, como as manifestações, citadas pelo qual a Via Campesina participou do lado de fora das reuniões da OMC, também são exemplos de uma concentração do espaço público. O terceiro tipo de manifestação, a romaria, é uma atividade de cunho religioso

semelhante a uma marcha. Com um ponto de partida e de chegada, a Romaria objetiva manifestar a fé religiosa frente a uma temática. Entre esta ação, destaca-se a “romaria da terra” e a “romaria da terra e das águas” que são ações fixas do movimento e que ocorrem desde 2004. De acordo com o site oficial do movimento:

As romarias da terra e das águas são o templo do encontro do divino com o humano, são grandes celebrações que manifestam e constroem a unidade da igreja [...] As romarias da terra introduziram ainda como elementos centrais a Palavra e a vida do povo, e, por isso elas sempre tiveram um cunho profético de denúncia da realidade de opressão vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das injustiças que contra eles se cometem. Elas buscam através da fé e do elemento religioso a transformação da sociedade, a construção do Reino de Deus [...] (página única).

Esta romaria não é uma ação qualquer e possui uma afirmação histórica da luta camponesa:

As romarias da terra e das águas não se resumem à celebração em si, normalmente elas são precedidas de um processo de preparação das comunidades camponesas que participam. Para isso, sempre é elaborado material que inclui a história do lugar onde vai ocorrer a Romaria, e celebrações são realizadas para ajudar a preparar o espírito para a melhor participação. Para refletir sobre o significado e o conteúdo das romarias, a CPT já realizou dois seminários. O primeiro em julho de 1986 e, o segundo, em agosto de 2002.

Entre outros tipos de ação têm a ocupação de órgão/prédio público que visa pressionar prefeituras e órgão público como o INCRA e entre outros.

Embora a CPT não se considere como um movimento social, a CPT realiza diversas Ações Territoriais e através de sua parceira com os movimentos camponeses comporta-se como um movimento social. Do total de 306 ações da CPT, 166 foram isoladas (aproximadamente 54%), ou seja, sem a identificação de outro movimento ou organização na ação. Do restante, isso é das 140 ações da CPT foram realizadas conjuntas com outros movimentos ou organização, demonstrando o equilíbrio entre a própria ação da organização e com outros movimentos ou organizações. Entre os movimentos e organização que a CPT realizou a ação demonstra uma variação e

diversidade com os segmentos e tipos, tendo desde sindicatos como a CUT, movimento indígena, quilombolas e entre outros.

### **Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB**

A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) é uma organização estudantil de agrônomos e seu objetivo é representar os estudantes de Agronomia do Brasil buscando organizá-los e propondo se posicionar frente aos problemas estudantis, profissionais e relacionados a produção de alimentos. A FEAB por não ser um movimento camponês, e sim estudantil, integra a Via Campesina como organização convidada.

O movimento estudantil de agronomia é organizado desde 1950, tendo antes da FEAB, outra entidade representativa dos estudantes de agronomia. Segundo o site oficial da FEAB (2016?, página única),

O Movimento Estudantil da Agronomia no Brasil iniciou-se na década de 1950. Em 1951, os estudantes de Agronomia e Veterinária criaram a União dos Estudantes de Agronomia e Veterinária do Brasil (UEAVB) na qual realizaram em conjunto os Congressos Nacionais dos Estudantes de Agronomia e Veterinária até 1953. Em 1954 realizou-se o primeiro congresso organizado somente pelos estudantes de agronomia, denominado I Congresso Brasileiro de Estudantes de Agronomia (CBEA). No II CBEA, em 1955, criou-se o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB).

Em 1972 é realizado o 15º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (CONEA) na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é fundado a Federação dos Estudantes de Engenharia Agrônômica do Brasil (FEAB, 2016?). Posteriormente, o movimento estudantil modifica o nome para Federação dos Estudantes de Agronomia no Brasil, com data de fundação de 04 de agosto de 1989 (FEAB, 2008)

A função da FEAB é, primeiramente, auxiliar tecnicamente com seu conhecimento agrônomo os camponeses frente a suas dificuldades com o pouco recurso financeiro e teórico que dispõe. Secundariamente, a função da FEAB é

conscientizar e fortalecer o debate ideológico da produção agroecológica, livre de transgênico e agrotóxico.

A FEAB atua em escala nacional e seu espaço de atuação é dentro da Universidade, participando dos centros acadêmicos e entre outras esferas que representam os estudantes como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o CONEA. Sua organização é dividida por 8 regionais e abrange totalmente o cenário brasileiro. Pelo Quadro 2 podemos identificar a divisão e representação da FEAB em escala nacional:

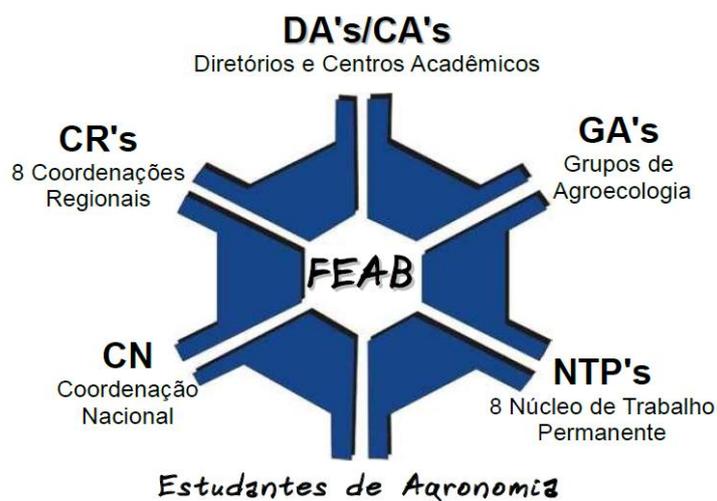
Quadro 2 - Regionais da FEAB em escala nacional.

<b>Regional</b>	<b>Estados</b>
Regional I	Rio Grande do Sul.
Regional II	Paraná e Santa Catarina.
Regional III	Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
Regional IV	Acre, Rondônia, Mato Grosso, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul.
Regional V	Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.
Regional VI	Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins.
Regional VII	São Paulo.
Regional VIII	Bahia, Sergipe e Alagoas.

Fonte: FEAB (2008, 2009)  
Org.: Leandro Nieves Ribeiro  
Nov, 2015.

Além de suas regionais, conforme Figura 3, a FEAB é organizada pelos Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos, grupos de agroecologia, coordenação nacional e tem o núcleo de trabalho permanente com 8 temáticas, a saber: agroecologia; relações internacionais; movimentos sociais; educação; ciência e tecnologia; juventude, cultura e valores; gênero e sexualidade; e por fim, formação profissional.

Figura 3 - Composição organizacional da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil



Fonte: FEAB, 2009.

A atual coordenação nacional da FEAB, gestão 2014/2015, está organizada na Universidade Federal de Santa Maria do Rio Grande do Sul. As funções da coordenação são encaminhar e articular as políticas deliberadas no CONEA - que é o órgão máximo de decisão dos estudantes de agronomia - e representar os fóruns nacionais de agronomia e de estudantes; estabelecer trocas de experiências entre universidades e cursos; e é responsável pela formação de novos grupos de militantes (FEAB, 2009).

Segundo o estatuto da FEAB (2008), a federação estudantil luta por diversos pontos que vão além dos problemas estudantis, tornando-se mais do que um grêmio estudantil ou assistencialista. Entre suas lutas, destacam-se a defesa pela qualidade e acessibilidade do ensino à Universidade Pública. Além disso, busca romper com os limites dos “muros da Universidade”, ampliando seu espaço de atuação sobre uma formação agrônoma mais consciente e preocupada com o meio ambiente e a qualidade de vida, principalmente, no que diz respeito à qualidade da alimentação. Conforme FEAB (2009, página única), a federação se apresenta da seguinte forma:

A Federação dos Estudantes De Agronomia do Brasil – FEAB é a entidade que organiza e articula os estudantes de agronomia do Brasil nacionalmente, trazendo algumas reflexões em relação à sua formação profissional, visualizando a construção de uma sociedade mais justa e que pense de forma mais profunda a realidade e a produção no campo brasileiro. A universidade é o nosso principal local

de atuação, pois acreditamos que todos devem ter direito a uma educação pública, gratuita, autônoma e de qualidade, e nela devemos discutir sobre questões inerentes a uma formação profissional crítica para que os estudantes compreendam a realidade em que estamos inseridos e possam contribuir para a mudança desta. Para isso, a FEAB defende a formação de Engenheiros (as) Agrônomos(as) com consciência social e ecológica.

Outro dois pontos, que assim explica o motivo da federação em participar da Via Campesina, é primeiro, que a entidade se preocupa em despertar a inquietação dos profissionais agrônomos para a realidade rural, despertando o senso crítico, e segundo, que buscam adaptar a profissão a esta realidade (FEAB, 2008). Assim, a FEAB busca que seja respeitada e preservada os valores da natureza, os recursos naturais, a cultura nacional e popular. Portanto, podemos entender que a FEAB possui dois objetivos: o primeiro é a respeito da formação profissional e educacional do curso de agronomia; e o segundo, é a finalidade de construir uma sociedade que integre os camponeses e que produzam alimentos de forma saudável. A concepção de agronomia para a FEAB tem uma compreensão de senso crítico, no sentido de que, a mesma deve servir de apoio aos camponeses e de auxílio na produção e não aos interesses das empresas de agronegócio.

Conforme destacado neste trabalho, a Via Campesina e os movimentos articulados de camponeses no Brasil buscam uma aproximação com as Universidades. Esta aproximação é feita pela realização de cursos de graduação, pós-graduação e técnico em diversas áreas com financiamento de projetos de extensão. No caso da FEAB, a aproximação é feita pelos CAs e DAs. Através dessa aproximação, entre os movimentos camponeses e a Universidade, a articulação mundial se fortalece com a contribuição do conhecimento científico e da formação de profissional para auxiliar a resistência dos camponeses. Portanto, percebemos como é relevante para a Via Campesina a inserção da FEAB como espaço de formação e auxílio com o movimento.

A FEAB instiga parcerias com outras entidades estudantis de ensino superior para fortalecer sua luta estudantil e pensamento crítico. Por exemplo, a FEAB tem relação com a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF),

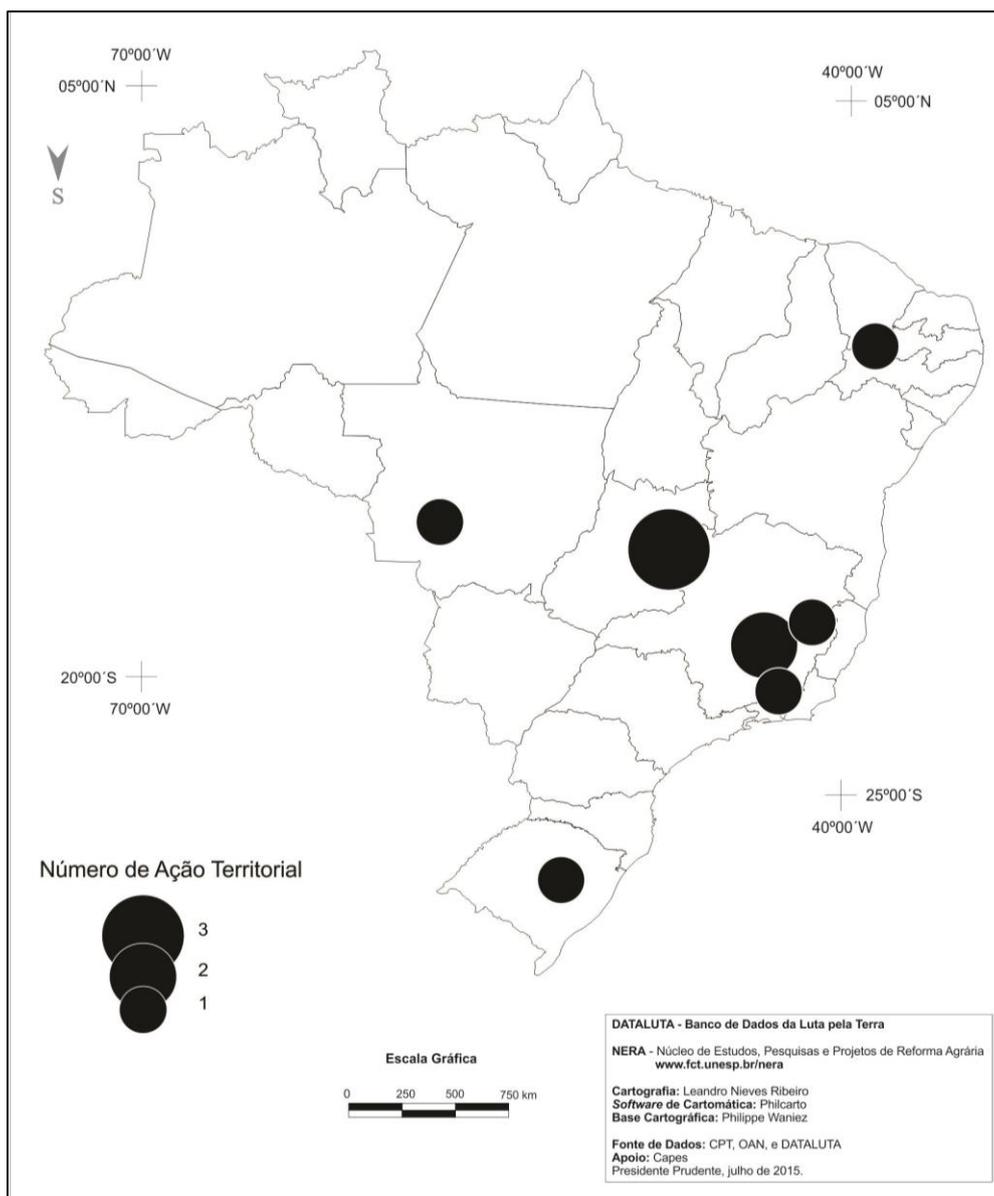
a Executiva Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBio) e com a Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária (ENEV). Além dos estudantes, a federação busca ter relação com outros movimentos sociais, tanto do campo, como a própria Via Campesina e também outros movimentos urbanos.

Atualmente, a federação vem discutindo a mudança de seu estatuto e sua principal discussão é sobre a falta de apoio e comprometimento de centros acadêmicos e estudantis de agronomia com a construção da Federação e de suas atividades. O descompromisso e falta de apoio acarretam uma desarticulação na mobilização da federação que enfraquece sua luta e representação de estudantis agrônomos.

Em relação às Ações Territoriais identificamos 10 ações no período entre 2000 até 2008 com o total de 52.350 pessoas. A FEAB não realizou nenhuma Ação Territorial isolada, ou seja, todas as ações da federação foram feitas em conjunto com outros movimentos e organizações. A FEAB realizou parceria com organizações sociais, ONGs como o Cáritas, sindicato como a CUT e outros movimentos camponeses como o MST, MAB, MMC, PJR e da Via Campesina.

No Mapa 4 representamos as Ações Territoriais da FEAB. Neste mapa é possível identificar Minas Gerais com 4 ações, sendo duas em Belo Horizonte, uma em Governador Valadares e outra em Juiz de Fora. Outra região com mais ações foi Brasília, tendo 3 ações, a saber: uma caminhada, ocupação do Ministério de Minas e Energia e uma temática do Dia Nacional dos Atingidos por Barragens. Estas 3 ações, com soma de 1200 pessoas ocorreu no dia 14 de março de 2001, sendo feitas seguidamente.

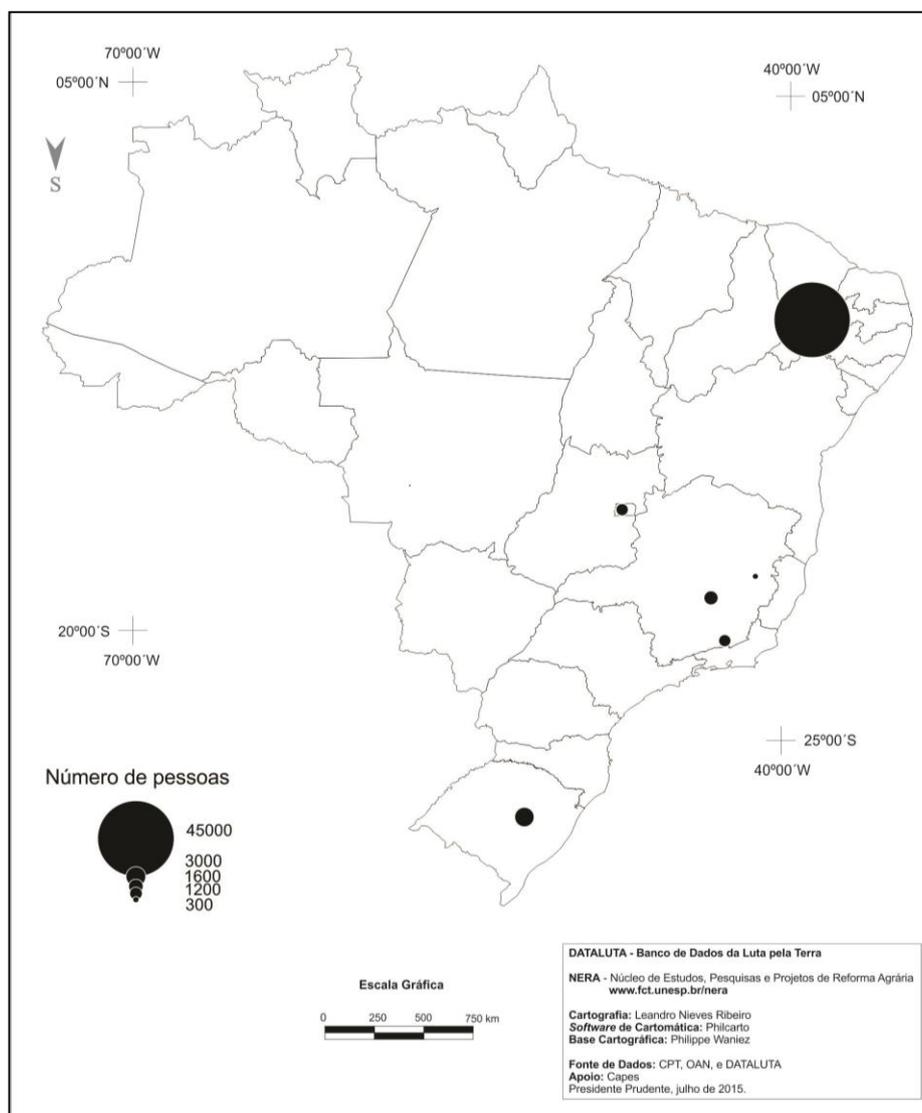
Mapa 4 – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – Ação Territorial – Brasil - 2000 a 2008



Embora tenha poucas ações, vale afirmar que as ações da FEAB foram espacializadas, sendo 4 nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Somente as regiões Sul e Nordeste tiveram uma única ação. Possivelmente esta espacialização das ações da FEAB deve-se pela estrutura composicional do movimento com os cursos de agronomia pelas Universidades e faculdade. Ou seja, não tem um ponto específico de ação e localização como um assentamento. A intencionalidade do movimento e as

implicâncias referentes à organização e a ação são provenientes dos cursos de agronomia<sup>100</sup>.

Mapa 5 - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2000 a 2008

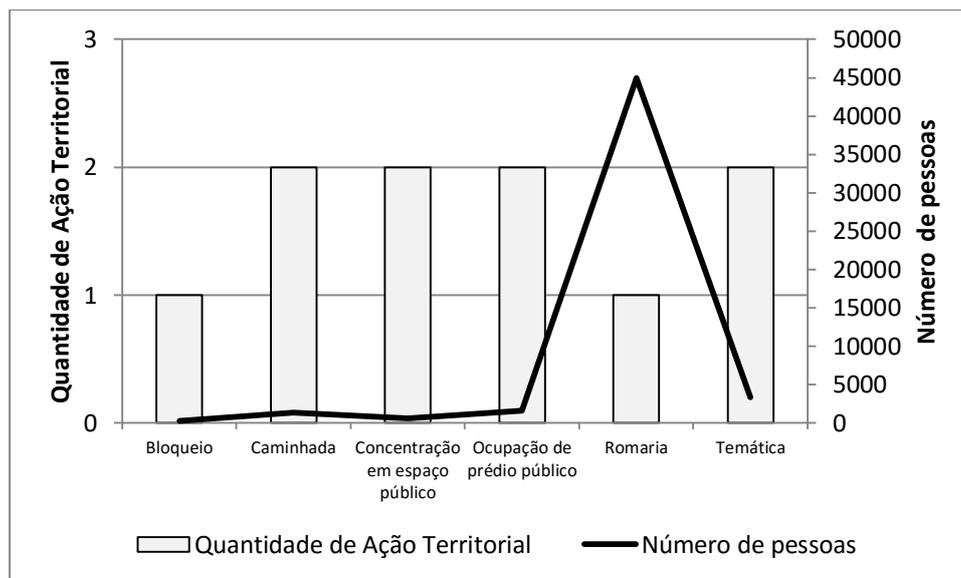


Relembrando que a FEAB não realizou nenhuma ação isolada, sendo todas as ações feitas em conjunto com outros movimentos e ou organizações, a região com maior destaque no número de pessoas é Juazeiro do Norte no Ceará com 45.000 pessoas numa ação de romaria do Padre Cícero no dia 30 de outubro de 2007. A segunda maior

<sup>100</sup> Essa informação é uma hipótese que, infelizmente, não conseguimos confirmar nesta pesquisa.

ação com número de pessoas é em Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul com 3.000 no dia 24 de setembro de 2000, na ação chamada Levante no Campo. Por fim, a terceira ação aconteceu em Juiz de Fora em Minas Gerais numa ocupação da Embrapa com 1.200 manifestantes no dia 14 de outubro de 2001.

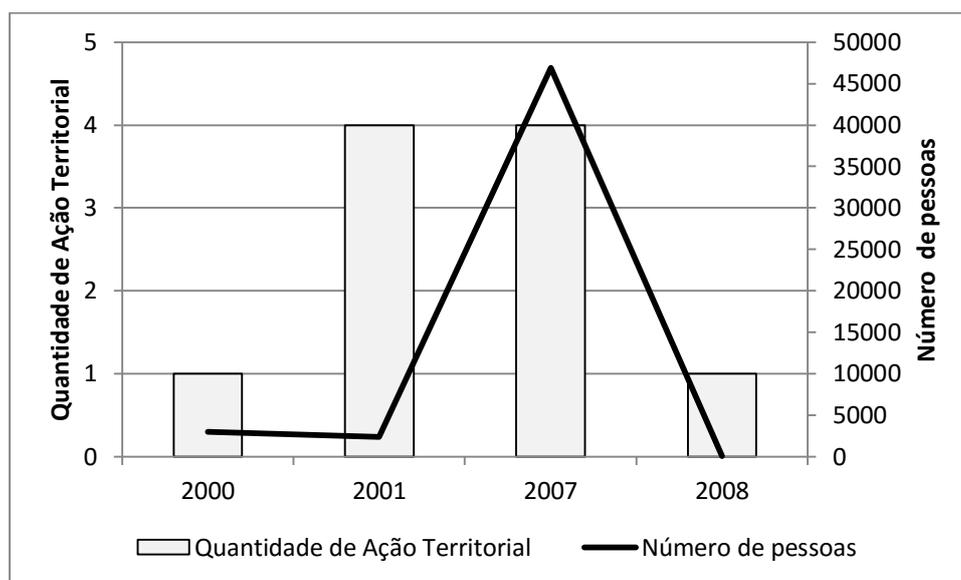
Gráfico 12 - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil – Tipo de Ação Territorial e número de pessoas – 2000 a 2008



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2014.

No Gráfico 12 representamos os tipos de Ações Territoriais da FEAB. A federação também não possui uma distinção sobre seus tipos de ação sendo praticamente equilibrado suas escolhas. Caminhada, concentração em espaço público, ocupação de prédio público e temática tem 2 ações cada. Porém, a ação com maior média de pessoas é a romaria com 45.000 pessoas.

Gráfico 13 - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil – Número de Ação Territorial – 2000 a 2008



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

No Gráfico 13 temos representado a Ação Territorial da FEAB ao longo de 2000 a 2008. A federação não participou de nenhuma Ação Territorial no intervalo entre 2002 a 2006 e entre 2009 até 2013. Infelizmente, não foi possível verificar hipóteses sobre o motivo dessa ausência.

A FEAB, como organização estudantil, tem o objetivo de auxiliar os movimentos sociais e a Via Campesina, tanto no sentido de apoiar a luta nas Ações Territoriais como na experiência técnica na ciência agrônoma e agroecológica para os camponeses.

### **Pastoral da Juventude Rural - PJR**

A Pastoral da Juventude Rural (PJR) foi criada em 1983 no Rio Grande do Sul e possui a mesma finalidade da CPT, ou seja, de auxiliar os camponeses através de formação e consciência da necessidade de seu protagonismo. A diferença entre elas, é que esta organização em questão é enfocada para a problemática da juventude rural, enquanto, a outra busca ter uma articulação mais ampla. Assim como a CPT, a PJR

também participa da Via Campesina como organização convidada<sup>101</sup>. Outra semelhança, é que a PJR também se baseia na corrente da Teologia da Libertação.

A PJR integra outras redes pastorais como a Pastoral da Juventude do Brasil (PJB), a Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e a Pastoral da Juventude (PJ). Esta rede de pastorais que são espalhadas no Brasil nos dificulta mensurar o tamanho da sua dimensão organizativa, entendendo que a rede é bem ampla no Brasil, tendo, portanto, infinitas vinculações e redes.

O objetivo da pastoral, conforme colocado no seu site oficial<sup>102</sup>, é “ser um meio de atuação da juventude camponesa na construção de uma sociedade justa e fraterna, para além do capital” (PJR, 2010). E definem-se da seguinte forma:

A PJR busca formar jovens cristãos conscientes de seu papel na história e na sociedade. Jovens que sejam profetas, denunciando tudo o que causa morte das pessoas e da natureza, vivendo de forma coerente (testemunho) e anunciando a Boa Nova proclamada por Jesus: que o povo oprimido irá se libertar. Jovens que buscam a vida em abundância, cuidem da natureza, partilhem, cultivem a união, a solidariedade... Jovens que estão sempre a caminho, indo ao encontro a outros jovens, colocando-se a serviço, na gratuidade. Jovens que se reúnam em grupos, partilhem conhecimentos, cresçam enquanto sujeitos no processo histórico que vivemos. Jovens que contribuam na comunidade e sintam-se livres para participar das manifestações e lutas populares. Enfim, que evangelizem a juventude pelo seu jeito e tenham a abertura para que o jeito dos outros jovens os evangelizem. Em outras palavras: ser uma ferramenta através da qual a juventude camponesa possa atuar na construção do Reino de Deus, ou seja de um projeto popular para o Brasil e nele um projeto popular para campo. Assim, a juventude camponesa também é protagonista nessa construção (PJR, 2010, não paginado).

---

<sup>101</sup> A PJR inclusive consta como membro oficial da Via Campesina em seu site oficial, ao contrário da CPT, que não está como membro oficial. Contudo, a CPT é identificada como pertencente à Via Campesina segundo Vieira (2011) e Ramos Filho (2008). Esta questão sobre uma pastoral e outra não constar como membro fez com que nós tentássemos descobrir na nossa pesquisa, porém, não encontrarmos uma resposta. Uma possível resposta seria que a CPT se nega oficialmente como um movimento social e se entende apenas como uma (organização) pastoral (MITIDIEIRO JUNIOR, 2008). Esta postura da CPT faz com que ela aja especificamente como um auxílio na luta camponesa e não na frente das lutas. Talvez, não ser membro oficial da Via Campesina reforce este caráter de apenas auxiliar e de não desempenhar um papel na frente das lutas.

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://www.pj.org.br/>>

A missão da pastoral é colocada com os seguintes objetivos: evangelizar a juventude camponesa, conscientizar os jovens do campo, formar militantes cristãos, ou, discípulos missionários, contribuir com o Projeto Popular e lutar pela vida do planeta (PJR, 2010). Em entrevista com o coordenador da PJR da Paraíba, Kleiton Mendes de Albuquerque, explica que a definição de juventude ou jovem é compreendida entre a faixa etária de 15 a 25 anos. Portanto, a pastoral é diferente de outros movimentos sociais, pois tem uma militância transitória e, assim, quando se encerra o ciclo etário do militante, este mesmo encerra sua participação na PJR. Contudo, sua militância pode não se encerrar aí, e na verdade, transfere seu conhecimento e experiência em outros movimentos sociais, organizações ou até mesmo auxilia de outra forma alguma a própria pastoral, mas agora na parte de secretaria. Ou seja, embora tenha a militância transitória, o militante da pastoral da juventude continua na luta diária e começa a participar de outras organizações, somando seu conhecimento e experiência para outras lutas.

A PJR se organiza semelhantemente à CPT, ou seja, utilizando espaços de representatividade da pastoral da juventude tendo esta sua característica de composição organizacional. Estes espaços de representatividade são as dioceses, igrejas e entre outras entidades relacionadas com o trabalho pastoral e ecumênico. A representatividade é a essência da composição organizacional da pastoral, cuja intenção é fortalecer sua organização e fornecer participantes ativos para sua articulação. Conforme explica PJR (2010, não paginado):

Toda experiência de trabalho com a juventude rural que se identifica com nossa metodologia e concepção, fazem parte de nosso universo de atuação. Assim a estrutura organizativa toma como princípio o trabalho e a ação com os jovens da roça fazendo deles e com eles a grande base de estruturação. Tendo sempre a perspectiva da organização a partir dos interesses objetivos e subjetivos dos jovens e das categorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a PJR entende que a organização deve estar permeada pela motivação dos jovens rurais, bem como pelo seu desejo de tornarem-se participantes ativos desde suas próprias comunidades rurais, associações de pequenos agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de classe e de luta e partidos políticos comprometidos com as causas populares. A PJR a nível nacional se organiza de forma

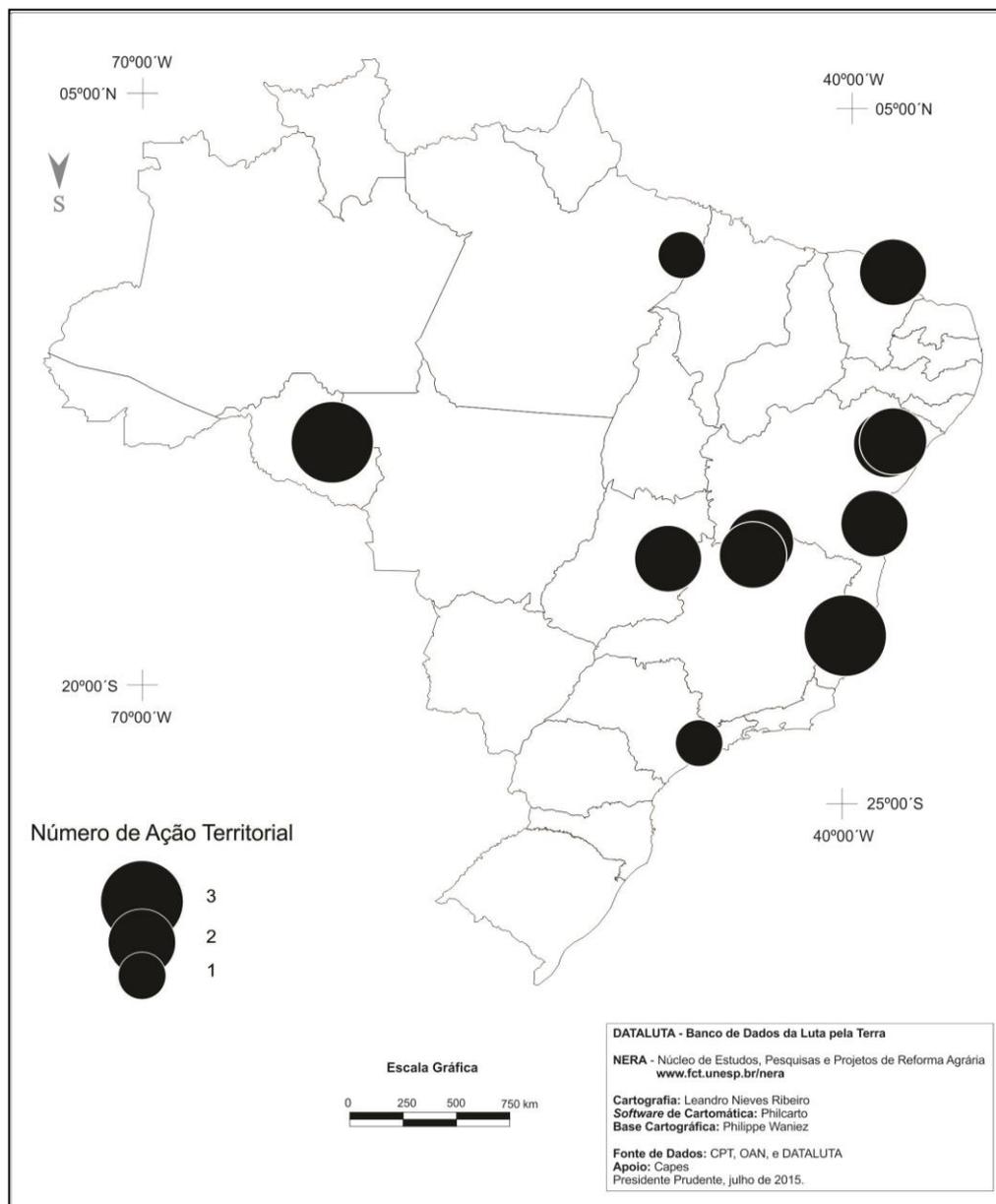
representativa por Estados onde se encontra articulada, procurando assim uma organização representativa. É importante considerar que nesta representatividade regional há espaço para todas as formas acima elencadas de presença. Garante-se assim uma participação ampla a partir da adesão à proposta de trabalho e de metodologia.

Segundo PJR (2010) a pastoral se organiza nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.

Em relação às Ações Territoriais da PJR, encontramos 22 mobilizações no período de 2007 a 2013 pelo DATALUTA. Ressaltamos que a organização não participou ou criou ações entre 2000 e 2006. Desta 22, apenas 2 ações foram feitas apenas pela pastoral. Uma em Ribeira do Pombal, na Bahia, em 24 de maio de 2010 num Bloqueio da BR-110 no km 171, com 500 pessoas. A outra foi em 7 de fevereiro de 2013 em São Paulo no “Ato de solidariedade a dom Pedro Casaldáliga e ao Povo Xavante”, com total de 300 pessoas. Segundo matéria do Brasil de Fato (2013) dom Pedro Casaldáliga, estava recebendo constante ameaça de morte, o que fez procurar ajuda policial e mudar de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Além de Casaldáliga, outras lideranças indígenas, dos Xavantes, foram ameaçadas por conta da terra devolutas aos xavantes (BRASIL DE FATO, 2013).

No Mapa 6 representamos as Ações Territoriais da PJR entre 2007 a 2013.

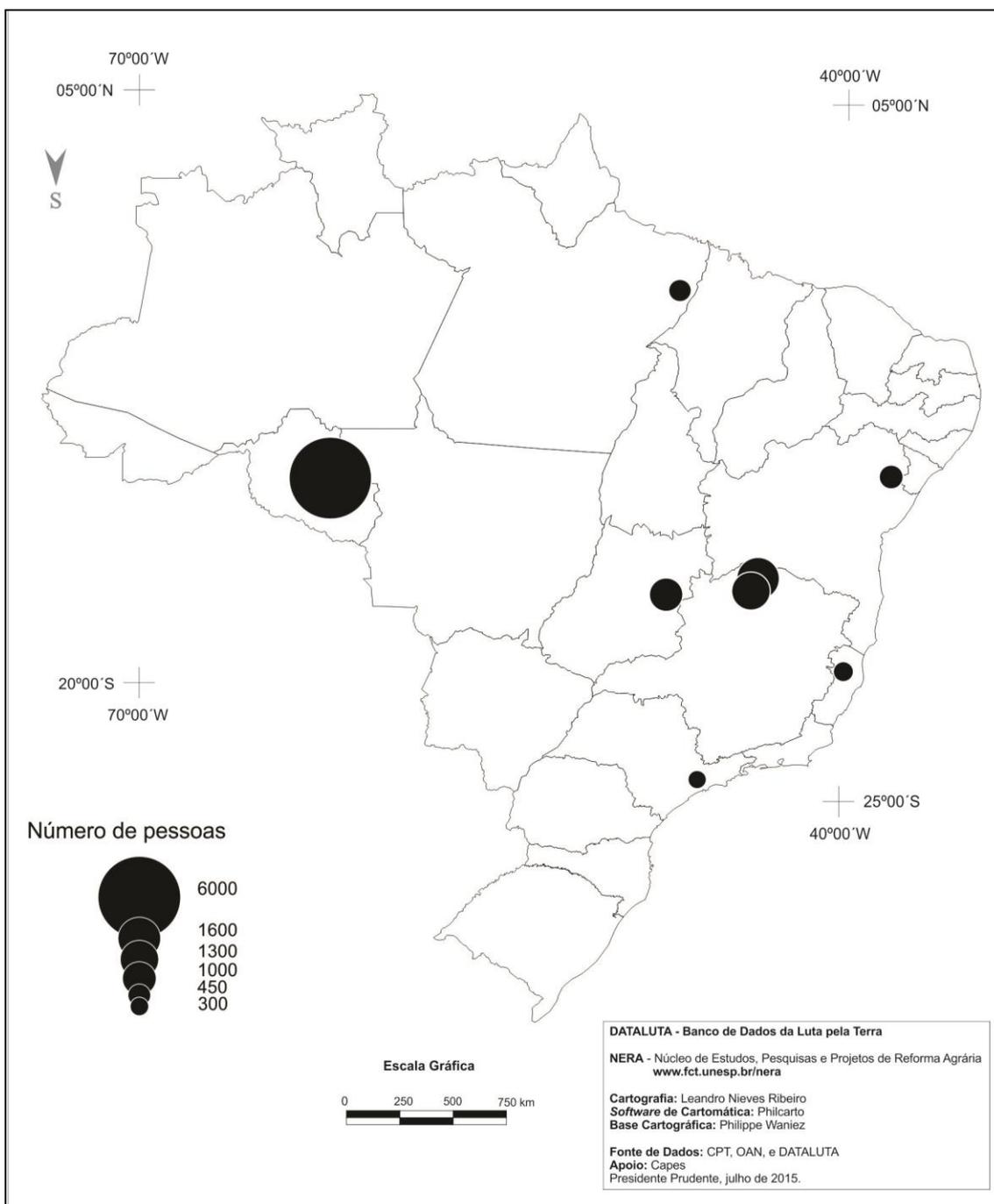
Mapa 6 - Pastoral da Juventude Rural– Ação Territorial – Brasil - 2007 a 2013



No mapa acima podemos perceber que a PJR não tem uma escala de atuação elevada<sup>103</sup>. As ações estão concentradas na região Sudeste (MG e ES) com 4 ações e mais 4 na região Nordeste (BA e CE). Outra região com ação é o Centro-Oeste, em Brasília, e a região Norte (RO, PA).

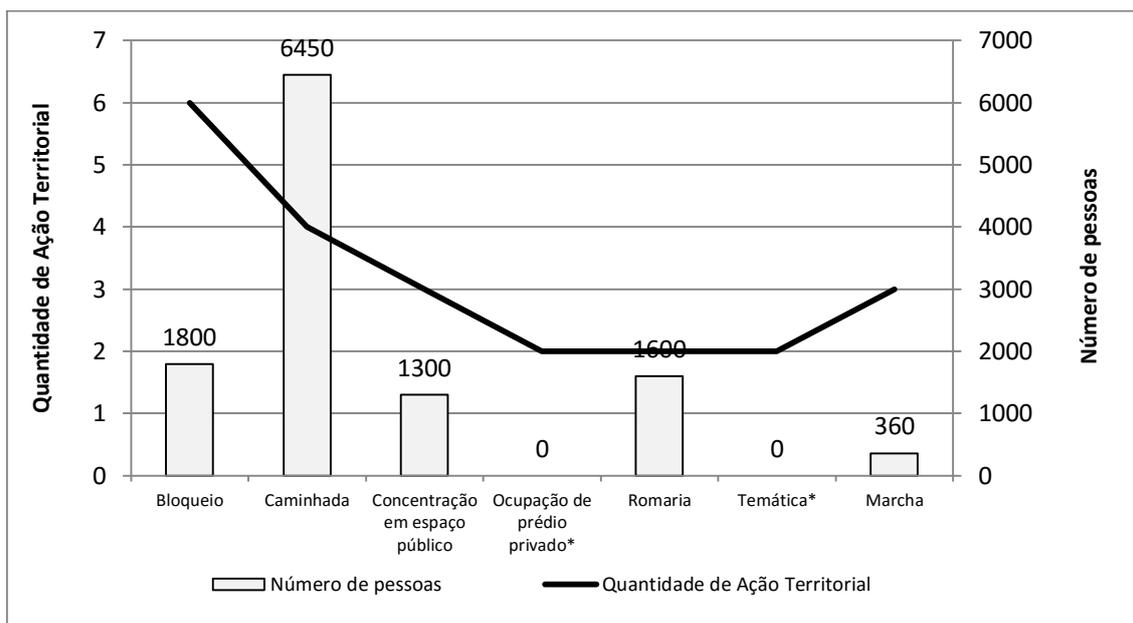
<sup>103</sup> Pedon (2010) destaca que o movimento socioterritorial deve ter escala de atuação e escala do impacto

Mapa 7 - Pastoral da Juventude Rural – Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2007 a 2013



A maior ação da PJR foi realizada no Dia da Luta da Mulher Camponesa no em 2007 com 6.000 em Ji-Paraná em Rondônia.

Gráfico 14 - Pastoral da Juventude Rural – Tipo de Ação Territorial e número de pessoas – 2007 a 2013



Org.: Leandro Nieves Ribeiro

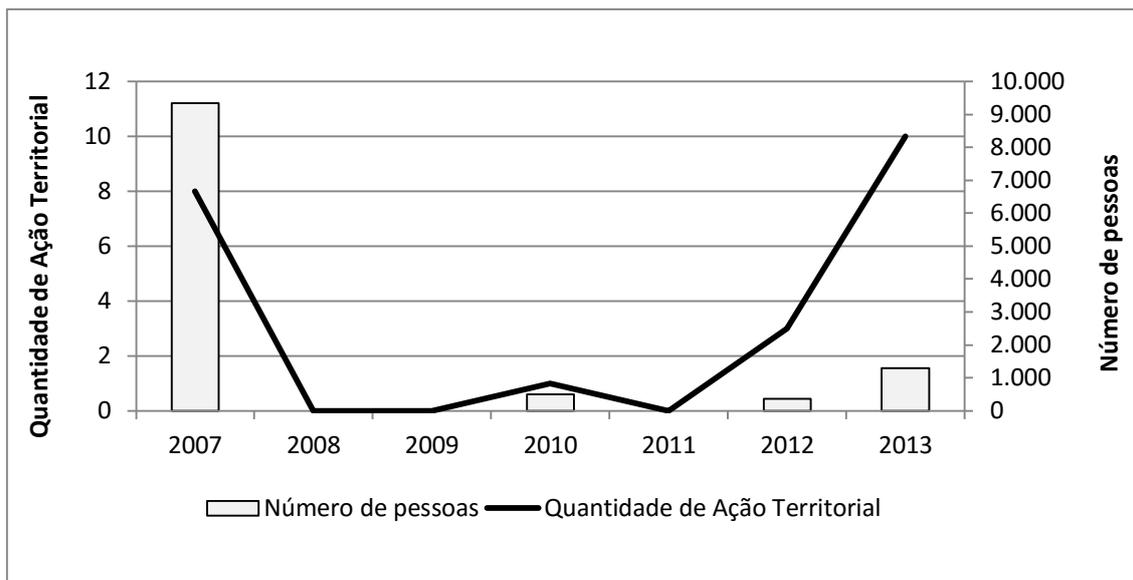
Fonte: DATALUTA, 2014

\* Sem informação sobre quantidade participante de pessoas

No Gráfico 14 representamos o tipo de Ação Territorial da PJR. Ao todo identificamos 6 bloqueios, 4 caminhadas, 3 concentrações em espaço público, 3 marchas, 2 Romarias, 2 ocupações de prédio público e 2 temáticas<sup>104</sup>. O tipo de ação com mais pessoas foi a caminhada com 6.450 pessoas, tendo três ações realizadas no dia 08 de março de 2007, Dia Internacional da Luta da Mulher, na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia

<sup>104</sup> A ação territorial temática foi feita após o Iº Encontro das Comunidades e Povos Tradicionais do Ceará no dia 18 de outubro de 2013.

Gráfico 15 - Pastoral da Juventude Rural - Número de Ação Territorial– 2000-2013



Org.: Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2014

No Gráfico 15 demonstramos a Ação Territorial da PJR em escala temporal. Percebemos que embora, a organização tenha sido criada em 1983, a mesma somente participou de ação a partir de 2007<sup>105</sup>.

Percebemos pelos dados do DATALUTA que a PJR não busca se territorializar e sim espacializar e formar quadros para fortalecer a luta. Naturalmente, esta postura da PJR seja compreensível, uma vez que, a organização tem como essência a atividade pastoral e não o objetivo de ser protagonista da luta camponesa. Se por um lado, a PJR não exerce elevada quantidade de Ações Territoriais da Via Campesina no Brasil, por outro lado, sua participação na luta camponesa, como meio de atuação crítica, contribuindo para a formação de militantes jovens do campo, tem uma extrema relevância.

<sup>105</sup> Devemos lembrar que a base levantada do DATALUTA é entre 2000 a 2013. Portanto, caso a PJR tenha feito alguma ação entre 1987 a 2000 nós não temos como identificar somente pela base de dados.

### **3.1.2 Movimentos de base camponesa**

Como afirmado anteriormente, os movimentos de base camponesa articulada pela Via Campesina no Brasil têm distinção das organizações não camponesa, principalmente, quanto a sua participação nas decisões da Via Campesina Internacional. Os camponeses são a base da Via Campesina e assim tem maior poder de decisão nas conferências e demais espaços de decisão.

Os seguintes movimentos camponeses têm participação ativa na organização da Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e, por fim, a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Infelizmente não foi possível encontrar informações precisas em documento, ou semelhante, sobre o ingresso de cada movimento na Via Campesina. Somente temos noção exata de que o MST ingressou em 1993 na Via Campesina e MPP e Conaq juntos tenham ingressado em 2013.

#### **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contribui para a luta camponesa no Brasil transformando a luta camponesa. Na atualidade, é o principal movimento camponês no Brasil. Sua contribuição é notada desde a sua organização em escala nacional, das inúmeras e intensas mobilizações e da diversidade de lutas em sua reivindicação. O MST é um movimento membro da Via Campesina Internacional e participou desde as primeiras reuniões que oficializou a criação da Via Campesina (VIEIRA, 2011; DESMARAIS, 2013). E ainda, vale destacar que o MST é o movimento com maior influência na Via Campesina, tanto no sentido de sua ajuda para construir e formular o movimento articulador, tal como, na sua liderança hegemônica acima dos

demais movimentos e organizações articuladas no Brasil (VIEIRA, 2011; RAMOS FILHO, 2008; NUNOMURA, 2011).

Para entendermos a relevância do MST na construção da Via Campesina, é necessário recuperarmos a trajetória de criação do movimento. Devido a importância do MST, existe inúmeras bibliografias sobre a temática de formação e organização do movimento. Nosso objetivo não é esgotar o tema sobre a história do MST e sim de recuperar as principais partes sobre sua organização. Dessa forma, nos concentraremos em Fernandes (1994, 1999, 2000,2010) e Stedile e Fernandes (2005).

De acordo com Fernandes (2000) a formação e organização do MST pode ser entendida através de 4 fases, a saber: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização. Recuperaremos estas 4 fases com a finalidade de entender a formação, os principais destaques de organização e luta do MST. Outra finalidade é entender a relação do MST com a Via Campesina, cuja relação se apresentará extremamente ativa.

O primeiro período se inicia em 1979 e termina em 1984, momento em que se oficializa a criação do movimento no I Encontro Nacional dos Sem-Terra. Contudo, conforme explica Fernandes (2000), o nascimento do MST vem do momento anterior ao Encontro, em decorrência de outras lutas sociais no campo frutos da repressão da ditadura militar no campo. Essas lutas em diversas partes do Brasil foram essenciais para a articulação que gestaria a criação do MST. Nas palavras do autor:

O MST não teve sua criação no 1º Encontro Nacional de Sem-Terra, em janeiro de 1984, mas nas primeiras ocupações de terra organizadas no Sul do país em 1979. A partir desse ano, nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul houve ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outros camponeses que sofriam a expulsão das terras onde trabalhavam. No norte do Rio Grande do Sul, foram os colonos expulsos das terras indígenas que ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, em setembro de 1979. No oeste do estado de São Paulo, a resistência dos posseiros à expansão da pecuária na fazenda Primavera impediu a expulsão de suas roças e logrou a recuperação da área grilada mediante um decreto presidencial assinado em 1980. No estado vizinho de Mato Grosso do Sul, arrendatários de diversas fazendas no município de Naviraí resistiram também à expansão da pecuária e, em maio de 1981, camponeses da região ocuparam a fazenda Baunilha. No sudoeste do Paraná, a construção da hidrelétrica de Itaipu deixou milhares de famílias camponesas desamparadas. No

oeste de Santa Catarina, famílias camponesas com pouca terra ocuparam a fazenda Burro Branco, em maio de 1980, e resistiram na terra com o apoio da diocese de Chapecó. Uma luta que marcou esse período histórico foi o acampamento na Encruzilhada Natalino, montado em frente à fazenda Macali, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul). A intervenção do governo militar nesse acampamento organizado em 1981 visou abortar o nascimento de um movimento de sem-terra (FERNANDES, 2010, p.165).

Como afirma Fernandes (1999) a criação do movimento não pode ser compreendida num único momento ou ação, ou seja, deve ser pelo conjunto de momentos e também de ações ao longo dos 4 anos antecedentes. Portanto, o nascimento do MST não deve ser entendido como casual ou um simples acidente sem contexto histórico. O nascimento vem de um processo histórico de luta, resistência e intensa repressão sobre a temática da reforma agrária.

De acordo com Fernandes (2010), para o nascimento do MST a luta dos camponeses contou com o apoio direto de duas organizações que foram fundamentais na criação do MST. A primeira organização é a CPT, cuja importância, deve-se em ajudar a articular os camponeses na luta pela terra, evitando que a mobilização ficasse isolada:

[...] a CPT ajudou a articular as pessoas engajadas na luta pela terra, de modo a superar seu isolamento. Em julho de 1982, a CPT convocou o primeiro encontro de camponeses e agentes de pastoral, no município de Medianeira (PR), para discutir o crescimento da mobilização pela reforma agrária. Em setembro de 1982, a CPT organizou um novo encontro em Goiânia, onde camponeses de todas as regiões do país formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês nacional. Ainda em 1983, com apoio da CPT, foram realizados mais dois encontros preparativos para a fundação do MST. A sua criação oficial teve lugar em Cascavel (PR), no dia 22 de janeiro de 1984. Um ano depois, em janeiro de 1985, o MST realizou o seu 1º Congresso Nacional, com representantes de 23 das 27 unidades federativas (FERNANDES, 2010, p.165)

Ou como afirma Fernandes (1999, p.39-40)

A CPT foi a articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo. Durante o regime militar, as Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços de socialização política que permitiram a recriação da organização camponesa. A Igreja Católica vinha passando por profundas mudanças e era cada vez maior o envolvimento de religiosos com a realidade dos

trabalhadores. Essa postura era resultado de decisões tomadas na Igreja após o Concílio Vaticano II (1965), e posteriormente a II Conferência Geral do Episcopado Latino – Americano em Medellín, Colômbia (1968) e a III Conferência em Puebla, México (1979). Por meio desse movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se espaços de reflexão e aprendizado de como transformar a realidade, por intermédio da luta pela terra, recusando a condição imposta pela política da modernização conservadora.

A segunda organização foi o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>106</sup>, em 1980, cuja organização permitiu sistematizar os projetos de diversos setores populares e apoiá-los. As duas organizações foram fundamentais para colocar o acesso à terra como principal ponto da luta camponesa e construir o MST (FERNANDES, 2010).

Na década de 1980, os movimentos camponeses, a Comissão Pastoral da Terra, com o apoio político do PT, mais do que recolocarem na pauta política a questão da reforma agrária, transformaram a luta camponesa em uma das principais formas de acesso à terra (FERNANDES, 2010, p.164).

Com a oficialização da criação do MST em 1984, o movimento seguiu em busca de sua consolidação no cenário nacional, cujo período equivale a 1985 até 1989. Este período é marcado pela definição tática do movimento que resultou no entendimento de não se restringir localmente e, assim, em ampliar a luta a escala nacional. Essa estratégia em saltar escalas foi uma experiência advinda das antigas lutas camponesas, principalmente com o caso da espacialização da luta das Ligas Camponesas destacadas no primeiro capítulo<sup>107</sup>. Outras experiências como a ULTAB e o Master também são citadas como influentes na criação do movimento em questão

---

<sup>106</sup> Deve-se também destacar a importância da CUT no apoio das lutas sociais nos anos 90 - inclusive, no apoio da luta camponesa (FERNANDES, 2010; FERNANDES, 1999). Para Fernandes (1999, p.104) “A aliança do MST, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sindicatos de diversas categorias de trabalhadores urbanos, o PT e a CUT, fortaleceu a luta pela terra, de forma a enfrentar os latifundiários”.

<sup>107</sup> Stedile e Fernandes (2004) destacam que embora o MST tenha nascido no Sul do país, o movimento é seguidor direto da Liga Camponesa. “O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que têm suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas” (STEDILE; FERNANDES, 2004, p.18).

(FERNANDES, 2010; STEDILE; FERNANDES, 2005). Conforme explica Fernandes (2010):

Já em seu início, o MST tomou a decisão tática de se organizar em escala nacional. Essa estratégia foi elaborada no curso de avaliações periódicas da conjuntura política promovidas pela CPT e de estudos da história de mobilizações camponesas no Brasil e no exterior. As novas lideranças do MST consultaram, nesse processo, dirigentes de movimentos do campo extintos pela ditadura militar, como as Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER. Com base nessas informações e reflexões, os sem-terra e seus assessores compreenderam cedo que um movimento nacional teria muito mais força quando do enfrentamento com as forças adversárias (p.166).

A experiência de outros movimentos camponeses demonstrou ao MST a necessidade de saltar escalas para nacionalizar o movimento e fortalecer a luta camponesa. Nesse mesmo sentido, Stedille (2002, p.239), reconhece e explica o motivo dessa mudança de escala para o MST: “[...] aprendemos que era preciso ter uma organização nacional, pois, todas as organizações camponesas que se mantiveram em termos regionais não sobrevivem aos embates da classe dominante”. Percebemos no trecho que para o MST a experiência de organizações passadas como Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e entre outras, é fundamental para a criação deste novo movimento camponês. Ainda sobre o trecho, a necessidade de saltar escala é demonstrada aqui como forma de abranger uma luta nacional.

Desta forma, o MST buscou se diferenciar dos demais movimentos camponeses que atuavam em escala restrita e local, colocando o novo movimento em escala nacional para fortalecer a luta camponesa. É evidente que a internacionalização dos camponeses com a Via Campesina segue o mesmo sentido, tendo uma ampliação da escala de luta do movimento contra as organizações supranacionais que defendem o interesse dos capitalistas e não dos milhares de camponeses, assolados com a pobreza e exclusão das políticas sociais.

Conforme analisa Stedille (2002), o MST não apenas se destacou pela territorialização em escala nacional, mas a construção da doutrina do movimento também o diferenciou para o fortalecimento do movimento. Para o autor:

[...] Em termos de doutrina, o movimento soube, desde o seu nascedouro, romper com a ideia corporativista de apenas lutar pela terra. Desde o início, procuramos incorporar na nossa doutrina, ou seja, nos nossos objetivos políticos, a ideia de que é preciso lutar pela reforma agrária – também no seu sentido de mudar a estrutura de toda a produção agrícola – e para que haja terra para todos. Para que possa ocorrer uma reforma agrária verdadeira é necessário também que nós, enquanto cidadãos e camponeses, lutemos por uma sociedade diferente. Esta foi a novidade em relação aos movimentos anteriores, que, na sua maioria, incorporaram em sua doutrina apenas a ideia corporativista, no seu modo de entender, da luta pela terra e pela sobrevivência. E esta foi umas das causas de terem sido derrotadas com mais facilidade (p.238-239).

A doutrina defendida pelo MST ampliou e isto fortaleceu as lutas camponesas. O fortalecimento foi no sentido de que o movimento passou a não lutar apenas *pela* terra e sim complementou com a luta *na* terra. Medeiros (2002, p. 166) reconhece isso e não considera apenas a organização da escala nacional do MST como unicamente importante. Para a autora, outra contribuição do MST é sobre a forma de compreensão que a luta que não se esgota somente com o acesso à terra. Em suas palavras:

[...] a constituição e expansão do MST representaram não só inovações nas formas de luta, como também no plano organizativo, ampliando a concepção de luta por terra e de seu papel. Com efeito, um dos mais significativos traços desse movimento é a concepção de que a demanda por terra não se esgota na obtenção de um lote, mas implica na necessidade de organizar a produção, de obter créditos para isso, de formar líderes como caminho para dar continuidade às ocupações para além dos seus locais de origem (MEDEIROS, 2002, p. 166).

Com o avanço nas lutas, o passo seguinte foi do período de institucionalização. Cujo momento iniciou a partir de 1990 e a luta do movimento abrangeria o cenário nacional e, por sua vez, territorializa a luta pela terra. Segundo Fernandes (2010), neste período, o MST teve diversos desafios tocante à relação do movimento com o Estado. Por um lado, este período é marcado pela repressão do governo de Fernando Collor

(1989-1992) e do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 1998 e de 1998 a 2002) com a criminalização da reforma agrária e da aplicação da reforma agrária de mercado, conforme demonstramos no primeiro capítulo. Por outro lado, o MST conseguiu ampliar a sua estrutura organizativa, por meio da criação de uma rede de cooperativas, escolas, centros de formação, pesquisa e entre outros, buscando ampliar os eixos de debate, chegando a inserir a questão de gênero, agroecologia e direitos humanos (FERNANDES, 2010).

E para o autor, somente em meados da década de 1990 que o MST passou a ser conhecido no Brasil e em outros países. Conforme coloca Fernandes (2010, p.173):

Durante esse período de institucionalização, o MST se territorializou no Distrito Federal, em 1992, e organizou sua primeira ocupação no Estado de Mato Grosso, em 1995, graças ao trabalho de base de militantes deslocados de vários estados e ao apoio de professores e estudantes universitários, agentes da CPT, do bispo de Rondonópolis e de entidades de direitos humanos. Na região amazônica, o MST afirmou sua presença no Estado do Pará no início da década de 1990, e levou adiante suas primeiras mobilizações no Estado de Tocantins a partir de 1999. Para o fim da década de 1990, o MST estava organizado em 23 unidades da federação e era o principal movimento camponês de luta pela terra.

A organização do MST é caracterizada em três partes: (1) as instâncias de representação; (2) os setores de atividades; e (3) as organizações com registro público (FERNANDES, 2010). A primeira parte é formada pelo: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos, Coordenação de Acampamentos e Núcleos de Base. Cada instância deve eleger ou indicar membros para outra instância. Para o movimento, o núcleo de base tem a mesma importância das demais instâncias e isso mostra o diferencial do movimento. A ligação entre o núcleo de base e o movimento dá-se pela divisão de função nos setores de atividades, a saber: Secretaria Nacional, Secretarias Estaduais, Secretarias Regionais, Setor de Frente de Massa, Setor de Formação, Setor de Educação, Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Setor de Comunicação, Setor de Finanças,

Setor de Projetos, Setor de Direitos Humanos, Coletivo de Relações Internacionais, Setor de Saúde, Setor de Gênero, Coletivo de Cultura, Coletivo de Mística.

Conforme explica Fernandes (2010, p.183)

A participação nos diferentes níveis de decisão do MST se dá pela inserção nas atividades do Movimento. Nas diversas instâncias do MST são deliberadas as políticas a serem executadas pelos setores de atividades e as secretarias do Movimento. Os setores e as secretarias têm caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e nos acampamentos. Os setores também estão articulados em diferentes escalas. O Setor de Educação, por exemplo, está organizado desde a escala local, no acampamento e no assentamento, até as escalas regionais, estadual e nacional. Cada escala desse setor mantém relações com a instância respectiva do Estado, visando ao apoio das políticas públicas dirigidas aos acampamentos e aos assentamentos.

Por causa dessa complexidade na sua organização, o movimento é descrito mais como uma organização partidária ou uma instituição, e não propriamente como um movimento social, por alguns críticos como o José de Souza Martins<sup>108</sup>. Contudo, conforme elucida Stedile e Fernandes (2005) a intenção do MST é de ser um conjunto de características, como: popular, sindical e político. Popular porque é um movimento de massas. Sindical no sentido corporativista<sup>109</sup>. Político por causa do pertencimento da luta de classes e sua luta contra a burguesia (STEDILE; FERNANDES, 2005).

Por fim, as organizações vinculadas ao MST são a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Estas organizações cuidam do desenvolvimento do MST em relação às políticas agrícolas e pesquisas sobre

---

<sup>108</sup> Esta crítica encontra-se no artigo de José de Souza Martins "A dependência oculta", publicado na Folha de SP em 2005, que critica o MST como organização partidária do PT. Em Stedile e Fernandes (2005) também tem outro exemplo, quando os autores comentam da afirmação de José de Souza Martins que considera o MST como o maior partido camponês. Stedile rebate afirmando que não é o interesse do movimento.

<sup>109</sup> O sentido de corporativista é no sentido de aderir a interesses de categorias profissionais.

a agricultura camponesa. Fernandes (2010, p.184) explicita a relevância dessas organizações:

A combinação de pesquisa científica, formação política e preparação técnica tem dado impulso à qualificação dos militantes e das famílias camponesas ligadas ao Movimento. Esse conjunto de atividades faz que o MST se destaque como o movimento social mais bem organizado da América Latina.

A organização do MST tornou-se uma referência para os demais movimentos camponeses no Brasil, e assim, tornou-se referência para a Via Campesina (VIEIRA, 2011; DESMARAIS, 2013; BORRAS JUNIOR, 2008). Sobre este ponto, nos baseamos em Stedille (2002) que enumera 4 características de organização do MST que se diferenciam de outros movimentos e cuja características permitiram que o MST se tornasse mais resistente e extremamente combativo.

A primeira característica é referente do seu processo interno organizativo do movimento que se baseou numa direção coletiva (e não apenas num líder específico), com vínculo primordial com as bases, disciplina/identidade<sup>110</sup> e, por fim, de instigar o conhecimento científico. Uma segunda característica apontada pelo autor é a respeito da organização do movimento em escala nacional, cuja relevância já foi colocada anteriormente. A terceira é a construção de uma autonomia política e ideológica do movimento diante dos partidos e da própria Igreja. Embora isto não signifique que o movimento seja apartidário ou que não tenha influências de correntes ideológicas. Nesse sentido, vale relembrar que o Partido dos Trabalhadores (PT) e as Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) foram essenciais na construção do MST (STEDILE, 2002; FERNANDES, 2010). Portanto, o MST tem evidentemente o predomínio da ideologia de esquerda. Todavia, o movimento, mesmo assim, aduz ter a liberdade política e ideológica suficiente de questionar o governo, o partido e a igreja.

---

<sup>110</sup> Entre outras formas, destaca as atividades da mística que auxiliam na conscientização de tema e reforçam a unidade do movimento.

Por fim, a última característica é o envolvimento do movimento com questões que insere toda a família, como homem, a mulher, filho, idoso e bebê (STEDILLE, 2002, p.239). Para Stedille (2002) este ponto é substancial do movimento e demonstra a sua força em apoiar luta das classes populares e ser um movimento de massa. Nas palavras do autor: “[...] é aí que está a nossa força, pois, nós descobrimos que a força do movimento social vem da mistura de pessoas que consegue aglutinar. Portanto, quanto mais gente conseguirmos, melhor” (STEDILLE, 2002, p.239-240).

Este processo organizativo do movimento fortaleceu o MST e este ponto destacou o movimento no cenário brasileiro. Sua luta e organização estimularam outros movimentos camponeses a se organizarem (FERNANDES, 2008). Por um lado, novos movimentos se basearam na própria luta e organização do MST, somando-se às suas lutas do próprio movimento e realizando ações conjuntas. Em outro momento, surgem movimentos mais conservadores que se contrapõe ao MST e sua ideologia, como o MAST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) (FELICIANO, 2009).

A partir de 1996, o MST iniciou seu processo de articulação mundial, período em que saltou a sua escala de atuação nacional para a escala internacional ao integrar a Via Campesina. Fernandes (2010) reconhece o papel dessa articulação internacional e o fortalecimento para a luta camponesa. A mundialização da luta é um novo elemento que contribui na expansão do MST. Este processo decorre da mundialização do capital na agricultura no Brasil, que fortaleceu o agronegócio e a mercantilização da comida, e teve como consequência a alteração da luta camponesa e do MST em suas ações e reivindicações para corresponder à conjuntura (FERNANDES, 2010; OLIVEIRA, 2007). Portanto, a mundialização é a ampliação da escala de atuação do MST em escala mundial. Conforme descreve Fernandes (2010, P.186)

Um elemento novo no processo de formação do MST se deu com a ampliação internacional da luta camponesa. A intensificação do agronegócio a partir da década de 1990 ameaça o processo de territorialização do campesinato em diversos países. A partir de meados dessa década, o MST ampliou suas relações com movimentos camponeses de outros países. Em 1996, filiou-se à Via Campesina,

articulação de movimentos camponeses [...] que inclui 168 organizações camponesas da Ásia, África [...] O surgimento da Via Campesina fortaleceu os movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial América e Europa.

Este período é marcado pela participação do MST junto à Via Campesina, cuja participação trouxe benefícios tanto para a articulação internacional como para o próprio movimento em questão. O principal benefício da mundialização com a Via Campesina foi que o MST passou a incorporar as atividades mundiais em sua agenda como a Campanha Global pela Reforma Agrária. Assim, o movimento nacional conquistou reconhecimento em diversos âmbitos desde organizações camponesas, de ONGs, dos governos e organismos internacionais (FERNANDES, 2010).

Sem dúvida a articulação entre o MST e a Via Campesina trouxe benefícios e ainda contribuirá para a luta camponesa e, bem como, para o próprio desenvolvimento dos movimentos nacionais e mundiais. Três exemplos de participação do MST nos ajudam a comprovar isto. O primeiro momento é quando o MST ajudou na construção da Via Campesina ao ser eleito como movimento representante da América do Sul (DESMARAIS, 2013). A representação do MST em escala continental demonstra a potencialidade do movimento camponês brasileiro frente aos demais movimentos da América Latina. Desmarais (2013, p.205) reconhece a relevância do MST e de sua contribuição para a Via Campesina:

O MST tornou-se um dos movimentos sociais mais influentes e poderosos do Brasil em parte em razão do seu sucesso em empoderar as comunidades locais por meio da conscientização, da ação direta coletiva – como as ocupações de terra – e o estabelecimento de economias locais. Simultaneamente, ele também se concentra em conquista a opinião pública nas áreas urbanas e em desenvolver uma rede de alianças internacionais amplas e diversificadas.

O segundo exemplo é quando o MST, junto com os demais movimentos nacionais da Via Campesina, foi responsável em organizar o IV Congresso Internacional da Via Campesina que foi sediado em São Paulo no ano de 2004. (FERNANDES, 2010; DESMARAIS, 2013).

O terceiro exemplo consiste nos elementos da organização interna do MST que foram adquiridos pela Via Campesina, tais como, a inserção do ritual da mística e o uso de vestimenta como o boné e lenço verde (VIEIRA, 2010).

Em relação à organização do MST e de sua relação com a Via Campesina no Brasil, percebemos como estas duas organizações se confundem em escala nacional. Tal confusão é tanta que parecem ser sinônimas ou até mesmo, parecem ser o mesmo movimento. Flávia Braga Vieira, militante da Via Campesina e do MAB, em entrevista a Nunomura (2011), da Opera Mundi, confirma esta confusão sobre esta organização. Vieira ao ser questionada sobre qual a relação entre o MST e a Via Campesina responde o seguinte:

Há uma certa identificação de que o MST é a Via Campesina ou vice-versa. Não tem como negar que o MST é muito maior e teve uma história de enfrentamento radicalizado no final dos anos 1990 que o colocou com um ator político fundamental. Conforme o MST incorpora essa cara da Via Campesina -- ao lado do boné vermelho vem o verde da Via Campesina --, que não é só do MST, mas de todos os movimentos, é natural que a imprensa e a sociedade façam essa ligação direta (NUNOMURA, 2011, página única).

Em suma, a ligação direta feita entre a Via Campesina no Brasil e o MST é apenas uma confusão sobre a organização tendo logicamente diferenças entre as organizações. Embora, possamos imaginar que a diferença entre elas seja até às vezes mínima, ela existe. Pois, a Via Campesina no Brasil é uma articulação de outros movimentos nacionais e depende também da dinâmica do movimento em escala mundial, sendo esta escala articulada por diversos outros movimentos de outros países. Contudo, é necessário reconhecer as diversas semelhanças do MST com a Via Campesina.

Ainda em comparação aos movimentos, percebemos a discrepância de influência dos movimentos articulados que, praticamente, tem seu foco destoado pela grandeza do MST. Notadamente, o MST é o movimento mais influente nas ações e decisões da Via Campesina. Esta informação é visível quando compararmos a

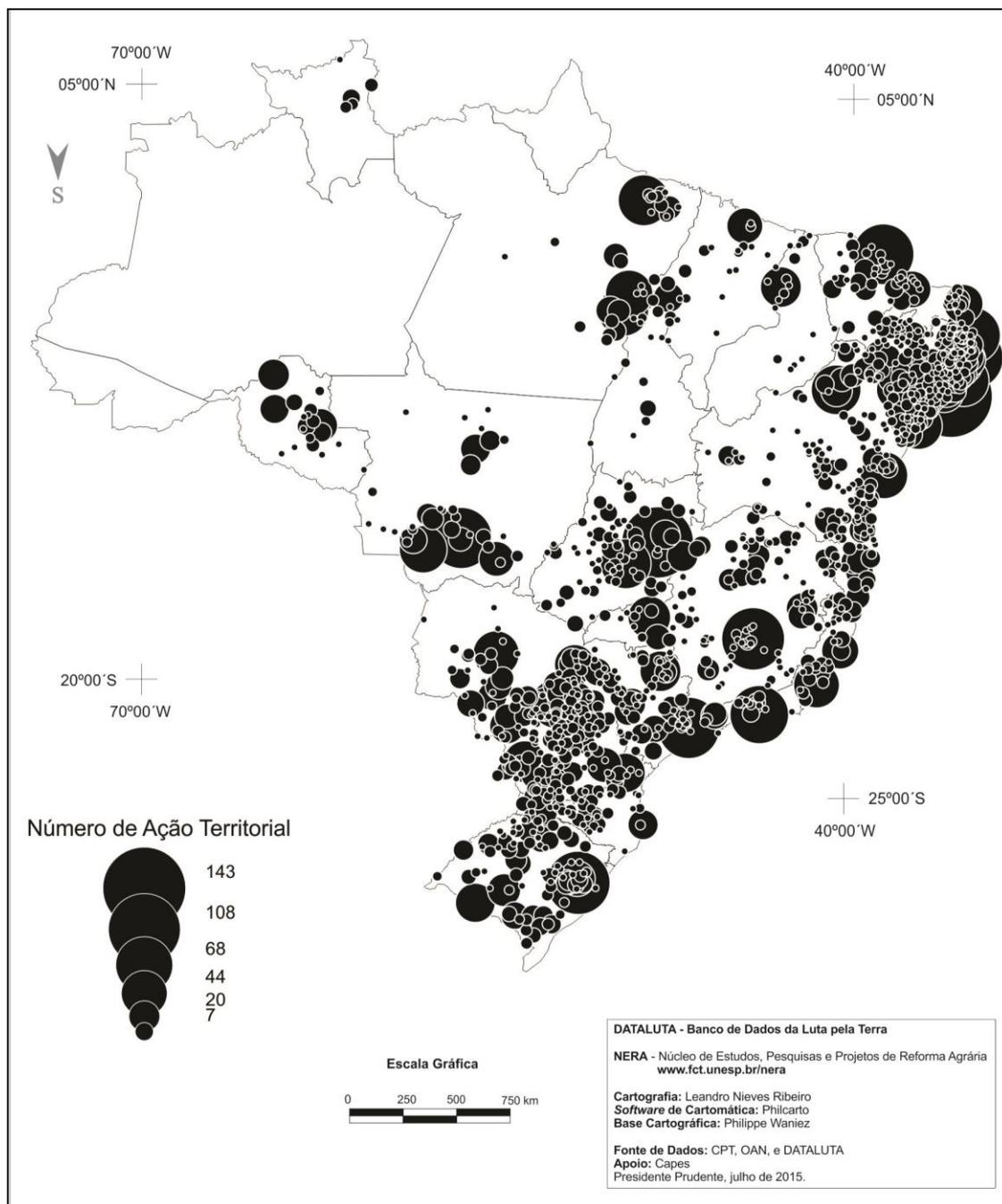
quantidade de Ações Territoriais do MST e dos demais movimentos articulados da Via Campesina. Embora a Via Campesina afirme que tem uma estrutura horizontal e, portanto, que não tem preferências ou uma hegemonia de algum movimento.

No entanto, vale refletir que a Via Campesina, tanto mundialmente como no Brasil, encontra-se em processo de construção e reformulação. Ter uma maior influência do MST, não desqualifica a articulação internacional ou nem deslegitima os demais movimentos camponeses. De certa forma podemos afirmar duas considerações. A primeira é que a força de organização do MST frente aos demais movimentos demonstra que a luta camponesa está fragmentada. A segunda é que esta diferença entre as forças dos movimentos camponeses demonstra o amadurecimento ou experiência.

Diante da literatura e debate sobre o MST, analisaremos a seguir as Ações Territoriais do MST entre 2000-2013. Nossa finalidade é identificar os tipos de ações mais frequentes e as estratégias de ações específicas do MST.

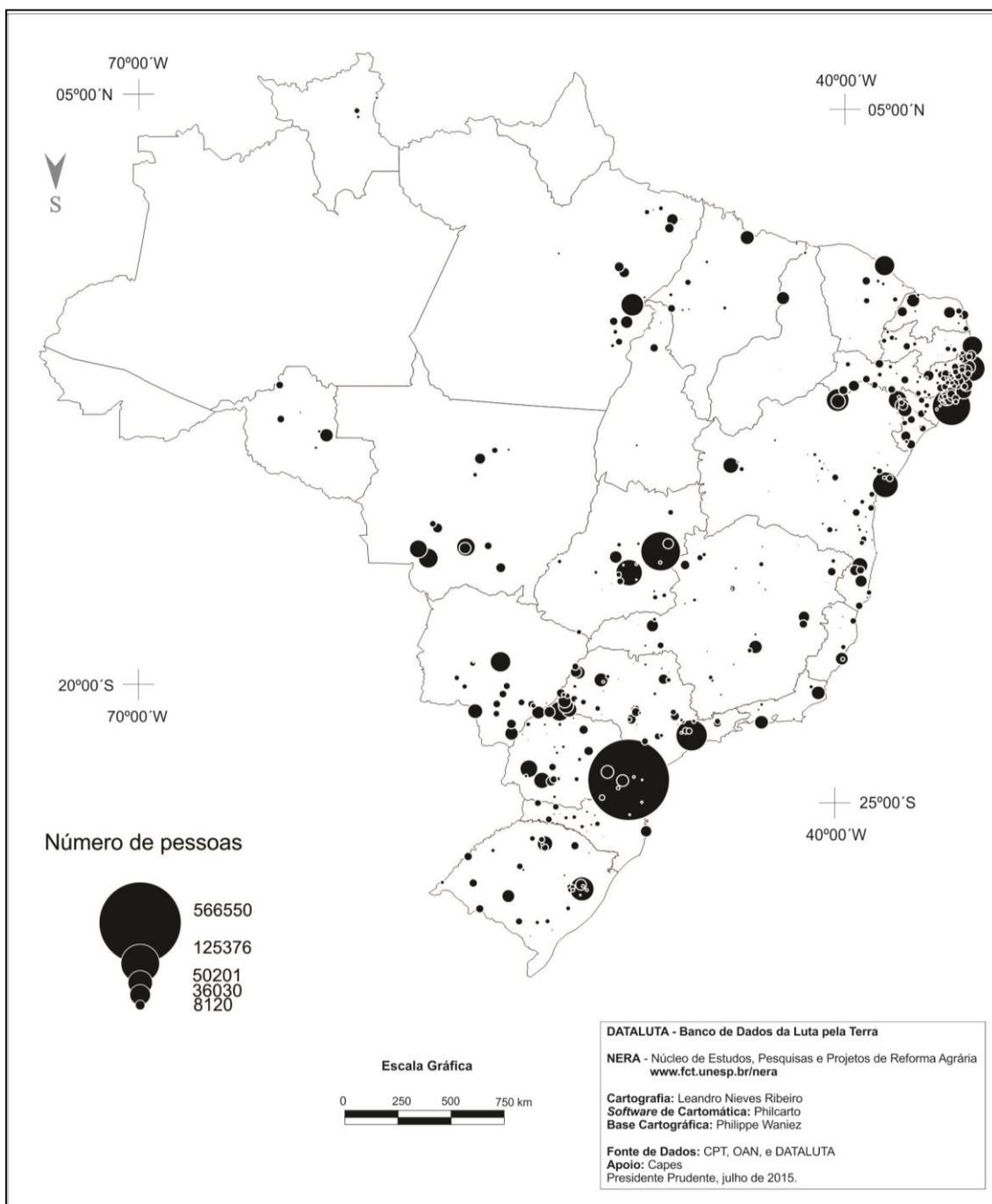
O MST entre 2000 e 2013 teve ao todo 6.751 Ações Territoriais, tendo uma média de 583 pessoas por ação e a soma de 2.977.330 pessoas. Deste total de Ações Territoriais, 5671 são ações somente do próprio movimento, o que corresponde a 84%, e com a média de 539 pessoas por ação e 2.202.871 pessoas (73%). As demais 1080 ações foram feitas em conjunto com outros movimentos e organizações, o que corresponde 15,99%, com média de 760 pessoas por ação e total de 774.359 pessoas.

No Mapa 8 representamos as Ações Territoriais do MST entre 2000 e 2013. Neste mapa é possível perceber a relevância do MST na luta camponesa com o demasiado número de Ações Territoriais.



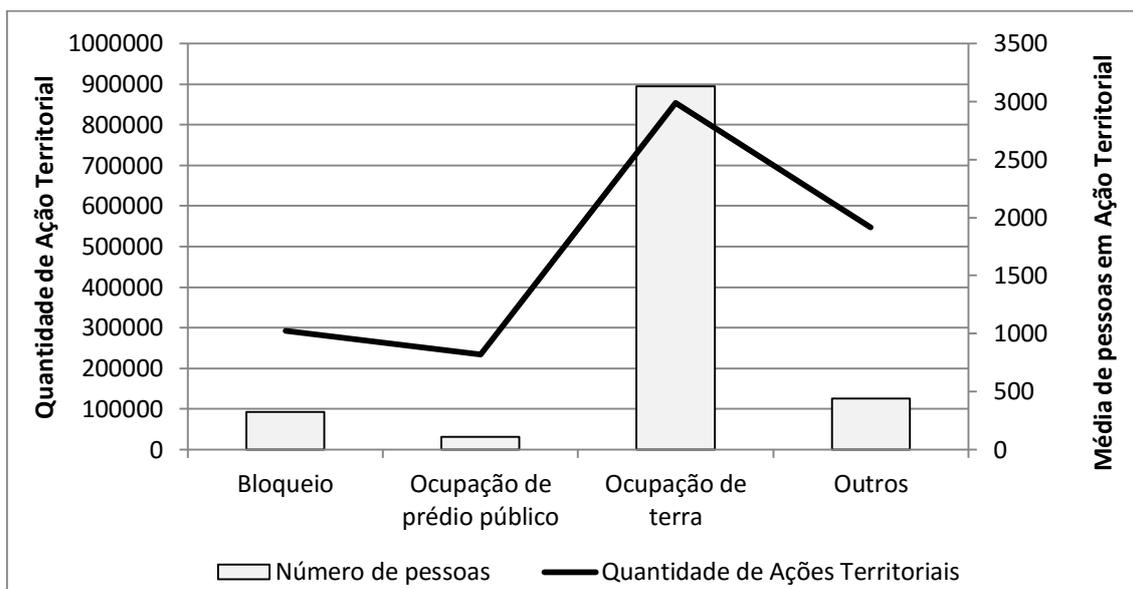
No Mapa 9 temos a representação do número de pessoas por Ação Territorial do MST entre 2000 e 2013. Neste mapa podemos perceber uma concentração de pessoas na região sul do Brasil, especificamente em Curitiba no Paraná com aproximadamente 566.550 pessoas.

Mapa 9 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2000 e 2013



No Gráfico 16 temos a Ação Territorial do MST demonstrando os tipos de ação mais recorrente.

Gráfico 16 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Ação Territorial e número de pessoas – 2000-2013



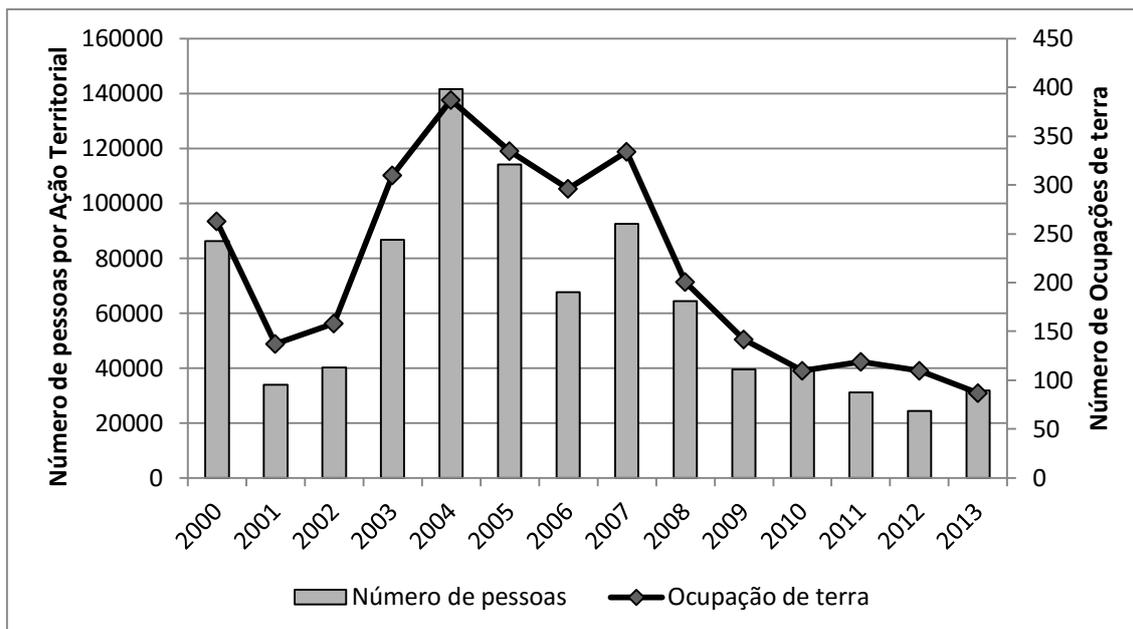
Org.: Leandro Nieves Ribeiro

Fonte: DATALUTA, 2015.

Pelo Gráfico 16 percebemos que a principal estratégia de ação do MST é a ocupação de terra com 2.989 (47,44%) ações, seguida do bloqueio com 1.024 (16,25%) e da ocupação de prédio público com 739 (13,03%). Vale destacar que a ocupação de terra é a que mais possui pessoas participantes, tendo 894.152 (78%). Em comparação com os outros tipos de ação, o bloqueio possui o total de 92.943 pessoas (8%) e a ocupação de prédio público 30.556 (3%). Em relação a média de pessoas por Ação Territorial na ocupação de terra tem a média de 668 por ação; o bloqueio é de 328 pessoas por ação e a ocupação de prédio público é 361 pessoas por ação.

A ocupação de terra foi considerada como a principal estratégia do MST e nenhum outro movimento ou organização utilizou esse tipo de ação com tanta intensidade (FERNANDES, 2001). Embora a ocupação de terra tenha sua importância histórica para o MST podemos perceber no Gráfico 17 que a prática tem um considerado refluxo principalmente entre 2008 e 2013.

Gráfico 17 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Ocupação de terra -2000 - 2013

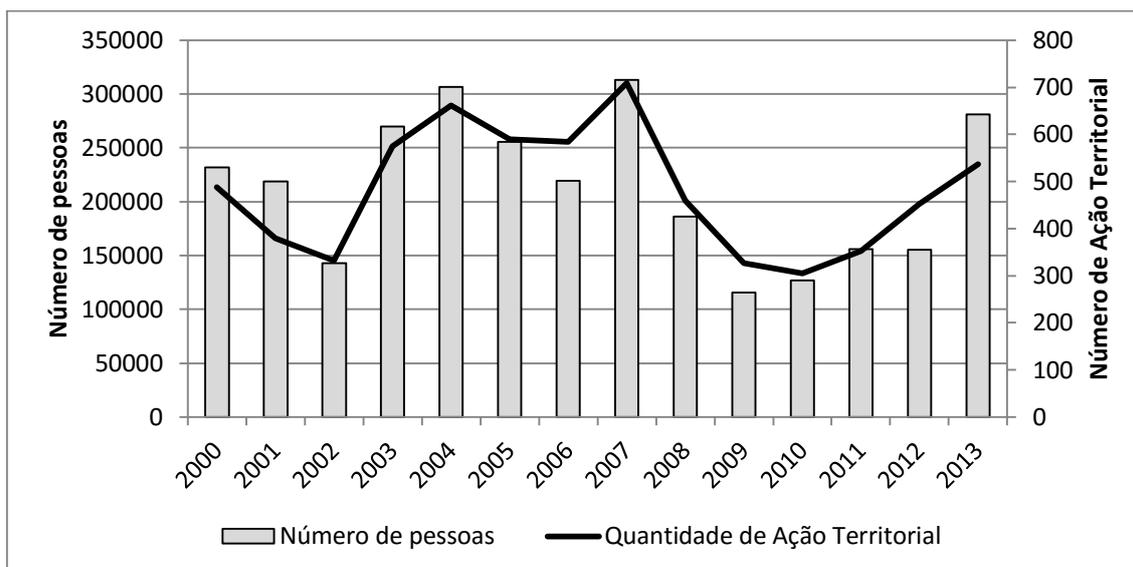


Org.: Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

Mesmo com o refluxo não podemos nos esquecer da importância da ocupação de terra para o MST como estratégia para pressionar o poder público e de quanto esta foi elementar para o acesso à terra.

No Gráfico 18 representamos a Ação Territorial do MST ao longo de 2000 e 2013 e podemos perceber a intensificação e o refluxo da ação do movimento e da participação.

Gráfico 18 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Número de Ação Territorial – 2000-2013



Org.: Leandro Nieves Ribeiro

Fonte: DATALUTA, 2015.

O ápice da Ação Territorial é em 2007 com 709 ações (10,5%) enquanto a média é 335 pessoas por ação, totalizando 312.847 pessoas. O ano de 2007 é marcado pelo início do segundo mandato do Governo Lula (2007 a 2010) e possivelmente o ápice das ações do MST é motivado pelo pressionamento do governo para que a reforma agrária saísse do grau de “excessiva timidez”, como qualifica Fernandes (2013, p.192) sobre o fracasso do II PNRA (2003 a 2006) do primeiro governo de Lula (OLIVEIRA, 2008).

Os outros dois anos com maior número de ação são 2004 e 2005, respectivamente, 661 (9,79%) e 589 (8,72%), com média 242 e 224. O ano que obteve o maior número total de pessoas participantes em Ação Territorial foi 2003, 2007 e 2013, respectivamente 254.150 (12,1%), 237.515 (11,3%) e 214.800 (10,2%) total de pessoas em Ação Territorial por ano.

O menor período de intensidade das Ações Territoriais do MST são 2010, 2009 e 2002, respectivamente, 305 (4,52%), 327 (4,84%) e 332 (4,92). O período com menor participação de pessoas 2009, 2008 e 2005, respectivamente, com 199, 207 e 224 média de pessoas por ação.

O MST é o movimento da Via Campesina que mais realizou Ações Territoriais e pelo qual tem mais participação de pessoas em suas ações. Por isso, o MST ainda permanece como o principal movimento camponês brasileiro na atualidade. A isto, deve-se ao poder de pressão do MST pela intensificação de Ações Territoriais com a intensificação das ações e participação de pessoas e por ser o movimento mais completo no sentido organizacional e territorializado.

O diferencial do MST em comparação aos demais movimentos do campo se dá pela formação ideológica e da característica organizacional original do movimento, com o saltar de escala regional para nacional, transformando a luta camponesa. A retomada do debate da questão agrária, esfriada forçosamente entre 1964 até o período da redemocratização brasileira e em 1988, o debate é recuperado graças ao MST, com a estratégia do uso da ocupação de terras para mais rapidez no processo de acesso a terras.

Sua importância também é notada no seu papel de construção da Via Campesina, tendo influenciado na sua construção na América Latina, na organização, vestimenta, mística e nas palavras de ordem. E ainda, o MST é o movimento com maior influência dentro da Via Campesina e isto é provado frente à sua participação maior do que os outros movimentos ou organizações.

### **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB**

O Movimento dos atingidos por Barragens (MAB) foi criado em 1991, e conforme conceitua e classifica Zen e Ferreira (2012), o MAB é um movimento social que reúne “populações tradicionais, como ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, camponeses proprietários de terras ou não, e populações urbanas afetadas de alguma forma pela construção de barragens” (p.489). Ainda conforme os autores, o movimento é uma reação às consequências do tratamento

pelas empresas construtoras e governos a respeito da construção de barragens. O movimento também se destaca por representar a busca pela transformação social ao propor um modelo energético alternativo ao hidrelétrico.

Scherer-Warren e Reis (2007), ao resgatar a trajetória da organização que originou o Movimento dos Atingidos por Barragens, destacam o papel da Comissão Regional de Barragens (CRAB), que contribuiu para a organização do movimento nacional. Conforme contextualizam as autoras sobre a época:

A aceleração de processos de desenvolvimento, na segunda metade do século XX, se caracterizou, entre outros aspectos, pela instalação de mega-projetos de infra-estrutura, entre os quais a de barragens destinadas à produção de energia elétrica. Pesquisas nacionais e internacionais têm demonstrado que a instalação destas obras desencadeia processos sócio-ambientais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos quanto sociais e políticos. Dentre seus múltiplos desdobramentos destaca-se a necessidade de uma reordenação territorial tendo em vista a instalação das hidrelétricas. Como parte desta reordenação inclui-se a necessidade de deslocamento compulsório das populações locais, uma vez que seus espaços tradicionalmente ocupados serão convertidos em reservatórios ou lagos artificiais, além da apropriação de seu entorno para diferentes atividades necessárias ao funcionamento dos novos empreendimentos (SCHERER-WARREN; REIS, 2007, p.1)

De acordo com Zen e Ferreira (2012), é a partir dos anos 70 que intensificam os projetos de construção de barragens, cujo contexto deve-se pela demanda energética frente ao “milagre econômico” e da crise do petróleo. Vale mencionar que a forte crise do petróleo incentivou a opção por fontes energéticas mais baratas, e que o Brasil, privilegiado pelo seu altíssimo potencial hídrico, provocou uma disputa pela construção de hidrelétricas. Conforme destaca o site do movimento<sup>111</sup> sobre o período de intensificação da construção de barragens:

[...] os países com potencial em outras fontes começaram a ser alvo de estudos e implementação de formas “renováveis” de geração de energia. No Brasil, a Eletrobrás foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e bacias hidrográficas. Como nosso país é rico em água doce, rios com grande volume de água e quedas suficientes para gerar energia

---

<sup>111</sup> <http://www.mabnacional.org.br/>

elétrica, a conclusão do estudo foi um mapeamento detalhado de onde se poderia construir as usinas hidrelétricas. Grandes empresas eletrointensivas (alumínio, ferro-liga, etc.) estavam se instalando no país e exigiam as condições de infra-estrutura, nesse caso em especial, energia elétrica. Com isso, o Estado brasileiro foi o grande financiador da construção das hidrelétricas. Imediatamente iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país. Ao mesmo tempo que havia um estudo sobre o potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Consequência disso foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terras (MAB, 2011, página única).

Em contrapartida, Scherer-Warren e Reis (2007) afirmam que devido a abertura lenta e gradual da redemocratização brasileira tal cenário possibilitou que organizações populares se mobilizassem e confrontassem a situação local. Pode-se afirmar que a circunstâncias levaram a criação do MAB. Malvezzi (2012) descreve que a construção das hidrelétricas gerou polêmica como o caso da barragem de Sobradinho, localizada no rio São Francisco, que inundou quatro cidades e contabilizou a realocação de 72 mil pessoas. Segundo o mesmo autor, o mesmo modelo energético adotado na época do regime militar se repete no atual governo com a construção de outras usinas como a de Jirau, de Belo Monte e entre outros, gerando mais polêmica sobre a necessidade da construção (MALVEZZI, 2012). E para o autor, é este contexto que contribui para a organização de um movimento organizado por atingidos de barragem:

A partir da experiência de Sobradinho, os atingidos por barragens de outras regiões puderam organizar-se melhor para defender seus interesses, inclusive, inviabilizando a construção de algumas delas, principalmente na bacia do rio Uruguai. É dessa luta que surge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (MALVEZZI, 2012, p.398-399).

Scherer-Warren e Reis (2007) afirmam que embora já houvesse a construção de outras hidrelétricas é, somente, em 1979 com o chamado “Projeto Uruguai” - que planejava a construção de 25 hidrelétricas no vale do Rio Uruguai, localizado entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - que a população local reagiu

fortemente e cujo descontentamento implicou na necessidade da organização dos atingidos por barragem. Conforme explicam Scherer-Warren e Reis (2007, p.2):

A reação das populações atingidas por estes projetos, que já havia ocorrido em relação à instalação da hidrelétrica de Itaipu [...] permitiu, entre outros aspectos, o reconhecimento de que as implicações ambientais e socioculturais delas decorrentes, além de mal dimensionadas, foram tratadas pelo Estado brasileiro com relativa negligência e irresponsabilidade, na maioria dos casos conhecidos, como os de Sobradinho, Itaparica e Tucuruí.

Para as autoras, diferente da reação da população em outras obras, como em Itaipu, a população local se organizou e mobilizou-se antes da instalação, aludindo em “*verdadeiros campos de conflitos*” (SCHERER-WARREN; REIS, 2007). Ainda com as autoras, este foi o ponto inicial para uma organização de atingidos por barragem, criando a Comissão Regional de Barragens (CRAB):

Em dezembro desse mesmo ano [1979], por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi realizada uma primeira reunião para discutir a problemática em questão. Realizada na sede do município de Chapecó (oeste catarinense), contou com a presença de ‘pequenos produtores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representantes da CPT de SC e RS, agentes pastorais, vigários das Igrejas Católicas e Pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Sociólogos e Agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior’ (FAPES, 1979). Entre outros encaminhamentos, nesta primeira reunião, o mais importante foi a criação de uma ‘Comissão de Barragens’, destinada a refletir sobre o que desde então foi definido como ‘um problema social’ a ser enfrentado (SCHERER-WARREN; REIS, 2007, p. 3).

As organizações de atingidos nas barragens de Sobradinho e Itaparica, no rio São Francisco, de Tucuruí, no rio Tocantins, de Itaipu, no rio Paraná, e de Itá e Machadinho, na bacia do rio Uruguai, foram as de maior destaque nesse período.

As formas de resistência dos atingidos por barragens que se caracterizaram, durante o regime ditatorial no Brasil, por reivindicações por reassentamentos ou indenizações justas por suas terras (casos das barragens de Sobradinho, Moxotó e Itaipú), assume configurações mais politizadas a partir do processo de re-democratização (como em Itaparica e na Bacia do Uruguai) (SCHERER-WARREN, REIS, 2007, p.9).

Para Zen e Ferreira (2012) as dificuldades das lutas isoladas, ou regionalizadas, como destaca Foschiera (2009), contribuíram para a necessidade de interagir com outras organizações pelo país, iniciando a nacionalização do movimento de atingidos por barragem. Nas palavras de Zen e Ferreira (2012, p.491):

A dificuldade de obter conquistas em lutas isoladas fez que se intensificassem os contatos entre as diversas organizações pelo país. A evidência das contradições em que estão envolvidos e a dificuldade de obter qualquer conquista mediante a luta isolada levou os atingidos a perceber que, além da resistência no seu rio, deveriam se confrontar com o modelo energético como um todo. O reconhecimento mútuo dos atingidos como partícipes de uma luta comum, o contato com o movimento sindical em efervescência em todo o país na década de 1980 e a ação organizadora dos setores progressistas da Igreja Católica são todos elementos que passam a fomentar o sentimento por uma maior organização dos atingidos por barragens no Brasil (p. 491).

Com esse entendimento, os atingidos iniciaram uma nova organização. Para Foschiera (2009), as primeiras reivindicações do movimento nessa época se restringiam aos seguintes pontos: pelo valor da indenização buscando um valor *justo*, para quem devesse ser incluído na indenização, documentos de posse da terra para famílias que não possuíam, luta contra a construção da barragem e, em alguns casos, buscava-se a alteração dos projetos originais, a fim de, diminuir o impacto e suas consequências.

Com a comissão, o movimento compartilhou informações e buscou reformular e ampliar sua luta:

No caso do Vale do Uruguai, a Comissão de Barragens sofreu sucessivas reestruturações através de articulações locais e municipais, já no início de sua atuação, em primeiro lugar em função da criação de comissões municipais e locais, passando a ser denominada de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Em março de 1985 foram criadas quatro comissões regionais, cada uma com a função de coordenar nas respectivas regiões o que passou a ser denominado de Movimento dos Atingidos por Barragens. Em 1986 foi criada uma quinta região (Roncador/Garabi), com a finalidade de estimular a organização dos agricultores familiares que seriam afetados por três usinas hidrelétricas binacionais (nos limites do Brasil com a Argentina) a serem implantadas igualmente no vale do Uruguai (p.4)

A oficialização do movimento nacional é realizada no dia 14 de março em 1991 com o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, na cidade de Goiânia (GO) (CPT, 2011). De acordo com Zen e Ferreira (2012), a data da oficialização do MAB é marcada com a criação do Dia Nacional de Luta contra as Barragens, memorizando a criação com mobilização.

Zen e Ferreira (2012) consideram o MAB como responsável por evidenciar as contradições capitalistas entre a relação de construção de usina hidrelétrica e aumento devastação do meio ambiente. Afirmam os autores que esta questão, sobre a relação homem e natureza, eram ignoradas por movimentos populares e grupos. Por isso, segundo os autores, o MAB, com sua luta por um modelo energético alternativo, tem uma relevância no cenário da luta camponesa, relacionando a luta com a questão ambiental. Conforme explicam os autores sobre o modelo alternativo proposto:

A história da luta e organização dos atingidos por barragens no Brasil é marcada pela discussão da questão energética, ora de forma fragmentada, ora numa visão de totalidade. Na segunda opção, engloba as relações da energia com as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais. Logo, a emergência do MAB se dá numa situação objetiva em que um grupo de pessoas é colocado diante da possibilidade iminente de destruição de seu ambiente. Por isso, de forma concreta, e não por adesão voluntária à causa, a luta dos atingidos não se dissocia da luta ambiental. Estas características levaram o MAB a propor a construção de um novo modelo energético, nos marcos de um projeto popular para o Brasil. O problema central na produção de energia elétrica para o movimento não é tecnológico, mas de modelo. O atual modelo energético é questionado, primordialmente, sobre o controle privado das fontes e dos meios de produção de eletricidade. Assim, o “não às barragens”, bandeira mais forte da resistência dos atingidos, passa a ser fundamentalmente um “não” à propriedade privada sobre elas, sobre a energia, sobre a água dos rios e sobre os recursos naturais. O MAB sabe, porém, que sua força para imprimir mudanças no setor energético é limitada. Por isso, o movimento busca o envolvimento de outros setores da sociedade potencialmente interessados em transformar o atual modelo energético, como os trabalhadores urbanos, que são também consumidores residenciais e sofrem com os aumentos constantes nas tarifas de energia elétrica, ocorridos principalmente após a privatização de parte significativa do setor nos anos 1990. Dessa forma, lutas mais amplas, como a mobilização de comunidades urbanas por tarifas mais baixas de energia elétrica, ganham cada vez maior relevância na estratégia do movimento. No novo modelo energético proposto pelo MAB, junto com a defesa da propriedade pública sobre a energia e a garantia de direitos aos afetados pelos empreendimentos, são pontos importantes: o desenvolvimento e uso de múltiplas fontes de geração de energia, a opção preferencial pelas que geram menos impacto

social e ambiental, a descentralização dos empreendimentos no território nacional e o controle social e popular sobre as fontes geradoras. A efetivação destas propostas, por sua vez, demanda a superação do modelo econômico primário exportador brasileiro, especialmente de produtos intensivos em energia elétrica (aço, ferroligas, alumínio, papel, celulose), e a alteração do atual padrão de consumo, marcado pelo consumismo e desperdício (ZEN, FERREIRA, 2012, p. 492).

Dessa forma, o MAB busca conscientizar a sociedade sobre as consequências do atual modelo energético e demonstrar sua proposta de modelo alternativo. Além da questão do modelo energético, o MAB tem os seguintes temas discutidos: a água, direitos humanos e gênero. O primeiro questiona a mercantilização da água e seu processo excludente das classes populares enquanto favorece os grandes empreendimentos (IORIAS, 2010). O segundo reivindica o direito dos atingidos por barragem em relação a cobrança da indenização (FOSCHIERA, 2009). E, por fim, o terceiro ponto é a igualdade de direitos das mulheres no dia-a-dia (LSR, 2009).

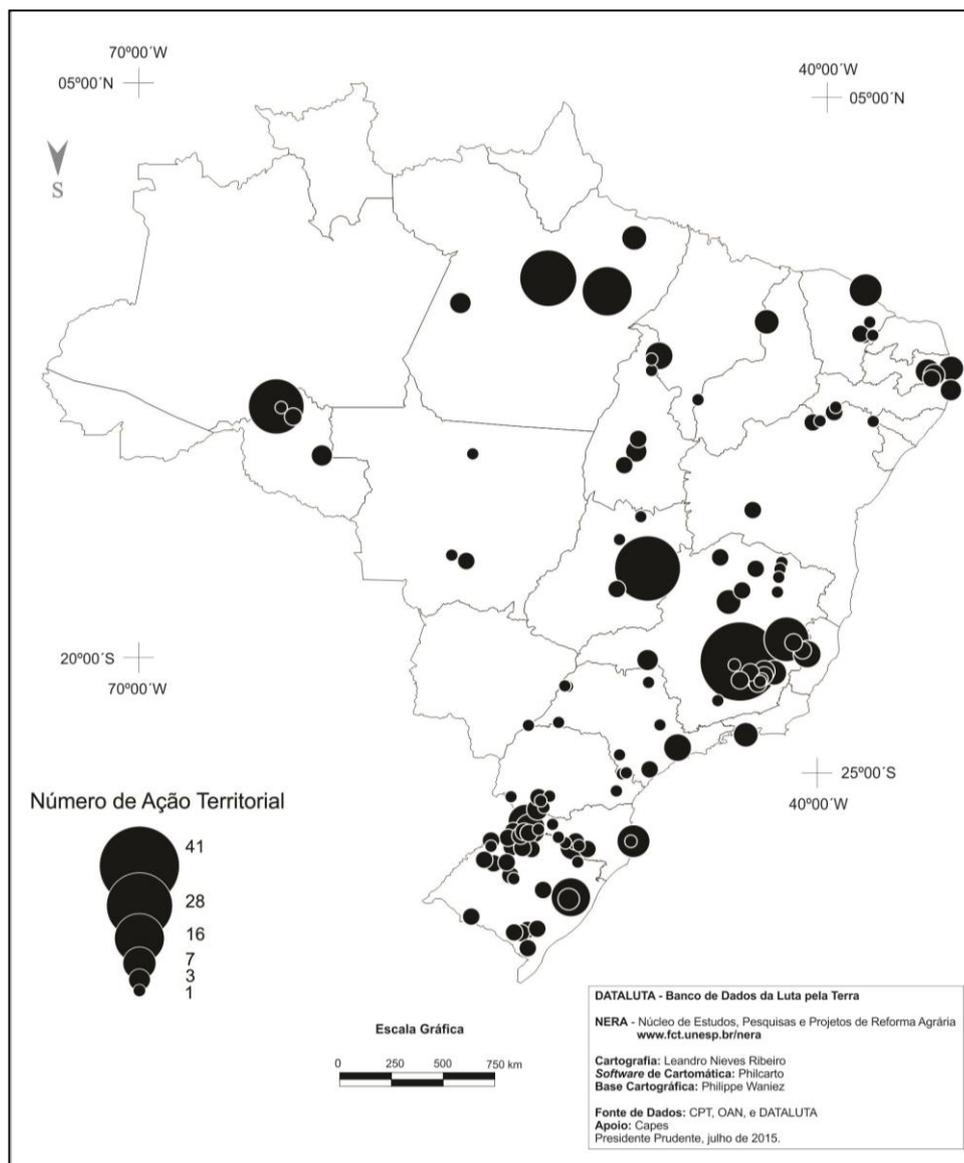
Analisaremos a seguir as Ações Territoriais do MAB entre 2000 a 2013. Nossa finalidade é identificar através do DATALUTA os tipos e as ações específicas do movimento.

O MAB realizou ao todo 387 Ações Territoriais entre 2001 a 2013, com total de 196.000 de pessoas. Destas ações, 169 (43,6%) Ações Territoriais são apenas feitas pelo movimento 75.698, e 218 (56,3%) Ações Territoriais conjuntas com movimentos e organizações, com total de 120.302 pessoas.

As Ações Territoriais do MAB têm como característica a pressão na sociedade sobre o projeto de construção hidrelétrica e do modelo alternativo de produção, os danos ao meio ambiente e das consequências sociais.

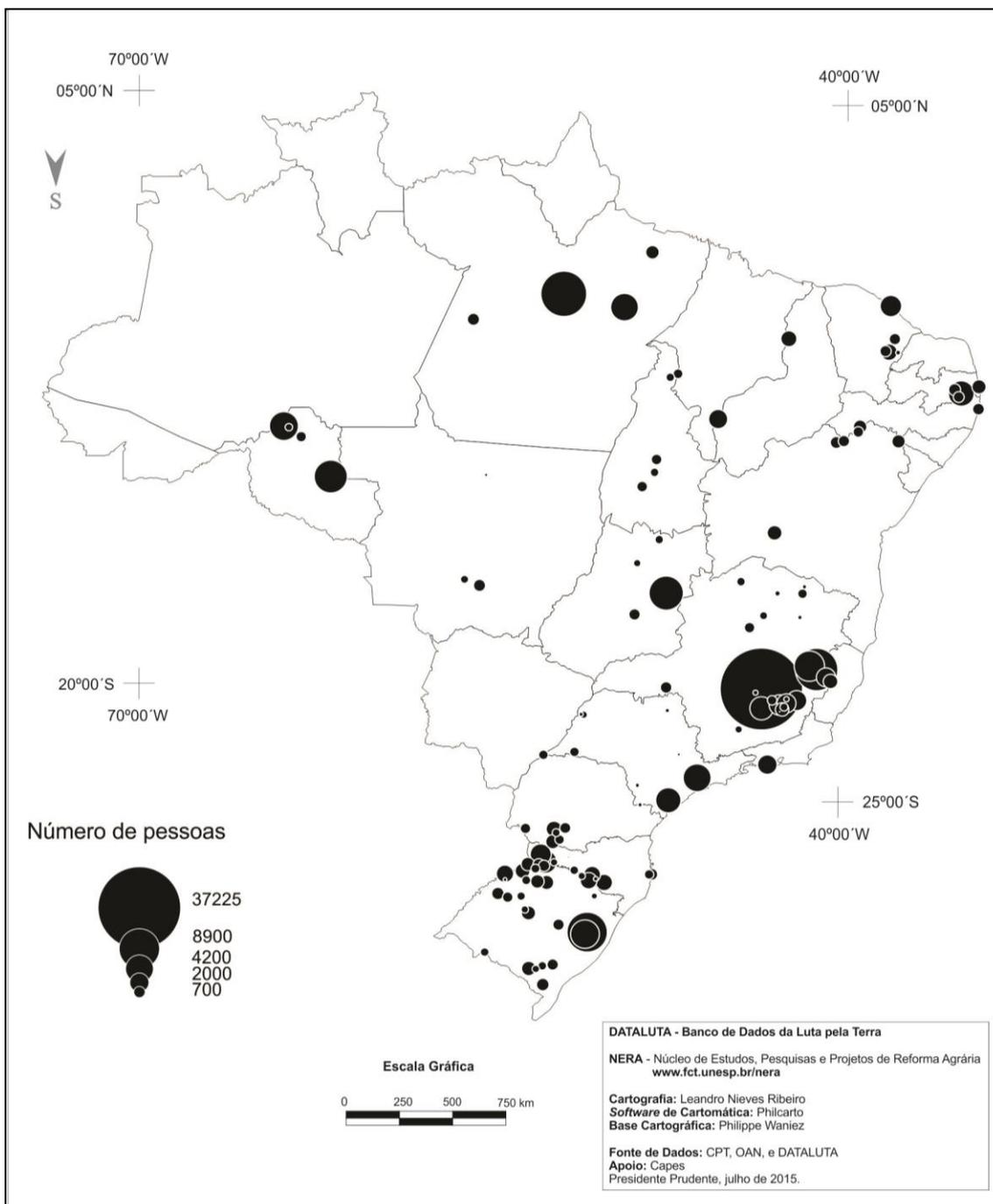
No Mapa 10 e 11 representamos a espacialização do MAB sendo no primeiro mapa a quantidade de Ações Territoriais entre 2001 e 2013. No segundo mapa representamos a média de pessoas por Ação Territorial entre 2001 e 2013.

Mapa 10 – Movimento dos Atingidos por Barragens – Ação Territorial – Brasil - 2001 e 2013



No Mapa 10 percebemos que a região Sudeste é a que possui maior intensidade de Ações Territoriais.

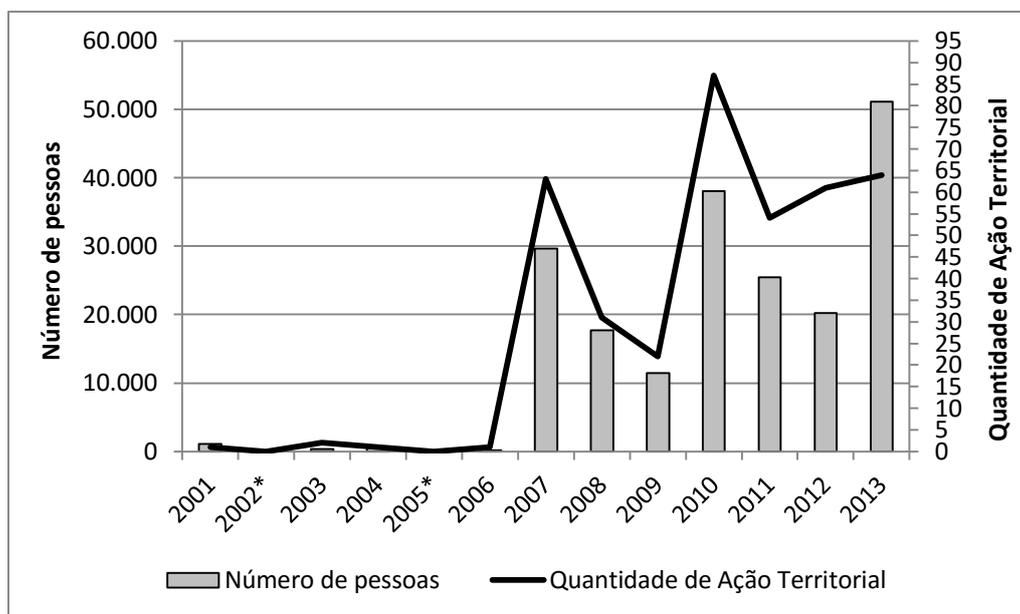
Mapa 11 – Movimento dos Atingidos por Barragens – Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2001 a 2013



No Mapa 11 percebemos a concentração de número de pessoas por Ação em Minas Gerais com o total de 70.376 pessoas e, concentração em específico, no município de Belo Horizonte com 37.225 pessoas, o que corresponde aproximadamente 53% de pessoas somente nesse município.

No Gráfico 19 temos uma representação da Ação Territorial do MAB ao longo de 2001 e 2013. No ano de 2000 não consta nenhuma Ação Territorial organizada pelo MAB, cujo início de ação foi apenas em 2001.

Gráfico 19 - Movimento dos Atingidos por Barragens – Ação Territorial e número de pessoas – 2000 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

Os anos 2010, 2013 e 2007 são os que mais tiveram Ações Territoriais do MAB, a saber: respectivamente, 87 (22,4%), 64 (16,5%) e 63 (16,2%) ações. Em relação a maior média de pessoas por ação temos 2001, 2013 e 2004, respectivamente, 1110, 1022 e 650 de pessoas por ação. No ano de 2001 ocorreu a apenas uma única ação, o que faz com que a média de pessoas neste ano seja extremamente elevada. Contudo, este mesmo ano ainda possui uma relevância, pois foi quando ocorreu a primeira ação registrada do MAB no DATALUTA<sup>112</sup> em 27 de março de 2001. Esta ação foi em Júlio

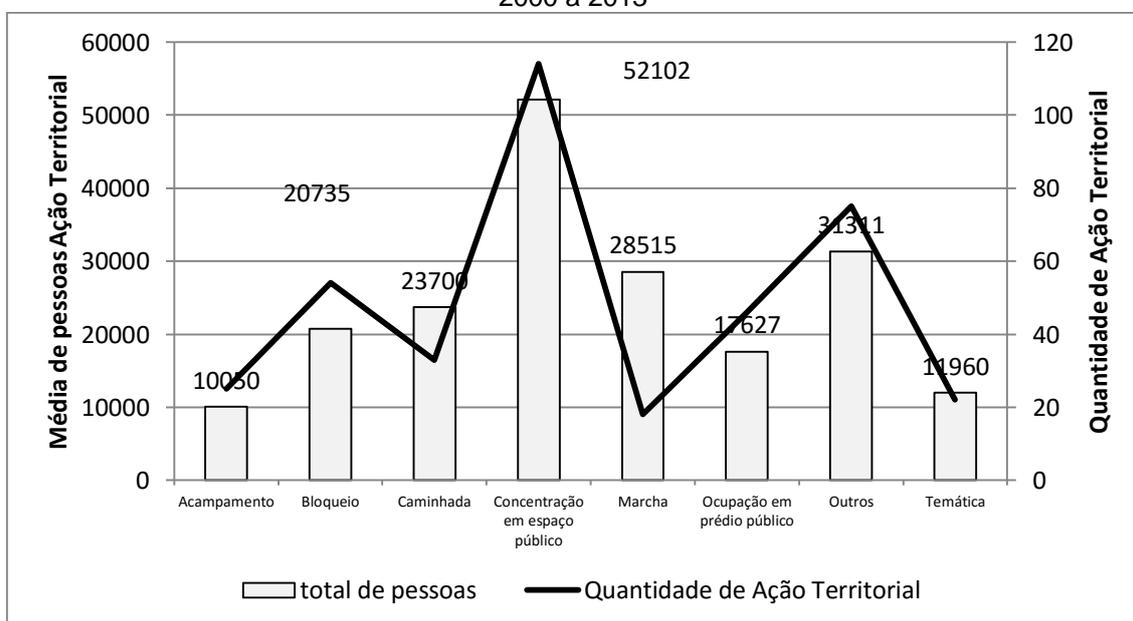
<sup>112</sup> Para compreender nosso argumento, devemos relembrar dois pontos. Primeiro que o MAB foi criado em 1991 e, segundo, que o banco DATALUTA fornece apenas os dados de Ação Territorial entre 2000 e 2013. Ou seja, 9 anos de existência do MAB foram ocultadas e por isso, a temporalidade usada nessa pesquisa e nos dados pode ocultar alguma ação anterior a data mencionada.

de Castilhos no Rio Grande do Sul e se trata de uma ocupação de terra na Fazenda Bom Retiro<sup>113</sup>.

Comparando ao período que teve maior participação do total de pessoas por ação, são os anos 2013 (65.408), 2010 (44.718) e 2011 (34.398). O ano de 2013 aparece como momento de intensificação da quantidade de ação e da participação de pessoas.

Entre 2001 a 2006 o movimento não teve uma representatividade no número de ações e nem no número de pessoas participantes. A partir de 2007 o movimento começou sua representatividade em Ações Territoriais tendo até 2013, uma média de 53,5 ações por ano e uma média de 34.453 pessoas por ano. Assim como para o MST, o ano de 2007 - marcado pelo início do segundo mandato do Lula e término do fracassado II PNRA - apresentou a intensificação de ações e da espacialização da luta do MAB.

Gráfico 20 - Movimento dos Atingidos por Barragens – Ação Territorial e número de pessoas – 2000 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro Fonte: DATALUTA, 2015.

<sup>113</sup> Segundo a matéria do jornal Estadão (2001), que comentou sobre a notícia da ocupação, o movimento responsável pela ação não foi o MAB e sim o MST. Pelo DATALUTA, a informação que usamos sobre que a ocupação tenha sido realizada pelo MAB tem como fonte a CPT e a OAN. Tanto o jornal como o banco DATALUTA traz apenas o nome de um movimento (MST ou MAB) como responsável pela ação. Mesmo com a dúvida apresentada pelo jornal, nós decidimos manter a ocupação como organizada pelo MAB (ESTADÃO, 2001).

As três mais frequentes Ações Territoriais do MAB são concentração em espaço público com 114 ações (29,4%), ocupação em prédio público com 46 (11,8%) e bloqueio 54 (13,9%). O tipo de ação com maior número total de pessoas é concentração em espaço público com 52.102 pessoas, seguido do bloqueio com 20735 pessoas e 28.515 a marcha. A concentração de espaço público é a principal ação do MAB. Embora o nome desta ação seja genérico, pois não define precisamente um tipo de ação como a marcha, bloqueio ou ocupação, esta ação pode ser uma simples concentração no centro da cidade ou numa praça pequena. Pelo DATALUTA estas ações do MAB com tipos de concentração têm como principal alvo as usinas hidrelétricas, barragens e de protesto contra novas construções relacionadas com barragens ou usinas. Outras ações mais destacadas questionam empresas como Aracruz e a MBR (de mineração) e contra o Banco do Brasil e posicionamento da Assembleia Legislativa.

O MAB se destaca na luta camponesa por conta da inovação de sua pauta política em torno do modelo energético de energia. É o segundo maior movimento brasileiro do campo tanto no sentido de sua intensificação de luta como na organização e pauta, colocando a problemática com a questão energética do país e propondo um modelo alternativo de produção. A relevância do MAB para a Via Campesina é por conta de suas características de luta popular e de pautas que se assemelham com a articulação mundial.

Infelizmente, não é possível destacar com precisão a data de entrada do MAB na Via Campesina. Contudo, imaginamos que o MAB tenha ingressado na Via Campesina no mesmo momento do MST, isto é, em 1993, momento em que o movimento articulador oficializou sua criação.

## Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se autodenomina como um movimento *autônomo, feminista, camponês e socialista*. O MMC é o único movimento articulado na Via Campesina no Brasil, cujo papel é protagonizado *pela e para* a mulher camponesa.

O MMC foi criado oficialmente em 2004, mas a história da luta das mulheres camponesas não inicia neste ano (CRUZ, 2013; CONTE, 2007). Conforme destaca Cruz (2013), ao buscar a origem do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, a luta das mulheres no campo se inicia no começo da década de 80 com a atuação da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR – Sul) e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Tais movimentos organizavam encontros entre mulheres camponesas, e constituíam-se, o que Paludo e Darion (2012) designam, como *movimentos autônomos*. Este movimento tinha a finalidade de articular as lutas gerais das mulheres do campo e da cidade e tornou-se o principal responsável pela articulação das mulheres camponesas que levaria a formação do MMC.

Cruz (2013) destaca que em 1986 é realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil em Barueri/SP<sup>114</sup>, cujo encontro serviu para avaliar os avanços e dificuldade da luta das mulheres e possibilitou troca de experiências entre os movimentos. Para a autora, o ano de 1986 serviu para reforçar a organização das mulheres camponesas nos Estados em detrimento da organização de um abaixo assinado em 1986 para incorporar na elaboração da nova constituição, contendo propostas do interesse das trabalhadoras. Em 1987, o movimento organizou uma caravana de mulheres camponesas para entregar o documento pessoalmente em Brasília. Após a caravana, é organizado o II Encontro Nacional do movimento, em Barueri/SP, em 1988, cujo momento levou a ampliação do movimento com a

---

<sup>114</sup> Segundo Cruz (2013) o encontro conteve 36 movimentos participantes de 16 Estados.

organização de uma coordenação nacional contendo 3 membros de cada região (CRUZ, 2013). No início da década de 90, AIMTR buscou defender uma série de lutas por direitos das mulheres, como o direito previdenciário com aposentadoria para mulheres aos 55 anos e para os homens com 60 anos, e por fim, o salário maternidade (CRUZ, 2013). Com isso, as mulheres se mobilizaram nacionalmente. Conforme, explica Cruz (2013, p.2)

Houve uma mobilização nacional em março com a participação de 18 Estados, contando com aproximadamente 1.800 mulheres trabalhadoras rurais na luta pela regulamentação dos direitos previdenciários. Chegou-se à grande conquista da regulamentação da aposentadoria que resultou no início dos pagamentos por parte do INSS às trabalhadoras e trabalhadores rurais. Em 1993, foi priorizada a luta pela aprovação do projeto do salário maternidade. Aconteceu nova mobilização nacional, em agosto, com a presença de mulheres de 19 Estados. Assim conquistaram a aprovação do projeto do salário maternidade, uma significativa conquista para as mulheres trabalhadoras rurais.

Estas conquistas foram essenciais para que as mulheres e a AIMTR pudessem avançar na mobilização e luta por direitos das mulheres no cenário nacional. De acordo com Cruz (2013), um passo relevante para as mulheres foi o fortalecimento com a CLOC e com a Via Campesina, que provocou a construção de uma outra articulação de mulheres:

À medida que as organizações de mulheres trabalhadoras rurais foram crescendo e se fortalecendo nos Estados, sobretudo a AIMTR-Sul participando da Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e Via Campesina, sentiu-se a necessidade da consolidação da ANMTR (CRUZ, 2013, p.2).

Nesse momento, a articulação realizou um novo encontro, em outubro de 1995, resultando na formação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil (ANMTR), cujo encontro conteve 51 participantes<sup>115</sup> de 18 Estados (CRUZ, 2013, p.2-3). Segundo Paludo e Darion (2012), a ANMTR reuniu mulheres de diversos

---

<sup>115</sup> Em Cruz (2013) não fica claro se são 51 movimentos participantes diferentes ou se são 51 mulheres que participaram da formação da organização da ANMTR.

movimentos já existentes, como da CPT, MST, PJR, MAB, MPA e de sindicatos de trabalhadores rurais. Feito esta articulação de mulheres, o *movimento autônomo* buscou consolidar-se no cenário nacional.

Outro ponto sobre o fortalecimento do movimento se deve pela construção de momentos históricos que fortalecem a identidade do movimento com o objetivo de programar. Conforme destaca Paludo e Darion (2012) são duas datas: a primeira é 8 de março, Dia Internacional da Mulher; e a segunda é 12 de agosto que memoriza a morte de Margarida Alves, e que simboliza diversas bandeiras: “dia de luta contra a violência no campo, pela ampliação dos direitos previdenciários, pela saúde pública, por um novo projeto de agricultura, pela Reforma Agrária, pela campanha de documentação e pela formação política” (PALUDO; DARION, 2012, p.483).

Com o fortalecimento do movimento, seguiu-se para nacionalização do movimento e conforme explica o próprio movimento deste processo em seu website<sup>116</sup>:

Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começamos a potencializar e unificar o movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional. Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 à 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: **Movimento de Mulheres Camponesas** (não paginado, grifo do autor).

Segundo Cruz (2013), após o Curso Nacional, o movimento foi oficializado com a realização do I Congresso Nacional do Movimento das Mulheres Camponesas em 2003 em Brasília. Este ano, portanto, marca a oficialização da criação do MMC (PALUDO; DARION, 2012).

Em suma, a criação da MMC foi baseada na articulação de outras lutas sociais protagonizadas pelas mulheres. A luta das mulheres veio de uma construção longa que

---

<sup>116</sup> Disponível em:< <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44> >.

teve dificuldades em se destacar na luta social. Touraine (2006) e Gohn (2010) destacam que a criação de movimentos de mulheres é um processo novo e é uma característica do que consideram como novos movimentos sociais.

A mobilização das mulheres quando organizadas pela AIMTR- principalmente, as mulheres do campo - ganhou relevância e força quando iniciaram a articulação com a CLOC e, bem como, com a Via Campesina<sup>117</sup>. Com a intensa mobilização nacional das mulheres o resultado foi a união de pautas reivindicativas de diversas classes de mulheres e na materialização de suas pautas na formação do Movimento das Mulheres Camponesas. Conforme destacam Paludo e Doran (2012, p.483):

A luta das mulheres vem de longe e, na atualidade, é possível dizer que está presente na maioria esmagadora dos países. No Brasil não é diferente: em todos os períodos da nossa história é possível verificar a presença das mulheres na luta pelos direitos da cidadania, pelo reconhecimento do e no trabalho, pela igualdade de tratamento, enfim, na luta contra a exploração, a opressão, a discriminação e a violência, com iniciativas que envolveram e envolvem tanto o espaço público quanto o privado [...] Foi a partir dessas lutas – que viabilizaram a teorização sobre as relações sociais de gênero e sobre o feminismo – que foram se constituindo movimentos e entidades ou instituições feministas.

A emergência da criação de um movimento nacional de mulheres camponesas é fortalecida pelo apoio de outras organizações que entendiam a sua urgência. Nesse sentido, Jalil (2009, p.92) reflete o seguinte:

O MMC é fruto de uma luta política que envolve as mulheres agricultoras rurais desde a década de 70 e que estavam envolvidas em diversas organizações, como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e grupos de mães, e é fruto dos processo (sic) de questionamento às estruturas patriarcais e capitalista fortemente presentes no meio rural. Esses grupos surgem como tais a partir da necessidade de fortalecer a luta específica das mulheres na luta pela terra e pela democratização do meio rural.

Dessa forma, assinalamos dois pontos. Primeiro, a importância da igreja progressista que apoia a lutas da classe popular- mais especificamente da Teologia da

---

<sup>117</sup> Falta referência bibliográfica e informação sobre datas para definirmos precisamente o momento que o MMC iniciou sua articulação com a CLOC ou com a Via Campesina.

Libertação e da CPT – e de outros movimentos na articulação das bases que levaram a organização e ampliação das lutas sociais no campo e das mulheres. Segundo o MMC (2013), o movimento surge como fortalecimento da luta pela terra e, sobretudo, da luta das mulheres camponesas. Ou seja, a luta do MMC se diferencia de outros movimentos camponeses - embora, estes outros tenham em suas bases a participação das mulheres - o MMC se organiza nas lutas específicas das mulheres camponesas. A bandeira de luta do MMC é definida como uma busca pela “libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação; a construção do projeto de agricultura camponesa feminista agroecológico e a luta pela transformação da sociedade” (MMC, 2013, página única).

Jalil (2009) ao analisar o conceito de movimento social de Touraine (2006)<sup>118</sup>, a autora relaciona o seguinte, em comparação com a proposta do MMC:

Neste sentido, compreendemos que o MMC se define como um movimento social que luta por outro modelo de sociedade, feminista e anticapitalista, ‘pela libertação da mulher e de toda forma de opressão’, o que constitui e diferencia sua identidade; político, porque luta por mudanças sociais, políticas e econômicas e propõe novas políticas públicas, questionando o atual modelo de desenvolvimento, nacional e internacionalmente; popular, pois é composto por mulheres camponesas de diversos estados brasileiros, o que caracteriza também seu caráter de ser democrático. Tem como adversário o agronegócio e o patriarcado e por objetivo, além da mudança do modelo produtivo, a transformação radical da sociedade (JALIL, 2009, p.95).

Ou ainda, como destaca Paludo e Dorian (2012, p.485) sobre o significado da luta do MMC:

A luta central do MMC é contra o modelo neoliberal e machista e pela construção do socialismo. Com base nesses princípios, são definidas as seguintes bandeiras: projeto popular de agricultura, ampliação dos

---

<sup>118</sup> Para Touraine (2006, p.26) o conceito de movimento social é embasado na combinação de três características, a saber: identidade, reconhecimento de um adversário e objetivo de atuação claro. Através desta noção, o MMC se constitui como movimento social justamente por ter sua identidade a composição de mulheres camponesas. O adversário do MMC, podemos afirmar que é o patriarcado e o machismo, construído pela noção de família tradicional. E por fim, o claro objetivo de atuação é a luta pela construção do socialismo.

direitos sociais, participação política da mulher na sociedade e projeto popular para o Brasil.

Percebemos que a luta pelos direitos das mulheres consiste numa luta anti-sistêmica, uma vez que, os direitos básicos das mulheres são subjugados pelo meio de produção capitalista, da família e da Igreja tradicional.

Conte (2007) destaca que a ideia de socialismo proposto pelo MMC é diferente da visão ortodoxa do socialismo que oculta a questão de gênero. Para o MMC o protagonismo deve ser exercido pela mulher na luta contra a opressão e discriminação. Conforme explica a autora:

O socialismo que queremos não será apenas alteração do modelo econômico. Até porque não haverá socialismo pleno enquanto existir, dentro da mesma classe, opressão das mulheres pelos homens. Enquanto nós, mulheres, não tivermos voz e vez, prevalecerá ainda a relação opressor-oprimido: opressão de homens sobre outros homens e destes sobre as mulheres, as crianças e a natureza. [...] A intenção do MMC, em todo e qualquer espaço de atuação, é levar as mulheres a serem sujeitos. Por isso, potencializamos a formação de crianças, jovens, educandas, mulheres camponesas e urbanas, e também, em muitos momentos, debatemos com os companheiros. Não somos contra os homens, mas, sim, contra o poder centralizado que oprime especialmente as mulheres — pelo fato da negação —, mas oprime também os homens. O poder centralizado, verticalizado, comandado pelo capital, põe os homens contra as mulheres e contra a natureza e, daí, a crise de civilização e planetária. É por isso que as mulheres do MMC têm buscado formas de construir a sociedade feminista e socialista (CONTE, 2007, página única).

São nesses pontos que o MMC constitui sua importância configurando uma outra linha de atuação na luta camponesa, onde a mulher denuncia o sistema capitalista e patriarcal que oprime a mulher. O MMC apresenta 4 propostas que delineiam as reivindicações do movimento, a saber: projeto popular de agricultura camponesa; ampliação dos direitos sociais; um projeto popular para o Brasil e, por fim, a participação política da mulher na sociedade.

No primeiro, o *projeto popular de agricultura camponesa* visa mudança social que viabilize o fortalecimento da agricultura camponesa, como o aumento de políticas públicas que garanta a permanência de trabalhadoras no campo e que incentive a produção de alimentos saudáveis e fornecimento de crédito especial para mulheres. O

tema da agroecologia é destacado como essencial para a agricultura camponesa, por justamente, incentivar a produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas e, também, por incentivar a produção e recriação camponesa.

Cruz (2013) destaca um trecho da entrevista feita com a Rosângela Piovizani Cordeiro, da coordenação nacional do MMC, cujo trecho demonstra a importância do *projeto popular de agricultura camponesa* para o MMC e da agroecologia. Segundo a coordenadora:

O Movimento de Mulheres Camponesas tem uma afirmação pelo Projeto de Agricultura Camponesa. Além de uma afirmação é também uma proposta de projeto político ideológico para a agricultura no Brasil. A gente associa agricultura camponesa com embasamento da agroecologia. E pensando a agroecologia a gente pensa nas relações das pessoas, a gente pensa nas relações dos homens com as mulheres, dos homens com homens e mulheres com mulheres, e de todos com a natureza. Que é toda uma relação de respeito, de tirar daí o seu sustento de forma sustentável com a questão ambiental, a questão da água, a questão da terra, a questão das sementes, enfim, é uma relação não só de apropriação para satisfazer as necessidades da gente, mas também de cuidar disso como um patrimônio das populações camponesas (CORDEIRO. Entrevista, 2001, apud, CRUZ, 2013, p.6).

Outro ponto a ressaltar é que na agroecologia a importância da mulher é defendida por propor uma redivisão do trabalho familiar, fazendo com que a mulher se torne parte participadora e produtora na e da sociedade. Ou seja, a crítica do MMC é que a mulher não seja meramente reprodutora (JALIL, 2009).

A segunda proposta é a *ampliação dos direitos sociais* que objetiva reivindicar a ampliação de direitos de Previdência, Saúde, trabalhista, educacional, assistência social, moradia e entre outros. O MMC ainda possui a característica que exercia o *movimento autônomo*, isto é, de defender os direitos básicos das mulheres.

A terceira proposta é o *projeto popular para o Brasil*, pelo qual, busca promover a luta pela soberania política nacional e luta contra as políticas imposta pelas organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e também contra as empresas do agronegócio que defendem as

sementes transgênicas que interferem na soberania camponesa. E ainda, dentro do projeto popular para o Brasil, o movimento busca acabar com a discriminação e racismo.

Por último, tem a *participação política da mulher na sociedade* que baseia na

[...] defesa da participação, valorização e autonomia da mulher em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações humanas, políticas e comunitárias; de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato, na construção de um projeto popular para o Brasil<sup>119</sup>.

Nesse tema ainda tem a “garantia de autonomia e não mercantilização do corpo das mulheres com o fim de todas as formas de violência [...] opressão, discriminação e dominação” sobre as mulheres camponesas (MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS, 2013, página única). Sobre esse ponto é fundamental destacar que a luta pela autonomia da mulher é a principal missão do MMC. Esta proposta é totalmente diferente de outros movimentos que até incluem o direito básico da mulher, porém, não se preocupam no processo de emancipação da mulher. Ou seja, enquanto alguns movimentos de mulheres ou de camponeses, como o MST e MPA, se concentram na luta corporativista<sup>120</sup>, o MMC vai além e tem seu foco a emancipação da mulher. Portanto, a defesa da libertação da mulher é o ponto diferencial de luta do MMC em comparação aos demais movimentos como o MST ou até do MPA.

No quadro 3 apresentamos a composição organizacional do MMC e sua função. A organização interna do movimento é constituída por uma coordenação nacional, coordenação estadual, executiva regional, coordenação regional, e uma coordenação municipal.

Quadro 3 - Composição organizacional do Movimento das Mulheres Camponesas.

<b>Composição organizacional</b>	
<b>Grupo de base</b>	Espaço de formação, organização e preparação para as lutas pelos direitos das mulheres. Coordenado por duas dirigentes do movimento.

<sup>119</sup> Disponível em: < <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44> >.

<sup>120</sup> Ou seja, na manutenção de direitos básicos.

<b>Direções municipais</b>	Responsável por articular e coordenar as atividades do MMC no seu município. Relaciona com as demais instâncias do MMC. Composta por uma dirigente de cada grupo de base.
<b>Direções regionais</b>	Responsável por articular e coordenar as atividades do MMC nas Regionais dos Estados. Compõem a direção regional duas dirigentes de cada município.
<b>Direções estaduais</b>	Responsável por articular e coordenar as atividades do MMC no Estado. Composta por duas dirigentes de cada regional.
<b>Coordenação nacional</b>	Responsável por orientar as linhas políticas ao MMC nacional. Articula e coordena as atividades e informa os encaminhamentos para suas bases. Composta por duas militantes de cada Estado.
<b>Direção executiva</b>	Implementar e viabilizar as decisões da Coordenação Nacional. Composta por 10 mulheres da Coordenação Nacional. Reuni as coordenadoras das equipes de trabalho <sup>121</sup> .
Fonte: <a href="http://www.mmcbrazil.com.br/site/">http://www.mmcbrazil.com.br/site/</a> Org.: Leandro Nieves Ribeiro	

Os espaços de decisão são a Assembleia Nacional e os Congressos estadual, regional e nacional. Não fica evidente em seu site o período regular de cada espaço de decisão, porém, apenas é explicado que cada evento é feito a cada 3 anos.

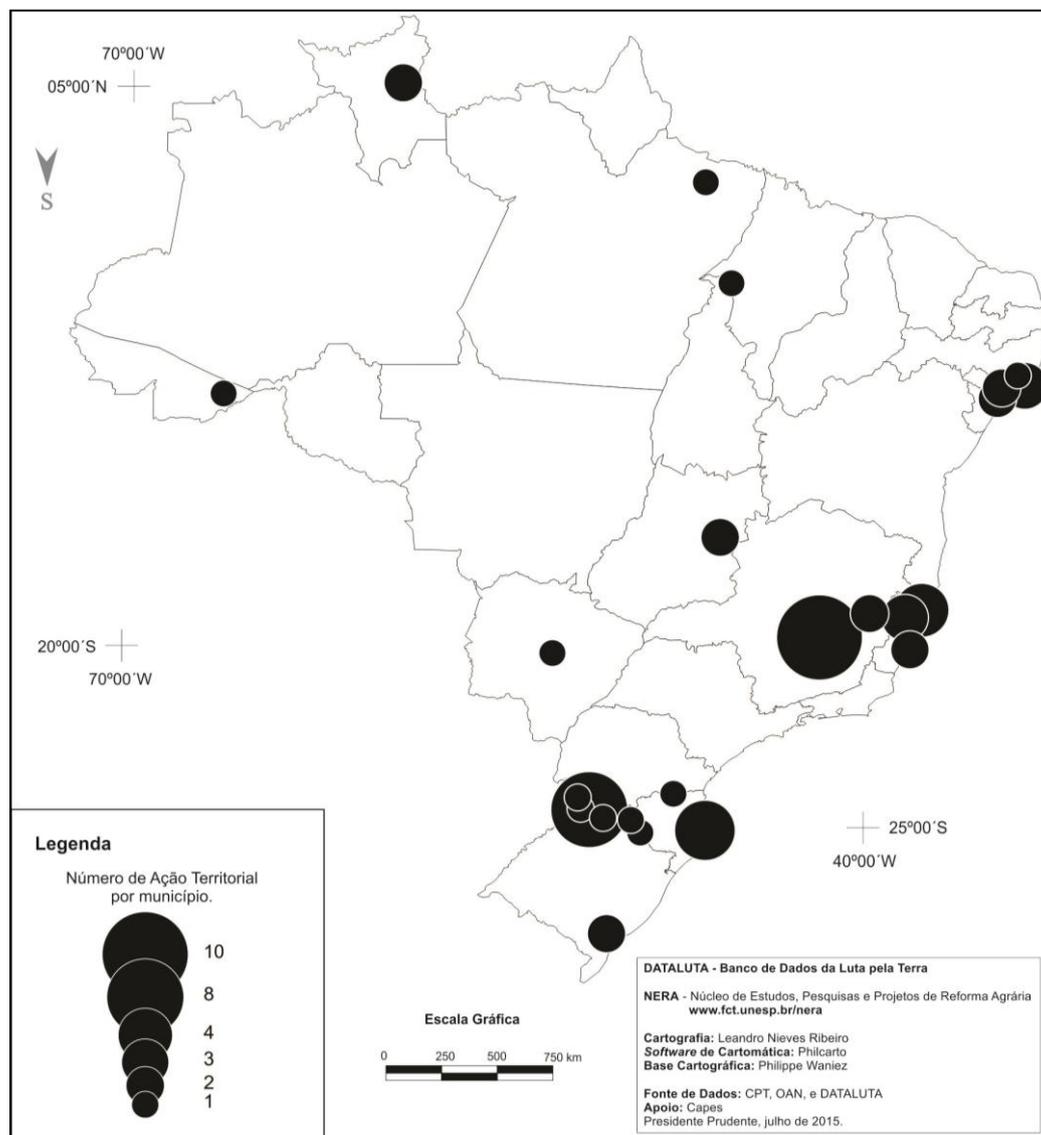
A sede nacional do MMC é localizada em Passo Fundo no Rio Grande do Sul e o escritório nacional tem sede em Brasília. O movimento destaca 4 datas de protesto permanentes para a luta das mulheres camponesas, a saber: primeiro, o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e Lutadora; segundo, o dia 28 de maio, o Dia Nacional de Luta pela saúde da Mulher; o terceiro é o dia 12 de agosto, Dia Nacional de Luta Contra a Violência no Campo; e por último, o dia 25 de novembro – Dia de luta pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Estes protestos nos permitem entender que as pautas das datas nos mostram as principais reivindicações do movimento. A violência contra a mulher, os direitos de trabalho, direitos de saúde são a base da luta do MMC.

No período de 2007 a 2013 Ações Territoriais o MMC realizou ao todo 58 Ações Territoriais entre 2000 e 2013, sendo 9 ações sozinhas (15,5%), com média de 365 pessoas por ação, e 49 ações coletivas (84,4%) com média de 497 pessoas por ação.

<sup>121</sup> As equipes de trabalho são: Lutas, Formação (elaboração de materiais, cantos, vídeos, etc.), Finanças, Organização, Relações internacionais, Relações nacionais (lutas), Comunicação (divulgação, marketing, propostas...).

A seguir no Mapa 12 temos uma representação das Ações Territoriais do MMC entre 2007 e 2013.

Mapa 12 - Movimento de Mulheres Camponesas – Ação Territorial – Brasil - 2007 a 2013



Ao todo o MMC fez 58 Ações Territoriais, sendo apenas 9 (15,5%) de suas ações executada somente pelo MMC e o restante de ações executadas em conjunto com outros movimentos ou organizações sociais. Ou seja, o MMC atua a partir de aliança e apoio de/com outros movimentos ou organizações.

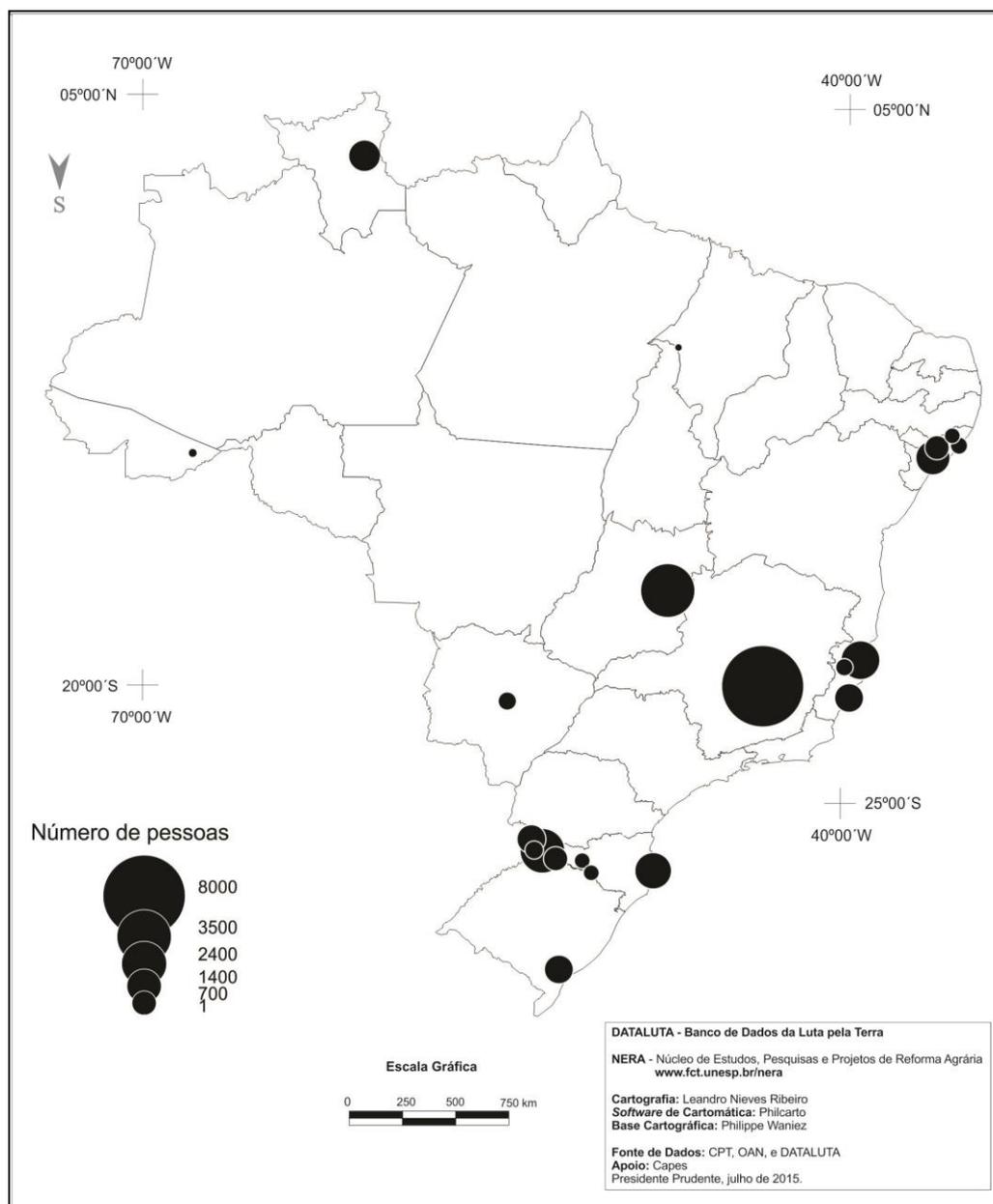
A localização das ações está concentrada na região Sudeste e sul, tendo cada uma com 21 ações (36,2%). A região Nordeste é a terceira com maior ação, tendo 9

(15,5%). A região Norte e Centro-Oeste tem respectivamente, 4 (6,9%) e 3 (5,2) Ações Territoriais.

O Estado de Santa Catarina é o que mais possui Ações Territoriais, com 19 ações (32,8%), Minas Gerais tem 12 Ações Territoriais (20,7%) e Espírito Santos com 9 Ações Territoriais. Este dado nos demonstra que a escala de atuação do MMC concentrada em algumas regiões. Santa Catarina é o local com a principal atuação do MMC e onde o movimento mais se organiza.

No Mapa 13 representamos o número de pessoas por Ações Territoriais do MMC entre 2007 e 2013, demonstrando a espacialização do MMC.

Mapa 13 – Movimento de Mulheres Camponesas– Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2007 a 2013



A cidade de Belo Horizonte foi o local onde mais concentrou pessoas do MMC em Ações Territoriais, somando 8.000 pessoas em 10 Ações Territoriais. O segundo lugar foi Brasília com 3.500 pessoas com apenas 2 ações identificadas. Uma dessas ações foi realizada no dia 8 de março de 2007, numa ação programada da Jornada Nacional das Lutas das Mulheres da Via Campesina no Dia Internacional das Mulheres. Esta ação foi uma manifestação próxima à Embaixada dos EUA contra a visita do presidente americano George W. Bush ao Brasil.

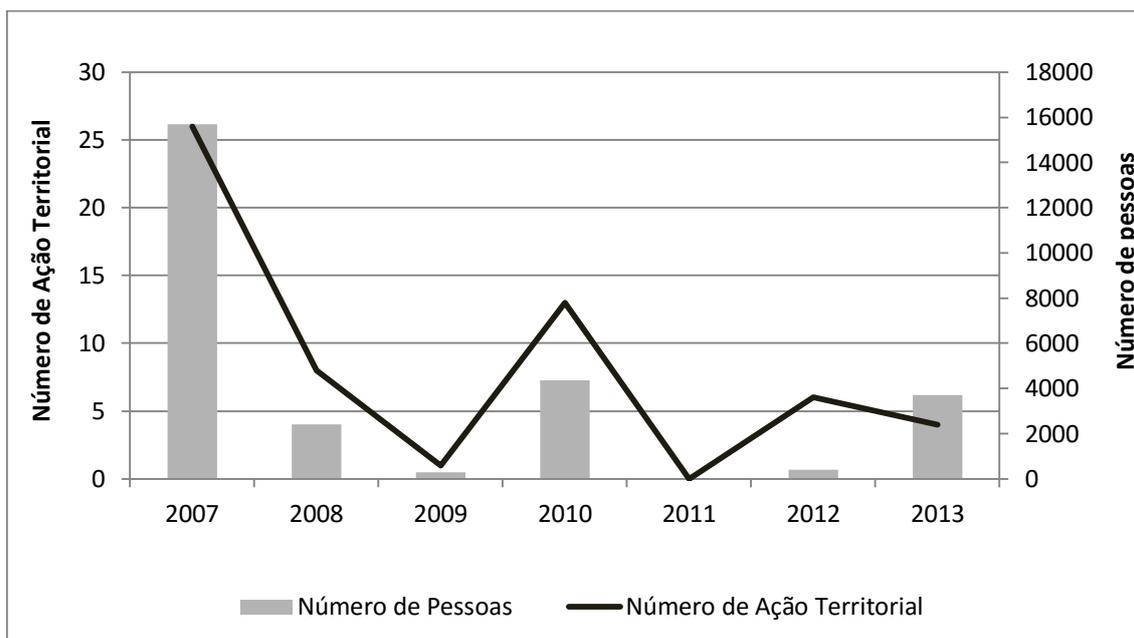
A segunda ação foi uma caminhada pelo Fim da Violência contra a mulher, na capital federal, no dia 21 de fevereiro de 2013. Esta caminhada marcava o encerramento do 1º Encontro Nacional de Mulheres Camponesas do Brasil, cujo encontro fora realizado em Brasília entre os dias 18 e 21 de fevereiro. No documento da declaração do I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas é comentado sobre a caminhada e o objetivo da ação.

A caminhada pelo fim da violência contra a mulher chamou atenção da sociedade pelo gesto de solidariedade às mulheres vítimas de violência, pela indignação diante dos assassinatos e outras formas de violência e o convite para mudança nas relações. Também serviu para fazer a denúncia junto às autoridades e órgãos públicos da responsabilidade e urgência de medidas que possibilitem a todas as mulheres terem mecanismos e estrutura necessária para avançar no enfrentamento e o fim da violência (MMC, 2013, não paginado).

A ação, portanto, é um ato simbólico para os órgãos públicos sobre medidas, mecanismo e estrutura que viabilizem o fim da violência contra a mulher. O ato também foi para demonstrar que as mulheres camponesas estavam presentes e que estão unidas com o objetivo de acabar com a violência praticada contra a mulher.

No Gráfico 21 representamos as Ações territoriais do MMC entre 2007 e 2013. O gráfico nos demonstra o momento do auge e do refluxo de ações e do aumento ou diminuição da participação de pessoas em suas ações. Vale lembrar que o MMC foi criado apenas em 2004, porém, o movimento iniciou suas ações somente em 2007.

Gráfico 21 - – Movimento de Mulheres Camponesas – Ação Territorial e número de pessoas – 2007 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

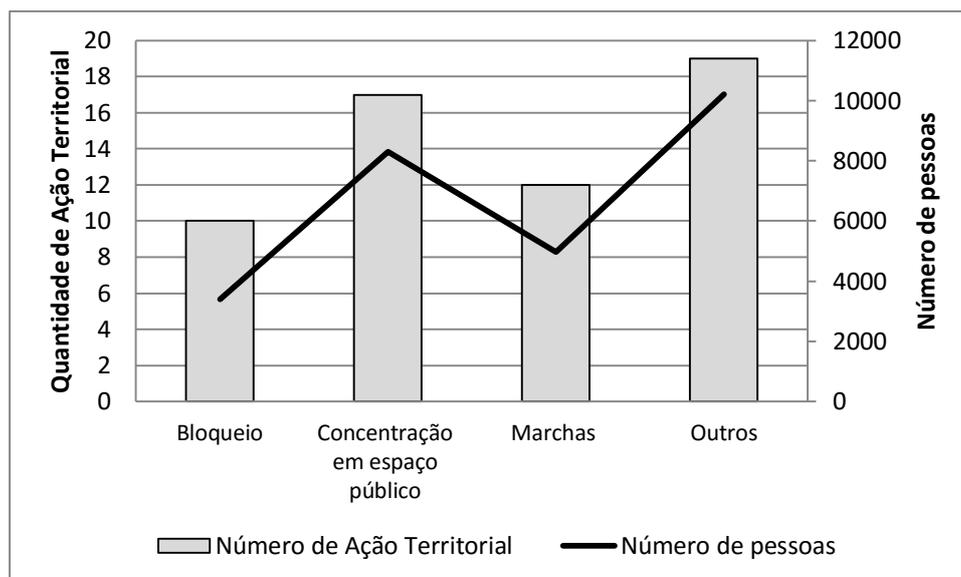
O ano de 2007 foi o ano em que teve mais Ações Territoriais do MMC, a saber: foram 26 (44,8%) Ações Territoriais e uma média de 603 pessoas por ação. Em contraposição, o ano de 2009 teve apenas 1 Ação Territorial com 397 pessoas. Em 2013, o MMC teve 4 Ações Territoriais e teve uma média de 935 pessoas.

O ano de 2007, como comentando neste capítulo, foi um momento de intensificação de lutas dos movimentos nacionais e do questionamento sobre as políticas de reforma agrária.

A primeira Ação Territorial do MMC, identificada no DATALUTA, foi no dia 7 de março de 2007 numa ação temática do Dia Internacional da Mulher. Além desta, outras 3 ações foram feitas no mesmo e todas localizadas em Belo Horizonte em Minas Gerais. Estas ações eram contra a MBR minerações por representar na região o deserto verde (MST, 2007).

No Gráfico 22 apresentamos as Ações Territoriais mais recorrentes do MMC.

Gráfico 22 - -- Movimento de Mulheres Camponesas– Número de Ação Territorial– 2007 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

Pelo gráfico, visualizamos que o movimento utilizou pela estratégia de concentração em espaço público com 29%. A segunda e terceira estratégia mais recorrente é, respectivamente, é a marcha com 20% e o bloqueio de rodovias com 17%. Esta Ação Territorial mais recorrente do MMC nos demonstra que o movimento tem a estratégia de pressionar os órgãos públicos e a sociedade em geral, justamente, por seu objetivo de lutar por melhoria, mecanismo e estrutura que viabilizem o fim da violência contra a mulher e a sua emancipação. A categoria “Outros”, com 32%, representa as diversas ações do MMC, tais como, caminhada (12%), ocupação de prédio público (8%) e ações temáticas (8%).

O MMC se difere dos demais movimentos da Via Campesina por ter em sua luta principal a temática da mulher camponesa. Por exemplo, o MMC se difere do MST, pois não luta diretamente pelo acesso à terra. Ou como o MAB, por não ter em sua luta central nas desapropriações das barragens. Ou como o MPA, que não discute o plano camponês. Contudo, o MMC em sua articulação com a Via Campesina lutas por todas e fortalece a luta camponesa tendo uma junção dessas lutas que estão fragmentadas do campo, porém tendo a centralidade o papel e presença da mulher nessa luta tanto

interna aos movimentos como externa. Dessa forma, o MMC ajuda na luta camponesa com seu apoio nas demais lutas dos outros movimentos, e ainda, desenvolve a questão do gênero para seu debate interno. A questão de gênero é uma problemática que certos sociólogos, como por exemplo, Gohn (2003, 2010, 2012) consideram como característico dos Novos Movimentos Sociais<sup>122</sup> Contudo, o MMC tem semelhanças com estes movimentos citados acima são movimentos que buscam a emancipação dos camponeses e a integração na questão da agricultura.

### **Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA**

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2015, página única)<sup>123</sup> se apresenta como uma alternativa de organização camponesa e considera-se como um “movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas”. Ainda aponta que o principal objetivo do movimento é a respeito da “[...] produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país [...]” e, ainda, o “[...] resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais” (MPA, 2015, página única). O MPA integra a Via Campesina Internacional e participa do eixo de soberania alimentar (VIEIRA, 2011).

De acordo com Görden (2012), Cadoná (2004) e MPA (2001) a trajetória da criação do MPA se inicia no período de seca no ano de 1995 que castigou fortemente os agricultores no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. De acordo com os autores, o que motivou a organização foi amargura pela falta de ajuda do governo estadual e federal em resolver o problema da seca, além de que os agricultores não tinham

---

<sup>122</sup> Para entender a relevância dos movimentos de mulheres e sobre os Novos Movimentos Sociais, cf.:Gohn (2012), principalmente no capítulo VI, “Mulheres em movimento. Movimento de mulheres”.

<sup>123</sup> Disponível em:<<http://www.mpabrasil.org.br>>

condições de acesso ao crédito com subsídio, uma vez que, a taxa de juros era demasiadamente alta e surreal para a realidade camponesa. E somado a isso, o baixo preço dos produtos agrícolas complicava e impossibilitava uma reversão da situação negativa (GÖRGEN, 2012; CARDONA, 2004).

De acordo com cartilha do MPA (2001, p.5-6)

Enquanto os agricultores angustiavam-se com a perda total das plantações, dirigentes de centrais sindicais e da Federação dos Trabalhadores faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores. Houve um momento em que a indignação dos agricultores atingidos pela seca conseguiu sensibilizar alguns sindicalistas. Estes dirigentes tiveram a sensatez de ouvir o clamor da base. Articulou-se uma mobilização histórica pela Agricultura Familiar no RS. A articulação da mobilização dos atingidos pela seca levou de roldão muitos dirigentes sindicais que estavam acima do muro. E aí houve uma ruptura política entre os que optaram pela via do acordo, sem pressão, e os que foram acampar às margens das rodovias. Aquilo foi um divisor de águas. Na verdade, a Mobilização da Seca provocou uma avaliação profunda sobre o modo da atual organização sindical. Também sobre o método de organização das lutas políticas.

Consequentemente à avaliação sobre a atual organização sindical e da angustia pela perda das plantações, 25 mil camponeses se organizaram em 5 acampamentos entre os meses de janeiro e fevereiro de 1996 no Rio Grande do Sul, cuja mobilização objetivava inicialmente reivindicar um crédito emergencial<sup>124</sup>, e conforme explica Görgen (2012), tal *acampamento da seca* resultaria futuramente na *germinação da semente do MPA*.

Conforme explica Cadoná (2004), o *acampamento da seca* possibilitou a articulação e compartilhamento de experiências dos pequenos produtores e posteriormente, para o início da organização de bases para criar o movimento nacional. Na palavra do autor:

Nos dias de acampamento, tomou-se a decisão de formar pequenos grupos, diante das dificuldades de coordenação e para dar melhor encaminhamento nas decisões, bem como partilhar os resultados das

---

<sup>124</sup> Segundo Costa M (2014) este crédito reivindicado gerou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é um “financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas” (<http://www.bcb.gov.br>).

discussões dos grupos nas assembleias diárias. Esta experiência de organização foi fundamental para, mais tarde, realizar o trabalho de nucleação nas comunidades (CADONÁ, 2004, p.120).

Após o acampamento de 1996 foi realizado no ano seguinte, em 1997, o I Encontro do acampados que oficializou a construção do MPA. Em 1998, é organizado o segundo encontro denominado de II Encontro Nacional do Movimento, momento em que é construída a simbologia e lutas do MPA.

No final de 1997 houve um primeiro encontro nacional de lideranças com o intuito de constituir um movimento nacional. Em julho de 1998 aconteceu um segundo encontro e o movimento deu passos em sua construção. Estes encontros foram dando formato, definindo características que apontavam para a construção de um movimento de massas, de luta permanente, com organização de base e com bandeiras simples, claras e objetivas (CADONÁ, 2004, p.120).

Nesse segundo encontro foram estabelecidas as diretrizes políticas e organizacionais do movimento que culminou na atual organização do MPA.

Segundo MPA (2001, p.5) a criação do Movimento dos Pequenos Agricultores é diretamente relacionada com a luta contra a situação de empobrecimento econômico e marginalização.

[...] O seu nascimento está diretamente relacionado à luta contra a atual situação de empobrecimento econômico e marginalização política da Agricultura Familiar devido às linhas da Política Agrícola implementada pelo Governo Federal. Elas favorecem as grandes empresas que controlas as terras, a produção e o comércio dos produtos para a exportação. São estas empresas que ganham incentivos fiscais e têm acesso aos créditos que por direito seriam destinados aos pequenos agricultores.

De acordo com Cadoná (2004) a experiência da luta de outras organizações foi essencial para a cristalização do movimento, como a CPT e o MST. Outro ponto do MST que foi incorporado pelo MPA é a tática de ação combativa do MST, como por exemplo, a ocupação de terra e a construção de acampamentos, que seria essencial para a luta dos Pequenos Agricultores. O MST, neste momento de criação do MPA, encontrava-se no seu auge político no cenário brasileiro e suas ações ocupavam a maioria das notícias nas mídias. Portanto, o incomodo que causava as táticas combativas do MST contra os

latifundiários e pela sociedade se tornou um exemplo a ser seguido pelos novos movimentos que surgiriam nessa época.

Görgen (2002) ao buscar refletir sobre a necessidade da organização de um movimento específico formado pelos Pequenos Agricultores destaca dois pontos. O primeiro é que foi o modo encontrado de se diferenciar na luta organizando-se de uma maneira que ultrapassasse as fronteiras locais. O segundo é que a luta pelo caminho do sindicalismo encontrava-se presa à estrutura do governo e a saída foi romper com os sindicatos e organizar um movimento. Nas palavras do autor:

A organização do Movimento dos Pequenos Agricultores sinaliza a necessidade da mudança, de organização e de mobilização da classe camponesa. Isto significa que é preciso se mexer, se organizar de um modo diferente e lutar em conjunto, combinando pressão política, mobilizações de massa prolongadas e negociações para garantir conquistas. A organização do MPA significa que os camponeses têm necessidades comuns que são maiores do que os limites territoriais do município. Se a estrutura sindical tem seus limites porque está cabrestada pelo governo, é necessário construir uma nova forma de organização política. Isto implica atravessar o território de abrangência do município (GÖRGEN, 2002, p. 495).

Atualmente o movimento se organiza em 17 estados, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Piauí (GÖRGEN, 2012). Em relação a organização interna, o movimento se constitui de: *direção*, nacional e estadual; *coordenação*, em escala estadual, regional e municipal, e por fim, o grupo de base, que é em escala local.

Quadro 4 - Composição Organizacional do MPA

<b>Composição organizacional</b>	
<b>Grupo de base</b>	Formada pelas famílias do MPA
<b>Coordenação municipal</b>	Representada pelos grupos de base
<b>Coordenação regional</b>	Representada pela coordenação municipal.
<b>Coordenação estadual</b>	Formada pela coordenação regional
<b>Direções estaduais</b>	Eleita no Encontro Estadual

<b>Direção nacional</b>	Representante de cada Estado e indicado na Nacional
Fonte: Gørgen (2012). Org. e sist.: Leandro Nieves Ribeiro	

A direção nacional é composta por representantes de cada estado e indicados no Encontro Nacional. As funções da direção nacional são: manter a organização política do movimento, articular as lutas e participar das negociações (GÖRGEN, 2012). A direção estadual é eleita no Encontro Estadual e sua função é representar politicamente nas “[...] diversas situações que a conjuntura exija (negociações, trato com imprensa etc.)” (GÖRGEN, 2012, p.496).

No tocante à coordenação, a esfera estadual busca ordenar as lutas, organizar o movimento e formar lideranças; enquanto a regional serve para facilitar a participação e agilizar a circulação de informações; e por fim, a municipal que busca coordenar as atividades de organização, desde coordenar a ação como questões internas. Em relação a composição da coordenação estadual, a mesma é composta pelas coordenações regionais. Seguindo a lógica, a coordenação regional é representada pela coordenação municipal que é consecutivamente concebida pelos grupos de base, e estes agrupadas pelas famílias. Este tipo de organização hierárquica tem a finalidade de facilitar as informações e evitar falhas na comunicação.

Em relação às reivindicações do movimento, o mesmo, constrói suas lutas através do que denominam de Plano Camponês, que vem sendo construído desde 2003 (COSTA M, 2014)<sup>125</sup>. Para Gørgen (2012) o Plano é a principal formulação estratégica do movimento, tendo duas características em sua composição. A primeira refere-se na elaboração de condição para a que os camponeses vivam com qualidade de vida no campo, permitindo que assegurem a permanência camponesa. Ou seja, entende-se que os assentamentos ou comunidades rurais precisem do acesso a educação camponesa, da moradia digna, da saúde e entre outros direitos básicos garantidos pela Constituição

<sup>125</sup> Costa (2014) traça o processo de elaboração do Plano Camponês, demonstrando as dificuldades e os desafios para a construção do Plano.

Federal. A segunda condição é para que os camponeses tenham como produzir comida saudável, no sentido de se ter crédito subsidiado, seguro agrícola, uma nova política agrícola, assistência técnica na produção, acesso a sementes crioulas, apoio na comercialização e entre outros pontos (GÖRGEN, 2012; DUTRA JUNIOR; DUTRA, 2008). Segundo Costa M (2014) a luta pelo crédito rural, como o PRONAF, e outras políticas públicas para a agricultura, como o PAA, são decorrentes da pressão do MPA e de outras organizações do campo.

Conforme explica o site do movimento, o Plano Camponês busca reivindicar as necessidades básicas da classe camponesa e da sociedade de forma geral. O objetivo geral do Plano é de que o alimento saudável seja necessário na sociedade brasileira e, bem como, de inserir os pequenos agricultores na produção de alimentos, em contraposição com a exclusão que sofrem com as políticas neoliberais e do agronegócio. Görgen (2012) ao analisar o potencial do plano, afirma que a ideia central contrapõe o modelo do agronegócio:

O plano camponês se contrapõe ao projeto do agronegócio, hoje predominante no campo, sendo as seguintes as principais oposições entre ambos: produção diversificada versus monocultivos; mercado interno versus exportação; trabalho versus desemprego; trabalho familiar versus exploração do trabalho alheio; terra distribuída versus latifúndio; comunidades versus isolamento e vazio populacional; sementes próprias versus sementes patenteadas/transgênicas; preservação da biodiversidade versus destruição ambiental; alimentos saudáveis versus contaminação alimentar/venenos; soberania alimentar versus monopólio dos alimentos; e povo brasileiro versus multinacionais/ imperialismo.

Em suma, percebemos como as características de luta do MPA são articuladas com as lutas da Via Campesina, tendo o mesmo questionamento e engajamento contra o modo de produção capitalista da agricultura. O Plano Camponês do MPA representa a principal ideia da Via Campesina e, possivelmente, no futuro será representada mundialmente.

Continuando com a análise do Plano, Görger (2012) afirma que o mesmo integra um projeto maior que é denominado de *Projeto Popular para o Brasil*. Assim o autor explica:

Este projeto só se viabilizará com a relação direta entre campo e cidade, e a aliança entre a classe camponesa e a classe operária. Esta relação se construirá nas lutas de massa, na organização e na industrialização da produção, na comercialização direta, na relação entre iguais.

Portanto, o projeto popular consiste essencialmente na aliança de classes populares do campo e da cidade, como os camponeses e os operários, que buscam mudança na sociedade brasileira incluindo melhorias para principalmente a classe popular. Mesmo que o projeto popular para o Brasil seja um termo genérico, percebemos que a principal ideia é inserir a classe marginalizada na sociedade. A proposta do projeto popular construído pelo Plano Camponês está de acordo com a principal causa que motivou a criação da Via Campesina, ou seja, de “dar vozes” aos camponeses excluídos da sociedade (DESMARAIS, 2013; GÖRGER, 2013).

Costa M (2014, p. 59-60) ao analisar as características de luta do MPA afere o seguinte:

Desde 1996, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA vem fazendo o exercício permanente em estabelecer um diálogo com o Estado, apresentando demandas históricas do campesinato em várias dimensões, econômico/produção, fundiária, educacional, tecnológica, previdenciária entre outras com caráter tanto conjuntural quanto estrutural de médio e longo prazo, mas os avanços concretos não garantiram uma estruturação do campesinato. As pautas das organizações de um modo geral não são só reivindicatórias, elas trazem muitos elementos estruturais que apontam para outras concepções de desenvolvimento. Alguns pontos dessas pautas são absorvidos pelo governo e se transformam em programas e políticas públicas, com diferenças consideráveis na formatação final. De um modo geral as propostas estruturantes dificilmente são absorvidas, por estarem na contramão do desenvolvimento capitalista, portanto do modelo adotado e defendido pelos governos, ou simplesmente por questionar de forma contundente a hegemonia do agronegócio.

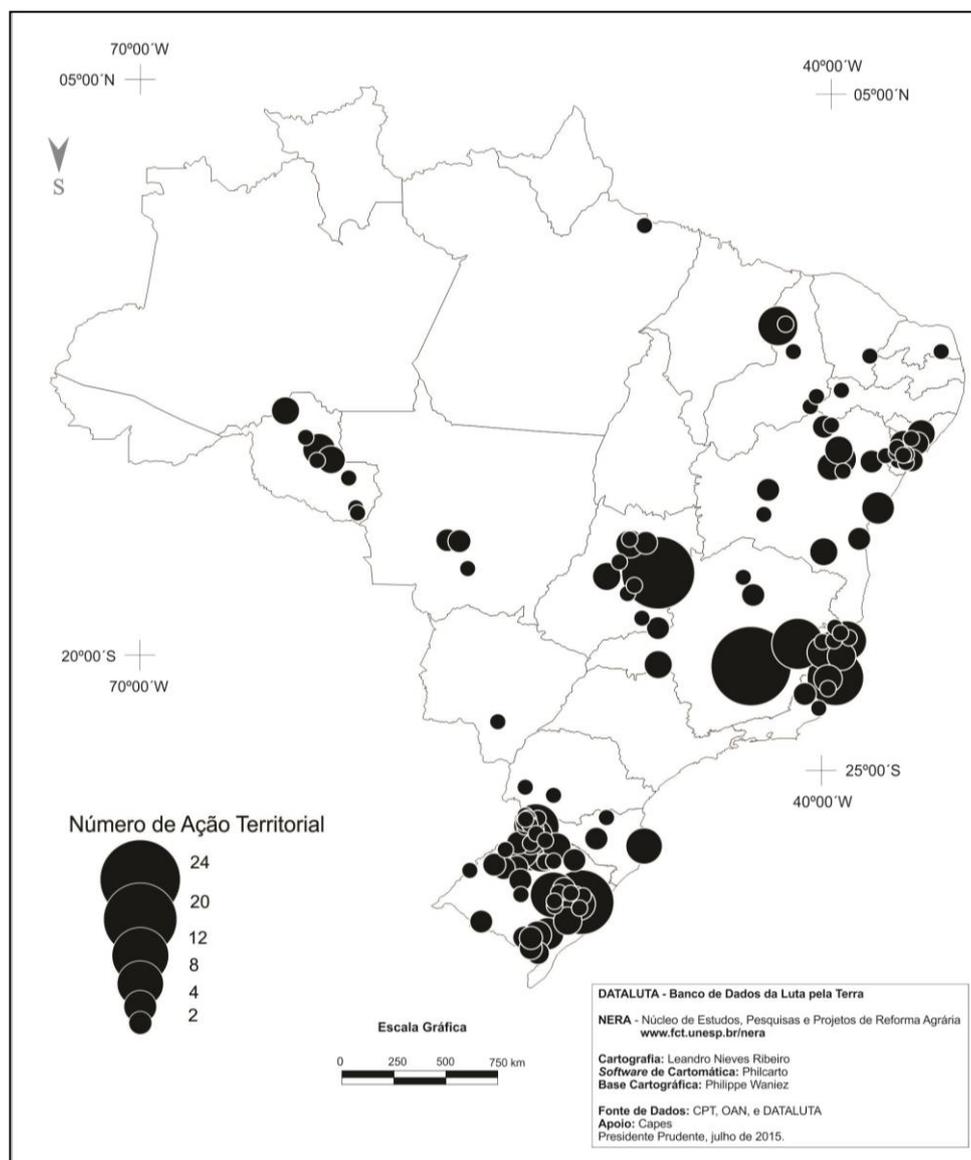
Portanto, a característica do MPA é de buscar o diálogo com o governo tendo a premissa de criar programas ou políticas públicas para reivindicar direitos básicos dos

camponeses e estruturar o campo como espaço de vida. Bem como critica Costa M (2014), como as propostas e os programas do MPA representarem um empecilho para o desenvolvimento capitalista estas ideias dificilmente são aceitas pelas organizações mundiais e nacionais, e também, pelas empresas transnacionais.

Em relação a mobilização do MPA o movimento entre 2000 e 2013 realizou ao todo 331 Ações Territoriais com uma média de 608 pessoas por ação, totalizando 159.490 pessoas. O movimento realizou 140 ações sozinhas (42%) somando 64.086 pessoas e 191 Ações Territoriais coletivas (57%) com movimentos e organizações, tendo a soma de 95.404. Portanto o MPA realiza mais ações conjuntas do que unicamente o movimento.

No Mapa 14 representamos a Ação Territorial do MPA entre 2004 e 2013.

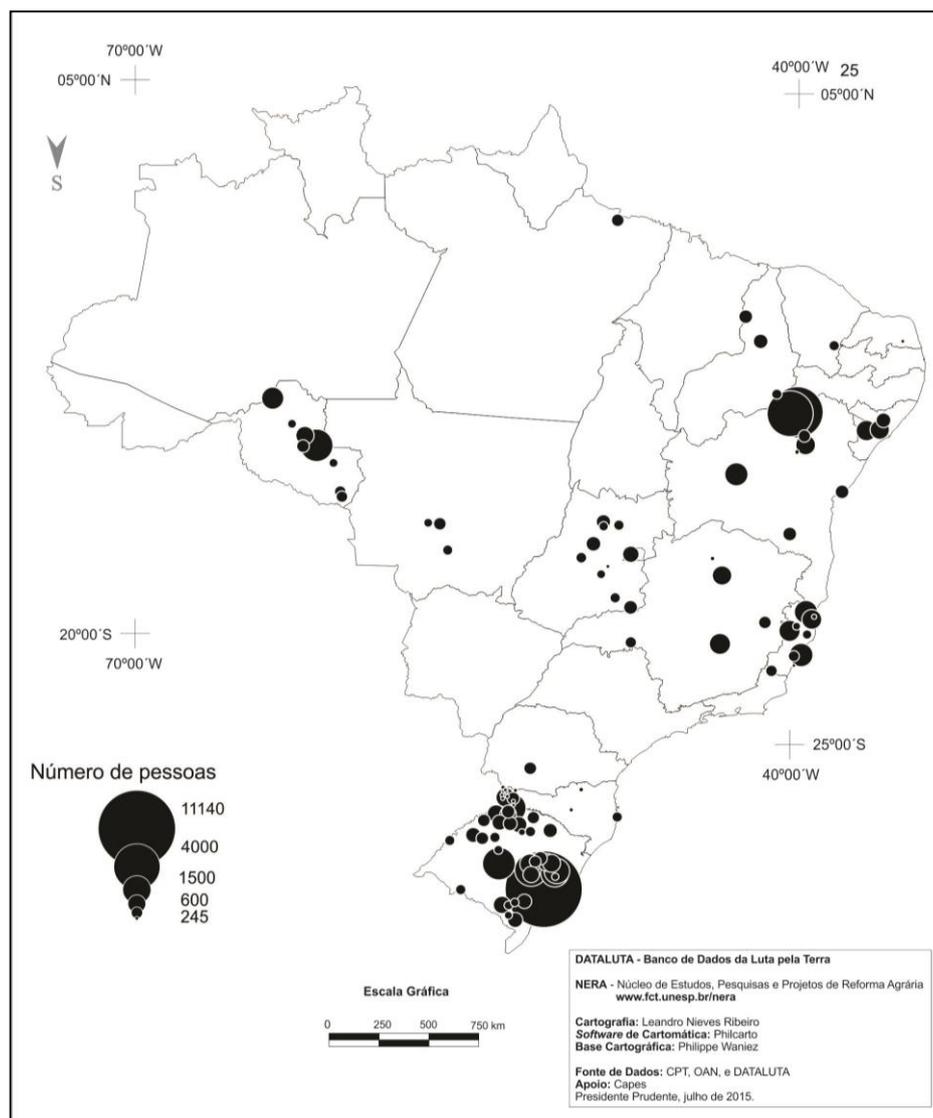
Mapa 14 - Movimento dos Pequenos Agricultores – Ação Territorial – Brasil - 2004 a 2013



Notamos pelo mapa a territorialização e a espacialização da luta do MPA concentrada nas regiões Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo), Nordeste (Piauí) e Sul (Santa Catarina) (FERNANDES, 1994; 2005)

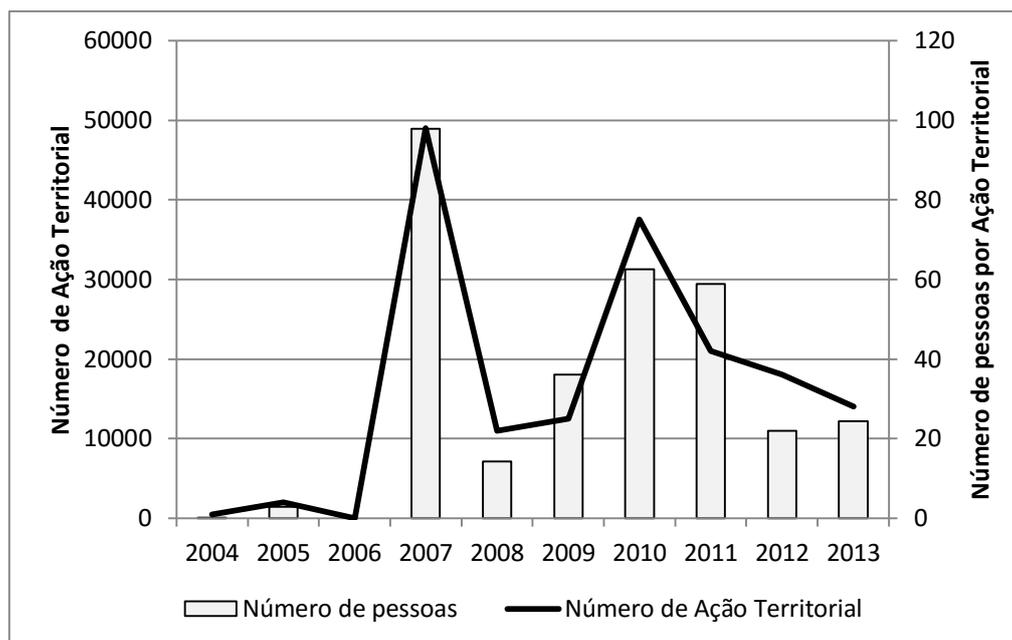
No Mapa 15, podemos visualizar a espacialização da luta com o total de pessoas por Ação Territorial. A região com maior participação de pessoas por ação é primeiro o Sudeste, como Minas Gerais e Espírito Santo, com o total de 42.243 pessoas, e em segundo, a região Sul, mais precisamente no estado do Rio Grande do Sul, com o total de 69.901 pessoas.

Mapa 15 – Movimento dos Pequenos Agricultores – Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2007 a 2013



No Gráfico 23 representamos as Ações Territoriais do MPA ao longo de 2007 e 2013.

Gráfico 23 - Movimento dos Pequenos Agricultores – Número de Ação Territorial– 2007 a 2013



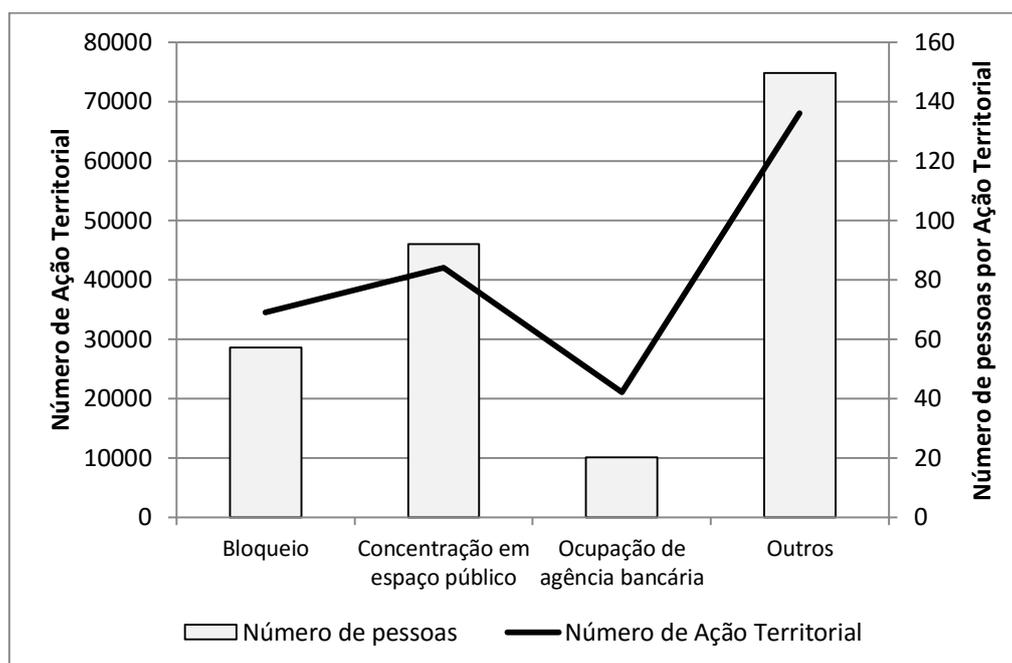
Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

O MPA no período de 2000 a 2003 não participou ou criou Ações Territoriais. Entre 2004 e 2013, o ano com maior número de ações realizadas do MPA foi em 2007 - assim como, a CPT, o MST, o MAB e o MMC. Nesse mesmo ano, o MPA realizou 98 ações (29,6%) com média de 537 pessoas por ação. O segundo e terceiro ano com mais ações foram 2010 e 2011, com 75 ações (22,6%) e 42 ações (12,6%).

Os anos com maior participação total de pessoas por ação foram novamente 2007 (52.626) e 2010 (37.800) e, por fim, 2009 (28.200) que teve apenas 25 ações (7,5%). No ano de 2006 o MPA não realizou nenhuma ação.

No Gráfico 24 representamos o tipo de Ação Territorial mais recorrente do movimento. Diferente do MST e do MAB, que possuem um tipo bem definido de ação mais recorrente, o MPA apresenta uma diversidade equilibrada de tipo de ação. Assim, o MPA não tem uma ação específica com extrema diferença da outra ação, sendo, portanto, mais equilibrado na escolha do tipo de sua ação.

Gráfico 24 - - Movimento dos Pequenos Agricultores – Número de Ação Territorial– 2007 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

A Ação Territorial mais recorrente do MPA é a concentração em espaço público com 84 ações (25,4%), o bloqueio de rodovias com 69 ações (20,8%) e, por fim, a ocupação de agência bancária com 42 (12,7%). Esta última é um diferencial do MPA em comparação aos outros movimentos da Via Campesina, por mais utilizar este tipo de ação. De certa forma, a luta do MPA pela regularização do crédito está implícita em suas Ações Territoriais.

O MPA demonstra sua especificidade e importância na luta camponesa com a questão de subsídio de crédito para o agricultor, uma questão que problematiza a falta de estrutura nos assentamentos e da necessidade de construir meios para condicionar melhorias de vidas nos assentamentos. O Plano Camponês, principal símbolo da luta do MPA e principal contribuição para a Via Campesina, representa o objetivo primordial do movimento: isto é, construir uma sociedade onde dê condições para inserir o camponês na produção de alimentos e na soberania alimentar.

## Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP

O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP),<sup>126</sup> se auto identifica como um movimento formado por “[...] homens e mulheres que produzem alimentos saudáveis e contribuem para a soberania alimentar do país” e que visa “[...] preservar as águas, as florestas, os manguezais e a cultura dos nossos ancestrais. ‘Somos Pescadores e Pescadoras e lutamos para defender o nosso território’”<sup>127</sup>. O MPP ingressou na Via Campesina na última Conferência Internacional em Jacarta, na Indonésia, em 2013, na qualidade de movimento membro.

Não encontramos informações sistematizadas sobre a história e organização específica do MPP, pois aparentemente o movimento se encontra em processo de construção. Por não encontrar o histórico sobre o MPP, decidimos recuperar a trajetória e luta dos pescadores quanto movimento social. O objetivo é entender a finalidade das lutas dos pescadores e possivelmente do MPP para entendermos a sua trajetória de organização.

Cardoso (2001) ao resgatar a trajetória de gestação de organização dos pescadores ressalta início o período dos anos 80, quando houve a organização do Movimento da Constituinte da Pesca (MCP). O MCP teve início de suas atividades em 1984 e foi responsável pela articulação e conscientização de classe dos pescadores do Brasil. A militante do MPP, Elionice Sacramento, em entrevista à Rede Mobilizadores (2014), ao tratar do motivo que levou a criação do MPP afirma a importância do MCP. Nas palavras de Sacramento:

De um lado a outro do Brasil, estamos vivendo um processo intenso de perda dos territórios. Com isso, a gente se deu conta da importância de nos organizarmos e fazermos lutas conjuntas. Os pescadores e pescadoras têm figurado no cenário brasileiro desde a chamada Constituinte da Pesca, quando se organizavam a partir de três estados: Bahia, Ceará e Pernambuco. Depois, começaram a entender a

<sup>126</sup> Disponível em:< <http://mpppeloterritorio.blogspot.com.ar/>>.

<sup>127</sup> Idem, 2013, não paginado.

importância de se articular e, há cerca de 10 anos, surgiu de forma mais orgânica, em 11 estados, o movimento dos pescadores e pescadoras. Hoje, estamos presentes em 17 estados<sup>128</sup> (REDE MOBILIZADORES, 2014, não paginado).

Segundo Cardoso (2001) o MCP foi organizado após a IV Assembleia Nacional dos Pescadores em 1984. Na referida Assembleia participaram pescadores e agentes pastorais ligados ao Conselho Pastoral de Pescadores (CPP) e técnicos do Centro Josué de Castro. Ainda com o autor, o objetivo da Assembleia era discutir “[...] a necessidade de transformação do Sistema de Representação da Categoria” e, a partir daí, mobilizaram-se nacionalmente para incluírem suas reivindicações na Constituição Federal, cujo momento estava sendo elaborada (CARDOSO, 2001).

Novamente a pastoral demonstra ser necessária para a articulação dos movimentos sociais, tendo agora, a luta dos pescadores como articuladora. O CPP, iniciado em 1968, possui a mesma doutrina religiosa da CPT, ou seja, considera os pobres como únicos portadores da transformação social – isto é, orienta-se pela Teologia da Libertação. Vale lembrar que esta ideia modificou profundamente o entendimento do papel da Igreja, colocando esta instituição ao lado do povo e estimulando as lutas sociais. E ainda, esta mudança de comportamento da Igreja, reforça a característica da CPP, ou seja, de ajudar os pobres e guiar os seus caminhos para formar movimentos sociais (MITIDIERO JUNIOR, 2011).

Buscando mais informações sobre o CPP encontramos em seu site oficial<sup>129</sup> uma prévia definição do Conselho como ligado a Comissão Episcopal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo o site do CPP, o reconhecimento da CNBB veio com o apoio de Dom Helder Câmara em 1976. Pertencer a CNBB é relevante para a liberdade e autonomia da organização, sendo que no ano de criação do CPP, em 1968, a repressão contra as lutas sociais foi intensificada. Dessa forma, ter o apoio

---

<sup>128</sup> Não informa em quais estados o MPP está presente.

<sup>129</sup> Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/>>.

eclesiástico, em pleno auge da repressão militar, permitiu a Pastoral, por um tempo, realizar a atividade sem sofrer perseguição ou censura dos militares (GOMES, 2014)<sup>130</sup>.

Retornando ao significado do Conselho de Pescadores buscamos identificar os seus objetivos. Em seu site oficial, encontramos a seguinte enumeração de seus objetivos quanto Conselho Pastoral:

1) Ser presença de gratuidade evangélica no meio dos pescadores e das pescadoras, cultivando assim as sementes do Reino que existe no meio deles e delas; 2) Movido pela força libertadora do Evangelho, colaborar com os pescadores e as pescadoras nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações, tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade; 3) Animar, formar e articular fraternalmente as pessoas que trabalham a serviço dos pescadores e das pescadoras; 4) Lutar por todos os meios necessários para defesa e preservação do meio ambiente (CPP, não paginado)<sup>131</sup>

Estes objetivos reforçam o caráter de Pastoral do Conselho. Ou seja, a finalidade é de utilizar o Evangelho para apoiar as lutas sociais e contribuir com maior número de ferramentas para a criação do movimento de pescadores.

Ao refletir a origem do Conselho para compreender a origem da luta dos pescadores e do MPP reconhecemos como precursor da organização, o *Frei Alfredo Schnuettgen*, que a partir de 1968, na região de Olinda (PE), iniciou um diálogo e mobilização com os pescadores. Conforme explica o site, a partir do diálogo foram implantados Conselhos e ampliado, posteriormente, em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Com a atividade pastoral, o CPP foi reconhecido em 1976 em escala nacional pela CNBB e, com isso, ampliaram suas atividades para outros lugares. Atualmente, são 4 regionais da CPP: no Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no Norte no Pará (Belém/Santarém) Ceará, Bahia/Sergipe, e Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul).

---

<sup>130</sup> Lembrando que neste ano é decretado o Ato Institucional nº5, cujo instrumento serviu para suspender direitos políticos e decretar a intervenção nos estados e municípios. Para saber mais informação sobre a Igreja Católica na época da ditadura militar indicamos Gomes (2014). Esta obra permite identificar o posicionamento da Igreja e de lideranças episcopais na luta social e na repressão.

<sup>131</sup> Disponível em: < <http://www.cppnac.org.br/objetivos/> > .

A principal luta do MPP é pela demarcação do território pesqueiro. Conforme justifica o movimento, diferente dos quilombolas e indígenas, que tem leis específicas sobre a demarcação de seus territórios, os pescadores não têm uma lei que assegure o seu direito ao território. Dessa forma, o MPP criou uma Campanha Nacional de Regularização do Território Pesqueiro.

Os pescadores e pescadoras artesanais, embora sejam populações tradicionais com direitos garantidos na constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, a exemplo da convenção 169 da OIT, não têm uma lei específica como os indígenas e os quilombolas que explicita o direito ancestral ao território e a garantia do seu modo de vida. Diante deste contexto, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) vem desenvolvendo um intenso trabalho de base com o propósito de animar os pescadores e pescadoras em todo Brasil e a própria sociedade para a luta pelos direitos das comunidades pesqueiras. Paralelamente, vem reunindo forças e agregando parceiros para construir instrumentos legais que garantam a permanência das comunidades em seus territórios (CAMPANHA pela regularização, 2013, não paginado).

A campanha do MPP foi lançada em junho de 2012 e seu objetivo é, segundo o site da campanha, conseguir o equivalente a 1% do eleitorado brasileiro, ou seja, 1.406.466 assinaturas para conseguir reivindicar uma lei que assegure a regularização do território das comunidades tradicionais brasileiras.

Segundo o MPP (2015) os pescadores são essenciais na sociedade brasileira e os pescadores artesanais produzem cerca de 70% do pescado. Outro motivo que fortalece a necessidade da regularização do território pesqueiro é a preservação das comunidades pescadoras artesanais que são parte da história brasileira, com elementos culturais indígenas e africanas.

A pesca artesanal garante a segurança alimentar e nutricional da sociedade brasileira. Cerca de 70% do pescado produzido no país é proveniente deste modelo de produção. Além da importância econômica, os pescadores e pescadoras artesanais desenvolvem uma série de saberes, fazeres e sabores que representa elementos culturais de matriz indígena e afro-brasileira. Ao praticarem essa atividade milenar, as comunidades pesqueiras estabelecem uma relação bastante peculiar com os recursos naturais, o que garante a preservação dos seus territórios, bem como sua reprodução física e cultural (MPP, 2015, não paginado).

Atualmente, o MPP vem lutando contra os decretos nº 8424 e 8425. Os decretos visam estabelecer novas regras sobre a definição de pescador artesanal e entre outras atribuições. O movimento junto com outras 100 organizações<sup>132</sup> escreveram uma carta repudiando as medidas provisórias 664 e 665 e ao decreto nº 8.424 e nº 8.425, publicado no dia 01 de abril de 2015 (MPP, 2015).

Segundo MPP (2015, não paginado) as medidas provisórias e os decretos retiram e retrocedem os direitos trabalhistas dos pescadores tradicionais. Entre as diversas críticas do movimento aos decretos, os principais apontamentos são:

Cria a categoria “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal”. Desta forma, ele divide o grupo familiar classificando uns como pescador artesanal e outros não. Nega a identidade de pescador e pescadora artesanal a inúmeros trabalhadores que atuam na cadeia da pesca artesanal em regime de economia familiar e na forma tradicional de produzir. Limita o entendimento de que pescador ou pescadora artesanal são somente aqueles e aquelas que exercem a captura do pescado e comercializam. Desta forma, nega direitos trabalhistas, previdenciários e a identidade de pescadora artesanal a centenas de milhares mulheres pescadoras.

A pesca, na maioria das vezes, é uma atividade familiar indivisível, diversificada, interdependente e inseparável. E a lógica das comunidades tradicionais pesqueiras é de famílias extensas e o trabalho por vezes ultrapassa a lógica familiar e se dá no âmbito comunitário, que se embasa principalmente em relações de solidariedade e reciprocidade.

- O decreto impede que os pescadores que pescam para subsistência, para comer ou que fazem troca ou escambo tenham acesso ao RGP – Registro Geral da Pesca, documento que garante acesso a políticas públicas e sociais, principalmente direitos previdenciários e aposentadoria. Desta forma, deixará estas pessoas entregues a própria sorte e engrossará o número de beneficiários das ajudas assistenciais.

- O decreto faz uma classificação dos pescadores e das pescadoras, criando a categoria de pescador exclusivo, objetivando que o pescador para ter acesso a defeso não possa ter outra fonte de renda. O que destoia da realidade concreta dos pescadores que desenvolvem, na maioria dos casos, atividades complementares de agricultura de subsistência, artesanato, turismo de base comunitária, o extrativismo florestal e a criação de pequenos animais entre outras. Estas atividades individualmente são incapazes de prover a subsistência familiar, mas no seu conjunto são fundamentais para a garantia da segurança alimentar e da reprodução física e cultural destas comunidades. Inclusive, o exercício destas atividades é acolhido pela legislação previdenciária, caracterizando-se como elementos constitutivos da definição de segurado especial. Portanto, não é aceitável que o pescador seja constrangido a deixar de exercer as demais atividades que caracterizam a sua tradicionalidade.

- O decreto vincula ao conceito de pescador artesanal a embarcação de arqueação bruta de 20 AB. O objetivo é colocar dentro dos direitos

---

<sup>132</sup> Entre as organizações presentes tem-se todos os movimentos articulados pela Via Campesina no Brasil, e entre outros articulados e engajados nas lutas dos pescadores.

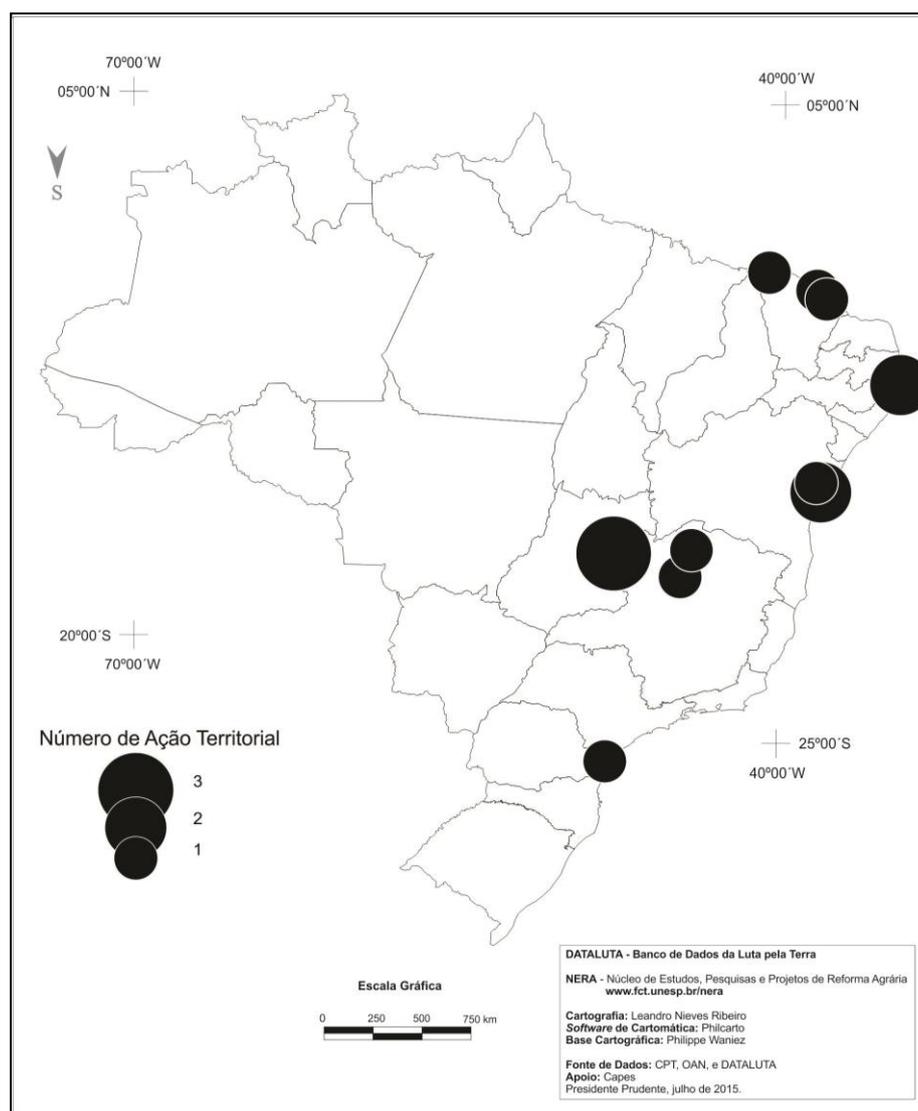
da pesca artesanal os barcos de armadores, empresários da pesca que através deste artifício, deixarão de pagar os salários e encargos. Esses empresários que mantêm atividades não registradas são, na maioria das vezes, os que mais praticam formas de trabalho precários e similares ao trabalho escravo (MPP, 2015, não paginado).

O decreto nº 8.425 dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e a regulamentação sobre o exercício da atividade pesqueira. O movimento exige a revogação do decreto e uma ampliação no debate sobre as comunidades tradicionais de pescadores. Para o movimento, estas leis tiram a auto-identificação das comunidades tradicionais brasileiras. O que dificulta a situação sobre o direito das comunidades. Por fim, o decreto impede que os pescadores que não produzam relações sociais de produção capitalistas pesquem para subsistência, para comer ou fazerem troca ou escambo tenham acesso ao RGP (MPP, 2015).

No tocante as Ações Territoriais do MPP, identificamos 14 ações entre 2010 e 2013. Destas, 71,4% das ações foram executadas somente pelo movimento, com média de 678 pessoas por ação. Outros 28,5%, com média de 200 pessoas por ação, foram ações conjuntas com outros movimentos e organizações. O MPP realizou ações conjuntas com os seguintes movimentos ou organizações: Contag, CPP, CUT, Fetraf, Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR), MST e Via Campesina.

A seguir apresentamos o Mapa 16 com a Ação Territorial do MPP.

Mapa 16 – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – Ação Territorial – Brasil - 2010 a 2013



Pelo mapa percebemos três ações fora da região das áreas litorâneas. A primeira é em Brasília, cujo local teve três ações. As duas primeiras ocorreram no dia 04 e 06 de junho de 2012, cujo momento é quando o movimento lançou oficialmente a Campanha Nacional pelo território pesqueiro e, posteriormente, no segundo dia, realizou uma caminhada dos pescadores na região em defesa da pesca artesanal, cuja ação concentrou 2.000 pessoas nas duas ações. Por fim, a terceira ação foi em 16 de outubro de 2013 quando o MPP, com 200 pessoas, ocupou a sede do Ministério da Pesca e Aquicultura em Brasília para reivindicar os direitos sobre o território pesqueiro e denunciar irregularidades sobre a privatização das águas públicas (MPP, 2013).

A segunda ação foi um encontro para o lançamento da Campanha pela Regularização dos Territórios das Comunidades Pesqueiras no município de Ibiaí em Minas Gerais, no dia 22 de setembro de 2012. Esta ação foi uma continuação do lançamento oficial da campanha ocorrido em junho em Brasília.

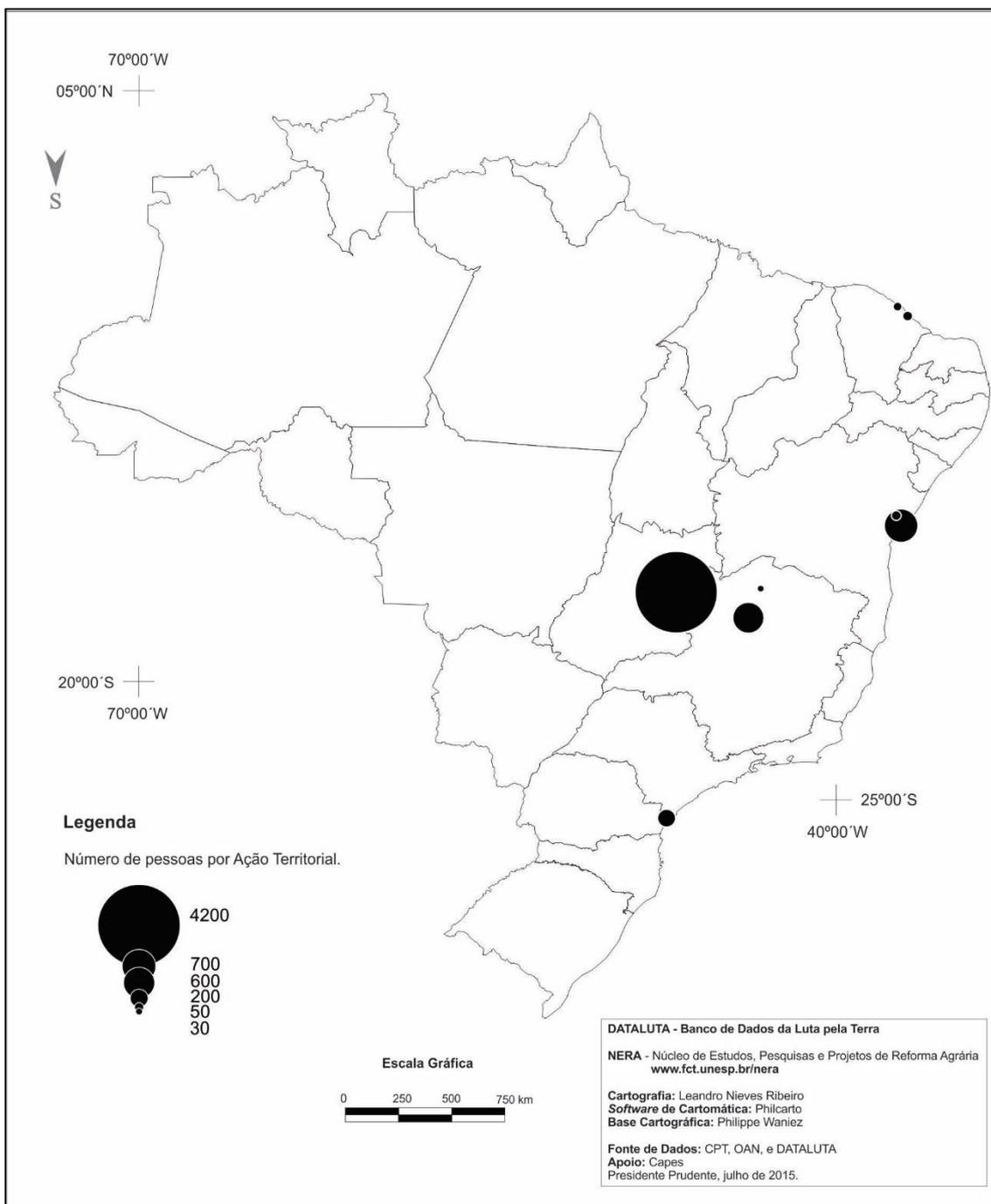
A terceira ação foi uma ocupação de terra do MPP, em 18 de maio de 2013, na cidade de Pedras de Maria Cruz, em Minas Gerais. Segundo Rocha e Nascimento (2013) o motivo desta ocupação é por conta de uma disputa de terra localizada na margem do rio São Francisco entre a comunidade de pescadores - denominados de Caraíbas - e proprietários de terra. Conforme alega Rocha e Nascimento (2013), a comunidade de pescadores vive na região antes de 1909. Nos anos 70, a posse da comunidade na região foi ameaçada por latifundiários que alegavam a compra da terra e através desse argumento, praticaram a violência contra os pescadores para expulsá-los. Nas palavras das autoras:

À margem direita do rio São Francisco, em Pedras de Maria da Cruz, sempre viveram comunidades pesqueiras tradicionais compostas por uma vasta diversidade cultural. Documentos da comunidade pesqueira Caraíbas confirmam sua presença neste território antes de 1909. A partir de 1970, passou a ter a posse do território ameaçado pelos latifundiários. Com o argumento de que haviam comprado aquelas terras, fazendeiros passaram a praticar violência contra essas famílias no intuito de afastá-las do local. Muitas dessas se refugiaram nas redondezas da região e outras permanecem em seus locais de origem, resistindo até os dias de hoje. O cercamento e proibição de uso da estrada que liga diversas comunidades à zona urbana do município e queimadas de barracas de pescadores são alguns dos prejuízos ocasionados por esse esbulho (ROCHA, NASCIMENTO, 2013, página única).

O movimento em 18 de maio de 2013 organizou a ocupação de terra para retomar o território que o pertence. De acordo com Rocha e Nascimento (2013, não paginado) em 19 de dezembro de 2013 a comunidade pesqueira de Caraíbas conquistou o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) que “[...] garante aos vazanteiros e pescadores o uso para moradia, pesca e agricultura sustentável de uma área de 2.043,45 hectares”. Embora não seja a temática dessa pesquisa sobre o caso específico

de Pedras Maria da Cruz, este conflito pela posse, entre o MPP e proprietários de terra, nos demonstra umas das características da luta dos pescadores.

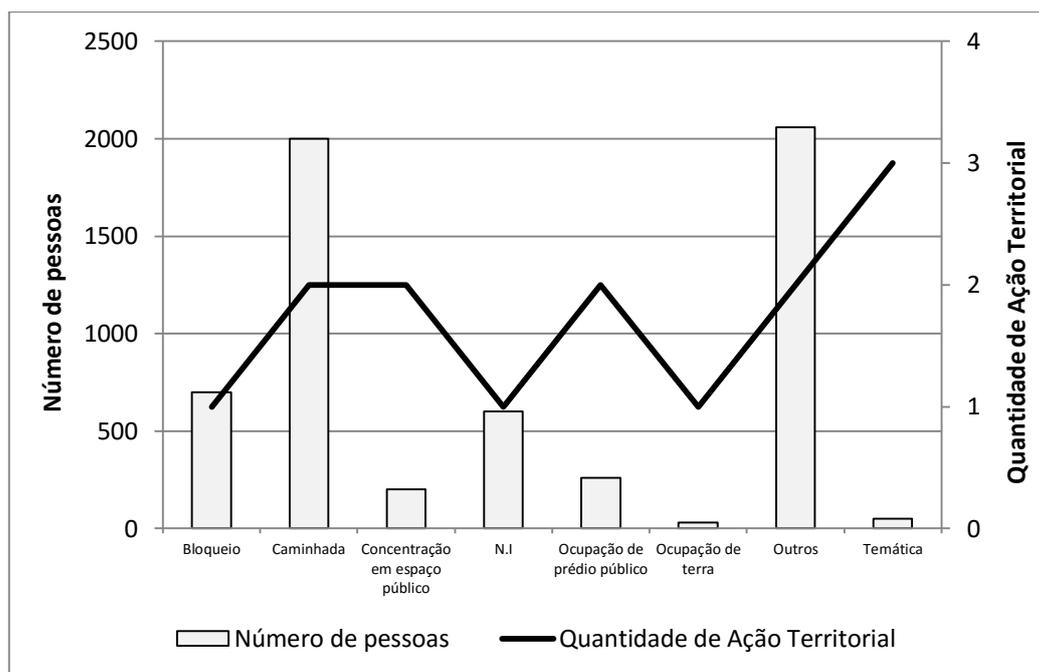
Mapa 17 – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2010 a 2013



No Mapa 17 representamos o número de pessoas por Ação Territorial do MPP. Em Brasília teve três ações com uma média de 1400 pessoas por ação. Outra ação que

conteve uma maior média de pessoas por ação foi, na já citada, continuação do lançamento da Campanha em Ibiaí (MG). Ainda sobre o mesmo mapa, a região de Pernambuco não é visível, justamente, por não ter informação na base DATALUTA da quantidade de pessoas participantes da ação.

Gráfico 25 - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – Número de Ação Territorial– 2010 a 2013



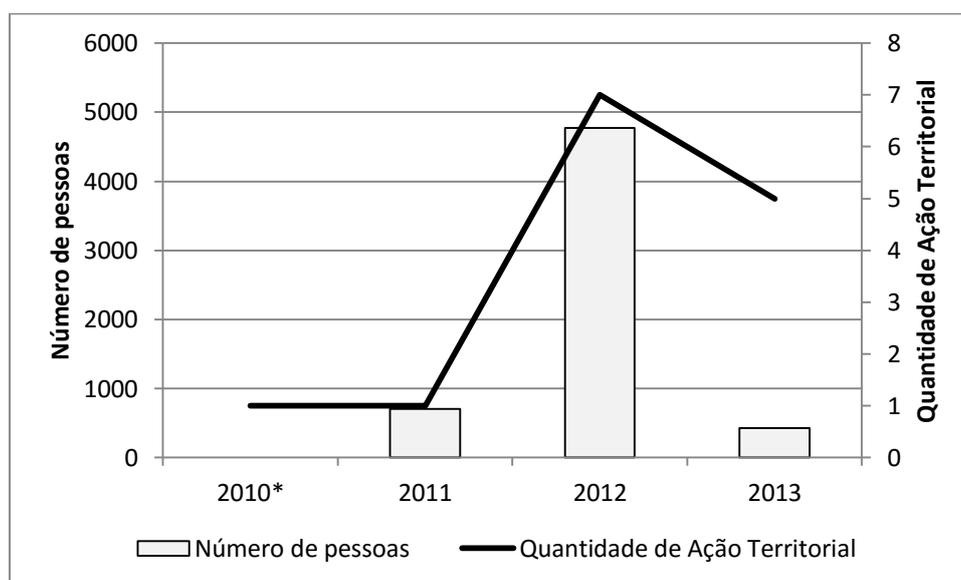
Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

Pelo Gráfico 25 identificamos que o tipo de Ação Territorial mais recorrente do MPP foi o tipo de ação Temática. Foi identificada três ações desse tipo de ato. A primeira foi registrada em 26 de julho de 2013 com a Campanha pela Regularização dos Territórios das Comunidades Pesqueiras em Recife, Pernambuco. A segunda ação foi o “II Encontro Povos do mar” em Caucaia, no Ceará no dia 26 de agosto de 2012. A terceira ação foi o evento da “XVIII Regata Ecológica” de Tatajuba, no dia 24 de novembro de 2012, em Camocim no Ceará, que teve o tema “a luta pelo território pesqueiro”. O MPP, assim como, o MPA também não possui uma diferença acentuada na ação mais recorrente.

Ainda sobre o mesmo gráfico, uma ação do MPP não foi identificada pela base do DATALUTA, que no caso já citamos, é o Lançamento da Campanha pela Regularização do território pesqueiro em Ibiaí, em Minas Gerais. Embora nessa pesquisa tenhamos identificado que tipo de ação tratava, o banco DATALUTA não categorizou nenhuma identificação. Outro ponto relevante sobre o mesmo gráfico, é sobre a categoria “Outros”, cujo tipo de ação não é identificado entre as categorias do DATALUTA.

No Gráfico 26 temos a Ação Territorial do MPP ao longo de 2010 e 2013. Pelo gráfico identificamos o ano de 2012 o auge de ação do movimento, com 7 ações (50%) e com o total de 5.565 pessoas participantes.

Gráfico 26 - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – Ação Territorial e número de pessoas – 2010 a 2013



Org. Leandro Nieves Ribeiro

Fonte: DATALUTA, 2015.

\* Não tem informação sobre número de pessoas participantes.

O MPP, representando a comunidade de pescadores na luta pela regularização do território pesqueiro, é um movimento bem distinto na Via Campesina. Por não conseguirmos o momento exato de criação do MPP não podemos analisar se o

movimento está na sua fase inicial sem uma organização em escala nacional, ou, se a escolha de não realizar ações seja uma característica própria do movimento.

O MPP insere a questão das comunidades pescadores na Via Campesina no Brasil, complementando a articulação de juntar as lutas camponesas numa só direção rumo a transformação social e inclusão dos camponeses na sociedade.

Tabela 1 – Ações Territoriais do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais entre 2010 a 2013.

MACRORREGIÃO	UF	MUNICÍPIO DA MANIFESTAÇÃO	TIPO DE MANIFESTAÇÃO	LOCAL/MANIFESTAÇÃO	Nº PESSOAS	NOME/SIGLA DA ORGANIZAÇÃO	DATA	CARACTERÍSTICA DA MANIFESTAÇÃO
NORDESTE	PE	Recife	Concentração em espaço público	Ato contra Destruição do Meio Ambiente/Pela Pesca Artesanal	N.I	MPP	21/10/2010	Água
NORDESTE	BA	Salvador	Bloqueio	Bloqueio. da Rod. de Acesso ao Porto de Aratu/Ilha de Maré e Outras	700	MPP	06/10/2011	Água
CENTRO-OESTE	DF	Brasília	Caminhada	Caminhada em defesa da pesca artesanal/Campanha pelo território	2000	MPP	06/06/2012	Água - Defesa da água e do meio ambiente
SUDESTE	MG	Ibiai	N.i	Lançamento da Campanha pela Regularização dos Territórios das Comunidades Pesqueiras	600	MPP	22/09/2012	Água - Regularização de Território
NORDESTE	CE	Cascavel	Ocupação de prédio público	Prefeitura	60	MPP	11/12/2012	Água - Defesa da água e do meio ambiente
NORDESTE	BA	Santo Amaro	Outros	ATO EM DEFESA DO TERRITORIO PESQUEIRO Ilhota Coroa Branca	60	MPP	03/09/2012	Água - Infraestrutura/ Educação
CENTRO-OESTE	DF	Brasília	Outros	CAMPANHA PELA REGULARIZACAO DO. TERRITOTIO PARA PESCA ARTESANAL	2000	MPP	04/06/2012	Água - Defesa da água e do meio ambiente
NORDESTE	CE	Camocim	Temática	REGATA ECOLOGICA DE TATAJUBA/PESCARIA ARTESANAL	N.I	MPP	24/11/2012	Água - Defesa da água e do meio ambiente
NORDESTE	CE	Caucaia	Temática	II Encontro Povos do Mar	50	MPP	26/08/2012	Água - Defesa da água e do meio ambiente - Políticas públicas
NORDESTE	BA	Salvador	Caminhada	N.I	N.I	MPP/ MST	11/7/2013	Água/Contra privatização da água/ Regularização de Território
SUL	PR	GUARAQUEÇABA	Concentração em espaço público/temática	Ato Público/Campanha Nac. pela Reg. do Território das Com. Trad. Pesqueiras	200	MOPEAR/MPP	6/12/2013	Regularização de Território
CENTRO-OESTE	DF	Brasília	Ocupação de prédio público	MPA	200	Contag/ CUT/ Fetraf/ MPP/ MST/ Via Campesina	16/10/2013	Contra privatização da água
NORDESTE	PE	Recife	Temática	Campanha Nac. pela Regularização. do Território Pesqueiro das Com. Trad.	N.I	CPP/ MPP	26/7/2013	Contra privatização da água/ Defesa da água e do meio ambiente

## Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais

### Quilombolas - Conaq

A Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) é um movimento que representa comunidades quilombolas de 22 estados<sup>133</sup>. Assim como o MPP também ingressou na Via Campesina em 2013, na Conferência internacional em Jacarta, na Indonésia. Este movimento possui pouca referência bibliográfica sobre a trajetória de criação e organização da Conaq<sup>134</sup>.

A principal referência encontrada sobre a trajetória de criação da Conaq e que utilizaremos como base é de Costa I (2008)<sup>135</sup>. De acordo com autor, o surgimento do movimento deve-se pelo crescimento e experiência de outros movimentos sociais no campo e, sobretudo, do fortalecimento do movimento negro no Brasil. Conforme argumenta o autor, a emergência da criação do movimento deve-se pela dívida histórica do Brasil frente ao povo quilombola, que para o autor, *sofre uma dupla opressão*, por estar marginalizado das políticas públicas enquanto camponeses e pela questão racial, e complementa que embora estejamos numa “sociedade pluriétnica”, a mesma é totalmente desigual (COSTA I, 2008, página única). O movimento quilombola é composto principalmente pela população negra e camponesa, tornando a luta do movimento diferente de outros movimentos camponeses, que entre seus sujeitos sociais são compostos por variados atores. Para o autor, os atuais quilombos correspondem:

...às chamadas terras de preto, ou comunidades negras rurais, que se originaram, de fazendas falidas, das doações de terras para escravos, das compras de terras pelos escravos alforriados, da prestação de serviços de escravos em guerras (Balaiada, Paraguai) e

---

<sup>133</sup> Não é informado em quais estados encontram-se presentes o movimento. A única informação que consta que a sede do movimento é em Brasília (COSTA, I, 2008).

<sup>134</sup> Tentamos realizar entrevista com o movimento, mas não foi possível conseguir informações de lideranças ou algum militante para tal contato.

<sup>135</sup> Ivan Rodrigues Costa foi um dos criadores e coordenador da CONAQ. Veio a falecer em abril de 2011. Para conferir outra referência sobre o militante e da CONAQ indicamos Fiabani (2008).

das terras de Ordem Religiosa deixadas a ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII (página única).

A criação do movimento é decorrente da realização do I Encontro Nacional de Quilombos, sediado na cidade de Bom Jesus da Lapa (BA) em 1995, cujo encontro visou a criação da articulação que foi oficializada em 12 de maio de 1996. A importância da Conaq é destacada por Costa I (2008) que o considera como um dos *mais ativos agentes do movimento negro do Brasil*. Para o autor:

Unidos pela força da identidade étnica, os quilombolas construíram e defendem um território que vive sob constante ameaça de invasão, realidade que revela como o racismo age no país: impede que negros e negras tenham o direito à propriedade, mesmo sendo eles os donos legítimos das terras herdadas dos seus antepassados: negros e negras que lutaram contra a escravidão e formaram territórios livres. Mas, ainda hoje, os descendentes diretos de **Zumbi dos Palmares**, símbolo máximo da luta do povo negro por liberdade, travam no dia-a-dia um embate pelo direito à terra (COSTA I, 2008, página única).

A principal luta da Conaq é em defesa do chamado território quilombola, que é fundamentada no artigo 68 da Constituição Federal que garante o direito à terra aos remanescentes de quilombos. Outra Lei importante é o Decreto Federal nº 4.887/ 2003, que foi criada para por em prática o artigo 68, que busca identificar, reconhecer e delimitar a propriedade das terras pertencentes às comunidades negras (BRASIL, 2003). Para Rocha (2005, página única) a relevância do decreto é que além de colocar em prática a Constituição, é de reconhecer “[...] a diversidade sócio-cultural e antropológica em seus princípios e normas, pretendendo avançar nas soluções de problemas históricos propositalmente postergados”.

No artigo 2º, parágrafo 1º do Decreto utiliza-se como característica para atestar a identidade de *remanescentes de quilombolas* a auto-definição da própria comunidade (BRASIL, 2003). Para Borba (2006, p.87), este artigo reacendeu “intensos debates sobre identidade e conformação territorial”, e, ainda, fortaleceu a necessidade da Conaq em lutar pela identificação e reafirmar o território quilombola. Naturalmente, outras lutas foram incorporadas à medida que o desenvolvimento contraditório do capitalismo

marginalizou os camponeses e os quilombolas. Segundo Costa (2008, p.5), as outras lutas são pela:

[...] implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombos, em vários estados brasileiros, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, em harmonia com o meio ambiente, que são referências de vida.

Portanto, o objetivo do movimento não se restringe ao acesso somente ao território quilombola e sim, busca por uma ampliação e reafirmação das políticas públicas. Costa (2008, p.6) interpreta a funcionalidade do movimento como um *movimento político* que objetiva “alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa dos direitos do povo negro no meio rural”.

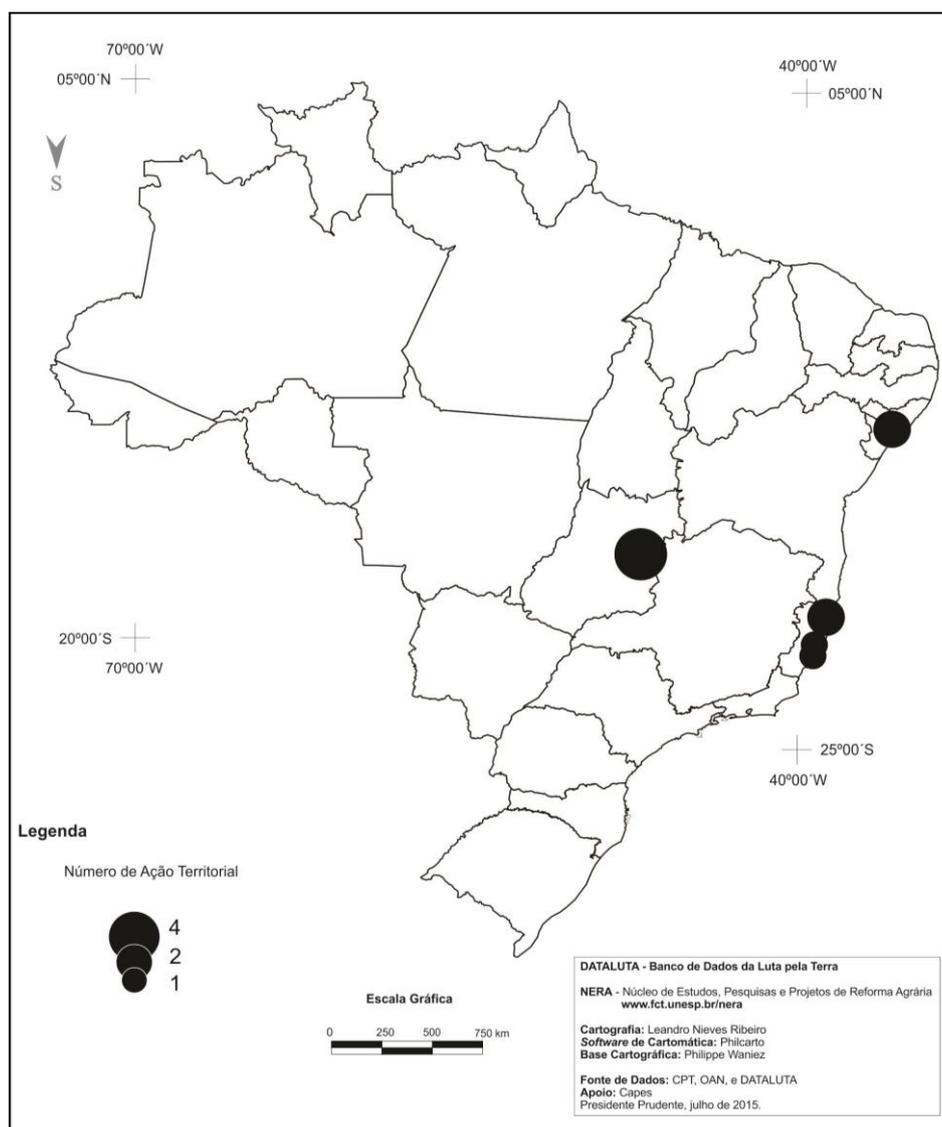
Cardoso e Gomes (2006) destacam a dificuldade de criação da Conaq. Para os autores, dois elementos dificultam a articulação do movimento. O primeiro elemento é a dificuldade da comunicação entre os quilombolas, uma vez que, suas comunidades estão em áreas rurais e muitas vezes, bem isoladas das cidades e de difícil deslocamento. O segundo elemento é a dificuldade com recursos econômicos, que impede intensas mobilizações em escala nacional.

Possivelmente, a articulação do movimento com a Via Campesina amenizará ou até resolverá os dois problemas mencionados acima. Por exemplo, no sentido da dificuldade de comunicação, pensa-se que o movimento pode ingressar nos intercâmbios políticos da Via Campesina e da formação de militantes, podendo ampliar a sua comunicação e fortalecendo a organização interna. Sobre a parte financeira, imagina-se que a Via Campesina e os movimentos brasileiros dispõem de recursos financeiros e a articulação pode auxiliar a intensificar suas ações em escala nacional. Esta leitura somente poderá ser comprovada ao longo do tempo

Pelo DATALUTA identificamos 10 Ações Territoriais organizadas pela Conaq no período de 2007-2011 com a soma de 542 pessoas. Metade das ações foi realizada

unicamente pela Conaq e a outra metade feita em conjunto com outros movimentos ou organizações. A saber, as seguintes organizações e movimentos se articularam com a Conaq: o Cimi, a CPT, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDDH), Rede Alerta Contra o Deserto Verde<sup>136</sup>, Cáritas, a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo (CECQESCZ), MPA e o MST.

Mapa 18 – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Ação Territorial – Brasil – 2007 a 2011

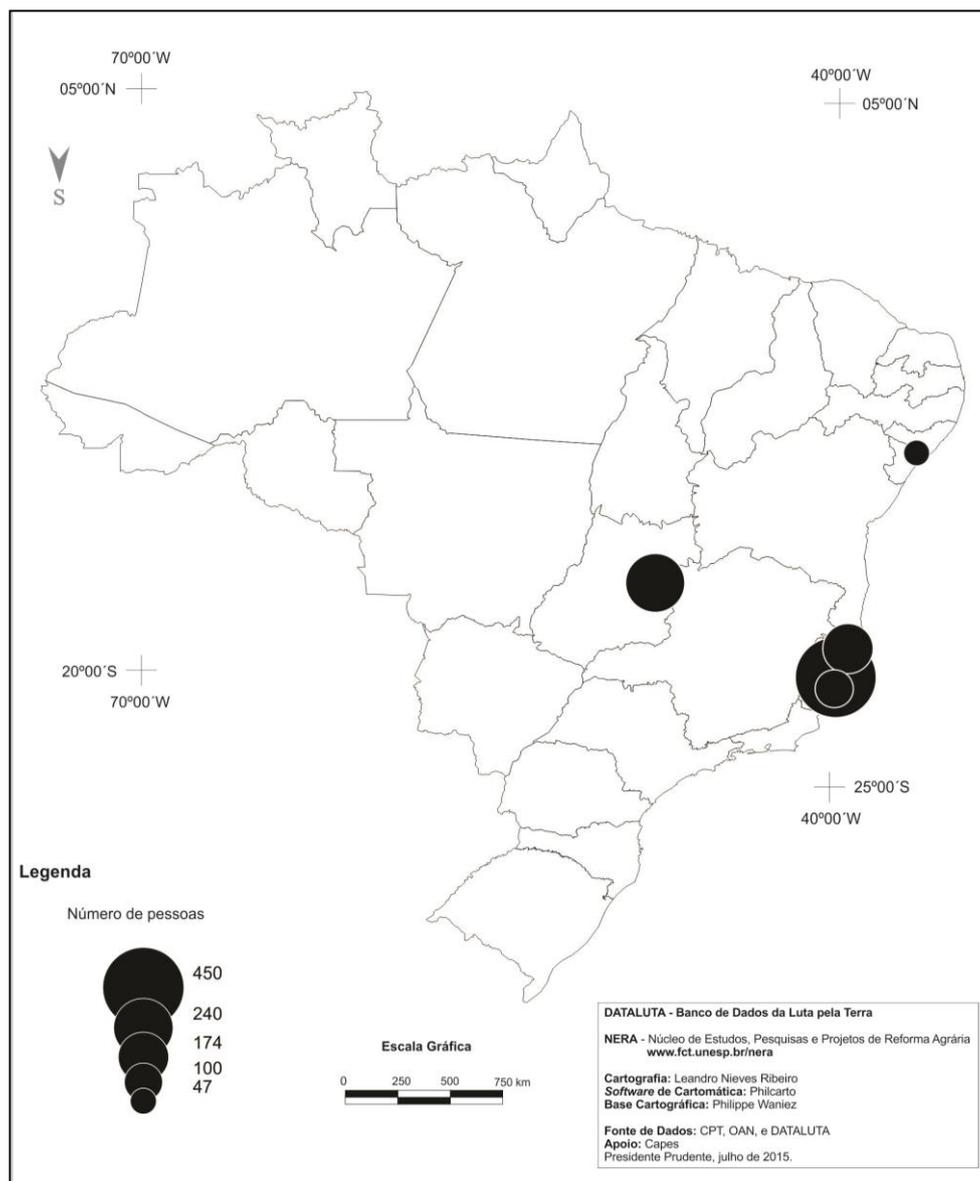


No Mapa 18 destacamos a Ação Territorial da Conaq no cenário nacional. A região Sudeste conteve 40% das ações da organização quilombola todas realizadas em

<sup>136</sup> Site oficial <http://redealerta.blogspot.com.br/>.

Espírito Santo, com 898 pessoas. Outra região foi o Centro-Oeste, com 40% sobre o total de ações da Conaq, e todas as ações feitas em Brasília, somando 960 pessoas. No Nordeste identificamos apenas duas ações que aconteceram somente em Sergipe com o total de 94 pessoas.

Mapa 19 – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2007 a 2011

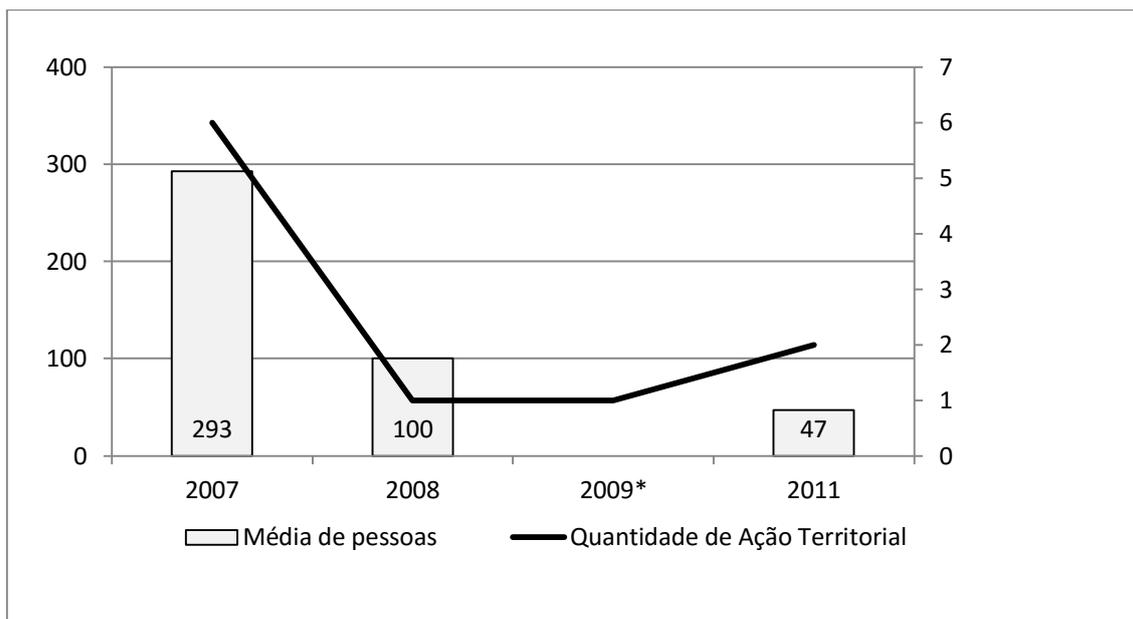


No Mapa 19 apresentamos a espacialização da luta da Conaq com a média de pessoas por ação tendo destaque para o Sudeste, especificamente o Espírito Santo, com a média de 222 pessoas por ação. No Centro-Oeste, destaca Brasília, com a média

de pessoas é 240 pessoas por ação. Já no Nordeste a média de pessoas por ação é 47 pessoas.

No Gráfico 27 representamos a temporalidade da Ação Territorial da Conaq entre 2007 e 2011.

Gráfico 27 – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Ação Territorial e número de pessoas – 2007 a 2011



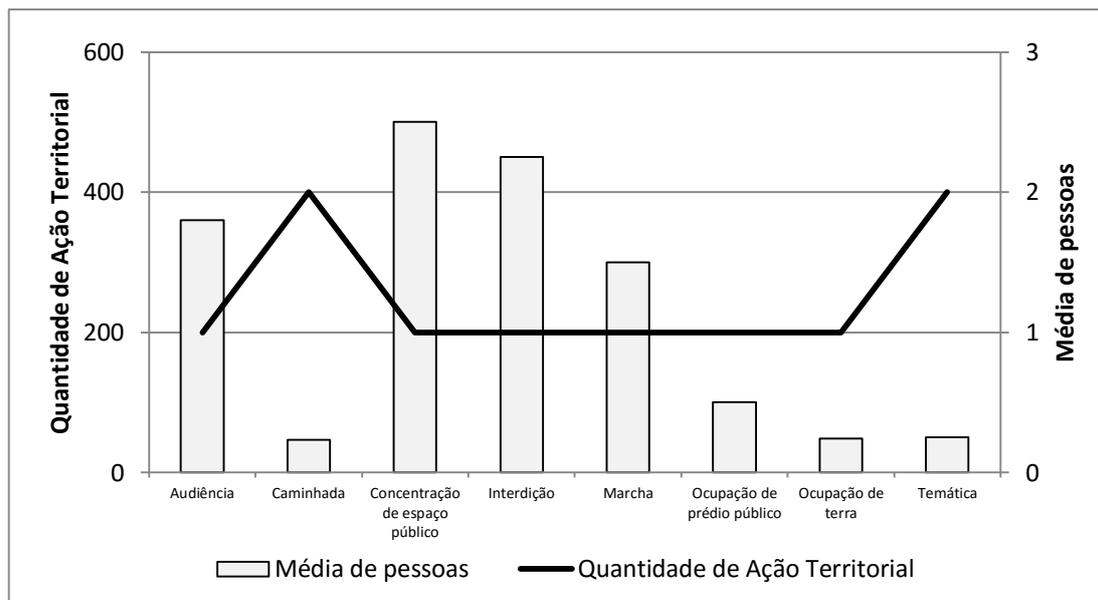
Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

O ano de 2007 foi o período com maior número de Ação Territorial, sendo 6 ações e tendo uma média de 293 pessoas por ação. O movimento não tem ação registrada e sistematizada antes de 2007, não permitindo saber se 2007 foi um período de auge ou refluxo das ações da Conaq. Conforme já explicamos, quando mencionamos o caso do MST, MAB, MMC e MPA, o ano de 2007 demonstrou a intensificação das lutas sociais camponesas.

No Gráfico 28 representamos os tipos de Ações Territoriais da Conaq e não identificamos nenhum tipo de ação com mais destaque. A Conaq organizou 2 ações de concentração em espaço público, 2 manifestações temáticas, 1 caminhada, 1 marcha, 1 audiência, 1 ocupação de prédio público, 1 ocupação de terra e 1 interdição. Do total de ações, a metade delas foi feita exclusivamente pela Conaq e, a outra metade, feita

em conjunto com outros movimentos e organizações. Vale ressaltar que nenhuma dessas ações conjuntas foram feitas articuladas com a Via Campesina. Porém, encontramos ações conjuntas com outros movimentos articulados pela Via Campesina no Brasil.

Gráfico 28 - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Número de Ação Territorial– 2007 a 2011



Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

Uma ocupação de terra foi organizada no Estado de Espírito Santo, na região de Linharinho, em Conceição da Barra no dia 23 de setembro de 2007. A região de Linharinhos é alvo da disputa entre os quilombos e a empresa Aracruz Celulose. A região engloba parte da região de Sapé do Norte, que possui outras 33 comunidades quilombolas.

De acordo com Ply (2009) a comunidade em Linharinhos vive cercada de plantações de eucalipto que reduz o território quilombola e impede que a população consiga reproduzir seu modo de vida.

De acordo com as famílias, o impacto da monocultura afeta a geração de renda, reduzindo o espaço para pequenas plantações. "Para onde olhamos, só vemos eucalipto. Os jovens crescem, não têm o que fazer

aqui e acabam saindo para procurar emprego. Nós não queremos que eles saiam", desabafa Luzinete Serafim Landino, líder da comunidade São Domingos, uma das que faz parte do conjunto quilombola de Sapê do Norte (PLY, 2009, página única).

Ainda com Ply (2009), a Aracruz alega ter comprado a terra de forma legal e por isso justifica sua produção de eucalipto na região de Linharinhos. Na versão dos quilombos a terra é sua herança, pois, ocupam a historicamente a região e a eles a pertencem (PLY, 2009). Conforme explica Ply (2009, página única)

Levantamentos da Comissão Quilombola Sapê do Norte calculam que a região chegou a ser habitada, até o final da década de 1960, por cerca de 12 mil famílias descendentes de quilombos (média de 60 mil afrodescendentes). Atualmente, o número de famílias foi reduzido para 1,2 mil.

Se comprovado que os quilombos tenham vivido nesta região até a década de 1960 a terra seria devoluta, e, portanto, jamais poderia ser vendida. No Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (2007, p.3) é possível recuperarmos o histórico de ocupação na região:

Nos períodos do Brasil colônia e império, os traficantes de africanos escravizados construíram um porto em São Mateus (ES), onde renegociavam a vida dessas pessoas. Ao chegarem à região, esses africanos e seus descendentes resistiram ao processo de escravização, por meio de fugas e de negociações de suas liberdades. Estas formas de resistência permitiram a organização social, política e econômica de diversos agrupamentos, a partir de uma lógica da autonomia, dando início, assim, às comunidades de quilombos num grande território que ficou conhecido como Sapê do Norte.

E ainda com o Projeto (2007), até a década de 60, a terra pertencia apenas aos quilombos. Contudo nos anos 50 e 60 se inicia uma série de conflitos entre fazendeiros da região. Ainda com o mesmo documento:

Essa e outras investidas expropriadoras de fazendeiros e empresas contaram com a conivência da polícia, cartórios e instituições jurídicas (fóruns e juizes) de São Mateus e Conceição da Barra para legalizarem os documentos das terras expropriadas. A partir do final da década de 60 essas terras, entre várias outras, foram repassadas às empresas de cultivo da monocultura do eucalipto, entre elas a Aracruz Celulose (PROJETO Nova, 2007, p.5).

No dia 14 de maio de 2007 é reconhecida a comunidade Linharinho como território remanescente de quilombo com a Portaria INCRA nº 78 de 14/05/2007. Entretanto, a Aracruz Celulose entrou com uma ação suspendendo a portaria em favor da empresa e o movimento ainda aguarda a solução (PLY, 2009).

A Conaq com a luta dos quilombolas pela reafirmação de sua identidade e luta pela defesa do território quilombola representa um importante elemento na Via Campesina. A dívida histórica brasileira com os remanescentes quilombolas demonstra a relevância da Conaq e sua participação como movimento membro da Via Campesina.

Tabela 2 - Ações Territoriais da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas por ordem temporal de 2007 a 2011.

<b>Data</b>	<b>UF</b>	<b>Município da manifestação</b>	<b>Tipo de manifestação</b>	<b>Local</b>	<b>Nº pessoas</b>	<b>Nome/sigla da organização</b>	<b>Característica da manifestação</b>
16/09/2011	SE	<b>Própria</b>	<b>Caminhada</b>	Caminhada/I Enc. de Com. Trad. do Baixo São Francisco	47	Cáritas/ Cimi/ Conaq/ CPT	Questões ambientais
25/06/2009	DF	<b>Brasília</b>	<b>Temática</b>	Mobilização Nacional em defesa dos Direitos Quilombolas	N.I*	Conaq	Terra
13/05/2008	ES	<b>Vitória</b>	<b>Ocupação de prédio público</b>	Ocupação do Idaf/Comunidade Quilombola do Linharinho	100	CECQESCZ/ Conaq	Titulação de área quilombola
30/11/2007	ES	<b>Conceição da Barra</b>	<b>Marcha</b>	Marcha dos Quilombolas de Sapê do Norte	300	Conaq/ MNDDH/ Rede Alerta	Terra
25/09/2007	DF	<b>Brasília</b>	<b>Concentração em espaço público</b>	Ato em defesa dos Direitos Quilombolas	500	Conaq	Terra
10/07/2007	DF	<b>Brasília</b>	<b>Audiência</b>	Audiência Pública/Babaçu	360	Conaq	Terra
02/07/2007	DF	<b>Brasília</b>	<b>Temática</b>	1º Quilombinho Nacional	100	Conaq	Direitos Humanos
20/03/2007	ES	<b>Aracruz</b>	<b>Interdições</b>	Interdição da Produção e Transporte de Eucalipto/Aracruz	450	Conaq	Terra
30/04/2006	RJ	<b>Mangaratiba</b>	<b>Concentração em espaço público</b>	Ato pela Titulação do Quilombo da Ilha de Marambaia	100	ABA/ Acquirerj/ Arqimar/ Ceap/ Cohre/ Conaq/ Fase/	Terra

Fonte: DATALUTA, 2015.

Org. e sist.: Leandro Nieves Ribeiro

\*N.I – Não informado

### **3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIA CAMPESINA NO BRASIL E SUAS AÇÕES TERRITORIAIS: OS MOVIMENTOS CAMPONESES EM MOVIMENTO**

Nesta seção consideramos discorrer sobre a articulação da Via Campesina no Brasil, buscando compreender o funcionamento da articulação. Em primeiro lugar, devemos ressaltar que as Ações Territoriais específicas da Via Campesina no Brasil são ações organizadas por membros dos movimentos articulados. A Via Campesina não é apenas uma rede que gerencia outra rede<sup>137</sup>, mas é uma rede que cria sua própria organicidade que é criada através de sua composição regional. A Ação Territorial, dos movimentos e organizações articulados na Via Campesina no Brasil, é uma forma da Via Campesina se mover e espacializar a luta camponesa.

Pelo DATALUTA identificamos Ações Territoriais específicas da Via Campesina<sup>138</sup>. Ou seja, além das ações dos próprios movimentos e organizações articulados, ainda existe ações identificadas como organizada pela Via Campesina. Aparentemente, não há motivo que explique porque uma Ação Territorial seja identificada somente pela Via Campesina ou quando uma ação é organizada pelos movimentos e organizações articuladas pela Via Campesina. Por exemplo, se o MST e o MAB – movimentos articulados pela Via Campesina - realizarem uma Ação Territorial, esta ação, não seria uma relacionada pela Via Campesina ou seria somente uma ação dos dois movimentos? Se estes movimentos são articulados pela Via Campesina, entendemos que suas ações se baseiam no pensamento e na estratégia da Via Campesina. Outro questionamento seria o por que em alguns casos é identificada uma ação específica da Via Campesina e não a nomeação dos movimentos articulados?

---

<sup>137</sup> Gohn (2011) descreve o Fórum Social Mundial (FSM) como uma rede de rede, cf.: GOHN (2011).

<sup>138</sup> A identificação de uma ação do DATALUTA é feita da própria fonte da Ação Territorial tendo a CPT e a OAN como referência.

Possivelmente, esta diferença de quando um movimento se coloca numa ação pertencente ao MST, CPT, FEAB ou identificada como organizada pela Via Campesina, se deve a Intencionalidade e a finalidade do movimento na ação.

Na Tabela 3 juntamos todos os movimentos e organizações articulados pela Via Campesina e destacamos a quantidade de Ação Territorial e o total de pessoas por ação em três categorias: ação específica de cada movimento, ação conjunta e o total de Ação Territorial por organização ou movimento social.

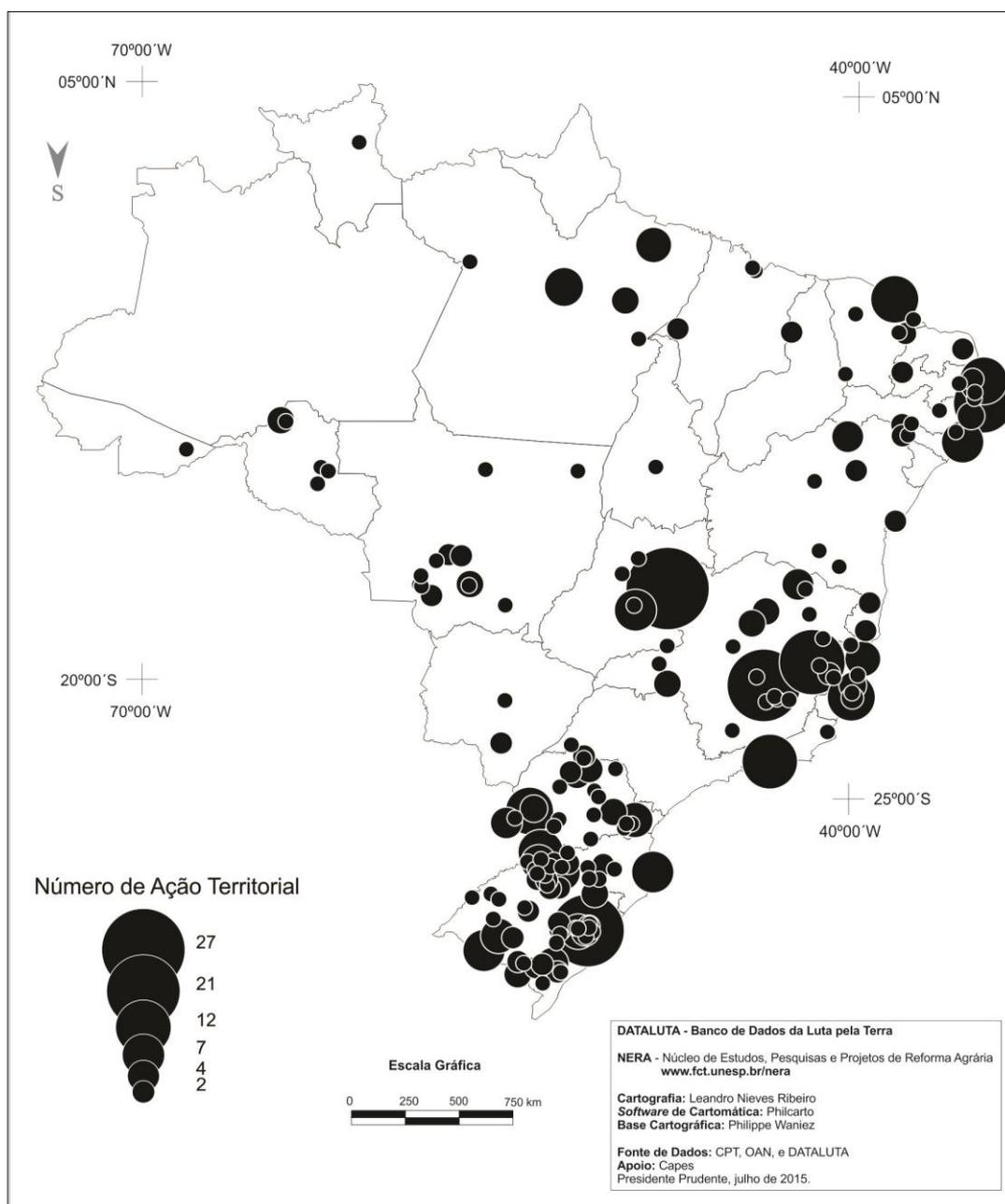
Tabela 3 – Ação Territorial da Via Campesina e dos movimentos e organizações articulados – 2000 a 2013

<b>Organização/ Movimento</b>	<b>Ação Territorial</b>	<b>Total de pessoas</b>	<b>Ações Conjuntas</b>	<b>Total de pessoas</b>	<b>Total</b>	<b>Total de pessoas</b>
Conaq	5	64.086	5	542	10	1.952
CPT	165	13175	141	107.447	306	120.622
FEAB	0	0	10	52.350	10	52.350
MAB	169	75.698	218	120.302	387	196.000
MMC	9	2.929	49	23.960	58	26.880
MPA	140	64.086	191	95.404	331	159.490
MPP	10	5.500	4	400	14	59.00
MST	5.671	2.202.871	1.080	774.359	6751	2.977.330
PJR	2	800	20	10.710	22	11.510
Via Campesina	321	154.377	139	15.5640	460	310.017

Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

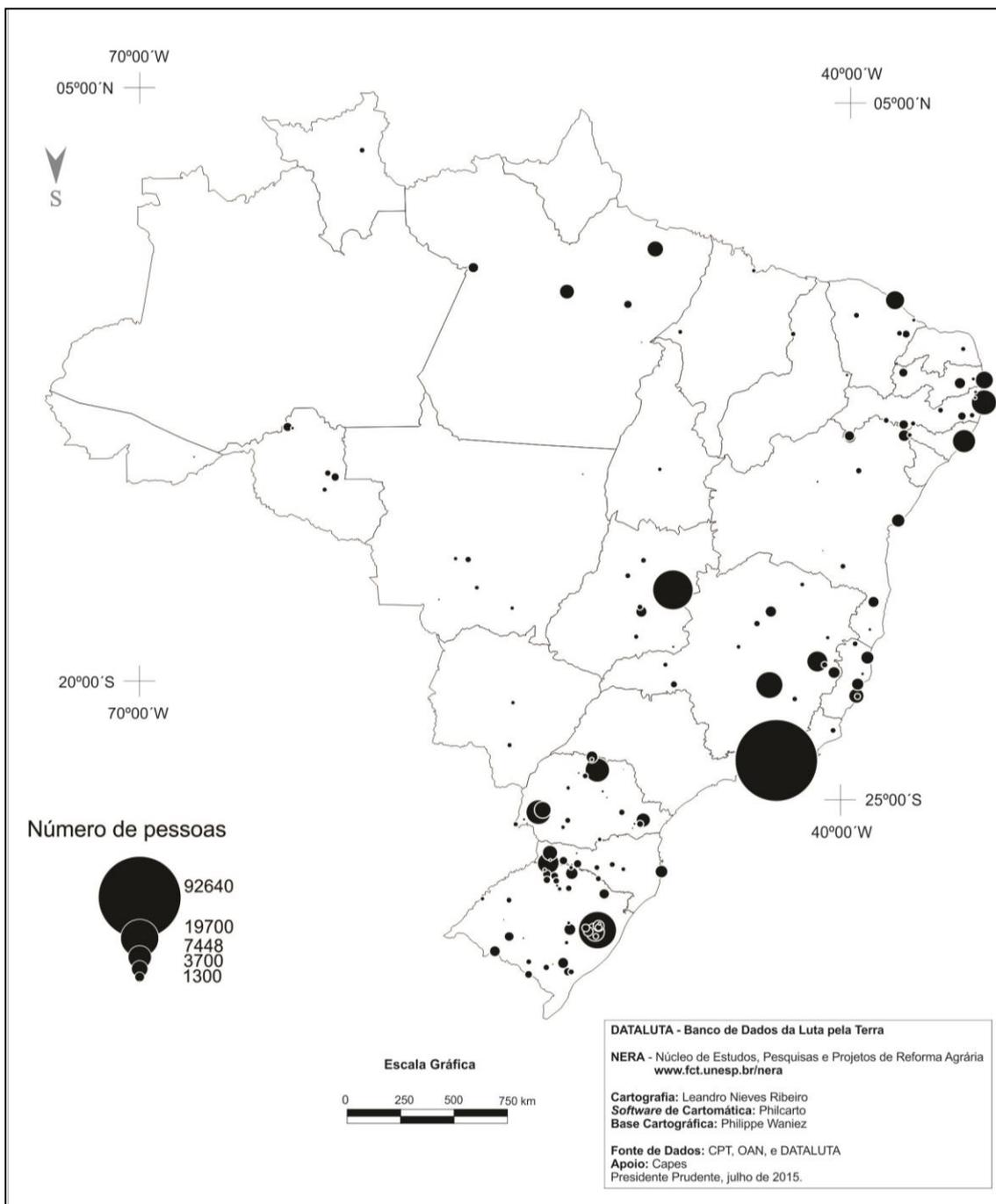
As Ações Territoriais registradas como da Via Campesina contabilizam 460 entre 2003 e 2013, tendo uma média de 673 pessoas por ação e o total de 310.017 pessoas. No Mapa 20 representamos a Ação Territorial destas ações.

Mapa 20 – Via Campesina – Ação Territorial – Brasil - 2003 a 2013



O Mapa 20 demonstra a espacialização das Ações Territoriais realizadas pela Via Campesina. A ação da Via Campesina é concentrada na região sul do Brasil, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, contando com 21 ações somente no município de Porto Alegre. Percebe-se, também, que as duas regiões que não apresentam nenhuma ação são o Amazonas e o Amapá.

Mapa 21 – Via Campesina– Número de pessoas por Ação Territorial – Brasil - 2003 a 2013



No Mapa 21 representamos o número de pessoas por Ação Territorial da Via Campesina. As cidades com maior participação de número de pessoas é o Rio de Janeiro, com 92.640 pessoas em 12 ações. É relevante destacar que as ações no Rio de Janeiro foram feitas num momento oportuno, pois, ocorreu um evento que organizou

milhares de pessoas que é a Cúpula dos Povos<sup>139</sup>, que acontece paralelamente ao Rio+20, e é organizado pela sociedade civil e pelos movimentos sociais da América, África e Europa. Duas marchas foram realizadas durante o evento, o primeiro no dia 18 de junho de 2012, com 80.000 pessoas e segundo no dia 20 de junho, com 3.000 pessoas. Os demais temas das ações no Rio de Janeiro foram: “Ato por Cidadania e contra o Trabalho escravo”, “Caminhada contra Leilão em Áreas Terrestres de Petróleo e Gás”, “Protesto contra a Vale do Rio Doce”, “Ocupação da Sede da Petrobrás”, “Jornada de Luta das Mulheres” e “Ato contra a Syngenta Seeds”.

Continuando com a análise do número de pessoas por ação, a segunda região, com maior participação de pessoas foi Brasília com 22.315 pessoas em 27 ações e em terceiro tem Porto Alegre com o total de 197.00 pessoas por 21 ações.

No DATALUTA encontramos 132 (30,2%) Ações Territoriais conjuntas da Via Campesina com outros movimentos ou organizações. No quadro 5 demonstramos os movimentos e organizações que realizaram ações conjuntas com a Via Campesina.

Quadro 5 - Movimentos ou organizações que a Via Campesina realizou ação conjunta

1	Acorjuve	Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
2	ANEL	Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre!
3	APMG	Associação Produtores de Grãos de Mineiros
4	APRBSF	Articulações da Bacia do São Francisco realizam encontro em Bom Jesus da Lapa, Bahia
5	CAA	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
6	Cáritas	
7	CEBs	Comunidades Eclesiais de base
8	CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
9	Cimi	Conselho Indigenista Missionário
10	CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
11	COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
12	Conselho Nacional de Organizações Populares	

<sup>139</sup> A Cúpula dos Povos aconteceu entre os dias 15 e 23 de junho de 2012 no Rio de Janeiro e recebeu 23 mil inscritos. O objetivo do evento foi discutir causas da crise socioambiental e propor soluções e fortalecer movimentos sociais. Disponível em: [http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html)

13	Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
14	CPT	Comissão Pastoral da Terra
15	CSP- CONLUTAS	Central Sindical Popular
16	CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
17	CUT	Central Única dos trabalhadores
18	Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
19	Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
20	FIST	Frente Internacionalista dos Sem Teto
21	FNP	Federação Nacional dos Petroleiros
22	FOE	Frente de Oposição de Esquerda
23	Frente Social Popular	
24	FSDMMG	Federação Democrática dos Metalúrgicos d
25	Funáguas	Fundação Águas
26	GERAZEIROS	
27	ISA	Instituto Socioambiental
28	Levante Popular da Juventude	
29	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
30	MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
31	MCP	Movimento da Constituinte da Pesca
32	MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
33	MMC	Movimentos das Mulheres Camponesas
34	MML	Movimento Mulheres em Luta
35	MMM*	Marcha Mundial das Mulheres
36	Movimento do Sem-Teto (Paraguai)	
37	Movimentos indígenas	
38	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
39	MPL	Movimento Passe Livre
40	MPP	Movimentos dos Pescadores e Pescadoras
41	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
42	MTD	Movimento dos/das Trabalhadores Desempregados
43	MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade.
44	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
45	MUP	Movimento Unidos pela Paz
46	MXVS	Movimento Xingu Vivo para Sempre
47	NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
48	PJR	Pastoral da Juventude Rural

49	Reapi	Rede Ambiental do Piauí.
50	Rede Alerta	
51	Renap	Rede nacional de advogadas/os populares
52	Sindicato dos metalúrgicos	
53	Sinergia	
54	UGT	União Geral dos Trabalhadores

Org. Leandro Nieves Ribeiro

Fonte: DATALUTA, 2015.

Pelo quadro percebemos uma diversidade de sujeitos participantes de ações da Via Campesina, cujos participantes vão além da organização oficial da articulação mundial. Outro ponto fundamental é que estas articulações formam uma rede de movimentos e organizações sociais (CASTELL, 2013)<sup>140</sup>.

Ainda sobre as ações conjuntas notamos a inclusão de participação dos próprios movimentos e organizações articuladas pela Via Campesina no Brasil, a saber: CPT, MAB, MPA, MMC, MPP, MST, FEAB e PJR. Portanto, dos movimentos articulados, somente a Conaq não teve ação conjunta com a Via Campesina. Na Tabela 4 representamos a quantidade de Ação Territorial de cada movimento ou organização realizada em conjunto com a Via Campesina e o total de pessoas participantes.

Tabela 4 – Ações conjuntas dos movimentos e organizações articulados com a Via Campesina – 2003 a 2013

<b>Movimento</b>	<b>Ação Territorial</b>	<b>Total de pessoas</b>
Conaq	0	0
CPT	16	4078
FEAB	5	1500
MAB	51	26025
MMC	18	7200
MPA	34	22450
MPP	1	200
MST	85	40452
PJR	2	1000
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>75377</b>

<sup>140</sup> Possivelmente esta rede seja maior, justamente, pela metodologia do DATALUTA somente identificar os movimentos e organizações que participaram de ações. Ou seja, pode ocorrer que outros movimentos ou organizações não foram identificados pela base. Ou até, que mesmo que estes movimentos ou organizações corroborem com o objetivo da Via Campesina, possam não ter participado de ações com a Via Campesina.

Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

O MST é o movimento com maior participação de números de Ações Territoriais coletiva na Via Campesina (18,5%), o MAB é o segundo (11,1%) e o MPA é o terceiro (7,4%). Em relação a soma total de pessoas por Ação Territorial, o MPA é movimento com maior participação tendo a média de 660 pessoas.

Conforme destacado neste capítulo, os movimentos e organizações articulados nacionalmente têm diversidade de lutas, ações e reivindicações e a história de criação de cada movimento apresenta a diversidade de movimentos sociais no campo brasileiro e da contradição do modo capitalista de produção no campo.

De certa forma, o MST é o movimento mais articulado pela Via Campesina. Sua relevância deve-se pela intensificação das Ações Territoriais e por, principalmente, retomar o debate da questão agrária.

Gráfico 29 - Via Campesina – Ação Territorial e número de pessoas – 2003 a 2013

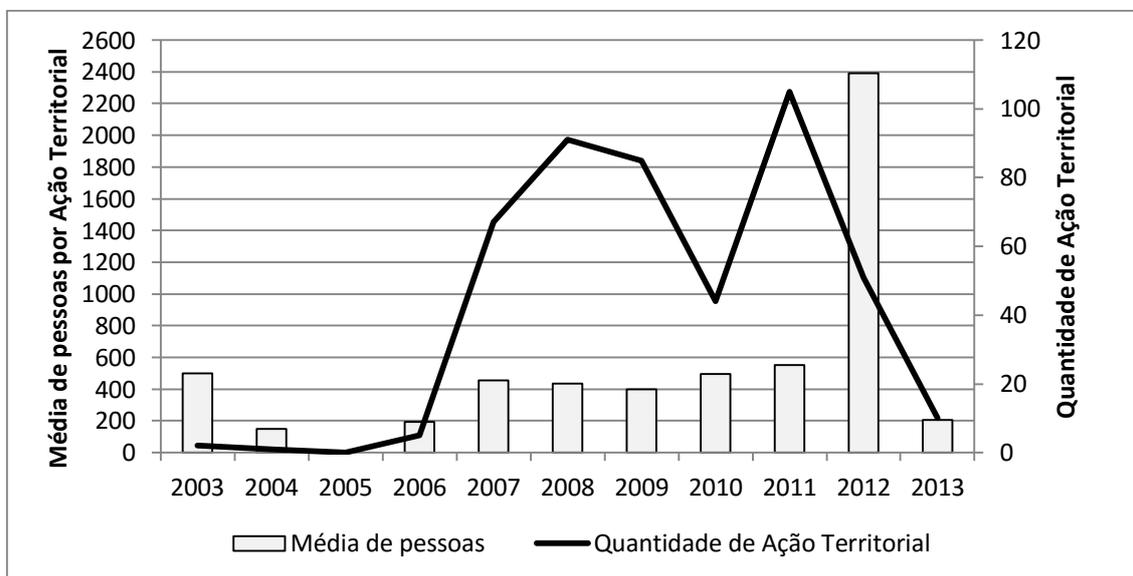


Gráfico Org. Leandro Nieves Ribeiro  
 Fonte: DATALUTA, 2015.

No Gráfico 29 representamos as Ações Territoriais ao longo de 2003 a 2013. A Via Campesina iniciou sua atividade em 2003. Pelo DATALUTA identificamos que as

duas primeiras ações registradas ocorreram no mesmo dia, em 28 de maio de 2003, na cidade de Pântano Grande e de Rio Pardo, ambos no Rio Grande do Sul, com total de 1.000 pessoas. Estas duas ações são ocupação de terra em na Fazenda Boa Vista e outra na Fazenda Bela Vista<sup>141</sup>.

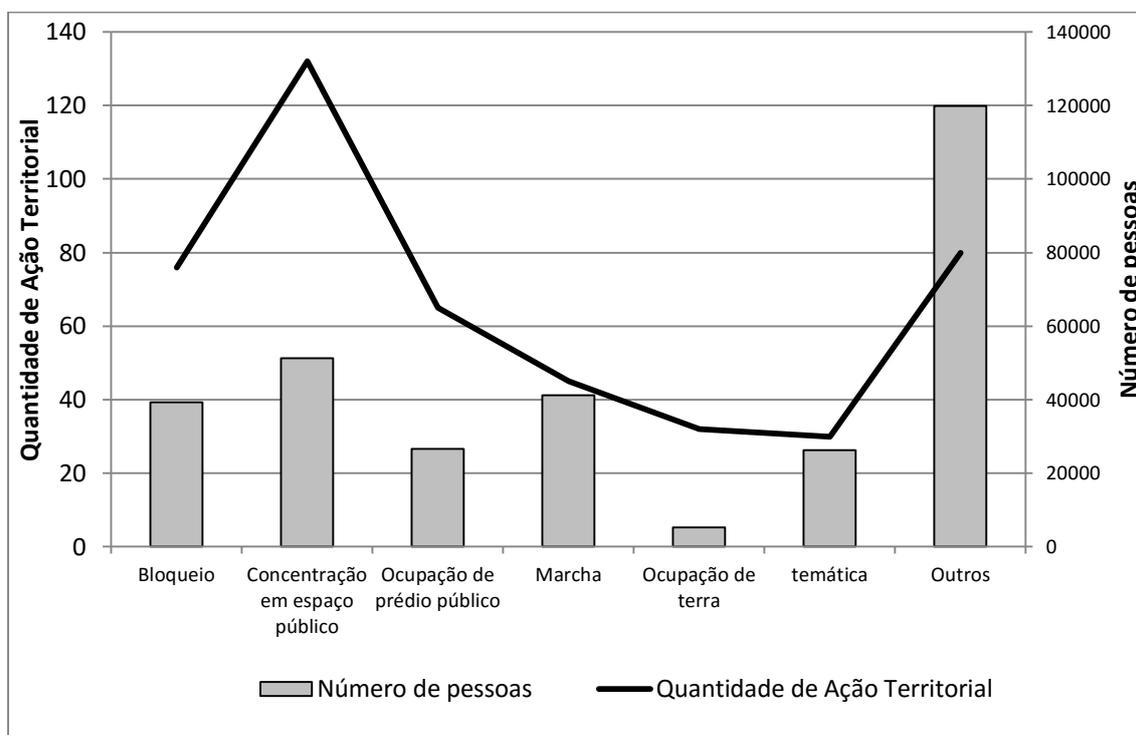


Gráfico 30 – Via Campesina – Número de Ação Territorial– 2003 a 2013  
Org. Leandro Nieves Ribeiro  
Fonte: DATALUTA, 2015.

Pelo Gráfico 30 podemos identificar o tipo de ação mais comum praticada pela Via Campesina. As três principais são, respectivamente, a concentração pública (30,6%), o bloqueio (13,9%) e a marcha (10,7%). A ação que mais possui pessoas participantes é ocupação de prédio público.

As ocupações da Via Campesina Brasil foram realizadas nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí e na Paraíba. Assim como nas manifestações, a Via Campesina é mais ativa no Rio Grande do Sul. E o município que contém o maior número de pessoas por ocupação é o

<sup>141</sup> Não achamos informação no DATALUTA sobre o motivo da ocupação nas duas fazendas.

Cachoeira do Sul (RS), totalizando 1.000 famílias. Em contrapartida, nesse mesmo Estado, o município com menor participação de famílias por ocupação é o Piratini, com apenas 15 famílias. Nesse ponto, vale mencionar que a ocupação feita pela Via Campesina é direcionada em fazendas de empresas multinacionais ou com relação, como a *Syngenta Seeds* e *Aracruz Celulose*, e que ao contrário do MST, que ocupam, também, sobretudo, os latifúndios improdutivos e grilados.

Em Stedille (2010) é possível entender a importância das ocupações de terras e a necessidade de criar novas formas de lutas. De acordo com a reflexão do autor:

No outro ciclo histórico, a ocupação de terras era a principal forma de luta. Era suficiente para enfrentar o latifúndio e abrir um processo de democratização da propriedade da terra. E foi com essa prática que o MST nasceu. **Agora a ocupação de terras é insuficiente para enfrentar o modelo do agronegócio. Por isso, além das ocupações, o MST deve desenvolver novas formas de luta, que envolvam todos os camponeses e outros setores da sociedade interessados em mudar esse modelo de exploração agrícola, que agride o ambiente e produz alimentos contaminados.** Ou seja, nas regiões do país em que ainda existem muitos latifúndios improdutivos e trabalhadores sem-terra, certamente a ocupação continuará sendo a principal forma de luta – que vem acontecendo, inclusive, independente da existência do MST -, implementada por diversos movimentos sociais ou como reação à pobreza de comunidades rurais. No geral, além das ocupações, devemos desenvolver novas formas de luta, para conscientizar a sociedade das perversidades do agronegócio e suas consequências para o nosso povo e para toda a sociedade (STEDILLE, 2010, página única).

Portanto, a queda do número de ocupações frente as outras Ações Territoriais não desmobilizam a luta e também não significa que os movimentos deixaram de lutar pelo acesso à terra (luta pela terra), mas que é uma estratégia diferente de luta. Podemos entender a Via Campesina e as demais articulações com outros movimentos do campo e do urbano como parte dessa nova forma de luta. A construção do calendário de datas em comum da Via Campesina é outra nova forma de luta, e pelo qual, visa intensificar as ações das escalas local, nacional e mundial.

Concordamos com Pereira D (2012, p.11) que afirma que a manifestação é ao mesmo tempo uma forma de luta **pela e na** terra, no sentido de representar o momento da luta até a conquista e “[...] da conquista ao modo de vida/produção camponês [...]” e

compõe-se como um “[...] espaço de luta, reivindicação, proposição e resistência dos camponeses”.

Por fim, se somarmos as Ações Territoriais dos movimentos e organizações articulados pela Via Campesina e do próprio movimento mundial - conforme demonstramos na tabela 3 - veremos que estes movimentos têm a maior parcela da luta camponesa no Brasil. Com isso, podemos perceber que a Via Campesina e seus movimentos e organizações articulados representam a luta camponesa no Brasil e juntos tem sua relevância frente a recriação e resistência camponesa.

### **3.3 Por uma Rebelião Mundial? A Via Campesina no Brasil no contexto dos movimentos altermundialistas**

Santos (2011) ao definir a globalização a descreve como o ápice da internacionalização do mundo capitalista, cujo resultado é a combinação do estado da técnica e da política para assegurar o mercado global (SANTOS, 2011). Através de Chesnais (1999) e Oliveira (2011) adotamos o termo mundialização, ao invés de globalização, pois o último termo passa uma ideia de ambiguidade e generalidade. Dessa forma, o termo globalização transmite a ideia da construção de um mundo igual e único, ou seja, fantasioso (SANTOS, 2011). Por sua vez, o termo mundialização é o que melhor representa o desenvolvimento desigual, combinado e contraditório da mundialização do capital (OLIVEIRA, 2011).

Com a mundialização do capital e da agricultura, a sociedade tornou-se conectada em rede e, assim como, os movimentos sociais mundiais se modificaram nesse período (OLIVEIRA, 2011; CASTELLS, 2013). Gohn (2010) analisando os movimentos sociais contemporâneos na América Latina no século XXI os descreve como extremamente diferenciados por causa do tipo e grau de organização, da reivindicação, articulação, do projeto político, da trajetória e abrangência territorial. Se antes os movimentos sociais se organizavam localmente e suas ações restringiam a

pontos isolados, agora, os movimentos sociais são mundiais, e por conta do aumento dos fixos e fluxos atuam em diversas escalas.

Os movimentos mundiais estão cada vez mais em evidência no cenário das lutas sociais. Este grupo, que ultrapassa fronteira e escala, é nomeado por pesquisadores e principalmente pela mídia como movimento antiglobais ou antimundiais (LOWY, 2002; VIEIRA, 2012; VIEIRA, 2011). Contudo, entendemos que existe uma compreensão equivocada quanto a esta nomeação que altera o entendimento e reduz a relevância sobre a Via Campesina e dos movimentos mundiais (LOWY, 2002; HOUTART, 2003).

Os movimentos camponeses que resistem contra as políticas neoliberais que ditam o mercado global e a produção de alimentos transformaram-se em uma rede de camponeses com a criação da Via Campesina em 1993, saltando sua escala local/nacional para mundial. Agora a luta camponesa inaugura uma nova etapa de luta, justamente, por conta da configuração de sua organização, reivindicação e mobilização. Por tal fato, a Via Campesina, por exemplo, também é descrita como pertencente a este grupo de movimentos antiglobais por ter em seu cerne a luta e ação em escala mundial.

Na sociologia esta rede de movimentos sociais é categorizada por nomes diferentes. Vieira (2012) agrupa os seguintes nomes como relacionados aos movimentos mundiais: movimentos antiglobais, *sociedade* civil global e ou globalização “desde baixo”. Estes são termos diferentes que designam praticamente o mesmo. Sua diferença está principalmente no grupo que cunha o nome ou termo que pode deslegitimar ou enaltecer o movimento social. Conforme explica Houtart (2003), a respeito do conceito de sociedade civil global:

Esse conceito [sociedade civil] muito utilizado hoje em dia é, entretanto, tão amplo que permite todo tipo de interpretações, mas também de ambivalências. Quando o Banco Mundial fala de sociedade civil, trata-se de uma coisa totalmente diferente daquela realidade à qual se referem o Fórum dos Pobres da Tailândia ou o Movimento dos Sem Terra no Brasil. É necessário, portanto, fazer uma análise desse conceito, para além dos *slogans*, pois de fato a sociedade civil é o lugar das lutas sociais e, portanto, da definição das disputas coletivas (HOUTART, 2003, p.309-310).

Na concepção de Houtart (2003) existem três conceitos sobre a sociedade civil global<sup>142</sup>. O primeiro significado é oriundo de uma concepção da burguesia e trata a sociedade civil como uma estratégia de classe vinculada com a economia de capitalismo de mercado. Com a premissa de que o mercado é um “fato da natureza”, essa concepção defende que seu funcionamento seja totalmente livre. Com relação a sociedade civil, Houtart (2003), descreve da seguinte forma:

Na concepção burguesa, fortalecer a sociedade civil significa favorecer a liberdade de empreendimento, dinamizar os atores sociais empreendedores, reduzir o lugar do Estado e, finalmente, reproduzir a relação social que assegure uma superioridade de classe, hoje mundializada. E como a relação social, tanto a de produção quanto a de troca (o mercado), é naturalizada, não há alternativas [...] A sociedade civil se despolitiza, pois ante o mercado, a política torna-se cada vez mais virtual. Movimentos sociais buscam sua identidade exclusivamente em seu próprio campo, rompendo com a tradição política. Algumas ONGs desenvolvem uma ideologia ferozmente anti-estatal. Movimentos religiosos se multiplicam centrados sobre a salvação industrial e desprovidos de projeto social. É preciso, portanto, estar consciente do que significa a sociedade civil para a concepção burguesa. A semelhança de vocabulário não deve causar ilusão (p.311-312).

O segundo conceito advém de uma concepção ingênua ou angelical (de cima). Para o autor, este grupo é semelhante ao chamado terceiro setor, que fica atrelado ao Estado e é formado por ONGs, “setor não mercantil” e por instituições de interesse comum, como a educação e saúde. Para o autor, esta concepção não questiona as relações sociais e a define como “[...] uma organização dos cidadãos, de todos aqueles que querem o bem e desejam mudar o curso das coisas num mundo de injustiça” (p.312). Contudo, embora, tenha uma crítica ao sistema, ela não é feita sobre a sua lógica e sim se concentra numa crítica reformista. Houtart (2003) critica que esta postura de neutralidade torna o grupo alvo de cooptação das instituições como o Banco Mundial e o FMI:

Com efeito, conduz à denúncia do abuso do sistema, mas não chega a uma crítica de sua lógica. Por essa mesma razão, torna-se facilmente

---

<sup>142</sup> O autor alerta que nenhum dos conceitos seja inocente, ou seja, todos tem sua intencionalidade e pretensão, portanto, torna-se necessária sua identificação.

o receptáculo de ideologias anti-estatais, interclassistas, culturalista, utópicas, no sentido negativo da palavra, e, manifestando o desejo de mudar os paradigmas da sociedade, engendra a longo prazo a ineficácia. Por vias indiretas, reencontra, sem o saber, a concepção burguesa da sociedade, e é por isso que as instituições que partilham essa visão da sociedade civil se tornam muito facilmente objeto de cooptação pelas empresas transacionais, pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional [FMI] (p.313) .

Este grupo também é chamado de sociedade civil de cima, por principalmente, agrupar instituições renomadas e conhecidas por sua postura que não converge com as classes populares.

A terceira concepção da sociedade civil é a analítica e popular. Para Houtart (2003, p.314) o termo analítico condiz com o significado de uma “leitura da sociedade civil em termos de relações sociais”, ou seja, “que é antes um lugar em que se constroem as desigualdades sociais e que existe em seu interior instituições e organizações que representam interesses de classes divergentes”. Para o autor,

A sociedade civil é forjada, portanto, pelo mercado em relações desiguais. O espaço público é invadido pelas forças econômicas. Os grupos dominantes agem mundialmente utilizando os Estados, não com fim de redistribuição da riqueza e de proteção dos mais fracos, mas para controlar as populações (migrações, movimentos sociais, sociedade civil popular) e servir o mercado. Os mecanismos são diversos e frequentemente progressivos, indo das políticas monetárias aos tratados de livre mercado, das reformas jurídicas ao ensino, da privatização da seguridade social à dos serviços de saúde, da diminuição dos subsídios para pesquisa social à dos apoios às organizações populares, da supressão da publicidade à imprensa de esquerda ao controle das comunicações telefônicas, de um enfraquecimento de setores progressistas das instituições religiosas à imposição de tutela sobre as ONGs. Em suma, da parte do mercado, uma sujeição e uma domesticação do Estado e dos órgãos da ONU e um controle da sociedade civil, cujo dinamismo e pluralidade são admitidos e mesmo encorajados, com a condição de não pôr em causa eficazmente a relação social capitalista (p.314).

Para Vieira (2012) a partir dos anos 60 e principalmente após os anos 80, a sociedade civil global vem construindo seu espaço a partir do enfraquecimento do Estado, no sentido da perda de sua característica como a soberania - ou seja, seu espaço de decisão política - para os organismos intragovernamentais como Bretton Woods e a Organização das Nações Unidas (ONU). Por sua vez, a sociedade civil sem relevância nesse espaço de democracia estaria sendo impelida a se organizar de forma

desterritorializada, dando direitos às instâncias interestatais que defendem interesses capitalistas. O desafio para a sociedade civil global seria, portanto, em garantir os direitos políticos e sociais. Conforme explica Vieira (2012)

Para os teóricos da sociedade civil global, viveríamos hoje o momento em que os direitos civis em nível internacional estariam mais consolidados na medida em que a livre circulação (principalmente de mercadorias e bens) está assegurada. Agora caberia à sociedade civil em nível internacional constituir, face à “governança global”, os direitos políticos e sociais. A sociedade civil global aparece, assim, como portadora de uma herança social democratizante, uma vez que se concebe uma reprodução, em escala global, do processo de conquista de direitos segundo o modelo das sociedades ocidentais do capitalismo desenvolvido (p.192).

Portanto, a sociedade civil global tem o papel relevante de luta pela democracia. Na configuração atual da sociedade, dominada por corporações transnacionais e de organização multilaterais que apenas defendem seu interesse capitalista, a sociedade civil global desempenha a função de lutar por seus interesses coletivos, tais como, a democracia.

Devido a importância da sociedade civil global é comum o uso da expressão de movimentos antiglobais e antimundiais. Löwy (2002, p.8) atribui esta caracterização errônea de movimentos sociais globais como antiglobais/antimundiais pela desinformação da imprensa neoliberal que busca deslegitimar e desqualificar as ações destes movimentos. Sua intenção é confundir a opinião pública e a sociedade. No entanto, como coloca Löwy (2002), deve ressaltar que esta nomeação genérica busca deslegitimar a importância das lutas da Via Campesina ao cunhar que esse movimento seja contra a globalização – isto é, rejeitar a ideia do internacionalismo, do intercâmbio de informação, da multicultural e entre outros - e que defende o fim dela. Faz mister entender que a Via Campesina não é um movimento contra a globalização, pois a articulação critica a estrutura concentradora e monopolista e os efeitos perversos da globalização (DESMARIS, 2013, VIEIRA, 2011). Afirmar o contrário é reduzir e limitar a luta da Via Campesina como meramente reivindicativa ou corporativa, cuja luta se esgotaria com a conquista de um ou outro ponto (VIEIRA, 2012). Contudo, a vitória do

movimento altermundialista virá apenas com sua completude, ou seja, com a mudança sistêmica<sup>143</sup> (LOWY, 2008). No caso da Via Campesina, conforme destacaremos posteriormente, a luta da articulação é uma clara luta contra o sistema capitalista monopolista.

Lowy (2008) destaca que o movimento altermundialista por conta dessa característica - isto é, em querer uma mudança sistêmica – faz com que sua luta seja considerada como utópica. Para o autor, o valor de utopia dos movimentos altermundialistas consiste em três correntes e significados. A primeira corrente é advinda do valor humanista e a segunda é a democracia, no sentido de agregar a reivindicações e interesse de todos. A terceira corrente é a diversidade de reivindicações. Essa característica que apresenta Lowy (2008) destaca o potencial transformador dos movimentos mundiais/altermundialista por constituir uma luta pela alteração na sociedade.

Através desta noção do significado dos altermundialista compreendemos corretamente o significado da Via Campesina, de seu objetivo e de suas reivindicações. Conforme corrige Löwy (2012), os movimentos sociais globais não são ‘antimundialista’ (contra o mundo) ou antiglobalização (contra a globalização), ou seja, eles não negam ou rejeitam a globalização, nem o progresso tecnológico, o avanço na ciência, na facilidade na comunicação, nos fixos e fluxos. Na verdade, este tipo de movimento é “contra este mundo capitalista, neoliberal, injusto e desumano, e busca um outro mundo, mais justo e fraterno” (LOWY, 2012, p.8), cujo mundo tenha uma participação mais ativa da sociedade civil em sua construção e benefício, diferente do atual, onde as poucas corporações mundiais controlam e se beneficiam do lucro.

Novamente, não consideramos a Via Campesina como antiglobalização, ou seja, contra a globalização. A Via Campesina, conforme, destacamos nessa pesquisa visa defender outro tipo de globalização, que seja construída pela sociedade “desde baixo”

---

<sup>143</sup> Mudança sistêmica significa a luta relativa contra o modo capitalista de produção, ou seja, é uma luta contra o sistema capitalista (OLIVEIRA, 2007; VIEIRA, 2011, DESMARAIS, 2013).

ou que pertença a “sociedade civil global”. Portanto, o correto é denominá-los como movimentos altermundialistas, pois buscam alterar a forma da mundialização/globalização, no sentido, de buscar uma mudança na estrutura hegemônica e monopolista do capital quanto ao controle do comércio das poucas empresas multinacionais e da organização supranacional.

Santos (2011) considera a existência de três mundos. O primeiro é o mundo “tal como queremos ver” e que chama este de “globalização como fábula”. Santos (2011, p.12) exemplifica sua interpretação: “é como se o mundo estivesse, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando na verdade, as diferenças locais são aprofundadas”. O segundo é o mundo real, que interpreta a globalização como perversidade. Para o autor, o processo de globalização se impôs como uma “fábrica de perversidade” e, justifica, “O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes...” (SANTOS, 2011, p.13). Por fim, o terceiro é o “mundo de como poderia ser”, pelo qual o autor o chama de “uma outra globalização”. Segundo o autor, este mundo seria feito através do que coloca como uma globalização “mais humana”, ou seja:

As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos (SANTOS, 2011, p.13).

A crítica de Santos (2011) que coloca a busca por uma diferente globalização, é necessária para darmos condição de progresso e humanidade. No caso da Via Campesina o movimento vem no mesmo sentido e critica a globalização destacando sua perversidade. A luta da Via Campesina busca “uma outra globalização” e critica o

atual modelo hegemônico<sup>144</sup> de produção no campo, como a homogeneização da produção de alimentos, a monopolização da produção de sementes e da tecnologia, o uso de agrotóxicos, a transformação da comida em mercadoria e dos oligopólios de empresas de capital privado que monopolizam os lucros.

Aguiton (2002) e Vieira (2012) caracterizam três tipos de ações dos movimentos altermundialistas, a saber: iniciativas de massas, campanhas e conferências. O primeiro é a respeito da capacidade de mobilização em uma ação e sua finalidade é protestar contra um organismo ou instituição supranacional. O segundo focaliza num tema específico que se desdobra num conjunto de reivindicações e tem o caráter de mobilizar, informar, difundir e denunciar. Por exemplo, Vieira (2012) cita a campanha pela anulação da dívida externa. Na Via Campesina a campanha global é inserida como parte da agenda fixa ou programada e tem o mesmo propósito: da realidade local para ação global. Segundo Batista (2013) a campanha da Via Campesina busca mudanças profundas e conjunturais e representam uma forma de mobilizar, informar, difundir e denunciar temas específicos. São diversas campanhas de autoria da Via Campesina e a seguir apresentaremos as principais campanhas e os temas debatidos, e posteriormente, trataremos uma reflexão sobre o potencial desta ação.

O terceiro tipo de ação é a criação de um espaço de diálogo para a convergência de pontos comuns e de ações, como o Fórum Social Mundial (FSM). Conforme explica Vieira (2012) o FSM foi criado como um fórum alternativo ao Fórum Econômico de Davos - reunião anual entre executivos-chefes das principais corporações do mundo, lideranças políticas, intelectuais e jornalistas. A finalidade do FSM é consistir num espaço alternativo para que os movimentos sociais e organizações discutam a construção de um “outro mundo é possível”. No Brasil, a Via Campesina e o MST estiveram na organização do encontro em Porto Alegre desde 2001. Essas três ações às vezes acontecem de forma combinada tanto em escala regional como mundial. Por

---

<sup>144</sup> A crítica da Via Campesina ao atual modelo hegemônico foi apresentada no capítulo 2 quando discutimos o significado do projeto contra-hegemônico da Via Campesina.

exemplo, numa campanha pode ocorrer ao mesmo tempo uma mobilização de massa e na conferência organizar os protestos de rua (VIEIRA, 2012).

Por fim, afirmamos que a Via Campesina é um movimento altermundialista, por buscar, em seu significado a mudança da estrutura hegemônica que encontra o capitalista financeiro e monopolista no mercado e produção de alimentos. Diferente da crítica apresentada sobre os movimentos globais por alegarem ser contra o processo de mundialização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Via Campesina é um movimento articulador de movimentos camponeses e de organizações sociais, sendo uma expressão da conflitualidade da reprodução das relações capitalistas, da desterritorialização dos camponeses e da intensificação da questão agrária.

Criada em 1993 a Via Campesina surgiu pela necessidade dos camponeses em não se prender às decisões de organizações mundiais ou das empresas transnacionais. Com o objetivo de articular, comunicar e coordenar as Ações Territoriais em diversas escalas (local, nacional e mundial), a Via Campesina, em alguns casos, pode executá-las ao mesmo tempo em diversos lugares ou de formas isoladas. Dessa forma a Via Campesina aumenta seu poder combativo frente as multinacionais e fortalece seus movimentos e organizações nacionais. Esta relação exige tanto da Via Campesina, quanto dos movimentos e organizações, uma estrutura e comprometimento dos militantes para conseguirem acompanhar a agenda mundial de lutas. Percebemos, portanto, o fortalecimento da luta camponesa.

A criação da Via Campesina inicia uma nova etapa na história dos camponeses - isto é, agora com a mundialização dos camponeses. Com a mundialização dos camponeses a rede de fortalecimento dos camponeses que resistem à desterritorialização e que dão vozes aos milhares de camponeses.

A Via Campesina é o principal movimento camponês em escala mundial na atualidade e possui diversas pautas de luta, como por exemplo: reforma agrária, recursos naturais e genéticos, biodiversidade, gênero, direitos humanos, migração e trabalhadores rurais, agricultura camponesa sustentável e êxodos de jovens no campo. Estes temas em conjunto integram o projeto contra-hegemônico da Via Campesina que visa combater a oligopólio da cadeia de produção de alimentos e das sementes. A ideia

de soberania alimentar é uma das principais bandeiras do movimento por canalizar todas as reivindicações da Via Campesina.

Para compreendermos o movimento articulador nós recuperamos a trajetória de criação de cada movimento ou organização vinculada com a Via Campesina e de suas Ações Territoriais.

Demonstramos que a Via Campesina no Brasil tem sua estrutura formada por movimentos (MST, MMC, MPA, MAB, MPP e Conaq) e organizações sociais (CPT, FEAB e PJR). Estes movimentos e organizações inserem em sua agenda comum as Ações Territoriais Programadas, que visa fortalecer a Via Campesina e territorializar e espacializar a luta camponesa.

Devido a relevância dos movimentos e da organização sociais na estrutura da Via Campesina foi essencial entender a formação e organização de cada movimento.

A Via Campesina no Brasil é articulada por diversos movimentos sociais e organizações que apresentam variados sujeitos e bandeiras que completam uma gama de lutas complexas. As Ações Territoriais desempenhadas pela Via Campesina e seus movimentos articulados são variáveis e mostram uma forma de resistência e rebeldia dos sujeitos sociais. Cada movimento ou organização tem sua luta e papel específico e é isso o que nos mostram as características de cada e de suas Ações Territoriais.

O MST é o principal movimento da Via Campesina e sua experiência de militância trouxe benefícios na construção da articulação mundial. Exemplos como a vestimenta de camiseta e lenços, mística e palavras de ordem própria do MST foram incorporadas pela Via Campesina. A estratégia de luta também é outro ponto essencial do MST. Com as diversas Ações Territoriais do MST, tendo como fundamental estratégia a ocupação de terra, que busca confrontar o agronegócio e as terras griladas. Outras estratégias de Ações Territoriais do MST foram utilizadas pela Via Campesina destacando a relevância do movimento. O Massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996, após uma marcha organizada pelo MST, marcada para a Via Campesina

como Dia Internacional da Luta Camponesa é outro ponto que destaca o papel do MST na articulação e na luta camponesa.

O MAB, MMC, MPA são movimentos já conhecidos no cenário da luta camponesa. O MAB se destaca na Via Campesina pela pauta política do modelo energético de energia e ao colocar em evidência a problemática da questão energética do país e ao propor um modelo alternativo de produção natural.

O MMC se difere dos demais movimentos da Via Campesina por ter em sua luta principal a questão de gênero. A temática da mulher e a desigualdade feminina é um tema dos Novos Movimentos Sociais e a mesma na Via Campesina tem extrema relevância. Atualmente as mulheres da Via Campesina tem papel fundamental na construção de mundo diferente sendo mais justo e menos machista.

O MPA com o Plano Camponês destaca a relevância da soberania alimentar e do tratamento da terra para produzir alimento tendo como foco uma produção saudável que dispensa o uso agrotóxico através da agroecologia. Estes elementos reforçam o espaço de reprodução e saúde que recriam o campesinato.

A Conaq e o MPP são dois movimentos recentes na história camponesa brasileira e da Via Campesina, sendo inseridos em 2009. Embora os movimentos sejam recentes, a temática do território quilombola e pesqueiro é um tema corriqueiro na luta camponesa.

A CPT e PJR são duas entidades eclesiais ligadas a corrente da Teologia da Libertação. Ambas entidades tem o mesmo objetivo, isto é: assessorar os movimentos camponeses e as lutas sociais. A primeira teve um papel de destaque nas lutas sociais desde 1975 e foi responsável pela articulação dos principais movimentos camponeses. Já a segunda entidade tem o foco na juventude e busca formar novos quadros de militantes.

A FEAB é uma organização estudantil e auxilia tecnicamente os camponeses da Via Campesina com seu conhecimento e também busca conscientizar a sociedade da agroecologia.

Cada movimento ou organização articulado pela Via Campesina tem uma função específica na luta camponesa, cuja diversidade fortalece a construção de movimento mundial. A Via Campesina é composta por camponeses rebeldes de vários países e estes ao se articular com a Via Campesina saltam de escala tendo a mundialização dos camponeses. A Via Campesina desafia as organizações comerciais e multinacionais que controlam a produção de alimentos e do mercado, bem como, desterritorializam os camponeses.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.). **Mundialização das resistências**. O estado das lutas 2003. Cortez: São Paulo, 2003.

ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos do agronegócio**. 2ª edição. Atlas: São Paulo, 2007

BATISTA, Ândrea Francine. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: Uma análise das políticas de formação da Via Campesina América Do Sul**. 2013. 276f. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BENINCÁ, M.C; OLIVEIRA, R.M.; LEAL, C.R.A.A; RIBEIRO, D.D. A relação campo/cidade associada à evasão de jovens rurais de assentamentos do sudoeste de Goiás. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Uberlândia (MG). **Anais**. Uberlândia: Laboratório de Geografia Agrária, 2012. p. 1-14.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A constituição de uma autoridade na narração do passado**. Entre a história e a memória: a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p.1-10.

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. 9 de agosto de 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em 09 de julho de 2015.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**. NERA: Presidente Prudente, setembro de 2011.

BORBA, Carolina dos Anjos de. Território Quilombola: identidade e inclusão social - O caso de Rincão dos Martimianos, Restinga Seca/RS. **Revista Em Tese**. v. 3, n. 1, 2006. p. 86-99.

BORRAS JUNIOR, Saturnino. **La Vía Campesina: um movimento en movimiento**. Transnational Institute, n.6, Amsterdam: 2004. p.1-36.

BORRAS JUNIOR, Saturnino; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational agrarian movements: origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, v.8, n.2, abril e julho, pp 169-204, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.074**, de 4 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o

armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4074.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm)>. Acesso em 10 de out. de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 8424**, 31 de março de 2015. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8424.htm)>. Acesso em 10 de out. de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 8425**, 31 de março de 2015. Dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm)>. Acesso em 10 de out. de 2015.

BRASIL. **Medida provisória nº 664**, 30 de dezembro de 2014. Altera Lei nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13135.htm)>. Acesso em: 10 de out. de 2015.

BRASIL. **Medida provisória nº 665**, 30 de dezembro de 2014. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Disponível em: <[http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/MPV/665\\_14.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/MPV/665_14.html)>. Acesso em: 10 de out. de 2015.

BRASIL DE FATO. Dom Pedro Casaldáliga recebe homenagem pela defesa dos índios xavante. 4 de fev. de 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11835>>. Acesso em: 14 de outubro de 2015

CADONÁ, Célio Valdemar. **Movimento dos pequenos agricultores – MPA**: o novo nasce das estradas. 2004. 284f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí.

CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra (CPT). In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.130-135.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVA AO AGRONEGÓCIO NO BRASIL. **Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Vol. XI, núm. 245 (68), 1 de agosto de 2007, Universidade de Barcelona.

CAMPANHA DA VIA CAMPESINA INTERNACIONAL: Sementes Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 471-472, jul./dez. 2012.

CAMPANHA Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. MPP. abril de 2013. Disponível em: <<http://www.campanhaterritorio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

CAMPANHA permanente contra o agrotóxico. 10 nov., 2011. Apresenta informações sobre a campanha contra o agrotóxico. Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil**. Curitiba, junho de 2013. p. 1-10.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. 143f. Tese (Doutorado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. Movimento social negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 11., 2011, Salvador. **Diversidade e (Des)Igualdades**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. p.1-18.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **REVISTA NERA**. 11, N. 13, julho/dezembro de 2008 NERA: Presidente Prudente.

CHARLIER, Sophie; RYCKMANS, Hélène. Os movimentos das mulheres para uma outra mundialização. In: AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs). **Mundialização das resistências**. O estado das lutas 2003. Cortez: São Paulo, 2003. p.259-271.

COLOGNESE, SA; MELO, JL. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CONTE, Isaura Isabel. O feminismo camponês. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 08 de Novembro de 2007. Acesso: 30 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=78>

CONGRESSO Nacional. Informações sobre quantidade de deputados e senadores. Disponível em: <http://www.congressonacional.leg.br/portal/>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL E A REFORMA AGRÁRIA: DO MASTER AO MST. **Perspec. Contemp.**, Campo Mourão, v. 4, n. 2, p. 03-22, ago./dez. 2009.

COSTA, Ivan Rodrigues. **CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas**. Jornal Iroín. 2008. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detelhes.asp?cod=8517> . Acesso em: 04 de janeiro de 2013. Página única.

COSTA, Maria José. **CONSTRUÇÃO DO PLANO CAMPONÊS: Experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro**. 152f. Dissertação

(mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus Presidente Prudente. - SP, agosto de 2014.

CPT. **Histórico da Comissão Pastoral da Terra**. 4 fev. 2010. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em 4 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. O novo código florestal. 2014. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/15-artigos/1950-o-novo-novo-codigo-florestal>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. 14 de março é o dia de luta contra as barragens. 15 mar de 2011. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/geral/582-14-de-marco-e-o-dia-de-luta-contras-barragens>. Acesso em 24 de março de 2016.

CRUZ, Teresa Almeida. A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., Florianópolis, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Estudo da contribuição da imprensa na representação dos camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008**. 116f. Monografia (Bacharelado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

DATALUTA. Banco de dados pela luta pela terra. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Unesp: Presidente Prudente, 2011.

\_\_\_\_\_. Dados de ocupação de terra e manifestação entre 2000 e 2013. Banco de dados pela luta pela terra. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Unesp: Presidente Prudente, 2015.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston: Havard University, 1957.

DESMARAI, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DURAESDE, Suzane. **Informações sobre a Campanha Global sobre Reforma Agrária na África**. 23 de jan. de 2007. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3099>>. Acesso em 5 de abril de 2014.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter; DUTRA, Clísia Perpétua dos Santos Cardoso. A reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 195-213, fev. 2008. p.195-213.

ECKERT, Cordula. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.71-92.

ESTADÃO. MST invade duas fazendas no Rio Grande do Sul. 27 de mar. de 2001. Disponível em:<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mst-invade-duas-fazendas-no-rio-grande-do-sul,20010327p31324>>. Acesso em: 10 de nov. de 2014.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010.

FAVERO, Osmar. Movimento de educação de base - MEB. IN: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010

FEAB. Nossa História. 201?. Disponível em:< <https://feab.wordpress.com/nossa-historia/>>. Acesso em 07 de março de 2016.

FEAB. Estatuto da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. 2008. Disponível em:< <https://feab.files.wordpress.com/2008/08/estatuto-feab.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2015.

FEAB. Panfleto sobre história, organização e estrutura da FEAB. 2009. Disponível em: < <https://feab.files.wordpress.com/2009/10/panfleto-feab.pdf>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto (2007). Grilos jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 10, nº. 11, p.48-60. jul.-dez.

\_\_\_\_\_. **Movimento camponês rebelde**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ocupar e resistir para viver**: Ações e práticas dos movimentos agrários no início do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 20., 2010, Francisco Beltrão. Paraná: Unioeste, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. (Ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. Agronegócio. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo (orgs). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 2000.

\_\_\_\_\_. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: O MST e a Reforma Agrária no Brasil. Unesp: São Paulo, 2010. p.161-197.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: A formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente: ano 8, n.6, 2005.

\_\_\_\_\_. **A ocupação como forma de acesso à terra.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 23., 2001, Washington. DC, 2001.

\_\_\_\_\_. Via Campesina. In: CALDART, R,S (orgs.); et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p.765-767.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 191-205.

\_\_\_\_\_. **500 anos de luta pela terra.** 1999. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil\\_500\\_anos\\_de\\_luta\\_pela\\_terra\\_.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf)>. Acesso em 20 de outubro de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.23-34.

FIABANI, Adelmir. **Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008).** 2008. 275f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas, UNISINOS, São Leopoldo.

FINATTO, R. A; CORRÊA, W. K. **Produção agroecológica e traços de transformações sócioespaciais – pelotas/RS.** In: ENGA,19., São Paulo, 2009. pp. 1-17

FOSHIERA, Atamis Antônio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil.** 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira.** 2008. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GLASS, Verena. Em ação nesta madrugada, mulheres destroem viveiro da Aracruz no RS. 8 de março de 2006. **Carta Maior.** Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Em-acao-nesta-madrugada-mulheres-destroem-viveiro-da-Aracruz-no-RS/2/9303>.> Acesso em 10 de março de 2015.

GOHN, Maria da Gloria. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da Cidadania dos Brasileiros.** 6ª edição. São Paulo: Loyola, 2011.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. Apresentação – a discussão contemporânea sobre os movimentos sociais. IN: \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais na era global.** Vozes: Petrópolis, 2012. p.7-16.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. Loyola: São Paulo, 2012.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GÖRGEN, F. S. A. Movimento dos Pequenos Agricultores. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.494-497.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Fase/Vozes, 1991.
- HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, D.P; MEDEIROS, L.S (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p.65-88.
- HOUTART, François. A dimensão social. In: AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs). **Mundialização das resistências**. O estado das lutas 2003. Cortez: São Paulo, 2003. p.309-326.
- JALIL, Laetícia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. 2009. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? (1962). In: WELCH, Clifford Andrew (org.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.81-87.
- LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LÖWY, Michael. Prefácio. In: AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002.
- LÖWY, Michael. Negatividade e utopia dos movimentos altermundialistas. **Lutas Sociais**, nº 19/20, 2008. p.32-38.
- LSR. **Debate de gênero no Movimento dos Atingidos por Barragem**. 7 set. 2009. Disponível em: < <http://lsr-cit.org/mulheres/30-mulheres/545-debate-de-genero-no-movimento-dos-atingidos-por-barragens>. Acesso em: 24 de março de 2016.
- MAB. **História do Movimento dos Atingidos por Barragem**. 2011. Disponível: <http://www.mabnacional.org.br/historia>. Acesso em: 8 de jan de 2013.
- \_\_\_\_\_. **Campanha: Basta de violência contra as mulheres!**. 28 de out de 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/campanha-basta-violencia-contra-mulheres>> . Acesso em: 12 de junho de 2015.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p

MALVEZZI, Roberto. Hidronegócio. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.397- 404.

MANSUR, Vinícius. **Marcha ocupa ruas de Cancún contra inércia da conferência**. 6 de dezembro de 2010. Brasil de Fato. Disponível em:<<http://www.brasildefato.com.br/node/5218>>. Acesso em

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter Miguel. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. **Journal of Peasant Studies**, v.37, n.1, p149-175, jan. 2010.

MARTINS, Jose de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes: Petropolis, 1995.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec,1999.

\_\_\_\_\_. A dependência oculta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O Campesinato na história**. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.p.151-184.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. 501f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil**. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, 2011. p. 1-14.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. **História do MAB**. 11 de janeiro de 2011. Acesso em 20 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação**. Associação Nacional de Mulheres Camponesas: Passo Fundo/RS, 2007.p.1-19.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Declaração do 1º Encontro Nacional do MMC**. 18 a 21 de fevereiro de 2013. Brasília, DF. Acesso em 30 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/69>.

MST. **Carajás, 19 anos de impunidade: duas décadas após o massacre os acusados ainda seguem livres**. 17 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/04/17/carajas-19-anos-de-impunidade.html> Acesso em 23 de abril de 2015.

MST. **Jornada de Luta das Mulheres da Via Campesina 2013**. 28 de fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2013/02/28/jornada-de-luta-das-mulheres-da-via-campesina-2013.html>>. Acesso em 12 de maio de 2015.

MST. **8 de março – Dia Internacional da Mulher**. MST. n.7, 2007. Disponível em:< <http://antigo.mst.org.br/book/export/html/85>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

MPA. **Origem e organização do Movimento dos Pequenos Agricultores**. Folheto. MPA, jul de 2001. p.1-22.

MPP. **Carta de denúncia**. Governo brasileiro rasga direito de auto-identificação das comunidades tradicionais pesqueiras e tira direitos trabalhistas das mulheres pescadoras. 15 de junho de 2015. Disponível em: <http://denunciapeloterritorio.blogspot.com.br/2015/06/governo-brasileiro-rasga-direito-de.html>> . Acesso em 10 de agosto de 2015.

MPP. **MPP Lança Campanha em Minas**. 21 DE SETEMBRO DE 2012. Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2012/09/noticias-movimento-dos-pescadores-e.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

MPP. **Movimento de Pescadores ocupa Ministério da Pesca e reivindica mais políticas para a pesca artesanal**. 16 de outubro de 2013. Disponível em:< <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2013/10/movimento-de-pescadores-ocupa.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

NOVAES, Regina Reyes. Três mulheres na luta: notas sobre o campesinato e Reforma Agrária no Brasil. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O Campesinato na história**. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.p.215-232.

NEMA. **Agroecologia: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida**. Rio Grande: NEMA, 2008.

NUNOMURA, Eduardo. Via Campesina reconfigura a luta de classes globalizada, diz socióloga. **Opera Mundi**, São Paulo, 1 abr. 2011. Disponível em: < [http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevista/VIA+CAMPESINA+RECONFIGURA+A+LUTA+DE+CLASSES+GLOBALIZADA+DIZ+SOCIOLOGA\\_169.shtml](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevista/VIA+CAMPESINA+RECONFIGURA+A+LUTA+DE+CLASSES+GLOBALIZADA+DIZ+SOCIOLOGA_169.shtml)>. Acesso em: 10 mai. de 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento**. SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p.159-180.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 12., Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 7 a 11 de mayo de 2012. p.1-15.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. 6ª edição. Contexto: São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, pp. 3-113, 2010.

\_\_\_\_\_. O governo Lula dá adeus à reforma agrária. 22 de dez de 2008. **Brasil de Fato**. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/3444> >. Acesso em: 7 de nov. de 2015.

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia Laodete Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. P.483- 488.

PEDON, Nelson. **MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PELLEGRINI, Marcelo. Salvo conduto para o trabalho escravo. **Carta Capital**: São Paulo. 25 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-abranda-definicao-de-trabalho-escravo-1589.htm>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre os tipos de manifestações no campo paulista no período 2000-2011**. 2012. 90f. Monografia (trabalho de conclusão de curso em bacharel geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.687-691.

PJR. **História e organização da PJR**. Disponível em: <http://pjrbrasil.org/>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Cartilha. **Juventude: Luta e Resistência em defesa da Vida**. Espírita Santo, Capixaba, 2010.p.1-44.

POLESE, Pablo. **A bancada ruralista depois de janeiro de 2015**. 15 outubro de 2014. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/30151>> . Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 13ª edição. Brasiliense: São Paulo, 1970.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. FASCÍCULO 8, Quilombolas de Linharinho, Espírito Santo/Brasília/DF, janeiro 2007

PYL, Bianca. **Quilombolas reivindicam direito à terra; Aracruz Celulose contesta**. Repórter Brasil. 05 de maio de 2009. Disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2009/05/quilombolas-reivindicam-direito-a-terra-aracruz-celulose-contesta/>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

RAMOS, Vanessa. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos**. MST, 13, set, 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/As-perspectivas-e-problemas-do-Programa-de-Aquisicao-de-Alimentos-entrevista-egidio-brunetto>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado**

(2003-2006). 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais, a Contrarreforma agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural.** Os casos do MST, CONTAG, e MARAM: subordinação e resistência camponesa. CLACSO: São Paulo, 2013.

REDE MOBILIZADORES. Pescadores artesanais lutam pela regularização de seus territórios. 10 de nov. de 2014. Acesso em 13 de nov. de 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/pescadores-artesanais-lutam-pela-regularizacao-de-seus-territorios/?eixo>

RÊGO, Elba Cristina Lima. **Do Gatt à OMC:** O que Mudou, como Funciona e para onde Caminha o Sistema Multilateral de Comércio. 1996. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Comercio\\_Exterior/index.html?start=2](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Comercio_Exterior/index.html?start=2) Acesso em 12 de janeiro de 2014.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. O Decreto n.º 4.887/2003 e a Regularização das Terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. **Revista Jurídica Virtual.** v.6, n.68, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 04 de janeiro de 2014. não paginado.

ROCHA, Leticia Aparecida; NASCIMENTO, Neusa Francisca. Comunidade pesqueira Caraíbas conquista posse da terra em Pedras de Maria da Cruz, Minas Gerais. MPP. 20 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2013/12/comunidade-pesqueira-caraibas-conquista.html>>. Acesso em: 23 de agosto de 2010.

ROSSET, P.M; MARTINEZ-TORRES, M.E. **Movimientos sociales rurales y agroecología:** contexto, teoría y proceso. Traduzido por Viviana Tipiani. 2013. Disponível em: <http://doctoradoagroecoudea.files.wordpress.com/2013/04/>. Acesso em 4 de abril de 2013.

RURALISTA no Congresso. República dos Ruralistas. Disponível em: <http://republicadosruralistas.com.br/ruralistas>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

SCHERER- WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse., KRISCHKE, Paulo.J (orgs). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais da América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.p. 19-34.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. **Do local ao global:** A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) E Sua Articulação Em Redes. In: II Encontro Nacional de Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano ciencias sociales y represas, 2. Anais, Salvador: 2007. p.1-18.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA.** Ano 8, nº7. ,julho/dezembro de 2005.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campepinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 23-29. (Geografia em Movimento).

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 255-280, junho de 2005;

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 1, 2008, p107-142.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D.P; MEDEIROS, L.S (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132–175.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006

STEDILLE, João Pedro. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): alguns dados históricos. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O Campesinato na história**. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002. p.233-244.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O MST e a ocupação de terras**. 7 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/9438>>. Acesso em: 14 abr. de 2010.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **RURIS**, Campinas: Unicamp, v. 5, n. 1, p.83-117, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegocio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Revista Campo-território**, online, v5, n.10, p. 92-122. Ago. 2010. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>. Acesso em

\_\_\_\_\_. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Revista Pegada**, v. 7, n. 2, 2006. p. 103-122.

\_\_\_\_\_. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura geográfica”. **Revista Pegada**, v.3, n.1, 2002. p.4-17.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Alimentar ou ser alimentado?** A expansão da agroindústria canavieira e a soberania alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP, 2011.

VIA CAMPESINA. **¿Quién somos?** La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo.9 fev. 2011. p.1-4. Disponível em:

<[http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44](http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=27&Itemid=44)>. Acesso em: 10 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **¿Qué es La Vía Campesina?** 10 fev. 2006. p.1-4. Disponível em: <[http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25:iq-ue-la-vcampesina-&catid=27:iquisomos&Itemid=44](http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=25:iq-ue-la-vcampesina-&catid=27:iquisomos&Itemid=44)>. Acesso em: 7 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. 10 de Setembro de 2009: Em memória de Lee, a luta continua!. 10 de setembro de 2009. P.1-3. Disponível em: <[http://www.cna.pt/comunicados/viacampesina/25\\_memorialee\\_set2009.pdf](http://www.cna.pt/comunicados/viacampesina/25_memorialee_set2009.pdf)>. Acesso em

\_\_\_\_\_. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5)**. Roma, junho de 2002.

\_\_\_\_\_. **As camponesas e os camponeses da Via Campesina dizem: Basta de Violência contra as mulheres**. Via Campesina: Brasília. jul. de 2012. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/cartilha\\_vc\\_sudamerica.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/cartilha_vc_sudamerica.pdf)> Acesso em 27 de janeiro de 2015.

VIA CAMPESINA BRASIL. Prefácio. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.) **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

VIA CAMPESINA BRASIL. Prefácio. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.) **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

VEIRA, Flavia Braga. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. In: GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Breno M (orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Vozes: Petrópolis, 2012. P.189-210.

\_\_\_\_\_. **Dos proletários unidos à globalização da esperança**. Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. **Dos proletários unidos à globalização da esperança**. Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2011.

VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais. Cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER- WARREN, Ilse., KRISCHKE, Paulo.J (orgs). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais da América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.102-188.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E.T; FABRINI, J.E (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular/Unesp: São Paulo, 2008. p.161-190.

ZEN, Eduardo Luiz; FERREIRA, Ana Rita de Lima. Movimento dos Atingidos por Barragens. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.489-493.